



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)

Ítala Carneiro Bezerra

Tese de Doutorado

Reprodução e Resistência na Vida Cotidiana: Uma Análise a partir das Experiências de
Mulheres em Grupos Comunitários nos Bairros de Peixinhos/Olinda e Brasília
Teimosa/Recife

Salvador

2020

ÍTALA CARNEIRO BEZERRA

Reprodução e Resistência na Vida Cotidiana: Uma análise a partir das Experiências de
Mulheres em Grupos Comunitários nos Bairros de Peixinhos/Olinda e Brasília
Teimosa/Recife

Tese de doutoramento apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares
sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da
Universidade Federal de Bahia, pela discente
Ítala Carneiro Bezerra, como requisito para a
obtenção do título de Doutora.
Orientadora: Prof.^a Dra. Maíra Kubík Taveira
Mano.

Salvador - BA
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bezerra, Ítala Carneiro

B574 Reprodução e resistência na vida cotidiana: uma análise a partir das experiências de mulheres em grupos comunitários nos Bairros de Peixinhos/Olinda e Brasília Teimosa/Recife / Ítala Carneiro Bezerra. – 2020.
197 f.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maíra Kubík Taveira Mano
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, Salvador, 2020.

1. Associações comunitárias. 2. Feminismo. 3. Mulheres - Comunidades. 4. Vida – Cotidiano. I. Mano, Maíra Kubík Taveira. II. Universidade Federal da Bahia.

Faculdade de Filosofia e Ciências humanas. III. Título.

CDD: 305.42

ÍTALA CARNEIRO BEZERRA

Reprodução e Resistência na Vida Cotidiana: Uma Análise a partir das Experiências de Mulheres em Grupos Comunitários nos Bairros de Peixinhos/Olinda e Brasília Teimosa/Recife

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal de Bahia/PPGNEIM/UFBA para obtenção do título de Doutora. Linha de Pesquisa: Gênero, Poder e Políticas Públicas.

Aprovada em 17/12/2020 pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Prof.^a Dra. Maíra Kubík Taveira Mano (Orientadora e Examinadora Interna)

Prof.^a Dra. Márcia Santana Tavares (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dra. Maria Betânia de Melo Ávila (Examinadora Externa)
SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

Profa. Dra. Flavia Mateus Rios (Examinadora Externa)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Alejandra Ciriza (Examinadora Externa)
Facultad de Ciencias Politicas y Sociales Universidade Nacional de Cuyo: Mendoza

Salvador, 17 de dezembro de 2020.

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese às mulheres dos bairros de Peixinhos e Brasília Teimosa, que todos os dias, resistem reinventando a vida.

À Marielle Franco, Marco Axé, Paula Adissi
(*In Memoriam*)

A todas as mães, que o genocídio e o racismo, arrancaram dos braços os filhos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se inicia na Paraíba, terra onde me criei (apesar de ser nascida cearense) e passeia por Pernambuco e Bahia, lugares onde vivi durante os últimos quatro anos e meio. Está constituído assim, de muita gente, encontros de sotaques, histórias, memórias, batuques. Assim, como de aproximações, recomeços, idas, vindas. Seria impossível nomear cada influência, alteração de rota, alegrias, lágrimas, versos compartilhados. No entanto, segue a lembrança de pessoas que estiveram diretamente envolvidas no cometimento do trabalho.

Agradeço às mulheres que me fizeram o que hoje posso ser, nas mulheres de Fátima (minha mãe), Gracinha (minha tia), Francisca e Ana (minhas avós), Dalva Fernandes, Lucemar Vieira, Gilberta Santos, Antônia, Vera Fernandes, Ana Gusmão, Dona Lili.

Agradeço a Nenzinha, Dona Carla, Beré, Donana, Dona Zuleide, Maria, Carol, Aurieta.

A Bela (irmã) e Talan (irmão). A Isabelinha, Nina e Haydée. A Cinthia Alencar e Itamar Bezerra. A meu tio Bené. À Margarida, tia Aparecida, tia Heliomar, todas as tias e primas. À audre e serena, Melina.

Às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres e a todas as mulheres que teimam em se organizar porque acreditam que é possível um mundo melhor pra gente viver.

À militância da Consulta Popular e aos nossos parceiros movimentos do campo popular.

Ao Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, por nossa luta incansável!

Às mulheres negras que se candidataram às eleições deste ano de 2020 e saíram vitoriosas com ou sem o mandato. Seguem sustentando esse país no braço.

Ao PPGNEIM, professoras, funcionárias, amigas. Por ser um lugar de resistência e também acolhimento. Por fomentar protagonismo de mulheres e olhar crítico sobre as desigualdades que nos atravessam.

Às veranistas de Salvador, plenas em qualquer estação do ano: Anne, Carol, Eveline, Ivana, Joana, Nati, Paulinho, Alexandra, Ariana, Raquel, Tailane, Júlia, Milena.

À Maíra Kubik, orientadora e amiga, que desde o primeiro encontro me olhou com cara de “vamos, eu confio no que você vai fazer”, por todo o acompanhamento, diálogo e carinho neste árduo percurso. Obrigada pela confiança e apoio.

À Cecília Sardenberg, por sua contribuição ao estudo e práxis feminista e por ter me acolhido e orientado no primeiro ano de doutorado.

À Alejandra Ciriza, pela interlocução e abertura para a continuidade de futuros intercâmbios.

À Betânia Ávila e Josi Delgado, pela estimulante interlocução no momento da qualificação.

À Flávia Rios e Márcia Tavares que prontamente aceitaram compor a banca deste trabalho. Por serem referências e também interlocutoras.

Às várias amigas que dialogaram sobre as questões que me viravam a cabeça, pelas noites em conversas, horas no telefone, empréstimo de livros, leitura do texto, por me apresentarem autoras e autores, assim como por doarem parte de seu tempo e energia neste diálogo, que desencadeou a síntese aqui presente: Iyalê Tahyrine, Clarissa Nunes, Emília Joana, Elaine Bezerra, Gabriela Pessoa, Evelyne Medeiros, Diva Braga, Gleisa Campigotto, Pedro Henrique, Eduardo Mara, Felipe Reis, Bárbara Freitas, Carla Xavier, Rodriguinho Portela, José Santos, Roberto Efrem.

Às companhias de pagodes do Didi, sambas no Armazém do Campo, praias, carnavais, suores e cervejas: Laila Costa, Lívia Milena, Camila Tenório, Leylly, Paula Kelly, Lorena Aquino, Danuza Lima, Eduarda Nunes, Pati, Liliane Alvez, Vanessa Sousa, Olívia Godoy, Vanessa Mokka, Amanda Salvino, Monyse Ravenna, Louise Xavier, Laura Garcia, Arthur Marrocos, Andresa Alves, Priscila, Maiara, Júlia, Victor Figueiredo, Paulo Mansan, Arlon, Rodrigo, Cupper, Lucas Bezerra, Leonardo Nogueira, Jhose, Tércio, Matheus, Chiquinho, Rafa Silva, Lino, Alisson.

À Luana Oliveira, em que compartilhamos os últimos prazos e momentos de escrita, cada uma no seu tempo, companhia fundamental.

A Edineide, por interpelar os meus equívocos e me fazer ainda mais curiosa.

A Sthephannye, pelos encontros semanais de carinho e cuidado.

A equipe da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, pelo acolhimento e paciência na reta final da tese.

Às amigas paraibanas, inspiradoras da vida, Duda, Helô, Adelle, Suzany, Dorinha, Lucille Patriota, Ana Cláudia, Ariela, Liziane, Luciana Cantalice, Nívia Pereira, Cinthia Araujo, Ana Lia, Renata Rolim, Mariana Davi, Maíra Lima, Sumaia Bueno, Rita Black.

A Itamar Lages, que disse assim “qualquer dia a gente toma uma cachacinha no Morro da Conceição e eu te conto sobre as organizações populares do Recife”, esse “menino de recado de Dom Helder Câmara” que organiza e forma gerações e mais gerações de militantes aqui em Pernambuco assim como militância da saúde nesse Brasil todo. A todos que construímos os núcleos do Congresso do Povo da Frente Brasil Popular na região metropolitana do Recife, a resistência à prisão de Lula, o Movimenta Cineclube e os núcleos nos bairros. A Cecília da Fonte, Thiago das Mercês, Marcelo Pedroso, Bernardo Vaz, Tank da Várzea, Senhorinha Joana, família Alves, Enedino, Bruno, Rogério, Edvaldo, Andrea, Larissa, por este bonito projeto que pulsou vida. A Nação Mulambo e a Nação do Flau Filhos de Olorum.

A Donana Cavalcanti, Suely Oliveira, Nathalia Diorgenes, Bruna Leite, Rozeane Nascimento, Silvana Selva, Yara Manolaque, Ângela Pereira, Ana Laura Vilela, Bernadete Esperanza, Miriam Starosky, Maysa Carvalhal, Malu, Maíra Guedes, Letícia Carvalho, Elisa Maria, Gabriela Silva, Emmy Lyra companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, por nossa resistência coletiva, por não deixarmos de existir, por nosso afeto.

A quem compartilhou, esteve presente neste momento de tantas ausências de mesmo nome “não posso por causa da tese”, às companheiras e companheiros que incentivaram a minha ausência da militância política para que eu pudesse produzir este trabalho, sustentaram os difíceis dias que atravessamos, incentivaram a conclusão deste texto-coletivo. Sintam-se contemplados nos agradecimentos ou como diz o ditado “quem é, sabe”. Sigamos!

EPÍGRAFE

Cabô, vinte anos de idade
Quase vinte e um
Pai de um, quase dois
E depois das 20 horas
Menino, volte pra casa
Cabô
Ô Neide, cadê menino?
Cabô, quinze anos de idade
Incompletos seis
Eram só 6 horas da tarde
Cabô, cadê menino?
Quem vai pagar a conta?
Quem vai contar os corpos?
Quem vai catar os cacos dos corações?
Quem vai apagar as recordações?
Quem vai secar cada gota
De suor e sangue
Cada gota de suor e sangue
Cabô
(Luedji Luna)

RESUMO

A presente tese reflete sobre a relação entre organizações comunitárias protagonizadas por mulheres em bairros periféricos e movimentos de mulheres e feministas assim como movimentos populares mistos (homens e mulheres). Se propõe a investigar a constituição destas organizações a partir do território em que estão localizadas, Região Metropolitana do Recife/Pernambuco e a dinâmica da vida cotidiana das mulheres que organizam estes grupos. A investigação se deu a partir de alguns eixos principais, foram eles: a discussão sobre a vida cotidiana e tempo das mulheres em atividades consideradas políticas e domésticas; como as dimensões de raça, classe e gênero se relacionam e como se dá a relação entre as organizações comunitárias e os movimentos de mulheres e feministas; a discussão acerca do protagonismo das mulheres nestes grupos que se organizam nos bairros periféricos; e a reprodução e resistência diante das desigualdades e injustiças sociais. Percebi que a forma como as mulheres se organizam nestes lugares está imbricada ao próprio processo de formação social, histórica e econômica das cidades de Recife e Olinda assim como do estado de Pernambuco. As mulheres protagonistas deste tipo de organização política são as mulheres negras, residentes dos bairros populares deste contexto urbano. O lugar ocupado por este grupo social no mercado de trabalho, os indicadores sociais e econômicos assim como a disposição no território em que vivem significam uma conservação de elementos provenientes do processo de colonização local assim como da posição que o estado de Pernambuco desempenhou nacionalmente. A tese aqui defendida se constitui da afirmação de que no contexto brasileiro e, especificamente na Região Metropolitana do Recife, este tipo de organização comunitária pode ser considerada como um tipo de expressão de feminismo popular, em que o local de moradia está diretamente relacionado ao protagonismo das mulheres nestas organizações. Representam, portanto, resistência à permanência das desigualdades de raça, gênero e classe e, constituem importante elemento na autodefinição das mulheres enquanto sujeitas históricas, políticas e coletivas. Estas organizações comunitárias protagonizadas por mulheres significam uma importante forma de mobilização e politização das mulheres e que em ambos os grupos pesquisados elas se autodefinem como construtoras do feminismo. Assim, destacamos a importância deste tipo de organização tanto no que se refere aos processos organizativos das mulheres quanto para a organização política em geral, que se propõe a vitórias concretas e processo de formação de consciência crítica e transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Organizações Comunitárias. Mulheres Populares. Vida Cotidiana. Feminismo Popular.

ABSTRACT

This thesis reflects on the relationship between community-based organizations led by women in neighborhoods on the outskirts of the city and women's and feminist movements. It also reflects on their relationship with mixed popular movements (men and women). It researches these organization's constitution based on Metropolitan Region of Recife/Pernambuco and the dynamics of the daily life of women who organize it. The investigation was based on some main axes, which were: the discussion about the daily life and time spent of women in political and domestic activities; how the dimensions of race, class and gender are related and how the relationship between community-based organizations and women's and feminist movements takes place; the discussion about the women's role in these groups organized in peripheral neighborhoods; and reproduction and resistance to social inequalities and injustices. I realized that the way women organize themselves in these places is imbricated with social, historical and economic formation process of Recife and Olinda cities, as well as in the state of Pernambuco. The protagonists of this type of political organization are black women who live in the popular neighborhoods of this urban context. The place occupied by this social group in the labor market, the social and economic indicators and the disposition in the territory in which they live mean a conservation of elements from the local colonization process, as well as the position that the state of Pernambuco played nationally. This thesis is based on the assertion that in Brazilian context - specifically in the Metropolitan Region of Recife - this type of community organization can be considered as a type of popular feminism expression. The place of residence is strictly related to women's prominence in these organizations. Therefore, they represent resistance against racial, gender and class inequalities permanence and constitute an important element in the self-definition of women as historical, political and collective subjects. These community-based organizations, led by women, represent an important way of mobilizing and politicizing women. In both groups studied, they define themselves as builders of feminism. Thus, we highlight the importance of this type of organization for the organizational processes of women and for political organization in general, which attempts to conquer concrete victories and undertake critical and transformative awareness formation process.

KEYWORDS: Community-based organizations. Popular women. Everyday life. Popular Feminism.

RÉSUMÉ

Cette thèse étudie le rapport entre les organisations communautaires dirigées par des femmes dans des quartiers périphériques et les mouvements de femmes féministes, ainsi que dans les mouvements populaires mixtes (hommes et femmes). On propose une enquête sur la formation de ces organisations à partir du territoire dans lequel elles se situent, c'est-à-dire la région métropolitaine de Recife/Pernambuco, et la dynamique de la vie quotidienne des femmes qui organisent ces groupes. La recherche s'est développée sur quelques axes principaux, à savoir : le débat sur la vie quotidienne et le temps des femmes dans les activités dites politiques et domestiques ; la façon dont s'entretiennent les dimensions de race, de classe sociale et de genre, et la façon dont s'établit le rapport entre les organisations communautaires et les mouvements de femmes et de féministes ; le débat autour de la centralité des femmes dans ces groupes qui s'organisent dans des quartier périphériques ; et la reproduction et la résistance face aux inégalités et aux injustices sociales. J'ai remarqué que la façon dont les femmes s'organisent dans ces espaces est fortement liée au processus de formation sociale, historique et économique des villes de Recife et d'Olinda, ainsi que celui de l'État de Pernambuco. Les femmes protagonistes de ce type d'organisation politique sont des femmes noires qui vivent dans les quartiers populaires de ce milieu urbain. La place occupée par ce groupe social dans le marché du travail, les indicateurs sociaux et économiques ainsi que leur disposition sur le territoire dans lequel elles vivent désignent un maintien des éléments issus du processus de colonisation locale, ainsi que le rôle de l'État de Pernambuco dans le contexte colonisateur national. La thèse soutenue repose sur l'affirmation selon laquelle, dans le contexte brésilien, et plus précisément dans la région métropolitaine de Recife, ce type d'organisation communautaire peut être envisagé comme un type d'expression du féminisme populaire, dans lequel le lieu de résidence est directement lié au rôle principal joué par les femmes dans ces organisations. Par conséquent, elles représentent une résistance au maintien des inégalités raciales, de genre et de classe, et engendrent un élément important dans l'autodéfinition des femmes en tant que sujets historiques, politiques et collectifs. Ces organisations communautaires dirigées par des femmes représentent un moyen important pour mobiliser et politiser les femmes, s'autodéfinissant, dans les deux groupes enquêtés, en tant que bâtisseuses du féminisme. De ce fait, nous mettons en relief l'importance de ce type d'organisation, que ce soit en ce qui concerne les processus organisationnels des femmes ou pour l'organisation politique en général, qui propose des victoires concrètes et un processus de formation à la conscience critique et transformatrice.

MOTS-CLÉS : Organisations communautaires. Femmes populaires. Vie quotidienne. Féminisme populaire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
- CEB – Comunidades Eclesiais de Base
- CEPOMA – Centro de Educação Popular Maide Araújo
- CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
- FABEP – Federação das Associações de Bairros do Estado de Pernambuco
- FBP – Frente Brasil Popular
- FMF - Feminismo Materialista Francófono
- GSCCG - Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MMM – Marcha Mundial das Mulheres
- MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro
- PC do B – Partido Comunista do Brasil
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PSD – Partido Social Democrático
- PT – Partido dos Trabalhadores
- RPA – Região Político-Administrativa
- SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
- TF – Turma do Flau
- UDN – União Democrática Nacional
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- URB – Autarquia de Urbanização do Recife
- USF – Unidade de Saúde da Família
- ZEIS – Zona Especial de Interesse Social
- ZEPEC – Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística

SUMÁRIO

1 Introdução	13
1.1 Objetivo Geral.....	18
1.1.2 Objetivos Específicos.....	18
1.2 Procedimentos Metodológicos.....	18
1.3 Nossos Rastros nos Bairros de Peixinhos e Brasília Teimosa.....	24
2 Relações de Gênero, Raça e Classe	31
2.1 Feminismo Materialista.....	31
2.2 Alguns Conceitos Feministas Materialistas.....	39
2.3 Algumas Epistemologias Feministas.....	51
2.4 Sujeito Político do Feminismo.....	55
2.5 Origem dos Movimentos Feministas no Contexto Brasileiro.....	63
3 Elementos da Formação Social Brasileira	72
3.1 Aspectos Históricos da Formação Social Brasileira.....	74
3.2 Movimentos Populares no Contexto Brasileiro.....	93
3.3 A Historicidade da Organização Política das Mulheres no Contexto Brasileiro da Década de 1970.....	97
3.3.1 Teologia da Libertação, Clube de Mães e Movimento de Custo de Vida.....	97
3.3.2 Mulheres nas Lutas por Causas Comuns.....	101
3.3.3 Movimento de Luta por Creches (1979-1981).....	104
4 Organização Popular na Região Metropolitana do Recife/PE	110
4.1 Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato/Peixinhos – Olinda.....	114
4.2 Turma do Flau/Brasília Teimosa – Recife.....	120
5 Reprodução e Resistência: Experiências de Vida das Mulheres em Organizações Comunitárias	138
5.1 Mulheres nos Bairros: Ontem e Hoje.....	138
5.1.1 Tempo e Cotidiano na Vida das Mulheres.....	139
5.1.2 Relações de Gênero, Raça e Classe na Construção do Grupo e com o Movimento de Mulheres e Feministas.....	152
5.1.3 Reprodução e Resistência: Experiências de Vida das Mulheres em Organizações Comunitárias.....	167
6 Considerações Finais	183
Referências Bibliográficas	186
Anexo 01	196

Introdução

Em 2011, quando morava na Paraíba, me tornei militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e, de lá pra cá, venho construindo e me construindo na dinâmica do movimento feminista. A necessidade em me organizar surgiu decorrente do trabalho que à época e enquanto psicóloga, realizava ao atender mulheres em situação de violência, no Centro de Referência Ednalva Bezerra, na cidade de João Pessoa. O combate à violência contra as mulheres era uma das bandeiras levantadas pela MMM com muita ênfase, tendo em vista os alarmantes índices de violência sexista e feminicídios no estado da Paraíba.

Em 2015, a partir de uma proposta de trabalho vim residir na cidade do Recife, construindo oficinas para um projeto da Secretaria de Políticas para as Mulheres do município, no período entre setembro de 2015 e janeiro de 2016. A proposta do projeto era que realizássemos oficinas sobre as temáticas pertinentes às desigualdades de gênero, raça, classe, como uma tentativa formativa de combate a estas desigualdades.

O público-alvo consistia nas mulheres participantes de associações comunitárias da cidade de Recife, em que a maioria destas possuía algum vínculo a programas da prefeitura, tais como cursos profissionalizantes. A equipe de 10 oficinas atingiu aproximadamente 30 organizações. No meu caso, o contato foi com o Clube de Mães do Alto do Refúgio, em Nova Descoberta; a Associação de Mulheres do bairro da Várzea e a Associação de Moradores de Caranguejo e Tabaiães, comunidades pertencentes ao bairro Ilha do Retiro. Em cada um destes locais foram construídas 10 oficinas junto aos grupos de mulheres, de modo que acompanhei durante um mês cada um dos grupos destes bairros.

Aquelas que garantissem a presença em 75% dos encontros propostos pelo projeto da Secretaria de Políticas para as Mulheres receberiam a contrapartida objetiva de um retorno financeiro no formato de auxílio no valor aproximado de 100 reais, materiais didáticos, lanche e vale-transporte. A participação no curso também lhes renderia o convite para participar de futuras turmas voltadas à profissionalização.

Algumas condições semelhantes me despertaram atenção nas turmas formadas por aproximadamente 30 mulheres: a maioria delas se definia como dona-de-casa, casada, com filhos, baixa escolaridade, não possuíam contrato formal de trabalho, o que significava que tinham como fonte de sobrevivência alguma atividade informal, o salário do marido e/ou algum benefício social. Além disso, as oficinas eram realizadas no bairro em que estes grupos de mulheres viviam, em sede própria ou de alguma instituição parceira. Os relatos acerca do que elas haviam deixado em suspenso no trabalho doméstico ao vir para o curso e o que precisariam

dar continuidade ao voltar se tornavam temas recorrentes nas discussões. Da mesma forma, as justificativas por faltas em geral tinham como motivo alguém doente na família que necessitou dos seus cuidados.

Os debates seguiam muito referenciados sobre as questões da vida familiar e reprodutiva destas mulheres e acabavam por materializar alguns conceitos oriundos ou incorporados pelas teorias feministas tais como “divisão sexual do trabalho”, “patriarcado”, “racismo”, “exploração”, trazidos como chaves de análise para a reflexão da vida cotidiana. Assim, a pergunta se fazia: o quê das experiências destas mulheres pode ser dito acerca destes conceitos e vice-versa? Que análises podem ser feitas? Estas questões começavam a me inquietar.

Simultaneamente, acontecia nas grandes capitais do país, inclusive em Recife, mobilizações constantes entre agosto e novembro de 2015, que ficaram conhecidas como “Primavera Feminista”¹. Intensas mobilizações de jovens feministas nas ruas das principais capitais reivindicando o afastamento do presidente da Câmara dos Deputados, à época Eduardo Cunha, assim como o arquivamento do projeto de lei 5069, que retirava direitos conquistados desde a década de 1940 acerca da situação de abortamento em casos de estupro e risco de vida para a mãe. Em agosto aconteceu a V Marcha das Margaridas, com a presença de 70 mil mulheres em frente à Esplanada dos Ministérios e em novembro a I Marcha das Mulheres Negras com a expressiva presença de 20 mil mulheres de todo o país. Momento importante na história recente do feminismo brasileiro, em que a maioria de nós ficou entusiasmada com a capacidade de mobilização em torno de uma pauta feminista como os direitos sexuais e reprodutivos, pela repercussão que esse momento teve a nível mundial e pela sensação de que o “bastão” estava sendo compartilhado entre diferentes gerações de militantes feministas.

Em meio a estas duas experiências de organização de mulheres, veio outra inquietação, gerada a partir da percepção de que as “donas de casa” do bairro que eu encontrava nas tardes de segundas, quartas e sextas-feiras não coincidiam com as “jovens feministas” presentes nos atos massivos de rua. A pergunta que me fazia era se um grupo ignorava a forma como o outro

¹ A movimentação teve início nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro e se alastrou por todo o Brasil. A pauta que provocou o desencadeamento desse levante das mulheres foi a tramitação no Congresso Nacional acerca do Projeto de Lei 5069/2013 de autoria do presidente da Câmara Eduardo Cunha. Campanhas nas redes sociais foram viralizadas em poucos dias, a exemplo de #MulheresContraCunha e #ForaCunha. Alguns artigos disponíveis sobre o tema podem ser encontrados:

<http://www.geledes.org.br/a-primavera-das-mulheres/>

<http://www.sof.org.br/2015/11/04/feminismo-na-conjuntura/>

<http://soscorpo.org/feministas-entregam-87-mil-assinaturas-pela-rejeicao-do-pl-5069/>

<https://marchamulheres.wordpress.com/2015/11/30/a-colheita-de-sonhos-em-tempos-de-resistencia/>

estava organizado e comecei a querer entender as possíveis relações entre estes dois tipos de organização de mulheres. Por que aquelas 90 mulheres de três grupos comunitários do Recife não estavam nas ruas colorindo a primavera feminista? Em suas trajetórias de vida, o formato de mobilizações de rua no centro da cidade a partir de pautas como o direito ao aborto faziam sentido? Que mediações se faziam possíveis entre os distintos grupos?

Assim, escrevi o projeto de pesquisa à seleção de doutorado no PPGNEIM (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Feminismos e Mulheres) que coincidentemente naquele momento se encontrava com edital aberto. Pelo curto tempo fiz a opção por investigar o fenômeno da “Primavera Feminista”, que me era mais familiar já que eu era militante de um movimento feminista e estava participando ativamente da mobilização em nível local. Assim, o projeto enviado se referia à investigação da dinâmica organizativa nacional de dois movimentos feministas históricos de grande expressão: a Marcha Mundial das Mulheres e a Articulação de Mulheres Brasileiras. Consistia em pesquisar relações dos movimentos feministas com outros movimentos sociais nacionais assim como as suas dinâmicas na Região Metropolitana do Recife, pois ambos têm expressividade no estado de Pernambuco.

À época, o objetivo geral da pesquisa consistia em investigar a construção/atuação destes movimentos feministas, no marco temporal do período considerado de novo desenvolvimento (2003-2015) em face do contexto político, social e econômico da realidade brasileira. Os objetivos específicos seriam: a) Identificar as mudanças/permanências do movimento feminista entre o período indicado; b) Analisar o espraiamento do feminismo para dentro dos movimentos sociais mistos; c) Identificar as alianças realizadas pelos movimentos feministas; d) Investigar a construção do feminismo popular; e) Indicar alternativas de resistência construídas pelos movimentos feministas.

No entanto, os três semestres de disciplinas na UFBA, leituras realizadas sobre a organização de mulheres populares na realidade brasileira, a exemplo de textos de Heleieth Saffioti, Moema Viezzer e Elisabeth Souza-Lobo, a experiência organizativa na MMM e reflexões acerca das mudanças na conjuntura política² influenciaram o redirecionamento da investigação no sentido de um primeiro giro analítico, para as questões que se haviam instaurado na experiência junto às organizações comunitárias dos bairros de Recife. Desta vez, não mais naqueles três bairros, porque, devido ao tempo residindo em Salvador, não foi possível

² Em agosto de 2016, o país sofre um golpe institucional e Dilma Rousseff, primeira presidenta, é impedida de continuar o seu mandato democraticamente eleito.

a continuidade do vínculo e do acompanhamento às dinâmicas daqueles grupos, bem como pela característica de serem grupos muito ligados à estrutura institucional da Prefeitura.

Quando retornei à cidade do Recife, me debruçava, junto às companheiras de militância, sobre o desafio de construir núcleos da Marcha Mundial das Mulheres nos bairros. Assim, coincidiu o momento em que eu estava me aproximando dos grupos que se tornariam motivo desta pesquisa e o giro territorial no movimento que eu estava orgânica. Iniciava, enquanto pesquisadora e militante, o acompanhamento destes grupos históricos protagonizados por mulheres no bairro de Peixinhos, Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato e em Brasília Teimosa, Turma do Flau, devido ao forte histórico de luta nestes dois lugares.

O acompanhamento fez com que conhecêssemos estes grupos fundados na década de 1980 e o trabalho permanente de organização popular protagonizado pelas mulheres realizado em âmbito local. Deslocava então o eixo de investigação da dimensão de movimentos feministas de caráter nacional para a pesquisa sobre a organização das mulheres populares em organizações locais, experienciadas nos bairros em que estas mulheres vivem, podendo se caracterizar como mistos (mulheres e homens), no entanto, protagonizados por mulheres.

O encontro com estes grupos me proporcionou recolocar algumas questões, tais como: nos grupos de bairros protagonizados por mulheres a partir das localidades periféricas nas quais vivem, quais as possibilidades de organização popular? Como compreender a tensão entre a participação das mulheres nos movimentos de pautas gerais, sejam eles no contexto local ou nacional, e as pautas feministas? No caso brasileiro, a organização das mulheres periféricas em torno de pautas reivindicatórias por recursos que satisfazem as necessidades de moradia, saúde, educação significou e significa a construção de uma das expressões do feminismo popular? A possibilidade de massificação das organizações das mulheres populares na realidade brasileira se constrói pelos movimentos de mulheres, feministas ou gerais? Que relações ambivalentes existem na experiência de organicidade destas mulheres nas organizações comunitárias de que são protagonistas? Qual a relação entre a experiência de organização e o espaço comunitário do bairro? São algumas das perguntas que impulsionaram a escrita deste trabalho.

O problema que mobiliza a elaboração deste estudo se constitui da preocupação acerca das estratégias de resistência das mulheres organizadas nos grupos comunitários em meio à dimensão da reprodução da vida cotidiana. Assim, percorri o contexto de surgimento e as características dessas organizações comunitárias, o que em muito se encontra com as trajetórias das fundadoras destes grupos. Além de querer compreender como cada uma dessas mulheres individualmente vive e se organiza, a pretensão é de investigar como as mulheres – sujeito político coletivo – se organizam em grupos comunitários em seus bairros e que implicações

existem entre a conservação e/ou subversão dos papéis socialmente esperados e alicerçados na divisão sexual, social, racial do trabalho no que tange à realidade da região metropolitana do Recife. Identificar o lugar da dimensão da vida cotidiana na prática política destas mulheres, a influência da experiência política na dimensão de suas vidas privadas e assim buscar linhas de entendimento entre a organização comunitária, a vida cotidiana e a dimensão da vida individual.

O esforço da investigação é, portanto, o de construir um percurso histórico que compreenda a construção de alguns conceitos feministas, a participação das mulheres nas organizações populares de bairros, trazendo o debate sobre as experiências de movimentos sociais urbanos, movimentos de mulheres e também movimentos feministas, suas pontes de diálogo e tensionamentos.

Faço assim uma digressão à década de 1970, momento em que algumas campanhas foram protagonizadas pelas mulheres, principalmente no estado de São Paulo, tais como a luta contra a carestia, pela anistia política e por creches, assim como por condições básicas, sendo eles o direito à saúde, água encanada, esgoto etc. Discuto alguns elementos da formação social brasileira que se conservam até os dias atuais no que interessa à apreensão da pesquisa, a partir de revisão bibliográfica, bem como a discussão dos aspectos sociais, políticos, culturais e históricos do contexto local, referente às cidades Recife e Olinda. Por fim, com a observação direta e por meio de entrevistas individuais e de pesquisa documental, adentro na investigação destas organizações de mulheres populares na Região Metropolitana do Recife e suas mobilizações em torno de direitos básicos.

A pesquisa tem como objetivo perquirir o modo como se organizam as mulheres nestes dois bairros, mediante a sua participação nos grupos mencionados. Levantou-se, portanto, a necessidade de compreender a agência das mulheres nestes territórios. Como constroem as suas resistências e as suas vidas? O que esse tipo de organização tem a informar a classe trabalhadora como um todo? O que expressa da nossa formação social? Pretendo discutir algumas dimensões que tangenciam a organização das mulheres nestes grupos que atuam nos bairros, tais como: a) a relação entre público e privado; b) a tensão entre o contexto local/bairro e o geral; c) a trajetória histórica do grupo desde o seu início até agora; d) a trajetória das lideranças do grupo (que foram entrevistadas); e) potencialidades e limites da organização das mulheres populares. Deste modo, a investigação se construiu como sendo a relação entre as dimensões de vida política e cotidiana de mulheres que participam de grupos comunitários, em que estas dimensões coexistem e se articulam.

A hipótese é de que a particularidade da formação social brasileira possibilita que a centralidade e permanência das mulheres populares nas lutas sociais aconteça

fundamentalmente a partir das organizações que compõem a vida cotidiana e os territórios de moradia e se referem a pautas que perpassem a possibilidade real de alcançar vitórias concretas que serão usufruídas no tempo presente-cotidiano das mulheres, junto a suas famílias e comunidades.

1.1 Objetivo geral

Compreender como as mulheres populares se organizam nas atividades da política e da vida cotidiana em grupos comunitários formados a partir dos bairros, com suas limitações e possibilidades.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Entender o processo de formação dos grupos de mulheres nos bairros, a forma como se organizam, a motivação para a formulação de suas pautas e lutas;
- Investigar a trajetória da atuação dos dois grupos considerando o contexto de seu surgimento aos dias atuais;
- Compreender a relação entre a reprodução da divisão sexual do trabalho e formas de resistência neste tipo de organização comunitária e na vida das mulheres;
- Analisar a relação ambivalente entre os movimentos feministas e organizações populares nos bairros.

1.2 Procedimentos Metodológicos

O referencial teórico de onde me posiciono é a teoria social feminista, mais especificamente o feminismo popular em diálogo com o feminismo materialista e feminismo negro. Proponho uma leitura combinada destas perspectivas a partir da tradição do materialismo histórico dialético como método de elaboração do conhecimento mediante a totalidade social. Este busca se afastar da compreensão da realidade a partir de fragmentos em que a vida é apresentada pela ciência moderna, como se não houvessem relações entre os diferentes fenômenos sociais. A escolha deste referencial teórico-metodológico constitui parte do esforço de afastamento de uma “falsa consciência” que oculte a realidade e simplifique as coisas (FERNANDES, 2017, p. 30)

Em acordo com Leandro Konder, acredito que a visão de um conjunto de fatos está sempre aquém da realidade em si, mostra-se provisória e não a esgota, tendo em vista que a

composição dos elementos da realidade são mais ricos que a reconstrução do conhecimento sobre elas.

Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa –que a visão de conjunto proporciona –que é chamada de totalidade (KONDER, 1981, p. 36).

Os conceitos analíticos construídos por autoras feministas marxistas e materialistas, tais como Heleieth Saffioti, Danièle Kergoat e Helena Hirata servirão como lente para analisar as relações propostas. Autoras materialistas (não necessariamente marxistas) também referenciaram a escrita da tese, devido à importância de categorias analíticas (patriarcado, relações sociais de sexo, gênero) elaboradas por elas e que historicizam parte do tema pesquisado. No que tangencia a análise da dimensão da vida cotidiana das entrevistadas o diálogo será a partir das formulações de Betânia Ávila e Eder Sader.

Considerando que as mulheres que organizam e se auto-organizam a partir destes grupos comunitários representam a população de seus bairros e que ambos estão localizados nas periferias da região metropolitana do Recife, elas representam, portanto, o grupo social das mulheres negras, assim como a população majoritariamente negra de seus territórios. No momento de escrita dos últimos dois capítulos, a partir da análise das entrevistas e leituras referentes à formação social da RMR, advieram temas relacionados à divisão racial do trabalho e do espaço geográfico, a diáspora africana, o papel das Ialodês, o debate acerca da ascensão individual ou vertical em massa do negro, o racismo, epistemicídio, genocídio do negro brasileiro, o apagamento e o empuxo ao embranquecimento.

Longe de acreditar que dei conta da profundidade que a discussão requer, me propus o exercício de diálogo entre os conceitos feministas a partir de uma compreensão da divisão sexual do trabalho, quando articulada à divisão racial do trabalho e a racialização do espaço urbano, como sendo uma das mais fortes reminiscências da formação escravista em nosso contexto brasileiro. Assim, as “mulheres populares” de que o estudo partia, tiveram a dimensão de sua racialidade trazida ao debate. As teóricas e teóricos que fundamentam os conceitos priorizados no entendimento das questões levantadas a partir da dimensão racial nesta tese foram principalmente Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck e Clóvis Moura.

O leito histórico em que a tese está ancorada se refere à construção do feminismo popular, com horizonte de transformação profunda e radical da sociedade e, portanto, da vida das mulheres. Feminismo popular como sendo a expressão da capacidade de movimentação

tática real do conjunto das mulheres da classe trabalhadora em direção a conquistas concretas e possibilidade de massificação que nos aproxime do horizonte estratégico da revolução brasileira. Em acordo com Elaine Bezerra (2020, p. 60) se trata de “um leito histórico em construção, mas que, na prática, já existe como ‘campo político’ de luta, como método de trabalho de base, como bandeira e como símbolo”. Na América Latina e Brasil, o feminismo popular está engendrado por lutas mais amplas do que aquelas que referem ao conteúdo da opressão sexista, carrega o caráter de enfrentamento às ditaduras militares, colonialismo e racismo.

Historicamente, no contexto brasileiro, os grupos protagonizados por mulheres, a partir da localidade periférica em que vivem, as pautas reivindicatórias que mais se destacaram foram aquelas relacionadas à mobilização por recursos que satisfaçam necessidades de moradia, saúde, educação e demandas imediatas da vida cotidiana. Os já mencionados estudos desenvolvidos por feministas brasileiras, tais como Viezzer (1989), Souza-Lobo (2011) e Safiotti (1987) permitem entender que estas bandeiras de lutas por melhoria das condições de vida têm sido um fenômeno recorrente nos movimentos em que as mulheres participam e são protagonistas, sejam eles movimentos gerais ou movimentos de mulheres. Posso conjecturar que o modo como os grupos de mulheres populares se organizam, como constroem as pautas e funcionamento das organizações está intrinsecamente relacionado à formação social, política e econômica brasileira enquanto chão em que se forja a organização política das mulheres, em movimentos gerais, movimentos de mulheres e movimentos feministas.

No contexto histórico brasileiro dos anos de 1970, a atuação dos movimentos populares e o engendramento da participação das mulheres nas lutas comuns, oriundas do crescimento da teologia da libertação, clubes de mães, lutas pela redemocratização no país, as campanhas de enfrentamento ao alto custo de vida, a luta por creches, dentre outros movimentos representaram expressões massivas. Entendendo que a pesquisa se refere à realidade atual e que houveram importantes alterações nas últimas décadas, me inquieta investigar como se configura a organicidade das mulheres nas lutas comuns, a relação com os movimentos sociais gerais, assim como com os movimentos de mulheres e feministas. Vale ainda considerar que estas lutas que tiveram repercussão nacional, referidas anteriormente, foram em grande medida construídas no sudeste do país, prioritariamente no estado de São Paulo. Assim, além de atualizar o diálogo com o tempo presente foi preciso também considerar as diferenças entre este contexto e a realidade das cidades de Recife e Olinda, situadas no estado de Pernambuco.

Como mediação na investigação deste movimento da realidade, optei por realizar a pesquisa empírica a partir da atuação das mulheres em dois grupos históricos da Região

Metropolitana do Recife. São eles: Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato (GSCCG) que atua desde 1983 no bairro de Peixinhos, município de Olinda e a Turma do Flau (TF), atuante em Brasília Teimosa, na cidade de Recife desde 1982. Os grupos surgiram na década de 1980 e existem até os dias atuais. Interessa a mim, portanto, investigar como a trajetória destes grupos foi alterada diante das mudanças no contexto brasileiro e, conseqüentemente locais.

Os dois grupos são protagonizados por moradoras dos bairros e têm na sua história o germe das Comunidades Eclesiais de Base organizados a partir da Teologia da Libertação. O primeiro organiza-se a partir da luta da saúde, o segundo prioriza os direitos de crianças e adolescentes e é organizado por uma congregação religiosa.

A aproximação entre a construção teórica e a análise da realidade foi feita mediante o trabalho analítico, portanto, descritivo e de abordagem qualitativa. A investigação se deu a partir da observação do processo de organização das mulheres nos dois grupos citados, mediante o uso combinado de algumas técnicas de pesquisa científica: observação direta, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e 07 entrevistas individuais semiestruturadas.

As técnicas foram utilizadas para levantar dados que possibilitem o entendimento da formação dos grupos assim como do contexto dos bairros em que se localizam. A partir de entrevistas individuais semiestruturadas e materiais tais como livros e cartilhas foram coletados os dados referentes à fundação dos grupos, as maneiras de organização, as estratégias de mobilização, as motivações para a formulação de suas pautas, as suas experiências de lutas, assim como foi possível traçar uma trajetória da atuação dos grupos neste percurso de quando surgiram à forma de organização atual. Vale destacar que ambos os bairros têm livros dedicados ao seu histórico de luta. No caso de Peixinhos, Dona Zuleide, uma das fundadoras do grupo, escreveu o primeiro livro sobre a história do bairro e as fundadoras do GSCCG escreveram um livro sobre a experiência do grupo, de forma a contextualizar com a conjuntura mais ampla do país a trajetória do grupo. Sobre Brasília Teimosa existem alguns livros publicados por pesquisadores parceiros que já participaram de algum tipo de projeto social no bairro.

Foi realizada a observação participante de modo que estive presente em reuniões, atos públicos, feiras e eventos comemorativos dos bairros. Em Peixinhos acompanhei a participação das fundadoras do GSCCG nas reuniões do comitê de mulheres da Frente Brasil Popular e em Brasília Teimosa estive nas reuniões das famílias da Turma do Flau e, posteriormente, nas reuniões da Marcha Mundial das Mulheres. Estes elementos proporcionaram uma maior integração ao grupo, construção de relação de confiança e um certo grau de pertencimento, que foram fundamentais à realização das entrevistas individuais.

Optei em não propor reuniões específicas para tratar sobre aspectos da minha pesquisa. O acompanhamento e construção se deu juntamente à organicidade da Marcha Mundial das Mulheres, em que estas sabiam que eu estava participando da dinâmica com o objetivo de realizar a pesquisa assim como as fundadoras dos grupos e as mulheres que estes grupos mobilizavam. A opção por “aproveitar” o mesmo momento se deu por duas principais razões: o escasso tempo que aparecia em seus relatos, então marcar em outros horários poderia ser fator desmobilizador da participação delas em algumas reuniões e significaria subtrair tempo de seus cotidianos, assim como pelo fato de que como as entrevistas seriam realizadas individualmente, a minha intenção foi de perceber a dinâmica em grupo, a partir de atividades corriqueiras, sem precisar “criar situações artificiais” considerando que a cada quinze dias os grupos estariam reunidos. A pesquisa de campo se conformou da seguinte forma: o contato inicial com o GSCCG se deu em novembro de 2017 e o acompanhamento desde então até o mês de julho de 2018; com a TF o primeiro contato ocorreu em janeiro de 2018 e o acompanhamento também aconteceu até julho de 2018. Entre o período de julho de 2018 a maio de 2019 foi construída a entrevista semiestruturada (que segue em anexo), os objetivos foram readequados e a tese qualificada. As entrevistas aconteceram entre maio e setembro de 2019.

A inseparabilidade entre corpos sexuados, territórios e classe social estava pressuposta desde o início da pesquisa. Contudo, a experiência enquanto mulher não-negra não permitiu que a racialização destes corpos se tivessem mostrado neste mesmo tempo analítico. Assim, as entrevistadas semi-estruturadas, o acompanhamento em cada um dos grupos pesquisados não contribuiu no aprofundamento da discussão que incorporasse também a dimensão da raça como estrutural e estruturante em nossa realidade. Contudo, o segundo giro analítico, a partir do diálogo com intelectuais negras e as indicações advindas daí possibilitaram um novo arsenal de literatura clássica que tomavam outros referenciais.

Quando me refiro às intelectuais negras, estou em consonância com o argumento de Patricia Hill Collins (2019) acerca de que não necessariamente o pensamento feminista negro é construído por acadêmicas ou por mulheres da classe média com larga escolaridade formal. A autora considera que todas as mulheres negras que contribuem para a construção desta teoria de forma crítica, a partir de suas próprias elaborações e vivências do mundo são consideradas por ela, intelectuais. De tal forma, o letramento formal neste caso não ocupa posição superior às contribuições realizadas, por exemplo, a partir da expressão oral, tais como a música, discursos, conversas cotidianas.

A escolha em investigar estes dois grupos se deveu a que são reconhecidamente história viva das lutas dos bairros de Brasília Teimosa e Peixinhos, sendo mencionados por militantes

de diversas organizações no estado de Pernambuco. Assim, parecia se ajustar ao meu interesse em compreender aquele primeiro elemento que se mostrava contraditório entre “donas de casa do bairro” e “jovens feministas” das experiências vivenciadas no período que cheguei em Recife, ao fato de reconhecer a importância do resgate e preservação destas organizações comunitárias. O perfil dos grupos oferecia uma brecha para tentar entender como um grupo de saúde e um grupo de apoio a crianças e adolescentes de caráter religioso, ambos localizados em bairros periféricos da RMR tangenciavam dentre outras coisas a experiência da organização comunitária de mulheres, mesmo que os grupos não se auto identificassem como sendo de mulheres ou feministas. Que significados poderiam ter estas experiências considerando a posição do bairro, região, país em um sistema de capitalismo desigual e combinado, patriarcal e racista?

A amostra da pesquisa constituiu de entrevistas com 07 mulheres, sendo 04 do GSCCG e 03 da TF com o seguinte perfil: 42, 61, 63, 65, 70, 75, 80 anos de idade. Existe a presença de gerações mais jovens, contudo as militantes mais orgânicas continuam sendo as fundadoras ou que chegaram há bastante tempo no grupo. As mais jovens contribuem, embora tenhamos percebido que estão protagonizando outros processos organizativos nos bairros, ligados à juventude, cultura, dentre outros temas de interesse. O estado civil consiste em: divorciadas (02), viúva (01), vivem em união estável (02) e solteiras (02). As que se definiram como solteiras são as que fizeram desde jovens a opção religiosa de seguirem a atividade de missionárias. As entrevistadas que têm filhos (05), a quantidade varia de 3 a 7 filhos e as missionárias não possuem filhos. Em relação à identidade de gênero/orientação sexual, todas se definiram como mulheres heterossexuais. Autorreferidas como negras foram 04 e como brancas, 03. A escolaridade varia de ensino médio incompleto a possuir duas graduações e especialização (uma das missionárias). A trajetória profissional anterior à entrada nos grupos se divide em dona de casa, trabalhadora informal e missionária. As entrevistas foram realizadas individualmente, a duração variou entre 33 e 83 minutos.

Considero que se trata de uma amostra diferenciada, tendo em vista alguns pontos: a idade avançada das fundadoras dos grupos e, que mesmo assim continuaram a ser protagonistas do cotidiano dos mesmos, havendo portanto a dificuldade de renovação de lideranças, apontada por algumas delas e percebida por mim. Por se tratar de mulheres de bairros populares, têm uma escolaridade acima da média, assim como profissões diferenciadas, de acordo com o que apresentam os dados oficiais. Ter uma profissão e ter consciência disto, expressam um processo de autodefinição, no sentido objetivo quanto subjetivo. Após a inserção e continuidade nos grupos adquiriram profissões de que se orgulham, tais como educadoras populares,

manipuladoras de remédios e as missionárias que já exerciam esta atividade e deram continuidade. Possuem renda própria e apresentam consciência dos seus direitos. A convivência e os relatos indicam que estas condições foram construídas à medida do engajamento e permanência nos grupos.

Em minha percepção, como demonstrarei adiante, isso se deve ao fato de que em algum momento da vida fizeram a opção por organizarem-se comunitariamente, o que lhes expandiu a necessidade de conhecimento, a consciência política assim como a autonomia em ir e vir nos espaços públicos. Muitas delas que se reconheciam a partir da esfera doméstica, como donas de casa, hoje se identificam como sujeitos políticos, sujeitos portadores de direitos e construtores de suas próprias histórias e de seus bairros. As sete entrevistadas são lideranças comunitárias e possuem vínculos organizativos com outros movimentos exteriores ao bairro.

1.3 Nossos Rastros nos Bairros de Peixinhos e Brasília Teimosa

Em Peixinhos, quando cheguei a primeira vez lembro que foi difícil encontrar a sede do GSCCG, perguntei a algumas pessoas no caminho, pois a Rua do Condor é bastante comprida e elas não sabiam me dizer onde ficava. Uma delas me disse assim: “não existe mais não, o grupo acabou”. À medida que comecei a participar das reuniões e escutar as fundadoras do grupo fui tendo pistas dos seus enfrentamentos ao longo do tempo e da resistência daquelas mulheres em manter viva a chama de esperança até os dias de hoje. Assim como foram se materializando as dificuldades as quais elas apontavam neste percurso de quase quatro décadas da existência do grupo.

O interesse em conhecer o grupo despertou em mim e nelas a vontade de nos reabastecer a partir da troca de experiências e em novembro de 2017 a sede do GSCCG passou a também sediar o que ficou conhecido como Comitê de Mulheres da Frente Brasil Popular de Peixinhos. O meu primeiro contato se deu em um bazar feminista na comunidade Palha de Arroz, em que Marize (companheira da MMM, que já havia morado em Peixinhos) me apresentou a Nenzinha (uma das fundadoras do grupo). Marcamos de nos reencontrar na semana seguinte. A primeira reunião aconteceu no dia 07 de novembro de 2017, com a presença de 12 mulheres de diferentes grupos/projetos da comunidade, tais como a Associação da Vila das Mulheres Pedreiras, Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças, GSCCG, Mães da Saudade, Fórum Pernambucano de Comunicação, Movimento de Luta nos Bairros, Secretaria Estadual de Mulheres do PT, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Marcha Mundial das Mulheres.

Foram encontros de uma riqueza incomensurável em que estas lutadoras históricas do bairro de Peixinhos localizaram a importância das mulheres no processo de construção local assim como nas lutas de caráter geral. Participamos de várias atividades de enfrentamento às injustiças sociais. É possível dizer que conhecemos o GSCCG a partir da tentativa de organização de vários dos grupos protagonizados pelas mulheres no bairro de Peixinhos. Recorrentemente, apareciam entrelaçadas as histórias das fundadoras deste grupo, assim como das outras organizações presentes e da formação do próprio bairro. Conquistas, retrocessos, histórias deste lugar.

No bairro de Brasília Teimosa fiz algumas visitas em dezembro de 2017, acompanhada de Ana Gusmão (militante da MMM que morou no bairro na década de 1980), até conseguirmos encontrar as fundadoras da Turma do Flau. Tivemos algumas conversas para apresentação da proposta de acompanhamento do grupo, a partir da tentativa de construção de um Comitê de Mulheres da Frente Brasil Popular de Brasília Teimosa. No entanto, devido o histórico de que apenas duas organizações se fizeram presentes neste primeiro encontro, sendo elas a Turma do Flau e o Cepoma, optamos por acompanhar o núcleo da Marcha Mundial das Mulheres que se iniciava no bairro³.

No dia 25 de janeiro de 2018, participamos da primeira reunião ampliada. Na ocasião, as reuniões com as famílias aconteciam uma vez por mês e desde então começamos a acompanhar esta dinâmica dos familiares (mães, avós, alguns pais) dos educandos acompanhados pela organização. Realizamos oficinas baseadas na educação popular com o objetivo de diagnosticar os problemas do bairro a partir do cotidiano das mulheres, conhecer suas reivindicações a partir do acesso que elas têm ou não aos serviços públicos e perceber suas impressões sobre o funcionamento destes equipamentos. Assim como em Peixinhos, a principal urgência levantada por elas foi a questão da saúde, que na época se materializava na denúncia da Unidade de Saúde da Família (USF) fechada há mais de ano sob alegação de reforma e a outra USF que não atendia as famílias da área em que a primeira estava fechada.

Em Peixinhos, o grupo tentou retomar o “grupo de pressão”, que na década de 80 mobilizava muitas mulheres do bairro e teve uma longa duração. Chegavam interessadas em auferir a pressão arterial e, a partir daí em cada encontro discutia-se uma temática relacionada à saúde. Vale destacar que o GSCCG tem uma concepção interessantíssima sobre saúde, no sentido integral, então temas relacionados aos direitos e, no caso dos bairros periféricos a

³ Na década de 1980, haviam dezenas de organizações populares no bairro de Brasília Teimosa. Contudo, muitas deixaram de existir, outras como as fundadoras dizem “mudaram de lado”. No tempo que acompanhamos o grupo no bairro, a presença cotidiana e permanente que percebemos foram destas duas organizações citadas.

ausência das políticas que poderiam proporcionar bem estar, estão relacionados a forma como a saúde se manifesta em nossas vidas. Além do que tratavam o debate acerca do direito à saúde pública, gratuita, a importância do SUS e o quanto são importantes na vida das mulheres, suas famílias e comunidades. Neste momento atual foram alguns encontros e a discussão de estratégias que hoje em dia poderiam despertar o interesse das mulheres mais jovens, assim como das participantes mais antigas.

Acompanhei os grupos em suas atividades nos bairros assim como naquelas que aconteceram no centro da cidade do Recife, tais como o 08 de março de 2018, Plenária de Formação de Formadores do Congresso do Povo e iniciamos a construção local culminando com o Congresso do Povo de Peixinhos no dia 05 de maio e de Brasília Teimosa no dia 23 do mesmo mês. Estes momentos foram construídos a partir da metodologia da educação popular, em que foram destacadas lideranças de vários grupos dos bairros no sentido de recontar a história de luta destes lugares. Foram atividades que tiveram a participação de um número maior de moradores do bairro, para além das organizadoras e participantes dos grupos pesquisados.

Acompanhamos os grupos nos atos políticos em defesa de Lula e da democracia. A MMM junto ao Comitê de Mulheres da Frente Brasil Popular iniciou uma campanha de luta em torno do tema da saúde, que havia sido elencado como prioridade para as mulheres do bairro. Assim como nos processos do Congresso do Povo da Região Metropolitana, essa demanda se repetia como urgente e capaz de gerar mobilização popular. Após o mês de maio o ritmo das reuniões diminuiu, e entre setembro e outubro algumas das participantes do grupo se envolveram nas campanhas eleitorais, de modo a retomar as atividades em um período posterior.

Vale destacar que a pesquisa empírica se realizou até o mês de julho de 2019, de modo que esta é a janela temporal a que as análises deste trabalho alcançaram. A organização anterior destes grupos com existência superior a três décadas se tornou conhecida através dos relatos das fundadoras dos grupos, das discussões nas reuniões assim como pelo material já escrito sobre ambos os grupos. Assim, a pesquisa se debruça a refletir sobre o percurso dos grupos, a partir das narrativas de suas participantes (fundadoras e recentes) até o momento em que realizamos este acompanhamento.

A histórica organização destes grupos e o nosso acompanhamento militante, assim como mediante esta pesquisa de tese, tiveram ressonâncias a meu ver importantes na situação contemporânea dos grupos. Saliento que incidências em grupos de bairros em geral transbordam para movimentos de alcance em todo o bairro, algumas vezes tendo repercussão

na cidade, estado, país. Cada uma das iniciativas se mantém vivas, pulsantes, com sua organização própria.

Em janeiro de 2019, a partir de uma avaliação sobre a continuidade do nosso trabalho militante da MMM, em ambos os bairros, reiniciamos a partir de duas frentes de atividades complementares, a formação política e a geração de renda. Fizemos oficinas diagnosticando e planejando as duas iniciativas que as mulheres⁴ mostraram maior interesse em se capacitar, com ênfase na sustentabilidade: a costura e confecção de peças com retalhos de tecido e a produção de vassouras com o reaproveitamento de garrafas peti.

No planejamento da fabricação de vassouras, realizamos um encontro de intercâmbio entre o grupo de mulheres de Peixinhos e Brasília Teimosa, visitando uma fábrica de vassoura existente no bairro por iniciativa do Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças. Com a caminhada do trabalho da MMM junto às mulheres, a Turma do Flau cedeu uma casa na Colônia de pescadores do bairro para começarmos as atividades. O trabalho é feito em parceria com o Flau, mas também está aberto a ampliação de modo a alcançar mulheres que não estão necessariamente vinculadas a esta organização.

Destaco alguns saldos positivos deste percurso: a) a possibilidade de construção de intercâmbio entre estes dois bairros. Atividade que possibilita uma riqueza de experiências, expansão de conhecimentos e consciência e torna mais forte os movimentos engendrados. Este tipo de prática foi comum nas décadas de 1970 e 1980 em que as associações de um bairro apoiavam as reivindicações de outro, trazendo vitórias concretas nas lutas comunitárias; b) a criação de novos dois grupos, ou seja, a inserção da Marcha Mundial das Mulheres, juntamente à dinâmica dos grupos locais, fez gerar grupos de mulheres nesta interseção entre os grupos históricos já existentes (com suas dinâmicas próprias) e a interlocução com movimentos nacionais territorializados nos bairros, ampliando o alcance de ambos; c) a articulação e reoxigenação dos grupos históricos, Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato e Turma do Flau, assim como o nosso aprendizado enquanto grupo mais jovem acompanhando estas organizações importantíssimas para a luta popular do estado de Pernambuco e referências nacionais na educação popular e trabalho de base. Constatamos a interlocução geracional entre grupos que iniciaram o diálogo e conformaram uma dinâmica unitária, na tentativa de preservar

⁴ Após o intervalo das eleições, reiniciamos no mês de janeiro. Acompanhei até o mês de julho de 2019, quando me afastei das atividades para a conclusão da escrita da tese. O grupo seguiu com o objetivo de conciliar geração de renda para as mulheres e formação política. Tem se encontrado regularmente e segue pulsando estratégias de transformar a vida das mulheres no sentido da justiça social.

as potencialidades e particularidades das mulheres, grupos e territórios anteriores a nossa recente chegada.

Segue alguns registros visuais de atividades junto aos grupos pesquisados. O primeiro se refere a um momento de intercâmbio entre os dois grupos e aconteceu no território de Brasília Teimosa; o segundo registra uma reunião das mães da Turma do Flau, em que realizamos oficina sobre o tema de demandas e urgências do bairro, naquilo que pela percepção do grupo deveria ser priorizado pelo Estado; a terceira imagem foi uma reunião do Comitê de Mulheres da Frente Brasil Popular de Peixinhos, em que estiveram presentes a Marcha Mundial de Mulheres e o Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato; o último registro foi a primeira atividade aberta de mobilização em local público do bairro, em que se fizeram presentes diversos outros movimentos parceiros mobilizados pelo Comitê.

Foto 01 – Intercâmbio entre o GSCCG e a TF no bairro de Brasília Teimosa



Foto 02 – Reunião das Mães do Flau e MMM na sede do grupo



Foto 03 – Reunião do Comitê de Mulheres FBP na sede do GSCCG



Foto 04 – Atividade externa do Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato



2. Relações de Gênero, Raça e Classe

“A dominação sempre envolve tentativas de objetificar o grupo subordinado. ‘Como sujeito, toda pessoa tem o direito de definir sua própria realidade, estabelecer sua própria identidade, dar nome a sua própria história’, afirma bell hooks. ‘Como objeto, a realidade da pessoa é definida por outras, sua identidade é criada por outras, sua história é nomeada apenas de maneiras que definem sua relação com pessoas consideradas sujeitos’” (Patricia Hill Collins).

A orientação teórica e política deste trabalho está vinculada ao materialismo histórico dialético, assim como à produção da teoria social feminista, mais precisamente ao diálogo entre o feminismo materialista e feminista negro, na tentativa de elaboração de um feminismo popular. O esforço se dá no sentido de “conciliar” elementos históricos da realidade brasileira e parte da produção de pesquisadoras feministas, principalmente brasileiras. Optei pelas chaves de análise da divisão sexual do trabalho e o novo racismo-patriarcado-capitalismo, assim como na tentativa de apreensão da realidade dos movimentos feministas e de mulheres no contexto brasileiro, diálogo com o pensamento feminista negro, que trata de temas tais como a diáspora, divisão racial do trabalho e do espaço geográfico, enfrentamento ao racismo.

2.1. Feminismo Materialista

Tendo em vista que alguns conceitos importantes à análise das relações sociais emergiram da teoria feminista materialista e que esta teoria tem sido atualizada no contexto contemporâneo, avalio importante destacar um pouco desta vasta produção.

O Feminismo Materialista Francófono⁵ (FMF) emerge como ponto de insurgência ao pensamento hegemônico de que as grandes narrativas e mesmo a história estariam moribundas em um suposto mundo “pós-material”. Os escritos destas intelectuais na década de 1970 haviam sido traduzidos apenas para a língua inglesa, mas recentemente o foram pela Brecha Lésbica

⁵ Não se restringe às feministas nascidas na França, a exemplo da italiana Paola Tabet.

no idioma espanhol (2005) e em 2014 para os países de língua portuguesa, por iniciativa da SosCorpo. Diante da ofensiva conservadora que tenta atingir os corpos das mulheres, na tentativa de ceifar a nossa autonomia e liberdade, arriscaria dizer que cada nova tradução significou um ato de resistência.

Imbuídos de caráter crítico muitos destes escritos se fizeram entre as décadas de 1970 e 1980, em que nos países de capitalismo central estava em voga “um mundo que a palavra, e não as coisas” parecia mediar as relações sociais” (LAMOUREX, 2009, p. 209).

De acordo com Ochy Curiel e Jules Falquet, as principais tendências feministas na década de 1970 no contexto da França foram: a) “luta de classes”: composta por mulheres populares, participantes de associações de bairros, ligadas a sindicatos e partidos de esquerda; b) “radicais”: mulheres intelectuais ligadas às universidades que elaboraram sobre a “opressão das mulheres” como fenômeno de “classes sociais” e c) “Psyképo”: mulheres ligadas a setores influenciados pelas correntes psicanalíticas, literárias e essencialistas (FERREIRA et al, 2014, p. 10).

As duas primeiras perspectivas construíram-se teórica e politicamente em concordância com o entendimento de que “todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2009, p. 67). Este leque das feministas materialistas abarca as teóricas mais ligadas aos estudos sobre trabalho, vinculadas à marxista ou “luta de classes⁶” como ficou conhecido à época, assim como a tendência “radical” francófona, que mesmo partindo da dimensão do trabalho como fundante, priorizou refletir temas como a sexualidade e as relações sociais entre mulheres e homens a partir do entendimento de que o patriarcado é o principal inimigo das mulheres (DELPHY, 2009).

A origem dos conceitos divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo emergiram neste comum contexto em que havia se chegado a uma consciência coletiva feminista acerca da exorbitante quantidade de trabalho “realizada gratuitamente pelas mulheres”, assim como sobre o seu caráter invisível, desvalorizado simbólica e monetariamente e realizado “não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2009, p. 68). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo se construíram, portanto como dois termos indissociáveis, em que “a divisão sexual do trabalho tem um estatuto “d’ enjeu” (do que está em jogo) nas relações sociais de sexo” (ibidem, p. 71).

⁶ Lembrando que é a teoria feminista marxista que a partir da incorporação e também da crítica do conceito de classes sociais elabora sobre a condição das mulheres na produção e reprodução sociais.

A consistente formulação da perspectiva materialista radical pode ser encontrada nas obras de autoras tais como Colette Capitan, Christine Delphy, Colette Guillaumin, Emmanuele de Lesseps, Nicole-Claude Mathieu, Monique Plaza, Paola Tabet e Monique Wittig. A teoria social feminista materialista francófona radical se apoia em pesquisas antropológicas ao afirmar que a dominação patriarcal sobre as mulheres não se originou com a propriedade privada, de modo que a existência da subordinação das mulheres e de uma divisão desigual do trabalho e do acesso a ferramentas em sociedades também estiveram presentes em sociedades comunais.

As organizadoras do compilado “Patriarcado desvendado” selecionaram a tradução de três inéditos textos, são eles “Prática do poder e ideia de natureza”, Colette Guillaumin; “Mãos, instrumentos, armas”, Paola Tabet e “Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceitualização da relação entre sexo e gênero, Nicole-Claude Mathieu. De forma resumida trarei, o que em meu entendimento, constituem as principais contribuições destes referidos textos, diante o caráter fundante que possuem em relação à formulação teórica feminista materialista. A incumbência será apenas indicar brevemente alguns pontos que considero perpassar estes três textos selecionados no compilado, de modo a revelar um pouco da complexidade desta perspectiva política quanto teórica.

Na apresentação do compilado “O Patriarcado Desvendado”, Curiel e Falquet indicam quatro motivos que explicam o fato de a produção teórica FMF não ter se tornado largamente conhecida: 1) o caráter acadêmico, universitário e complexo; 2) problema de tradução; 3) “caráter profundamente revolucionário” (FERREIRA et al, 2014, p. 12); 4) a construção da ideia de um “french feminist”, por parte de acadêmicos norte-americanos⁷, como se esta fosse a única perspectiva de feminismo na França. Este feminismo constitui-se a partir da “santa trindade” (ibidem, p. 13) composta por Luce Irigaray, Hélène Cixous e Julia Kristeva e foi endossado por intelectuais – homens – franceses tais como Roland Barthes, Gilles Deleuze, Michel Foucault e Jacques Lacan, fazendo desta a perspectiva preponderante e mundialmente conhecida. A generalização desta perspectiva do feminismo francês tornou-se hegemônica e, foi rechaçada pelas feministas que traziam contribuições críticas a ela tanto dos países americanos quanto da própria França.

Apoiadas no “método do materialismo histórico e dialético”, o FMF se lançou à construção de uma teoria feminista e lésbica radical. Mesmo tendo como base de seu pensamento a influência marxista, apresentava discordâncias em relação à corrente “socialista”

⁷ Saliento que os estudos de gênero de “origem anglófona e inspiração pós-estruturalista” (Scavone, 2009, p. 10) disseminaram-se em diversos países do mundo, sendo estimulado por organismos de financiamento internacional a partir do anos 1990 no Brasil.

do feminismo (SCAVONE, 2009, p. 17), assim como diferenciava-se da perspectiva “radical” propriamente dita. De tal modo, resultou na construção de uma corrente original, o feminismo materialista radical francófono. Neste sentido estas autoras protagonizaram a construção de uma formulação teórica e política própria que priorizava um “movimento autônomo de mulheres” em que suas reivindicações não poderiam “estar submetidas a nenhum movimento social ou partido político, ainda que indiretamente” (CISNE, 2014, p. 261).

Compreendem o coletivo de mulheres e homens enquanto “classes”⁸, devido o antagonismo presente nestas relações sociais e sustentam a tese de que as classes de homens e mulheres se relacionam mediante relações sociais (*rapport*) materiais, concretas e históricas, onde “o que está em jogo [...] é a organização social do trabalho” (DEVREUX, 2005, p. 15). Importante salientar que na língua francesa a palavra relação tem dois distintos significados, sendo eles *rapport* (relações estruturais) e *relations* (relações interindividuais).

Guillaumin (2014, p. 30) compreende a apropriação como sendo “a natureza específica da opressão das mulheres”. Assim, argumenta que o conceito de exploração não explica a realidade do “operário mulher” (ibidem, p. 32). Trata-se de uma “apropriação física direta” e não de uma “força de trabalho, distinta de seu suporte/produzidor” (ibidem, p. 33). Neste sentido, as classes de mulheres não estão passíveis de “vender APENAS (grifo da autora) sua força de trabalho e não ser a pessoa mesma apropriada” (ibidem, p. 34).

A função da apropriação não precisa ser necessariamente de forma individual, a partir do contrato sexual direto entre esposos, antes pelo contrário é comum a apropriação geral da classe das mulheres, o que significa que o tempo e trabalho de todas as mulheres membras de uma família pode estar à disposição do grupo familiar em seu conjunto. Trabalha a dupla face da apropriação, seja nas relações materiais de poder quanto na ideologia naturalizante. Explicita as relações individuais de apropriação de cada mulher, assim como se debruça a entender as relações coletivas entre mulheres e homens⁹. Em suas palavras, “nas relações de sexagem, as expressões particulares dessa relação de apropriação (aquela do conjunto do grupo de mulheres, aquela do corpo material individual de cada mulher)” (GUILLAUMIN, 2014, p. 34-35) se caracterizam mediante: a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) o encargo físico dos membros inválidos do grupo”.

⁸ Apesar de não ser a forma como compreendo as relações sociais, por acreditar que assim como a “classe” foi considerada a principal dimensão, seja por teóricos liberais ou marxistas, esta forma dificulta o entendimento da complexidade e diferentes combinações das relações de classe, raça e gênero. Considero relevante destacar esta formulação que engendra uma das principais contribuições teóricas do FMF.

⁹ Coletivas no sentido de grupos sociais que apesar de terem diferenças apresentam algumas características estruturantes homogêneas, tais como grupos de homens, grupos de mulheres. Parece algo distinto de coletivos no sentido comunitário, em que muitas dimensões, tais como antagonismos, semelhanças, estão presentes.

No entendimento desta autora, os meios da apropriação da classe das mulheres são: a) mercado de trabalho; b) confinamento no espaço; c) demonstração de força; d) coação sexual; e) arsenal jurídico e direito consuetudinário (ibidem, p. 55). Assim, contrariamente a outros grupos que vendem sua força de trabalho na sociedade industrial, nós -as mulheres- não podemos negociar neste sentido, pois “*ela é derivada do corpo físico e de um corpo físico que já está apropriado*” (ibidem, p. 51) (grifo da autora). A construção teórica da autora é de grande ineditismo, parte de uma concepção marxiana sem ser subsumida por conceitos já construídos. Antes pelo contrário, angaria uma forma que se aproxima da complexidade do fenômeno de apropriação da estrutura do patriarcado por parte do capitalismo. Descarta simplificações analógicas entre o trabalhador e a trabalhadora.¹⁰

Outra importante teórica do FMF, Paola Tabet (2014, p. 101) afirma que a antropologia não realizou suficiente investigação no tocante à divisão sexual do trabalho tampouco se perguntou acerca da existência de uma “diferenciação dos instrumentos por sexos” nas atividades realizadas por mulheres e homens. Este é o seu ponto de partida. Propõe-se a investigar o “peso fundamental do controle dos instrumentos” e apresenta como hipótese inicial a “*diferença seja qualitativa, seja quantitativa*” (destaque da autora) dos instrumentos à disposição dos sexos, desde as sociedades de caça e coleta às industrializadas, o que coloca as mulheres em uma condição de “subequipadas” (ibidem, p. 109).

Questiona um sem-número de autores da antropologia que assim como Claude Lévi-Strauss trataram a antagônica divisão sexual do trabalho a partir da compreensão de uma harmoniosa complementariedade entre os sexos. Propõe a inversão da relação entre os instrumentos e a divisão sexual do trabalho, de modo a afirmar que o uso dos instrumentos pelos homens paulatinamente intensificou a distância entre o trabalho de mulheres e homens mediante a divisão sexual do trabalho. Neste passo as mulheres dispuseram-se às atividades mais simples (no sentido de arsenal técnico, tecnológico) e separadas dos instrumentos¹¹ (TABET, 2014, p. 113).

Analisa que os homens tiveram condições de expandir-se para além de seu corpo físico mediante o domínio sobre instrumentos e, conseqüentemente à sociedade, enquanto as mulheres ficaram reservadas às operações aonde eram utilizadas apenas simples instrumentos

¹⁰ Destaco teóricas brasileiras que empreenderam sistematizações bastante complexas acerca da condição das mulheres trabalhadoras. Ver Pena (1981); Souza-Lobo (2011); Saffioti (2013); Viezzer (1989).

¹¹ A perseverança da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho brasileiro em que o “segundo sexo” ocupa o “setor terceiro”, no sentido de que no mercado de trabalho brasileiro, os homens ocupam o setor primário (agricultura) e secundário (indústrias) enquanto as mulheres predominam no setor terciário (serviços e comércio) (BEZERRA, 2014). Este último relaciona-se em geral a uma força-de-trabalho extraída com pouca mediação de arsenal maquinário ou tecnológico, havendo apelo ao uso do próprio corpo e a produtos derivados dele.

ou mesmo as mãos. E questiona se não se trata de “uma condição necessária para que as mulheres sejam, elas mesmas, utilizáveis materialmente no trabalho, na reprodução e na sexualidade” (ibidem, p. 111). Compreende que nesta condição de “apropriadas” pelos homens reside também o fato concreto de como as relações de trabalho entre os sexos se deram desde as sociedades de caça, pesca, coleta e agricultura. Somaram-se a tal situação, o extravio de tempo livre e, o domínio acerca dos produtos de seus corpos a exemplo do número de gravidezes e sobre a sua sexualidade.

“O controle, por parte dos homens, da produção e do uso de instrumentos e armas confirma-se como condição necessária da dominação masculina sobre as mulheres” e essa dominação está baseada no “monopólio masculino de armas” e “instrumentos” (TABET, 2014, p. 165-166). As mulheres encontram-se excluídas da fabricação e utilização de armas e instrumentos e isto tem significado também a necessidade de maior tempo para execução do trabalho das mulheres. “*Esta apropriação do tempo das mulheres é um aspecto fundamental de sua exploração*” (ibidem, p. 124) (destaque da autora) e é através dele que “os homens garantem mais tempo livre” (ibidem, p. 123).

A pesquisadora Nicole-Claude Mathieu publicou um texto no ano de 1989 que é também fundamental à construção desta perspectiva teórica, o feminismo materialista francófono. A partir do resgate de uma diversidade de experiências antropológicas nas mais variadas regiões continentais a autora elaborou um “esquema provisório de três grandes tipos de conceitualização do sexo” (MATHIEU, p. 2014, p. 177) relacionados a hetero e homossexualidade em que foram encontradas características semelhantes: 1) problemática relacionada à identidade pessoal na organização social do sexo; 2) estratégia das relações entre os sexos; 3) relação entre sexo biológico e social; 4) relação entre “sexo, gênero e sexualidade” (ibidem, p. 179).

Sistematizou três modos de conceitualização relacionados à problemática da identidade pessoal, a que denominou Modo I: “o gênero traduz o sexo” (MATHIEU, 2014, p. 179). Está “baseada na consciência individual da vivência psicossocial do sexo biológico” (ibidem, p. 180), em que “A diferença dos sexos é concebida como fundadora da identidade pessoal, da ordem social e da ordem simbólica” (ibidem, p. 181). Define a homossexualidade “em termos biológicos”, em que “o comportamento sexual faz parte da diferenciação, não dos gêneros, mas dos sexos”. A autora considera esta concepção como “‘sexualista’ - o mais normal, portanto, é adaptar o gênero ao sexo” (ibidem, p. 183).

Na segunda concepção “o gênero simboliza o sexo” (MATHIEU, 2014, p. 180). A “elaboração feita pelo social sobre o biológico [...] a ideia de uma divisão [...] da categoria DO

sexo em duas categorias sociais DE sexo” (grifo nosso). Está ligada à “consciência de grupo” e “experimentado como uma espécie de modo de vida coletivo” (ibidem, p. 187). Uma série de “diversidade dos arranjos concretos” (ibidem, p. 195) é apontada pela autora, assim como a possibilidade de “transgressões do sexo pelo gênero” (ibidem, p. 194). De forma sintética, “pode integrar todas as formas de ‘escolha sexual’ (hetero-; bi- ou homossexualidade) sem abandonar a norma do ‘hetero-gênero’ (baseada na ideia de uma bipartição, hierárquica, do sexo)” (p. 199). Assim, “O gênero não traduz mais o sexo [...] a unicidade do sexo traduz a univocidade do gênero, resultado lógico e extremo da assimetria” (ibidem, 2014, p. 203).

Enquanto no terceiro modo “o gênero constrói o sexo”. A identidade de sexo baseia-se na consciência de classe de sexo, de tal maneira que “Entre sexo e gênero é estabelecida uma correspondência sócio-lógica, e política. Trata-se de uma lógica antinaturalista e de uma análise materialista das relações sociais de sexo”. Compreende noções dinâmicas, tais como: “dominação, opressão e exploração” (MATHIEU, 2014, p. 204) assim como à “construção cultural do sexo” e “sexualidade” (ibidem, p. 205). A autora considera esta concepção uma forma de “politização da anatomia” (ibidem, 2014, p. 207).

As pesquisas antropológicas sobre diversas realidades concretas e o exímio trabalho de revisão de literatura realizados pela autora, fizeram-na chegar a importantes conclusões: 1) “os terceiros sexos/gêneros” não subverteram a bicategorização”; 2) esta bicategorização funciona em detrimento do sexo social “mulher”. Em outras palavras, “a despeito das mudanças de gênero e mesmo de sexo, essas relações de produção consistem na exploração das mulheres” em que “no patamar mais baixo da escala dos gêneros, o que há são fêmeas: sexo social ‘mulher’” (MATHIEU, 2014, p. 215).

Apresenta críticas aos “Womens Studies anglo-saxões à utilização exclusiva e para todos os propósitos do termo ‘gênero’” (ibidem, p. 215) e advoga o uso de relações sociais de sexo, em que o antagonismo entre as classes está explícito, carregado portanto de valor heurístico. Em texto mais recente critica as teorias que afirmam “as categorias de oposição binária (homens/mulheres, homo/heterossexual)” como “ultrapassadas” e “essencialistas” (MATHIEU, 2009, p. 228) e atenta que as teorias *queer* têm privilegiado os “aspectos simbólicos, discursivos e paródicos do gênero” optando por não analisar aspectos da “realidade material histórica das opressões sofridas pelas mulheres”. De tal modo, esta “tendência encontra

forte oposição entre algumas lésbicas e feministas, especialmente as feministas ‘de cor’ americanas e as do Terceiro Mundo¹²’ (ibidem, p. 228).

Chega à conclusão de que embora as variadas representações de sexo e sexualidade, as sociedades instauraram concretamente (através de ritos, regras de casamento, etc.) a construção social e histórica de uma diferença entre os sexos que funciona a partir de uma ideia de complementariedade regida mediante codependência e hierarquia. O arcabouço teórico, empírico, metodológico e político construídos pela teoria materialista desvela que a origem e manutenção de uma sociedade baseada em dicotomias (mulher/homem, sexo/gênero, privado/público, dentre uma infinidade de outras) erigiu-se ao mesmo passo que o sistema capitalista se consolidava.

Saffioti (2009) empreende crítica que considero semelhante quando se refere ao essencialismo biológico tanto quanto ao essencialismo social, na contramão de um sistema sexo-gênero em que o gênero estivesse assentado no corpo biológico. Esta forma simplista e avessa ao materialismo histórico e dialético de compreender o sexo-biológico e o gênero-social apenas reforça a dicotomia a que supostamente pretendia superar. Assim, admite o gênero a partir das intempéries de um processo social, “desde que se considere o substrato material- o corpo- sobre o qual a sociedade atua” (ibidem, p.1).

A organização da divisão sexual do trabalho, o uso do tempo e do próprio corpo e sexualidade continuam sendo fundamentais quando buscamos compreender as relações hetero ou homoafetivas no atual modo de produção e reprodução da vida em que vivemos. Aspectos culturais e/ou identitários não são suficientes para afirmarmos que “terceiros” ou “enésimos” sexos” haveriam posto fim aos processos de dominação-exploração deste sistema enovelado pelo patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1992; 2004; 2009).

A negação radical das mulheres e homens enquanto grupos naturais ou biológicos possibilitou às feministas materialistas chegarem a elaboradas conclusões. Em acordo com Devreux (2005, p. 564) “Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação”. Esta categoria critica a noção de complementariedade ou harmonia entre os sexos e pressupõe a existência de relações conflituosas e de poder entre a categoria social mulheres e a categoria social homens. “Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios” (SAFFIOTI, 2009, p. 13).

¹² Ver: FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. PERIÓDICUS: ISSN: 2358-0844 n. 3, v. 1 mai.-out. 2015, p. 152-169.

2.2 Alguns Conceitos Feministas Materialistas

A resistência das mulheres tem sido uma realidade desde o “[...] fim do processo de transformação das relações homem-mulher”, em que “a idade desta estrutura hierárquica é de tão somente 2.603-4 anos” (BERTAUX *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 60). Desde a transformação no modo de produção, instauração da propriedade privada e estruturação do patriarcado, as mulheres têm buscado formas de enfrentamento a esta opressão. Com a duração e no formato de organização com que conhecemos hoje, é possível afirmar que o feminismo, enquanto ação política a partir da consciência da opressão nas relações entre homens e mulheres, forjou-se no contexto moderno, tendo as suas raízes nas contradições fundamentais da sociedade oriundas do desenvolvimento do capitalismo e da dominação masculina, que se exprime na divisão sexual do trabalho (TRAT, 2009). Desde a Revolução Francesa (*ibidem*, p.151-152) “as mulheres não cessaram de lutar coletivamente”, de forma autônoma¹³ (sem a presença de homens), caracterizando o movimento feminista como irreversível.

O movimento feminista e o movimento socialista proletário foram gerados pelas transformações que o capitalismo introduziu nas relações sociais de produção e reprodução, assim como a emancipação das mulheres tornava-se o horizonte do feminismo socialista (WATERS, trad. CISNE, 2013, p.157). A aproximação entre os dois se deu principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

Apesar de “as mulheres, muito mais do que os homens” não “terem sido preparadas para o exercício de uma profissão” (SAFFIOTI, 2013, p. 84), o florescimento da indústria moderna ao longo do século XIX significou a definitiva disposição das mulheres em profissões, pois que apesar de sempre terem trabalhado, nem sempre as exerceram (PERROT, 2005).

O início do século XX foi marcado pela organização das mulheres em torno da reivindicação de direitos trabalhistas, civis e políticos, reforma que facilitasse o divórcio, reivindicação de equipamentos públicos, tais como restaurantes, lavanderias, creches (GONZÁLEZ, 2010). O feminismo mobilizou mulheres de muitos países da Europa, Estados Unidos, América Latina, tendo seu auge na luta sufragista¹⁴ (COSTA, 2005).

As mulheres populares construíram as lutas da revolução industrial, francesa e russa,

¹³ Pelo fato de vivermos em uma sociedade patriarcal, grupos sociais compostos apenas por homens, não são identificados como “autônomos”, pelo contrário são tratados “naturalmente” como grupos. Pois o sujeito histórico, político, coletivo ainda é considerado como sendo o homem. Assim, mulheres auto-organizadas, estão organizadas sem a presença de homens, o que atesta que o marco referencial continua sendo o sujeito masculino.

¹⁴ Ver a obra de Angela Davis. *Mulheres, raça e classe*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

assim como se fizeram presentes nos movimentos abolicionistas (SOUZA-LOBO, 2011). Desde o que ficou considerado como a “primeira onda feminista” as mulheres trabalhadoras organizavam-se em torno da conquista de direitos e também por emancipação. Isabel González (2010, p. 64) considera que as feministas neste momento estiveram divididas de tal modo que “as burguesas estavam lutando contra os homens de sua classe, ao passo que as socialistas estavam lutando junto aos homens de sua classe contra a burguesia em seu conjunto¹⁵”.

Para Kolontai e Zetkin (*apud* GONZÁLEZ, 2010) o socialismo era o meio possível de alcançar a emancipação das mulheres. Neste momento, o debate em torno das questões mencionadas marca a prática política das feministas socialistas, sendo que de forma sistematizada foi na “segunda onda” que as feministas pautadas pelo socialismo, realizaram um profícuo diálogo com a teoria marxista e elaboraram alguns conceitos que considero fundamentais à reflexão sobre a histórica opressão contra as mulheres.

Vale salientar que as feministas socialistas nestes países lutavam internamente às próprias organizações políticas no combate ao patriarcado e a dominação sobre as mulheres, o que complexifica o entendimento das relações sociais. No contexto americano (norte e sul) e brasileiro, feministas negras¹⁶ criticavam e refletiam sobre as relações sociais como sendo constituídas pelas dimensões de raça, sexo e classe.

Angela Davis resgata o caráter histórico da desigualdade social nas relações entre mulheres e homens em que

como Friedrich Engels argumenta em sua obra clássica *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a desigualdade sexual, como a conhecemos hoje, não existia antes do advento da propriedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual no interior do sistema de produção econômica era complementar, e não hierárquica. Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade. Uma vez que, durante esses períodos, a comunidade era basicamente uma família estendida, o papel central das mulheres nas questões domésticas significava que elas eram adequadamente valorizadas e respeitadas como membros produtivos da comunidade (DAVIS, 2016, p. 227).

A descoberta da agricultura, por parte das mulheres, representou o maior dispêndio de tempo com esta atividade. Elas tinham, portanto, a responsabilidade por mais de 60% do necessário à alimentação da comunidade (LERNER *apud* SAFFIOTI, 2004), mediante a coleta

¹⁵ Em minha percepção, a pioneira literatura feminista socialista debruçou-se acerca das contradições entre patriarcado e classe, não considerando a dimensão de raça em suas análises.

¹⁶ Para aprofundamento sobre o Feminismo Negro, ver: LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira. Entre silêncios, interdições e pessoalidades: uma análise racial das histórias sobre aborto no sertão. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

de grãos. Essa atividade indispensável à sobrevivência do grupo fazia das mulheres seres imprescindíveis¹⁷. Com essa reserva de tempo livre, os homens descobriram a pecuária, aumentando a possibilidade de armazenamento de comida, assim como a diferença entre o tempo gasto por elas e por eles na realização do trabalho necessário à comunidade. Estavam dadas as bases para a solidificação do caráter sedentário da humanidade.

O maior “tempo livre de trabalho” dos homens os colocava em condições de realizar novas descobertas e, assim ocorreu o desenvolvimento das forças produtivas como nunca antes visto na história da humanidade. Este período de intensas rupturas ficou denominado como Revolução Neolítica e aconteceu há mais de 10.000 anos¹⁸.

As poucas pesquisas que se debruçaram sobre o trabalho das mulheres nas sociedades primitivas o fizeram, em geral, mediante a estereotipia da desigualdade entre os sexos, inscrita na história. Esta distorção da realidade equipara as sociedades matrilineares a uma espécie de “matriarcado”. No entanto, “[...] ainda que não se possa aceitar a hipótese de sociedades matriarcais nem prévias às patriarcais nem a estas posteriores, por falta de comprovação histórica, há evidências apreciáveis, sobretudo de natureza arqueológica, de que existiu outra ordem de gênero, distinta da mantida pela dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 104).

Constata-se que “[...] a divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher” (ENGELS, 2012, p. 203-204). A divisão do trabalho entre os sexos, com a inauguração da propriedade privada, impôs o surgimento da família patriarcal, baseada na monogamia feminina e na heterossexualidade enquanto estruturante da nova sociedade que se construía. Esta estrutura se conservou nos séculos

¹⁷ “Afirma a autora [Lerner], por outro lado, que independentemente da grande importância das mulheres e de seu alto *status* social nas sociedades de caça e coleta, em todas as sociedades conhecidas as mulheres, como categoria social, não têm capacidade decisória sobre o grupo dos homens, não ditam normas sexuais nem controlam as trocas matrimoniais” (SAFFIOTI, 2013, p. 119).

¹⁸ “Esta situação de pobreza fundamental só foi modificada de forma durável pela formação de técnicas de cultura do solo e de criação de animais. A técnica da cultura do solo, a maior revolução econômica da existência humana, é devida às mulheres, tal como uma série de outras descobertas importantes da pré-história (nomeadamente a técnica da olaria e da tecelagem). Firmou-se a partir de, aproximadamente, 15.000 anos antes de Cristo, em várias partes do mundo, muito provavelmente com início na Ásia Menor, na Mesopotâmia, no Irão e no Turquestão, estendendo-se progressivamente ao Egito, à Índia, à China, à África do Norte e à Europa mediterrânica. É chamada a revolução neolítica, por se ter produzido numa época da idade da pedra, em que os principais instrumentos de trabalho do homem eram fabricados em pedra polida (a época mais recente da idade da pedra). A revolução neolítica permitiu ao próprio homem produzir os seus víveres e, portanto, controlar – mais ou menos- a sua própria subsistência. Veio atenuar a dependência em relação às forças da natureza em que se encontrava o homem primitivo. Permitted a constituição de reservas de víveres, o que por seu turno tornou possível que certos elementos da comunidade se libertassem da necessidade de produzir a sua alimentação. Assim se pôde desenvolver uma certa *divisão econômica do trabalho*, uma especialização dos ofícios, que aumentou a produtividade do trabalho humano. Na sociedade primitiva, uma tal especialização apenas pôde esboçar-se, como disse um dos primeiros exploradores espanhóis a respeito dos índios no séc. XVI: ‘Eles (os primitivos) querem utilizar todo o seu tempo para reunir víveres, porque, de outro modo, seriam fustigados pela fome’” (MANDEL, 1982, p.16-17) (Grifo do autor).

seguintes, sobreviveu às mudanças do século XX e, apesar de estarrecedor, permanece sendo considerado o modelo vigente e legítimo.

A década de 1960, a nível mundial foi um período marcado por processos revolucionários, tais como insurreições estudantis, revoluções culturais, greves dos trabalhadores, emancipação de países africanos (CIRIZA, 2006). Os levantes sociais, sindicais e populares que ocorreram na América Latina e Europa impulsionaram o surgimento dos “novos movimentos sociais” (ANTUNES, 2014); a crise internacional do capital; a feminização e precarização do trabalho assalariado (HIRATA, 2002; NOGUEIRA, 2004); redução de gastos do Estado com as políticas sociais (DEDECCA, 2004; HIRATA, 2004) conformaram o contexto de retomada da luta feminista. Ressurge com a força de um movimento que “contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal” e “propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade” (TELES, 1999, p. 10).

Dialeticamente, a confluência dessas transformações fez ressurgir o caráter contestatório do movimento feminista no final dos anos de 1960 e início da década de 1970 em que este movimento teórico-político¹⁹ impulsionou o estudo sobre questões referentes às mulheres enquanto grupo social e a formulação das bases teóricas de conceitos e categorias, dos quais destacamos: a) a divisão sexual do trabalho; b) relações sociais de sexo; c) patriarcado; d) relações de gênero; e) novo patriarcado-racismo-capitalismo. Este arcabouço parece fundamental ao entendimento da condição de vida das mulheres na sociedade de classes assim como à dinâmica do movimento feminista²⁰ na sociedade capitalista. Embora os movimentos feministas não configurem o foco de investigação desta pesquisa, parte da sua contribuição teórica servirá como perspectiva analítica à compreensão do problema pesquisado, tendo em vista a relação destes com os movimentos populares de bairro no contexto brasileiro. Os conceitos analíticos priorizados nesta empreitada serão a divisão sexual do trabalho (KERGOAT), e o novo racismo-capitalismo (SAFFIOTI).

A realidade concreta da condição de precariedade a que as mulheres vivenciavam nos parciais empregos do setor terciário²¹ assim como a conservação das mulheres enquanto

¹⁹ “Como o feminismo-movimento visa a revolução da realidade social, o feminismo – do ponto de vista teórico [...] deve visar uma revolução no conhecimento” (DELPHY, tradução CISNE, 2013).

²⁰ Neste momento, questionava-se inclusive a perspectiva de movimento social como sendo caracterizado pela neutralidade. O termo “movimento social sexuado” foi utilizado por Daniele Kergoat “para insistir na ideia de que as relações sociais de sexo impregnam permanentemente todos os movimentos e que essa consideração deve estar sempre presente quando se analisam tais movimentos” (TRAT, 2009, p. 149).

²¹ Com base em pesquisas realizadas é possível afirmar uma divisão sexual da precariedade do trabalho, em que as mulheres são maioria nos trabalhos informais, em tempo parcial, em atividades com um número inferior de horas trabalhadas e níveis mais baixos na escala de qualificação formal (HIRATA, 2004). Na década de 70, precisamente 89% das mulheres se encontravam no setor terciário (GONÇALVES, 2013).

exclusivas responsáveis pela reprodução social possibilitou o questionamento da estrutura da divisão do trabalho entre os sexos, o montante de trabalho doméstico realizado de graça e as razões naturalizantes que encobriam a opressão das mulheres a esse tipo desvalorizado, sendo possível a “[...] tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres” (KERGOAT, 2009, p. 68).

A divisão sexual do trabalho enquanto “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Pode assumir diferenciadas configurações ao longo da história tendo como características “[...] a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

De acordo com Betânia Ávila (2009), as teóricas que formularam sobre a divisão sexual do trabalho a partir da tradição da teoria crítica e do materialismo histórico têm produzido uma ruptura epistemológica no campo dos estudos sobre trabalho, ao marcar uma redefinição e ampliação deste conceito, mediante as esferas da produção e reprodução. Segundo Burnham e Louie (*apud* Saffioti, 1992, p. 196) as “feministas socialistas têm buscado na divisão sexual do trabalho a base material do patriarcado”. O estudo da divisão sexual do trabalho, enquanto conceito analítico inicialmente discutido em disciplinas como a História e a Sociologia, impulsionado na França, expandiu-se em uma diversidade de países (GUILBERT, MICHEL; ISAMBERT-JAMATI *apud* KERGOAT, 2009, p. 68).

A divisão sexual do trabalho, necessariamente, compreende o trabalho da produção e reprodução sociais. O mercado capitalista no século XX sofreu substanciais transformações em sua organização, modificaram-se as relações de trabalho e o sistema de assalariamento. No entanto, a estrutura familiar ou reprodutiva apesar de ter sofrido modificações na forma como se apresenta, permanece estruturada sob a mesma base material de opressão dos homens sobre as mulheres, ou seja, sob o imperativo da divisão sexual do trabalho típica do sistema capitalista-racista-patriarcal.

Segundo Helena Hirata (2002), o aparecimento desse conceito contraria as correntes teóricas tradicionais que consideravam a divisão sexual do trabalho a partir da ideia de vínculo, complementariedade ou parceria entre os sexos²². Apresenta-se, portanto, como uma crítica à

²² A exemplo de Lévi-Strauss que explicou a estruturação da sociedade em famílias, mediante a diferenciação e

conservadora ideologia que supõe igualdade de *status* e poder entre ambos os sexos. Estava em questão, portanto, a naturalidade das diferenças entre homens e mulheres e a suposição de sua complementariedade. “[...] A teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais” (KERGOAT, 2009, p. 68), portanto, inscreve na história as relações estabelecidas entre os sexos, a família, as desigualdades no trabalho assalariado e o furto do tempo dedicado ao trabalho doméstico, mediante o apelo à afetividade, pelo conjunto das mulheres.

De acordo com Daniele Kergoat (1998), no momento em que o sistema capitalista instaurou a separação entre espaço e tempo, provocou também a cisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Esta divisão produziu um princípio de separação entre trabalho realizado por homens e trabalho realizado por mulheres, com uma conotação hierárquica que estrutura a divisão sexual do trabalho. Esta aceção da divisão sexual do trabalho é organizada a partir de dois princípios: a separação entre o que é trabalho realizado por homens e trabalho realizado por mulheres e a hierarquia que atribui às atividades desenvolvidas por homens maior *status* e valor social do que aquelas realizadas por mulheres.

Esta hierarquia se mostra conveniente ao capital por duas razões: de um lado divide a classe trabalhadora, diminuindo o seu poder de combatividade; por outro, aumenta a sua capacidade de acumulação, mediante a abusiva exploração da força de trabalho feminina, sob o estigma da desqualificação e da inferiorização.

A compreensão de uma divisão sexual do trabalho estruturada sob os princípios de separação e hierarquia possibilita a análise da realidade de modo a reintegrar as duas esferas (produção e reprodução), atestando que o velado trabalho doméstico é trabalho e constitui o ciclo da realização do capital, mediante as relações familiares.

A ideologia patriarcal condiciona as mulheres a realizarem esse trabalho como um meio de afirmação social, pois a ideologia dominante afirma que uma “legítima” mulher deve ser casada, possuir filhos e garantir a reprodução de todos eles e também a sua. “Um importante subproduto ideológico dessa transformação econômica radical foi o surgimento da ‘dona de casa’. As mulheres começaram a ser redefinidas ideologicamente como as guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica” (DAVIS, 2016, p. 230)

O trabalho gratuito, realizado por intermédio da família, parece ser a invasão do capital sobre o corpo, tempo e vida das mulheres, assim como a garantia da reprodução da totalidade da força de trabalho humana, que significa em última instância a realização do ciclo do capital.

suposta complementariedade do trabalho realizado a partir da divisão sexual.

Introduzir questões que indiquem a historicidade da relação entre mulher e trabalho é fundamental no sentido de atentar para as dimensões ideológicas e materiais da divisão sexual do trabalho, fundamentadas na negação das mulheres como trabalhadoras e do trabalho doméstico como trabalho” (ÁVILA, 2009, p. 14-15).

Atestar o trabalho doméstico como sendo trabalho não significa compará-lo ao trabalho assalariado, portanto. Significa retirar o trabalho da mulher do limbo que associa o seu ser a um estado de natureza, teorizado desde o surgimento dos sistemas simbólicos, tais como o advento da ciência, religião, política e filosofia inventadas no tempo livre de reprodução social, do sexo masculino.

Naturalizar o trabalho doméstico como sendo obrigação das mulheres provoca a mistificação da realidade. O caráter compulsório – porque natural – encobre, portanto, a realidade de que as mulheres trabalham mais que os homens, em qualquer parte do mundo e, antes de tudo que é de trabalho que se trata. “E, enfim, da análise do trabalho decorre, naturalmente, a constatação de que o homem é um ser radicalmente histórico e social” (TONET, 2013, p. 98).

Os debates embasados na divisão sexual assumem as relações pessoais, privadas e da esfera reprodutiva como sendo sociais e políticas²³. Assim, o trabalho doméstico “[...] pode se constituir em objeto da história e da sociologia, uma vez que não há uma forma eterna de domínio especificamente feminino e, portanto, uma divisão sexual do trabalho inscrita na natureza” (CHABAUD-RITCHER; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL; SONTONNAX, *apud* ÁVILA, 2009, p. 52).

A radicalidade com que a divisão sexual do trabalho apreende o trabalho doméstico enquanto trabalho mostra-se como uma nova forma de apreensão da realidade. Mesmo porque este tipo de trabalho não é contabilizado monetariamente no âmbito da família. Significa a apreensão de uma das brechas que produz o engendramento de um sistema baseado nas desigualdades das relações de classe, gênero e raça/etnia. Simon Mohun e Suzan Himmelweit (*apud* PENA, 1981, p. 74) sustentam que se o trabalho doméstico é privado “[...] ele é desempenhado fora da lei do valor e não se pode falar de valor fora da lei de valor. Trabalho produtivo é aquele que cria mais-valia e que tem uma relação direta com o capital e nesse sentido o trabalho doméstico não é produtivo”.

Arrematam a ideia sob o argumento de que um trabalho para ser considerado produtivo ou improdutivo precisa estar necessariamente relacionado a uma relação de assalariamento, o que não é o caso no trabalho doméstico.

²³ O principal *slogan* do Movimento Feminista da década de 1970 indicava “O pessoal é político”.

No entanto, o trabalho dedicado à produção de mercadorias é apenas uma parte, em alguns casos a menor, do total do trabalho social. Uma análise que parte exclusivamente da mercadoria e de sua principal característica – ter valor de troca – impedirá a compreensão correta daquela parte do trabalho social que não tem valor por não ser uma mercadoria, isto é, a compreensão do trabalho doméstico. Nosso ponto de partida será, em consequência, o trabalho e a produção totais da sociedade, sejam ou não objeto de troca no mercado, ou seja, tenham ou não valor de troca (ALBARRACÍN, 1988, p. 45).

É importante compreender que o trabalho doméstico se refere à sobrevivência da unidade familiar, responsável pela criação de bens e serviços e, por isso intimamente imbricado no processo de produção e reprodução da dinâmica capitalista (NOGUEIRA, 2010). O que está em jogo no trabalho doméstico é a criação de valores de uso, a força de trabalho da mulher consumida pelos membros da família mediante a lógica capitalista de produção e reprodução sociais. De acordo com Antunes (1999), as horas dedicadas pelas mulheres à reprodução sustentam a reprodução do capital de forma decisiva.

Certamente, o entrosamento entre o sistema capitalista e o patriarcado garante um nível de exploração abusiva a homens e mulheres, pois a divisão sexual do trabalho que desvaloriza a força de trabalho feminina e transforma o trabalho doméstico em uma parte não paga da reprodução da força de trabalho, à medida que incorpora em larga escala esta precária força de trabalho, acaba por rebaixar as condições de toda a classe trabalhadora. Segundo Albarracín (1988, p. 58), “A incorporação massiva das mulheres ao trabalho assalariado mantendo no mesmo nível o trabalho doméstico, ou seja, a utilização da dupla jornada, supõe uma desvalorização da força de trabalho”.

O trabalho não-pago da esfera da reprodução é um efeito da constituição do Estado capitalista. A desoneração do Estado (construído por homens e gerido por eles) assim como da população masculina (metade do contingente populacional) coloca sobre o corpo das mulheres o peso da manutenção da vida. Em meu entendimento, a reprodução da força de trabalho masculina por parte do outro sexo se mostra como a permanência da intermediação que os homens realizam entre a produção e as mulheres.

Em outras palavras, o trabalho gratuito doméstico permite que o ciclo da acumulação capitalista se realize, pois que diante do sistema capitalista patriarcal em que o capital e o Estado se desobrigam de tal atividade, a reprodução desse modo de produção estaria abalada em suas bases. A opressão patriarcal no ambiente privado se encarrega disso, não precisando necessariamente do uso de força, dada a força da ideologia e o consenso.

Ao contrário da dinâmica do mercado assalariado, que durante o século XX sofreu substanciais transformações tais como em certa medida a substituição do modelo taylorista/fordista para o modelo toyotista, intensificando a exploração dos trabalhadores sob novas velhas formas de trabalho, a fixidez da estrutura familiar parece ser o suporte que o

capital encontra para desvalorizar cada vez mais a classe trabalhadora. Pesquisas realizadas nas mais variadas regiões do mundo acerca da realidade do trabalho doméstico têm revelado muitas semelhanças nas condições em que este é feito, o que nos permite afirmar que a realização deste tipo de trabalho pelas mulheres é estruturante à ordem capitalista.

Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva. O trabalho reprodutivo, cujo reconhecimento como trabalho é resultado de longas pesquisas feministas, diz respeito não somente ao trabalho doméstico propriamente dito, mas também, ao trabalho parental e a todas as tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas (trata-se do *care* anglo-saxão) (DEVREUX, 2005, p. 567-568).

Parece confirmado que as mudanças na esfera da reprodução social são quase invisíveis, assim como o suor derramado pelas mulheres, seja na “ajuda” no trabalho da agricultura, seja daquelas que “só” trabalham em casa ou daquelas que “complementam” a renda familiar realizando algum precário trabalho no mercado assalariado. Independentemente das condições do trabalho remunerado exercido pelas mulheres elas ainda são destinadas a trabalhar enquanto os outros membros da família descansam.

Angela Davis se dedicou à investigação do lugar das mulheres negras nesta divisão sexual do trabalho assim como na execução do trabalho doméstico. A autora afroamericana afirma que

à medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, ‘mulher’ se tornou sinônimo de ‘mãe’ e ‘dona de casa’, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p. 24-25).

A autora discute sobre como as experiências das mulheres negras nunca couberam dentro do formato de donas de casa fortemente instituído pela divisão sexual do trabalho em família norteamericanas ou europeias no período de bem estar social em que em muitas delas o salário do homem era considerado o único necessário à reprodução familiar. Estiveram trabalhando fora de casa, tanto na condição livre quanto escravizadas, de modo que as tarefas domésticas não constituíram o centro de suas vidas.

As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver. A prova das forças acumuladas que as mulheres negras forjaram por meio de trabalho,

trabalho e mais trabalho pode ser encontrada nas contribuições de *muitas líderes importantes que surgiram no interior da comunidade negra*. Harriet Tubman, Sojourner Truth, Ida Wells e Rosa Parks não são mulheres negras excepcionais na medida em que são *epítomes da condição da mulher negra* (DAVIS, 2016, p. 232-233) (grifos nossos).

Acerca das condições das mulheres negras no mercado de trabalho dos Estados Unidos, bell hooks afirma que mais do que nunca elas estão inseridas nesta dinâmica, devido a que a renda masculina se mostra insuficiente. Para ela o feminismo tem sido usado como “ferramenta psicológica para fazer mulheres pensarem que o trabalho, que em outra circunstância enxergariam como entediante, chato e demorado, é libertador. Porque, existindo ou não feminismo, mulheres precisam trabalhar” (hooks, 2019a, p. 173).

Devido ao histórico da formação de sociedades escravocratas nos países americanos (norte e sul) e as estruturais desigualdades de gênero, classe e raça, características como tédio, fragilidade, ociosidade ou dependência não fizeram parte da história tampouco da caracterização da vida das mulheres negras. Pelo contrário, a existência deste grupo social tem se mostrado um ato de resistência mesmo quando se refere a conquistas individuais. Sua potência se mostra ainda maior quando grupos de mulheres negras se movem conjuntamente em busca de um horizonte comum. É possível afirmar que mudanças só podem ser consideradas estruturais quando atingem camadas de mulheres trabalhadoras negras.

Ao enfatizar as contribuições das afro-americanas para o bem-estar de suas famílias, tais como manter as famílias unidas e ensinar habilidades de sobrevivência às crianças, esses estudos sugerem que as mulheres negras veem o trabalho não remunerado prestado a suas famílias mais como forma de resistência à opressão que como forma de exploração pelos homens. Apesar dessa visão, a exploração do trabalho não remunerado das mulheres negras nas redes familiares afro-americanas – por exemplo, por namorados, por parentes e até por políticas públicas sociais – continua sendo um tópico negligenciado nas pesquisas. No contexto dos estudos sobre as famílias negras, seja para criticar duramente as mães negras, seja para exaltá-las, ignora-se com frequência quão árduo é o trabalho das mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 101) (destaque da autora).

A autora supracitada aponta particularidades no que se refere às experiências de mulheres negras e não-negras e ao convívio comunitário, familiar, cotidiano.

O conceito de relações sociais de sexo amplia a noção de relações supostamente neutras, no que tange o caráter sexuado. Foi construído pelo movimento feminista materialista francês, no contexto do final da década de 1970 e início da década de 1980 e afirma as relações de sexo/sexualidade, raça/etnia e classe como sendo consubstanciais e coextensivas. Compreende a dimensão antagônica das classes sociais em que “uma relação social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [enjeu]. É uma relação de produção material e ideal” (KERGOAT, 2010, p. 94). Reafirma a centralidade da dimensão do

trabalho, a partir da concepção de trabalho produtivo e reprodutivo proposta pela divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo que explicita a instauração da separação e hierarquia entre trabalhos considerados masculinos e femininos na sociedade capitalista.

O feminismo materialista considera as desigualdades sociais, materiais e as práticas sociais cotidianas, assim como a linguagem, cultura, representações, subjetividade. Compreende que a opressão das mulheres tem diversas causas, de modo a não restringir-se a uma teoria totalizante, transhistórica ou universalizante (JACKSON apud ÁVILA, 2018).

Um outro conceito reelaborado neste contexto foi a noção de patriarcado. No dicionário crítico feminista, Delphy (2009) retoma a acepção desta palavra. A sua etimologia vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando), consistindo literalmente na autoridade do pai. Ao longo da história, foram atribuídos três distintos significados: até o final do século XIX tinha um caráter eminentemente religioso, em que os patriarcas eram os dignitários da Igreja. Este sistema patriarcal existiu anteriormente à implementação do Estado, em referência ao pai ou patriarca, mas sem a conotação de dominação; o segundo conceito é fundado na sociedade moderna por Morgan e Bachofen, se remete a um sentido mais amplo de organização da sociedade, em que o direito materno teria sido substituído pelo direito paterno.

O terceiro significado da palavra patriarcado, construído por Kate Millet a partir da teoria feminista radical, designa uma formação social em que os homens detêm o poder, sinônimo de dominação masculina ou de opressão dos homens sobre as mulheres. Este conceito de patriarcado é o único que se refere especificamente à sujeição da mulher e singulariza a forma de direito político que os homens exercem por serem homens (PATEMAN, 1993).

Diferentemente do feminismo radical, que apreendeu o patriarcado como se este sempre tivesse existido (PISCITELLI, 2008), as feministas socialistas e as feministas materialistas recuperaram o conceito de patriarcado, de modo a não isolá-lo da dimensão econômica (ANA ALICE COSTA, 1998). Esta perspectiva além de compreender de maneira historicizada a opressão das mulheres, considerou a base material ligada ao modo de produção e reprodução social.

Destaco alguns elementos sintetizados por Saffioti (2004, p. 57-58) sobre o conceito de patriarcado: se refere a uma relação civil; concede irrestritos direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; se estabelece baseado em uma relação hierárquica “[...] que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”.

Ademais, estas teóricas indicam o patriarcado enquanto um sistema consubstancial ao capitalismo, o que significa reafirmar a existência da “opressão de gênero” nas “relações sociais

e interpessoais”. De modo a não simplificar a análise com a tentativa de separar “cada aspecto da opressão” como sendo uma “consequência mecânica ou direta do capitalismo” ou ainda “oferecer uma explicação baseada somente em termos econômicos” (ARRUZZA, 2015, p. 37-38).

Ao longo da elaboração construída por Saffioti, acerca do patriarcado, concluiu que este poderia “ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (SAFFIOTI, 1987, 1988, *apud* SAFFIOTI, 1992, p. 194).

Sexismo e racismo são irmãos gêmeos. Na gênese do escravismo constava um tratamento distinto dispensado a homens e a mulheres. Eis porque racismo, base do escravismo, independentemente das características físicas ou culturais do povo conquistado, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo (SAFFIOTI, 2009, p. 25).

Mais à frente, a autora exercitou analisar estas relações a partir da existência de um nó (SAFFIOTI, 1985, 1996), formado pelas três contradições estruturais, de modo a apresentar uma qualidade distinta das determinações que o integram. Assim, “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão” (SAFFIOTI, 2009, p. 19).

No texto “Gênero, patriarcado e violência”, Saffioti (2004, p. 103) critica a perspectiva weberiana de analisar a realidade de forma tripartite – política, econômica e social – por reforçar dualismos típicos da modernidade, em que o pólo negativo estaria sempre relacionado às mulheres. Afirma ainda que boa parte das teorias pós-modernas estão ancoradas nos postulados deste autor, mesmo que não o saibam ou explicitem. Trava um debate no sentido de que o pensamento marxista foi interpelado como sendo *sex-blind*, mas que, no entanto, “a misoginia de Freud” e sua psicanálise que autorizou a pecha da histeria a comportamentos relacionados a um suposto descompensamento feminino, por exemplo, não sofreu esse questionamento. Contudo, afirma que “como o marxismo não se presta a cumplicidades com o *status quo*, as críticas a ele dirigidas, no passado e no presente, são superficiais, não atingindo sequer sua epistemologia” (*ibidem*, p. 104).

Em um de seus últimos textos, intitulado “Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres”, avança na elaboração em relação à possibilidade da construção de uma teoria feminista que considere as três dimensões ontológicas. “A ontogênese tem-se mostrado uma via adequada para a preservação da unidade do inorgânico, do orgânico e do social” (SAFFIOTI, 2009, p. 15). Afirma que a crítica feminista ao essencialismo biológico em alguns momentos recaiu em um essencialismo social. “Como,

porém, o ser social não poderia existir sem as outras duas esferas ontológicas, não se admite ignorá-las. Mais do que isto, o ser humano consiste na unidade destas três esferas, donde não se pode separar natureza de cultura, corpo de mente, emoção de razão etc.” (ibidem, p. 35).

Saffioti seguiu crítica às teorias feministas quando elas não ultrapassaram a gnosiologia, “permanecendo no terreno das categorias meramente lógicas ou epistemológicas” o que não abarcaria a “diversidade do real” (SAFFIOTI, 2009, p. 34) e impossibilitaria a percepção do vínculo orgânico entre gênero e sexo. Afirma que o gênero além de uma categoria histórica é também ontológico no sentido de que todas as sociedades humanas até agora foram constituídas por relações de gênero, sendo portanto constitutivas do ser social, enquanto o patriarcado é um fenômeno histórico, construído e aplicado com o advento da sociedade de classes.

Para ela, a recusa em enxergar ou admitir o patriarcado, faz com que as teorias feministas retrocedam, pois “não atacando o coração da engrenagem de exploração-dominação, alimenta-a” (ibidem, p. 37). Insiste no uso de ambos os conceitos, gênero e patriarcado, inclusive por não serem intercambiáveis, assim como reforça que o termo relações patriarcais de gênero também se mostra importante, pois explicita o vetor de dominação dos homens sobre as mulheres, atingindo o possível caráter de neutralidade da categoria gênero quando utilizada sozinha.

O esforço de Saffioti em levar às últimas consequências a compreensão de fenômenos por ela considerados importantes de serem analisados a faz investigar em profundidade teorias a que ela não estava filiada, mas que julgava importantes à construção do objeto pesquisado. Ou seja, a sua opção pelo marxismo e pelo materialismo histórico-dialético fez com que, à busca de compreensão da realidade, pesquisasse detalhadamente teorias fundamentadas em outras matrizes, por vezes, apenas pela crítica e, em tantas outras pela incorporação crítica de conceitos não necessariamente vinculados a perspectiva de que foi defensora até o final de sua vida. Em muitas partes do seu texto ela afirma a partir de exemplos que a constatação de determinado fenômeno ou ideia não significa uma necessária aderência.

2.3. Algumas Epistemologias Feministas

As epistemologias empiricista e pós-moderna colocam limitações em relação ao sujeito político do feminismo, assim como sugerem reflexões em relação à complexidade das relações sociais. Abordarei brevemente as perspectivas da consubstancialidade e interseccionalidade, ambas situadas na epistemologia perspectivista, no intuito de tecer alguns comentários acerca da análise da realidade permeada pelas relações sociais de gênero, raça e classe.

O “conhecimento situado” ou a “perspectiva parcial” da epistemologia feminista em que os conceitos da interseccionalidade e consubstancialidade questionam as definições de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência moderna, estruturada por homens brancos ocidentais heterossexuais das classes dominantes se constroem de modo a não hierarquizar as formas de opressão (HIRATA, 2014).

Contudo, elementos do contexto histórico algumas vezes acabaram por evidenciar uma dimensão e não outra. Como exemplo os estudos que enfatizaram “gênero e raça” a partir da formulação do feminismo interseccional norte-americano ou ainda, o polêmico debate entre feministas radicais e socialistas na década de 1960, acerca de qual seria o “inimigo principal” a ser destruído, o capitalismo ou o patriarcado. A anunciação das três dimensões fundamentais das relações sociais de gênero, raça e classe, não garante que a análise necessariamente considere todos os elementos como sendo estruturais e, portanto, equivalentes em importância. Vale destacar que o tempo histórico, a formação social, a perspectiva teórica em que os fenômenos sociais são analisados influenciam no destacamento de alguma ou algumas das dimensões consideradas estruturais, assim como a situacionalidade do sujeito que pesquisa. Percebi que com frequência, estudos que se propõem considerar estas dimensões analiticamente, o fazem a partir de uma ou duas dimensões e, poucas vezes, as três dimensões aparecem com o mesmo grau de importância.

As consequências teórico-políticas de ambas as formulações apresentam desdobramentos, que a meu ver, mostram-se diferenciados. A noção de interseccionalidade pode ser considerada “geométrica” e mascarar as relações sociais, além do que a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação, etc) pode suscitar o risco da fragmentação das práticas sociais; de modo que nem sempre os pontos de entrada se refiram a relações sociais tampouco estejam no mesmo plano (KERGOAT, *apud* HIRATA, 2014).

A consubstancialidade, ao elencar as relações sociais (sexo, classe e raça) como sendo fundamentais torna possível compreender outros fenômenos, dando maior realce a um ou outro fator a depender do foco da análise que se esteja propondo. Compreende a realidade não a partir de categorias, mas sim enquanto relações sociais, historicizando-as e explicitando as dimensões materiais da dominação (HIRATA, 2014). A classe continua sendo a determinação central²⁴ e as relações sociais de raça/etnia e sexo/sexualidade encontram-se imbricadas ou indissociáveis (KERGOAT, 2010).²⁵ Os sujeitos capazes de construir processos radicalmente transformadores

²⁴ O que não significa afirmar que exista hierarquia entre estas dimensões estruturais.

²⁵ Ver HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais – Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

e, destruidores das desigualdades relacionadas a estas três dimensões, estão posicionados na classe trabalhadora.

Na tentativa de maior aprofundamento dos fenômenos sociais, considero pertinente o diálogo entre as teorias da interseccionalidade e da consubstancialidade. Mesmo porque ambas surgiram a partir de feminismos contestatórios. Alguns arranjos foram feitos na construção de conhecimento nesta área, os quais destaco a interlocução realizada por Sardenberg (2015) com a elaboração de três autoras acerca da compreensão das relações de gênero, raça e classe, são elas: a noção de “interseccionalidades”, de Kimberlé Crenshaw (1991); “opressões que se entrelaçam”, de Patricia Hill Collins (2000) e “simbiose do patriarcado, racismo e capitalismo”, de Heleieth Saffioti (1992). A interseccionalidade e a consubstancialidade das relações sociais compreendem a realidade a partir da construção de um “conhecimento situado”, o que evidencia o sujeito do feminismo, assim como as opressões a que está submetido e as suas possibilidades de resistência.

Para que a compreensão da realidade parta de uma perspectiva relacional de lógica dialética e contraditória, as dimensões não podem ser analisadas autonomamente. Assim, a análise das opressões deve considerar o processo de dominação-exploração, o modo de produção e o racismo (SAFFIOTI, 1992). Analisar a realidade a partir dos aspectos materiais e não apenas como abstrações teóricas (gênero, raça e classe) ou mesmo como características individuais evita que nos debrucemos sobre falsos dilemas, que muitas vezes nos fazem retroceder teórica, epistemológica e politicamente. Pois que o feminismo interessa enquanto ação coletiva de transformação social e não enquanto uma teoria reprodutora das ideias das classes dominantes.

Neste sentido, “elucidar a estrutura de classe para compreender a dinâmica histórica” (BIDET-MOREL e BIDET, *apud* CISNE, 2013, p. 112) parece uma das diferentes consequências políticas dos desdobramentos teóricos da interseccionalidade e consubstancialidade. De modo que a segunda analisa as relações sociais a partir da complexidade existente entre elas, como por exemplo, o que indica o não apagamento do sujeito da classe trabalhadora e, por conseguinte das mulheres trabalhadoras, considerando o seu aspecto relacional. Estou em acordo com Saffioti (2013) acerca da impossibilidade de o feminismo existir de forma autônoma, desvinculado de uma perspectiva de classe. Ou o movimento-teoria estão construídos com o objetivo de transformação radical deste modo de produção capitalista ou estão engajados em reproduzi-lo. Souza-Lobo (2011, p.134, *grifos da autora*) resgata a definição de classes formulada por Thompson, em que estas

[...] acontecem ao *viverem os homens e as mulheres* as relações de produção e ao experimentarem situações determinantes dentro do conjunto das relações sociais, com uma cultura e com expectativas herdadas, e ao modelarem essas experiências em formas culturais. [...] *a classe se define a si própria em seu efetivo acontecer.*

Apesar de todas as contradições, clivagens e heterogeneidade da classe trabalhadora, parece que o questionamento acerca da existência do sujeito político do feminismo ou as tentativas de sobreposição de uma opressão à outra muito tem a ver com a ofensiva pós-moderna que ao negar a luta entre as classes sociais, estimula o conflito entre indivíduos de uma mesma classe, no caso a trabalhadora. Segundo Alejandra Ciriza (2006), alguns dos rebatimentos da pós-modernidade nas teorias feministas são a cisão entre produções teóricas e práticas políticas, desarticulação em relação à dimensão histórica e abandono do ponto de vista da totalidade.

A articulação entre as diferenciadas interseccionalidades à inextricabilidade das relações de sexo, raça e classe indica, portanto, a análise da realidade concreta das mulheres e, não apenas um aspecto discursivo ou conceitual de “sujeito”. A experiência de mulheres de uma classe – trabalhadora – imbricada às diferentes interseccionalidades não parece portanto abstrata ou universal.

A construção da epistemologia perspectivista composta pelas teorias da consubstancialidade e interseccionalidade está a todo momento repondo críticas e afinidades entre si. De acordo com Carla Akotirene (2019, p. 35),

o livro *Ain't I a Woman*, o primeiro de Bell hooks, também publicado em 1981, ajusta a metodologia interseccional articulando o impacto sexista na experiência das mulheres negras durante e após a escravatura, a desvalorização da subjetividade, o machismo dos homens negros, o racismo feminista e a vontade intelectual de trabalhar o paradigma afrocêntrico para defender um povo. Teoria, metodologia e instrumento prático, a interseccionalidade revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a branquidão das ondas feministas, que não passaram de experiências de colonização e nem sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, manifesto de força teórica negras, sem estar presa às correntes eurocêntricas e saberes narcísicos.

A autora afirma também que em alguma medida a epistemologia feminista negra muitas vezes parece sucumbida à teoria da interseccionalidade, como se fossem exatamente a mesma coisa ou uma substituísse a outra. “Na atual conjuntura, a interseccionalidade está longe de dar conta em espessura e coletividade, por sua popularidade ser fincada de pós-modernismo e pós-estruturalismo fundamentalmente (ibidem, p. 99). Crítica semelhante é feita por Moraes e Esquenazi (2020, p. 96) acerca de que “[...] a noção de interseccionalidade tem sido apropriada por teóricas da pós-modernidade, marginalizando a classe social e perdendo de vista o propósito emancipador proposto pelas feministas negras em sua origem”.

De acordo com Patricia Hill Collins,

tomada em conjunto, a rede supostamente homogênea de economia, política e ideologia funciona como um sistema altamente eficaz de controle social destinado a manter as mulheres afro-americanas em um lugar designado e subordinado. Esse sistema mais amplo de opressão suprime as ideias das intelectuais negras e protege os interesses e as visões de mundo da elite masculina branca. Negar às afro-americanas a possibilidade de se alfabetizar de fato impediu a maior parte delas chegar à posição de acadêmicas, professoras, escritoras, poetisas e críticas. Além disso, embora há muito existam historiadoras, escritoras e cientistas sociais negras, até recentemente essas mulheres não ocupavam posições de liderança em universidades, associações profissionais, publicações impressas, veículos de rádio e teledifusão e outras instituições sociais de validação do conhecimento. A exclusão das mulheres negras de posições de poder nas principais instituições levou à valorização das ideias e dos interesses da elite masculina branca e à correspondente supressão de ideias e interesses das mulheres negras no mundo acadêmico tradicional. Além disso, essa exclusão histórica significa que imagens estereotipadas das mulheres negras permeiam a cultura popular e as políticas públicas (COLLINS, [1990] 2019, p. 35-36).

Assim, é muito interessante que o pensamento feminista negro, apesar de ter se construído, muitas vezes, à margem da escolaridade formal, ingresso acadêmico, postos formais no mercado de trabalho e outras benesses que parcelas das classes médias e altas, de maioria branca, estivesse se expressando de outras maneiras assim como que as feministas negras considerem que as contribuições de mulheres negras a uma teoria feminista crítica sejam tratadas como intelectuais. A teoria feminista negra considera o saber formal de acadêmicas letradas como considera contribuições de intelectuais negras a partir de expressões da tradição oral, da prática compromissada e ética pelo fim das desigualdades sociais, de gênero e do racismo.

2.4. Sujeito Político do Feminismo

A elaboração teórico-política feminista entre as décadas de 1960 e 1980 teve como principal interlocutora a teoria social marxista (SORJ, 1992). As perspectivas do feminismo liberal, radical e socialista consideravam a importância da teoria social de Marx, de modo que privilegiavam o diálogo, a incorporação e a crítica com essa perspectiva.

No entanto, a irrupção do feminismo no momento de crise da sociedade moderna e a crítica aos pressupostos da racionalidade científica, serviu como um dos pontos de encontro entre o feminismo e as perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas (CIRIZA, 2006). Ocorreu uma “espécie de afinidade eletiva entre feminismo e pós-modernidade no campo da cultura, entre feminismo e pós-estruturalismo no espaço da produção teórica, entre feminismo e novos movimentos sociais no campo da ação política” (ibidem, p. 57). A psicanálise e outras correntes pós-estruturalistas e pós-modernas ganharam destaque (SORJ, 1992) assim como

ganhou corpo um amplo processo de combate às ideias identificadas ao comunismo e/ou marxismo. Por óbvio, o rechaço a essa perspectiva política e teórica respingou no feminismo de estratégia socialista, tendo em vista que este contribui a revelar o fato de que a opressão dos homens sobre as mulheres é um dos elementos fundamentais à dominação das classes dominantes (SOUZA-LOBO, 2011).

As teorias pós-estruturalistas se colocaram à desconstrução dos pressupostos do materialismo histórico-dialético ainda com maior afinco do que às críticas direcionadas à teoria social liberal. Ao construírem “[...] um discurso radicalmente antiteleológico”, se apresentaram como portadoras de uma “teleologia do fim da história” (ALMEIDA, *apud* MACEDO, 2011, p. 45). Rechaçaram temas relacionados às macroestruturas sociais, trabalho e política e propuseram-se uma “ênfase desconstrutiva baseada na fluidez e na contingência” (BARRETT, 1999, p. 110). No entanto, concordo com Sardenberg (2002) em que desconstruir não significa necessariamente politizar e acrescento que tampouco configura uma bem sucedida construção crítica que enfrente às teorias hegemônicas. Se os marcos modernos liberais não servem a explicar a diversa tonalidade da realidade social, que outras teorias podem ser construídas? E, que elementos históricos, concretos podem ser considerados nesta construção teórica ideologicamente orientada?

No Brasil, os primeiros estudos sobre as mulheres variaram entre a família como categoria central de análise (ARAÚJO, 2004); a compreensão de que os esposos deveriam constituir material analítico; ou ainda estudos que entendiam a relação entre mulheres e homens como sendo estritamente técnica (SOUZA-LOBO, 2011), de forma a reproduzir a divisão sexual do trabalho à medida que não a questionava. Contudo, também na década de 1980, iniciam-se os estudos feministas sobre as relações de gênero. Compreende-se que este é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos assim como representa as relações de poder e se constitui baseado em quatro principais aspectos: símbolos culturais, conceitos normativos, instituições sociais e subjetividade (SCOTT, 1990). A partir de então, se evidencia a condição de opressão sofrida pelas mulheres assim como se abre a possibilidade da “perspectiva de gênero” como “construção de uma epistemologia feminista sobre a ciência e uma teoria crítica do conhecimento” (COSTA e SARDENBERG, 2002, p. 12). De acordo com Sardenberg (2002), o conceito analítico relações de gênero permitiu a construção de uma epistemologia feminista.

Saffioti (2009, p. 9) compreende que “há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento que permitem a interpretação desta experiência.” Deste modo, o avanço de pesquisas realizadas por/ e sobre

mulheres demonstrou a “armadilha da dicotomia entre a análise de relações ditas gerais e de relações ditas ‘específicas’” (SOUZA-LOBO, 2011, p 163-164). Revelava-se incoerente partir de uma perspectiva “androcêntrica” (SARDENBERG, 2002, p. 96) formulada com base no suposto sujeito analítico neutro para pesquisar uma realidade também dita neutra. À medida que as mulheres se colocavam na condição de formuladoras de teoria, a “sua (nossa) legitimidade enquanto sujeitos do conhecimento – a nossa autoridade epistêmica – se batia com a questão da objetividade e ‘neutralidade’ científicas” (SARDENBERG, 2002, p. 93).

A crítica às teorias sociais de largo alcance explicativo se lançou também em direção à elaboração política do feminismo. De acordo com Barrett (1999, p. 109), autores como Derrida, Foucault e Lacan construíram uma “crítica devastadora dos principais pressupostos em que se baseava a maior parte das teorias social e feminista”. A ênfase no aspecto discursivo começava a operar uma forma de existência em que a narrativa particular de cada indivíduo, ou ainda o seu o ponto de vista sobre o mundo, estava legitimado a explicar os fenômenos sociais, independente da sua complexidade. Sínteses a que o movimento feminista chegou, tal como “o pessoal é político”, foram questionadas a partir de uma lógica em que o político parecia se pessoalizar – em vez de o pessoal se politizar – em que as relações interindividuais supostamente explicariam os problemas sociais.

Esta inflexão teórico-política implica rebatimentos no processo de construção social da teoria feminista, mesmo porque as epistemologias feministas se construíram a partir da crítica à modernidade, sendo que a reivindicação de direitos civis e políticos modernos marcaram o seu surgimento, o que caracteriza esta relação enquanto contraditória. O contexto histórico moderno foi o momento possível de elaboração teórica acerca de uma infinidade de temas relacionados à subjugação das mulheres na sociedade capitalista, contudo seus parâmetros são questionados pelas teorias feministas a partir de uma outra lógica analítica das mulheres enquanto sujeitas políticas pesquisadoras e pesquisadas.

Diferenciadas tradições e epistemologias têm chegado a também díspares formulações acerca do sujeito do feminismo. De forma sintética, Harding (*apud* SARDENBERG, 2002), distingue três posicionamentos feministas básicos: empiricista, apoiado na justificativa e verdade do projeto científico e combate ao androcentrismo da ciência moderna; perspectivista (*standpoint*), que defende um saber fundamentado no ponto de vista das mulheres e o pós-moderno, questionador das duas estratégias anteriores devido o seu “fundamentalismo”. De acordo com Macedo (2011, p. 40) o ponto de encontro entre o feminismo e as teorias pós-modernas “acontece no momento em que ambos se colocam face às problematizações em torno da *diferença*”.

Cecília Sardenberg resgata o pensamento de Harding, na afirmação de que

[...] tanto o compromisso fundamentalista do feminismo empiricista com a Ciência Moderna, bem como o interpretacionismo sem chão do feminismo pós-moderno, oferecem muito pouco para uma estratégia epistemológica feminista comprometida com a produção de saberes emancipatórios (SARDENBERG, 2002, p. 102).

Concordo que a falta de perspectiva em superar os fundamentos da racionalidade moderna, assim como o ilogicismo pós-moderno não colaboram com o aprofundamento do conhecimento, a partir de uma perspectiva feminista.

Além da crítica à ciência moderna e seu sujeito universal, faz-se necessário também construir uma ciência feminista, com pressupostos e fundamentos que ajudem à compreensão e transformação da realidade. O feminismo tem se construído enquanto uma “arena de tensões”, de modo a não ser possível falar em uma epistemologia feminista, mas antes na existência de algumas delas. Pergunta-se sobre quais as estratégias para melhor avançar em um fazer feminista politizado e, radicalmente crítico ao viés androcêntrico (SARDENBERG, 2002).

O debate sobre a importância do sujeito do feminismo se recolocou a partir de diferentes perguntas analíticas, a exemplo da indagação de Silvana Mariano (2005, p. 493) sobre se “para se pensar na prática política é necessário a existência de um sujeito?” Ana Alice Costa (1998, p. 133) defende que a categoria mulheres teria o “objetivo político de articular as mulheres; sendo portanto um projeto político e não apenas uma descrição da realidade” ou ainda de que o percurso dos estudos sobre as mulheres, estudos de gênero e estudos sobre masculinidades, pode sinalizar o perigo da construção teórica de um “feminismo sem mulheres”.

Mariano (2005, p. 496) concorda com Butler, Mouffe e Lauretis acerca de que o sujeito é construído discursivamente, passando a existir a partir dos textos feministas. E, indaga “como pensar a prática política feminista entre a crítica ao essencialismo e a crítica à fragmentação dos sujeitos?”

Costa (2002) busca ainda destacar as positivities do sujeito feminista, de modo a não cair em um debate exclusivamente linguístico referido à dimensão da subjetividade assim como pretende ir além da contribuição do feminismo em nível de epistemologia ou discurso.

Este “feminismo sem mulheres”, fluido e generalista, está mais diretamente ligado à perspectiva acadêmica, tendo sido influenciado pelas teorias pós-modernas e se expressado amplamente por meio dos estudos de gênero, por se apresentarem sob um aspecto de aparente neutralidade e cientificidade, “mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais” (CISNE, 2013, p. 114). Quando realizados isoladamente da imbricação “das relações sociais de classe e raça, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como arma da crítica” (ibidem, p. 115).

Diversos momentos da história moderna explicitam o movimento de mulheres e os movimentos feministas no seu exercício de sujeito político coletivo reivindicando direitos de cidadania e mesmo a tomada revolucionária do poder.

O debate acerca do sujeito do feminismo nos coloca a recordar o feminismo da década de 1960, que apesar das dissidências, mostrava-se combativo em “solo comum”, ao passo que a herança das últimas décadas de formulação de teorias pós-estruturalistas e pós-modernas expressam o arrefecimento das lutas, de modo que as teorias parecem se construir como abstrações que pouco explicam ou apontam alternativas emancipatórias (CIRIZA, 2006, p. 49).

A existência de certo hibridismo entre premissas teóricas pós-modernas aliadas a um feminismo sectário²⁶, pode significar o rechaço de unidade a um campo político de esquerda mais amplo de movimentos sociais que compartilham de um projeto coletivo anticapitalista, antirracista, antipatriarcal. Além do que, a negação pós-moderna da dimensão das classes sociais tem provocado confusões em torno das diferenças identitárias e da unidade na ação inviabilizando que o sujeito político capaz de transformar o cenário de desigualdades seja formado pelas mulheres da classe trabalhadora, junto à força social de sua mesma classe. Tal posição teórico-política produz prática e discurso que caminham no sentido contrário à construção de um “feminismo popular” (ALVAREZ, 2014) de caráter socialista, que tem como horizonte a transformação real desta ordem societária.

Na década de 1980, a ofensiva neoliberal, somada ao rearranjo ideológico, político, econômico e social da década de 1990, marcam o encontro entre a crise do marxismo e a descontinuidade entre classe e novos sujeitos políticos. Considero que a crítica à teoria marxista realizada de modo simbiótico ao que se critica no pensamento liberal tem representado um retrocesso à perspectiva de transformação radical do feminismo e tem nos colocado dificuldades para pensar alternativas emancipatórias. Percebo que essa tendência ainda hegemoniza as discussões feministas dentro da academia, assim como orienta a maioria dos projetos de “gênero” viabilizados por organismos internacionais e multilaterais contribuindo no afastamento entre a militância política feminista e a possibilidade de uma reflexão crítica, que tem na prática o seu critério de verdade.

Ao mesmo tempo, por óbvio que “[...] não é advogando pela unidade, suprimindo as diferenças como ‘irrelevantes’ ou desconhecendo as demandas em sua especificidade que se

²⁶ Considero como sectário os movimentos feministas que não estão articulados a outros movimentos sociais. Não significa o desaparecimento da auto-organização das mulheres, acredito que enquanto vivermos sob as desigualdades do sistema capitalista, racista, patriarcal, é imprescindível este tipo de organização. Contudo, as alianças com movimentos diversos ampliam a possibilidade de vitórias.

avança mais rapidamente rumo ao socialismo” (CIRIZA, 2006, p. 64). Compreendo que as classes sociais não são coletividades homogêneas, no entanto, a encruzilhada entre o aprofundamento das desigualdades sociais, a concentração de riquezas nos monopólios do capitalismo financeiro e o incentivo à fragmentação das lutas de classes, nos coloca a repensar nossas práticas rumo à transformação da realidade. Não admitir as diferenças pode caminhar no sentido de conservar as desigualdades existentes, dentro e fora das organizações, e afastar sujeitos que não se sintam representados.

Admitir que a classe trabalhadora, assim como a classe dominante, foi forjada a partir das desigualdades de gênero, raça e classe faz com que seja imprescindível combater tais estruturas no interior das relações da própria classe trabalhadora. Necessário o combate ideológico quanto em relação às expressões concretas do racismo, patriarcado e classismo para dentro e para fora de onde o povo está situado e organizado.

Como pode ser percebido, a construção das teorias formais, acadêmicas sobre o feminismo e, acima de tudo, o reconhecimento destas elaborações, teve em suas primeiras décadas o sujeito político do feminismo situado nas relações sociais a partir da posição de sujeito branco, no que se refere às suas formuladoras. Os dois principais centros do feminismo, Estados Unidos e França, tinham em suas proponentes esta característica, mesmo quando se tratava de mulheres vinculadas à classe trabalhadora. As pensadoras feministas afro-americanas, anglo-saxãs, as feministas latino-americanas, indígenas, populares, brasileiras se colocam a construir teorias sobre as mulheres enquanto sujeito político coletivo, a partir de outros marcos conceituais e elementos históricos.

Patricia Hill Collins afirma que

outro conjunto de fatores que influencia o relativo silêncio das mulheres negras está relacionado à aparente branquidão do feminismo nos Estados Unidos. Infelizmente, ainda que o feminismo continue a ser um dos poucos discursos a desenvolver análises importantes sobre a maternidade, a combinação da branquidão que ele transmite com a defesa de políticas aparentemente contrárias à família acaba limitando sua eficácia. No contexto de uma sociedade racialmente segregada, na qual as mulheres brancas se beneficiam histórica e contemporaneamente da subordinação das mulheres negras, as afro-americanas que desconfiam do feminismo não são nem exageradas nem demonstram falta de consciência feminista. Ademais, quando esse quadro se combina à noção de que o feminismo adota uma postura contrária à família e, por consequência, à maternidade, a relutância coletiva das mulheres negras estadunidenses em desenvolver análises críticas da maternidade negra se torna ainda mais compreensível (COLLINS, [1990], 2019).

Lélia González (1988) construiu a crítica de que o feminismo brasileiro precisava se desafiar à imersão na formação social, econômica e política brasileira, reiterando que para compreendermos a nossa realidade se fazia necessário conhecer o lugar que as mulheres negras e indígenas ocuparam desde o período de colonização. Insistir na construção de um movimento

teórico-político que almejasse o desvelamento da condição plural das mulheres no contexto nacional e latino-americano e se aproximasse à construção de um projeto de resistência ao patriarcado-racismo-capitalismo.

Segundo Ratts e Rios (2010, p. 72-111), a produção textual de Lélia Gonzalez mais intensa se deu entre 1977 e 1988 e esta autora se constituiu em uma das que mais debateu acerca das condições de exploração e subordinação a que eram submetidas às mulheres negras, dedicando boa parte da sua vida intelectual a construir um pensamento crítico que explicasse as causas socioculturais e econômicas que criavam um contexto de desigualdade de raça, sexo e classe. Propunha que o movimento de mulheres discutisse as relações raciais para que a luta dos movimentos feministas não se alienasse às consequências da imbricação destas três dimensões nem reproduzisse a ideologia eurocêntrica da realidade.

bell hooks (2019, p. 46) construiu várias críticas à teoria e ao movimento feministas e afirma que o fez no sentido de enriquecer a luta feminista e para “[...] partilhar o trabalho de formação de uma ideologia feminista libertadora e de um movimento feminista libertador”. Ao partir de sua realidade de mulher afro-americana vivendo nos Estados Unidos traz importante contribuição teórica e política, em outra de sua vasta obra, acerca da relação entre as opressões sexistas e racistas no interior do movimento feminista.

Como grupo, as mulheres negras não eram contra a igualdade social entre os sexos, mas não desejavam se juntar às mulheres brancas para organizar um movimento feminista. A pesquisa de opinião entre mulheres estadunidenses, ‘Virginia Slims American Women’s Opinion Poll’, de 1972, mostrou que mais mulheres negras apoiavam mudanças no status das mulheres na sociedade do que mulheres brancas. Ainda assim, o apoio delas às questões feministas as guiou como grupo coletivo para participar ativamente no movimento de libertação das mulheres. Em geral, são dadas duas explicações para a falta de participação delas. A primeira é que o movimento negro da década de 1960 incentivou as mulheres negras a assumir um papel subserviente e fez com que elas rejeitassem o feminismo. A segunda é que as mulheres negras eram, como uma liberacionista disse, ‘repelidas pela composição racial e de classe do movimento de mulheres’. *A priori*, essas razões parecem corretas. Examinadas em um contexto histórico no qual as mulheres negras se juntaram em defesa dos direitos das mulheres, a despeito da pressão exercida pelos homens negros para que se assumissem um posicionamento subordinado e apesar do fato de que as mulheres brancas de classe média e alta dominaram todos os movimentos de mulheres nos Estados Unidos, parecem incorretas. Ainda que ofereçam justificativas para o posicionamento antifeminista das mulheres negras que apoiam a ideologia feminista se recusarem a participar integralmente do movimento contemporâneo de mulheres (hooks, 2019a, p. 295-296).

Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Lélia Gonzales a partir de suas produções intelectuais vêm recolocando e visibilizando, inclusive tantas outras pensadoras feministas negras que não alcançaram reconhecimento social. Carneiro (2003) denuncia o fato de que o feminismo, junto a outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, esteve por muito tempo preso à visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, mas que

desde a década de 1980 os movimentos de mulheres negras se espalharam nacionalmente e vem modificando o Movimento Feminista assim como o Movimento Negro. Afirma que “Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país” (idem, p. 118). Concordo com a análise da autora e avalio que esta tensão entre reproduções de feminismos hegemônicos importados da Europa e EUA em contraste com as condições concretas da experiência brasileira permeada pela colonização e racismo proporcionaram o contexto em que as feministas negras elaboraram sua produção teórica quanto política.

Sueli Carneiro (2003) indica uma das contribuições de Lélia Gonzalez como sendo a construção de importantes sínteses sobre essa discussão: i) contradições que marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro; ii) crítica que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e provocou alterações no seu *modus operandi*.

Estas e outras feministas negras fizeram contundentes críticas no que se refere a imbricação entre as relações sociais de classe, raça e sexo assim como da importância dada ao contexto histórico, às particularidades de cada região mundial e como estes atravessamentos se constroem sem perder de vista o que tem de comum assim como o particular de cada grupo de mulheres. Na presente pesquisa, tentei priorizar a fundamental imbricação entre a produção teórica feminista, os seus aportes expressos na realidade e a formação histórica, política e social brasileira.

Betânia Ávila (2018, p. 204) elenca uma série de construções no interior dos movimentos feministas que revela o caráter dialético da produção feminista do conhecimento. A pluralidade dos sujeitos que se identificam ao feminismo enquanto modo de agir/pensar o mundo faz com que o diálogo entre as perspectivas acrescente à produção das teorias feministas.

Feministas negras trouxeram a crítica a um pensamento hegemônico no feminismo calcado na experiência das mulheres ocidentais e brancas, feministas dos países do Sul em geral trouxeram a crítica ao pensamento eurocêntrico do feminismo que não corresponde às experiências das mulheres e dos movimentos feministas nesses países, assim como as feministas lésbicas trouxeram a crítica aos padrões heterossexistas que marcaram a origem da reflexão e da prática feminista do feminismo contemporâneo, as feministas trans que recolocam, entre outras, as questões sobre a relação corpo/sujeito, as feministas indígenas na América Latina aportam a crítica à essa ordem social dominante e colocam as questões das raízes históricas dos povos originários da região como um desafio para avançarmos na relação corpo e território e, mais que isso, na própria concepção da relação com a natureza e da nossa própria cosmovisão (ÁVILA, 2018, p. 204).

É possível dizer que a produção feminista tem se atualizado e em alguma medida se proposto a uma revisão de seus princípios, práticas e lentes para enxergar a realidade. Assim

como teorias feministas dissidentes vêm sendo formuladas a partir de diversos elementos, tais como a racialidade, nacionalidade, sexualidade, em que se tem o esforço de uma construção original e que não esteja normatizada por feminismos hegemônicos.

2.5. Origem dos Movimentos Feministas no Contexto Brasileiro

A tese de Heleieth Saffioti acerca da posição das mulheres na sociedade de classes foi pioneira nesta discussão. Construída a partir da perspectiva marxiana e autores marxistas, no entanto, não se furtou de reconhecer autores não marxistas que pensaram a formação social e econômica brasileira e o desenvolvimento do sistema capitalista de forma geral. No texto *A mulher na sociedade de classes* (1969), a socióloga se lança à construção de uma teoria que considere os fatores sexo e raça ou ainda as desigualdades relacionadas a estas duas dimensões juntamente às classes sociais no desenrolar de nossa história. Faz isso construindo uma teoria feminista que incorpora conhecimento desenvolvido em países capitalistas centrais, dentre eles as recentes (à época) teorias feministas. No entanto, critica fortemente a sua incorporação de modo irrestrito como se fosse uma mera aplicação. Dentre os vários debates travados na tese, a autora investiga a forma como surge e se desenvolve os movimentos femininos e feministas no Brasil, contribuindo assim para os seus avanços, tanto no sentido político quanto analítico.

A autora antevê dilemas relacionados aos estudos sobre as mulheres assim como as manifestações feministas no que se refere a nossa experiência brasileira. Compreendendo a relação dialética, e por vezes contraditória, entre um e outro. É incrivelmente sagaz a sua crítica à forma como são “importados” os feminismos de outros contextos na primeira metade do século XX e transportados para a nossa realidade. O que ela critica não é o fato de que aqui se conhecesse o que estava acontecendo nos países de capitalismo central, mas antes a tentativa de copiar ou de tentar encaixar em nossa realidade. Saffioti, assim como Florestan Fernandes (orientador de sua tese), foram grandes entusiastas da capacidade de elaborarmos sobre a nossa própria experiência, o que nem de longe se aproximou de uma prática de rechaço ao que é estrangeiro.

No subitem “A ‘solução’ feminista”, localizado na parte 1, “Mulher e capitalismo” de sua obra, a autora apresenta algumas passagens dos movimentos de mulheres no contexto europeu e nos Estados Unidos. Curioso notar que Saffioti mantém a palavra “solução” entre aspas, o que suscita indícios dos limites nas disputas travadas pelo direito ao voto e pela igualdade na educação e no emprego. Apenas para citar um trecho, ela afirma que como o “conteúdo revolucionário da *práxis* feminista pequeno-burguesa é dado pelas aspirações de

ascensão social alimentadas sobretudo pelos estratos inferiores das camadas intermediárias da sociedade de classes, num esforço de expansão estrutural do sistema, não chega a pôr em xeque os fundamentos do *status quo*” (SAFFIOTI, 1979 [1975], p. 131, grifos da autora).

Saffioti também não poupa críticas às operárias americanas, que, na sua perspectiva, foram incapazes de enfrentar o racismo: “porque as americanas nunca se propuseram a resolver o problema do negro e sim tão somente o do escravo seriam, mais tarde, presas de sua própria estreiteza de visão” (ibidem, p. 123).

Curioso notar que autoras afro-americanas como Angela Davis e bell hooks, que escreveram a partir do contexto do norte global e de relações consubstanciais/interseccionais diferenciadas, tais como por serem mulheres negras e terem vivido em contextos diferentes de Saffioti, assim como Lélia Gonzalez, feminista negra brasileira apresentam análises e críticas com conteúdos semelhantes quando se referem aos desdobramentos dos movimentos feministas. Guardadas as diferenças do processo de colonização nas américas do sul e norte, as análises das autoras parecem destacar as semelhanças no que se refere às características estruturais em ambos.

bell hooks (2019, p. 27) argumenta que, nos Estados Unidos, o histórico do feminismo não está atrelado à “maioria silenciosa” de mulheres que mais sofrem a opressão sexista, aquelas que não têm o poder de mudar as condições de suas próprias vidas e seguem aceitando “o destino que lhes é imposto sem nenhum questionamento, sem nenhum protesto organizado, sem articular de forma coletiva sua raiva e sua fúria”. Critica o feminismo hegemônico branco de classe média dos Estados Unidos, no sentido de expor uma de suas fraturas: estas mulheres se debruçaram à elaboração de “uma teoria feminista”, que desconsidera a existência de todas as mulheres que se encontram localizadas em outras camadas da sociedade, que não seja a classe média-branca-heterossexual-estadunidense.

Em nenhuma parte dessas reivindicações se encontra a proposta de erradicação da política de dominação, e ela seria certamente rejeitada, se fosse incluída. Essa falta de preocupação com a dominação é coerente com a crença do feminismo liberal de que a mulher pode se igualar socialmente aos homens sem desafiar e modificar a base cultural da opressão de grupo. É essa crença que torna improvável que o radicalismo potencial do feminismo liberal possa um dia vir à tona. Num texto desbravador de 1967, a socióloga brasileira Heleieth Saffioti enfatizou que o feminismo burguês foi sempre ‘no fundo e inconscientemente um feminismo da classe dominante’ (ibidem, p. 51).

bell hooks (2019, p. 67-68) critica o feminismo radical estadunidense no sentido que este apontava os homens como inimigos principais, ou ainda todos os homens como inimigos de todas as mulheres. Para a autora este tipo de formulação teórica e política além de ter

expressado conteúdo reacionário, afastou o senso comum de uma compreensão do “autêntico movimento feminista”.

Angela Davis resgata o fato de que as feministas adeptas do feminismo hegemônico – branco-estadunidense criticavam as mulheres afro-americanas, negras, da classe trabalhadora no que concernia o fato de que as feministas brancas insistiam na reivindicação política do direito ao voto, pauta que não era considerada como sendo prioritária à vida destas mulheres. A crítica de Davis reafirma a posição das trabalhadoras no sentido de que as mulheres da classe trabalhadora assim como “[...] as mulheres negras estavam fundamentalmente unidas a seus companheiros pela exploração de classe e pela opressão racista, que não faziam discriminação de sexo” (DAVIS, 2017, p. 16). De tal modo, a postura do feminismo hegemônico afastava as mulheres da luta feminista e mesmo da autoidentificação com tal causa. Para elas, o “[...] inimigo real – o inimigo comum – era o patrão, o capitalista ou quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho” (DAVIS, 2016, p. 147-148).

Se por um lado, as feministas liberais e as feministas radicais entendiam como alvo principal (e possivelmente o único) a destruição da opressão sexista ou mesmo o patriarcado, as feministas negras (assim como as feministas materialistas e feministas populares) compreenderam só ser possível destruir um tipo de opressão se o enfrentamento fosse feito a todas as desigualdades que historicamente estruturam as sociedades de classes, portanto a luta deveria ser conjunta contra o racismo, capitalismo e patriarcado. Possivelmente, as semelhantes críticas entre estas pensadoras feministas negras e Saffioti, possam estar ancoradas na forma materialista de encarar a realidade e na busca do horizonte revolucionário de transformação social. Assim como no que há de comum acerca da colonização nas américas do sul e norte, apesar das profundas diferenciações e particularidades.

Nesse sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. O discurso é predominantemente de esquerda, de ênfase da importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca se tem feito às custas da exploração negra (GONZÁLEZ, 2018, p. 74).

Lélia González formulou o conceito de amefricanidade para falar da população em diáspora que vivia em países americanos. Segundo ela, grupos de mulheres organizadas em formatos próprios tiveram profunda resistência ao feminismo.

Herdeiras de uma *outra cultura ancestral*, cuja dinâmica histórica revela a *diferença* pelo viés das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem mais de *mulheridade* do que de feminismo, de *mulherismo* do que de *feminismo*.

Além do que “[...] sabem mais de solidariedade do que de *competição*, de *coletivismo* do que de *individualismo*. Nesse contexto, há muito o que aprender (e refletir) com essas mulheres negras que, do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria” (GONZÁLEZ, 2018, p. 366, grifos da autora).

É sabido que os países de capitalismo periférico, como o nosso caso brasileiro, importamos as macros teorias dos países centrais, sejam elas de cunho contestatório ou conservador. No que se refere ao feminismo enquanto movimento político e teórico, dois principais países a que nos referenciamos foram a França e os Estados Unidos. Esta importação se fez relevante “no que tange tanto aos movimentos reformistas quanto aos revolucionários” (SAFFIOTI, 2013, p. 356). Pode ser percebida como sendo uma das expressões deste fenômeno o fato de que as preocupações mais pulsantes do movimento feminista brasileiro por algum tempo se relacionavam à questão do trabalho das mulheres, mas no entanto pelo “[...] espírito da época, porém, se fazia necessário encetar a luta organizada a favor do voto feminino” (ibidem, p. 360). Saffioti destaca, por exemplo, que as manifestações feministas tiveram início no Brasil após a visita de Bertha Lutz a Londres. “De volta ao Brasil, já licenciada em Ciências pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, em 1918, Bertha Lutz transforma-se na primeira pregadora, através da imprensa e da tribuna, da emancipação da mulher” (ibidem, p. 257). Abria-se um lastro entre a realidade das mulheres populares e as reivindicações feministas, no contexto brasileiro.

Mulheres de setores médios brasileiros incorporaram, portanto, os feminismos dos países centrais a partir de uma perspectiva construída no contexto de bem estar social europeu e estadunidense de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho sendo visto com grande entusiasmo e como uma possível solução para se alcançar a libertação das mulheres, como se a desigualdade entre os sexos fosse deixar de existir. Impressiona a velocidade com que Saffioti tenha construído a substancial crítica a esta perspectiva que em grande medida se expressou na obra “Mística Feminina” lançada apenas três anos antes.

A sua tese é de grande ousadia, pois ao mesmo tempo critica as teorias sociológicas que afirmavam tal caminho para as mulheres brasileiras assim como critica os feminismos que incorporaram estas ideias. Em suas palavras,

Deste ângulo, o feminismo pequeno-burguês não é, na verdade, um feminismo. Representa ao contrário, uma força de consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas. A conclusão a que esta constatação leva não pode ser outra senão a de que o

feminismo é uma posição falsa se considerada como perspectiva autônoma. Na verdade, não existe um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe (SAFFIOTI, 2013, p. 194).

Assim, a crítica da autora não se refere apenas ao fato dos feminismos estrangeiros serem aplicados à realidade nacional, mas antes se refere à ausência de posicionamento de classe e de horizonte estratégico revolucionário. Quando critica os feminismos dos Estados Unidos e da Europa não os critica por completo, refere-se às perspectivas hegemônicas de tais lugares, que ao procurar apenas alcançar a igualdade entre mulheres das classes dominantes aos homens das mesmas classes, optam por conservar a ordem das coisas.

Aponta a contradição em si de reivindicar transformação na vida das mulheres sem necessariamente alterar o modo de produção classista, capitalista e racista. No entanto, faz a mediação com a história de nossa formação social em que pela condição de subalternidade da nossa economia e da negação de direitos básicos por parte do Estado, as mulheres estariam mais preocupadas com o imediatismo da sobrevivência que necessariamente atentas às pautas estritamente políticas ou simbólicas.

Na realidade, as feministas brasileiras não parecem ter se detido nem na análise da realidade econômico-social nacional, nem em um exame aprofundado da ordem social capitalista. Inicialmente tomando como grupo de referência positiva as feministas europeias e, mais imediatamente, as norte-americanas, foram ampliando seus contatos com as conquistas do feminismo em vários países e tentando implantar aqui medidas legais análogas às adotadas em outras nações (ibidem, p. 372).

Saffioti conjuga a construção de uma teoria que reflete a posição das mulheres na sociedade de classes, a partir da consideração da dimensão estrutural e da dimensão histórica, localizada aos continentes, países. A sua tese, defendida e amplamente circulada nunca foi por ela considerada encerrada. Pelo contrário, continuou a elaborar e a tentar se aproximar do entendimento das desigualdades de gênero, raça e classe, sem perder de vista o quanto estas relações constituem e estruturam a formação social brasileira.

Paralelamente ao feminismo pequeno-burguês e as suas reivindicações, a exemplo da indução à “elaboração de uma legislação não reclamada por extensas áreas da população feminina” (ibidem, p. 357), aconteciam as lutas dos movimentos femininos de esquerda em torno de “acontecimentos políticos, contra a alta do custo de vida, mas apenas secundariamente em prol dos direitos da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 384).

Saffioti continuou escrevendo sobre esse tema ao longo de sua vida. No texto *Feminismos e seus frutos no Brasil* seguiu percorrendo a indagação acerca do “tipo de sociedade capaz de gerar feminismos enquanto movimentos sociais” (1987, p. 124). A pesquisadora-militante se interessava em desvelar as possibilidades de movimentações

feministas que tivessem grande alcance e perdurassem ao ponto de gerar transformações sociais. Questionava-se acerca de que “Ainda que as teóricas feministas também desejem construir uma sociedade igualitária do ângulo do gênero (será possível restringir as transformações apenas a este domínio?)” (SAFFIOTI, 2009, p. 37).

Alguns de seus argumentos, a meu ver, tratavam desta questão. “Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social – embora as análises tendam a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim, da ausência do caminho inverso: a síntese” (ibidem, p. 26). Ou seja, a questão feminina, no sentido da subalternidade agravada pela sociedade moderna só é possível de ser resolvida ao se pôr fim a este processo de “dominação-exploração” (ibidem, p. 30). A pesquisadora e militante feminista compreendia que este impedimento de síntese imposto pelas classes dominantes recaía sobre a dimensão teórica que se propõe a explicar as relações sociais, construindo-se como ideologia que vinha a sustentar práticas políticas também segmentadas e, muitas vezes contrárias entre os próprios grupos subalternos.

A conjugação da miséria social no contexto de repressão militar fez com que assegurar a sobrevivência tomasse a centralidade de boa parte das preocupações da classe trabalhadora de países latino-americanos, incluído o Brasil, tanto no sentido econômico quanto político.

De alguma forma, a autora tensionou muitas vezes a relação entre os movimentos feministas em suas suposições de que as reivindicações se referiam “a todas as mulheres” e a real movimentação das brasileiras nas diversas campanhas construídas junto ao conjunto da classe trabalhadora. O questionamento sobre que sociedades são capazes de gerar movimentos feministas enquanto movimentos sociais faz pensar que a autora, imbuída pela concretude das condições da formação social brasileira, estaria questionando se em um país com a nossa história seria possível que se gerasse mobilização social a partir de princípios ou pautas *strict sensu* feministas. Questiona ainda como pensar em formas de libertação se grande parte da população sequer tem acesso a condições mínimas de saneamento básico, alimentação, escolaridade, saúde, dentre tantas outras necessidades básicas?

Saffioti (1987, p. 120) discutiu a influência de quatro perspectivas do feminismo no contexto brasileiro: 1) liberal-burguesa, 2) marxista-dogmática, 3) radical, 4) socialista-feminista. Para a autora, apenas duas destas tendências tiveram espraiamento na realidade brasileira, a liberal-burguesa e a socialista-feminista; enquanto as outras não reverberaram movimentações de impacto por parte das mulheres brasileiras. A incorporação da tendência liberal mediante a importação de feminismos que se tornaram hegemônicos, nos Estados Unidos e Europa, alcançando entre as suas representantes mulheres letradas e de classes médias

brasileiras, não significou que tivemos no Brasil um feminismo hegemônico, como ocorreu nestes países. Estas importações acríticas foram responsáveis pela expressão do vácuo político entre as reivindicações produzidas pelos setores ligados às camadas altas e a mobilização das mulheres da classe trabalhadora.

Segundo a pesquisadora, a influência do feminismo radical serviu como elemento a dificultar mudanças profundas, conservou o essencialismo feminino, não possibilitou conquistas políticas, nem grande posição, nem chance de vitórias (ibidem, p. 113); enquanto o feminismo de inspiração marxista dogmática, devido à apreensão do fenômeno da luta de classes como sendo o único elemento importante na análise acabou por negar a concepção materialista, tornando-se reducionista.

[...] não obstante as potencialidades altamente significativas do método de análise em que se pretende fundada esta corrente de pensamento, ela apresenta um entrave na conquista de posições estratégicas, conducentes à realização da igualdade social em sua plenitude, posto que, ao permanecer congelada numa leitura novecentista dos clássicos marxistas, nega a dialética materialista, tachando de diversionista o pensamento que avança na captação da globalidade das relações humanas, sem desprezar seus meandros e, portanto, sua tecitura e sua complexidade (SAFFIOTI, 1987, p. 111).

Tendo em vista que a elaboração teórica e política feminista entre as décadas de 1960 e 1980 teve como principal interlocutora a teoria social marxista (SORJ, 1992), seja nos países considerados centrais ou periféricos, o feminismo socialista possibilitou no que “tange aos feminismos enquanto produção intelectual”, situar o Brasil “dentre os países pioneiros” (SAFFIOTI, 1987, p. 124).

Concordo com a autora em relação à importância da construção teórica e política de um feminismo brasileiro formulado a partir da formação social, política, econômica brasileira e a partir da perspectiva da classe trabalhadora. Pois ao considerarmos as expressões massivas e com ganhos concretos nas lutas das brasileiras, observamos que as pautas que atingiram a vida imediata das mulheres foram capazes de mobilizar as mulheres em movimentos reivindicatórios. Assim, “para quem trabalha até 10 horas da noite, recebendo ínfimos salários, a problemática feminina assume outros contornos” (SAFFIOTI, 2013 p. 182).

Sobre a relação entre o surgimento do movimento feminista no contexto internacional de países capitalistas centrais e sua repercussão no contexto brasileiro, Saffioti afirma que

a organização do movimento feminista no Brasil, apesar de ter resultado da importação de ideias que não encontravam muito eco na sociedade brasileira (neste sentido, teria, se houvesse tido pleno êxito desde seu início, criado um grande hiato entre a legislação referente à mulher e as verdadeiras relações sociais que a inferiorizavam), inoculou, em boa parcela das mulheres, a aspiração de libertar-se e de emancipar-se através do trabalho, processo este que foi amadurecendo à medida que, efetivamente, iam os elementos femininos penetrando em áreas até então

reservadas exclusivamente aos homens. Deste ângulo, sua ‘importação prematura’ operou como fator positivo, porquanto permitiu certa concomitância entre o amadurecimento das ideias feministas e o avanço da mulher em determinadas áreas, como as do trabalho fora do lar, da educação, da participação na vida social em geral. A obtenção do direito ao voto, mais de um decênio antes que a França, não levou, todavia, a mulher a participar significativamente da esfera política. Nada há a estranhar, entretanto, pois se trata de fenômeno corrente nas sociedades de classes (SAFFIOTI, 2013, p. 382-3)

A autora faz a análise de que a influência das ideias feministas da Europa e França para o Brasil foram uma “importação prematura”, tendo em vista que as condições de vida destes países condiziam com a formulação teórica e política do movimento feminista que lá estava sendo gestado. Assim, abriu-se um lastro entre o nosso contexto e as reivindicações feministas, tais como o direito ao voto e ao aborto por exemplo.

Em outras palavras, a autora afirma que, seja na condição de dona-de-casa produzido como modelo típico de vida da mulher de classe média (e acrescento, branca) do período de bem estar social europeu ou estadunidense, seja a partir do modelo de mulher autônoma oriundo do envolvimento com as ideias feministas (também mulheres brancas), as brasileiras sofreram o impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional. Assim, o surgimento do feminismo brasileiro estaria profundamente encharcado da tentativa de reprodução das condições da formação social, política, histórica, cultural e econômica dos países capitalistas centrais. A gênese do feminismo brasileiro estaria imbuída da importação dos padrões nestes países, seja pelo lado do confinamento ao ambiente doméstico, seja pela necessidade de emancipação econômica.

Sobre o processo de construção da pioneira obra sobre o lugar das mulheres na sociedade de classes e no caso brasileiro, Saffioti revela,

o que eu li? No Brasil não havia nada de interessante. Eu li *O Segundo Sexo*, da Simone; li um livro da Alva Myrdal e Viola Klein. Estes textos existiam ou em francês ou em inglês, em português nada. *O Segundo Sexo*, sim. Mas o da Alva Myrdal e Viola Klein, não. E o outro de uma francesa que era sobre operárias industriais, era em francês. O nome dela era Evelyne Sullerot. E havia aqueles textos clássicos da Kollontai, que eu não gosto; da Clara Zetkin, que é um pouco melhor, mas a meu ver tem mais ideologia do que ciência. Nem mesmo os textos marxistas me contentavam. E eu era muito metida, isso eu sempre fui, acho que já nasci assim, porque senão teria me recolhido à minha santa ignorância e ao meu destino de gênero e de classe. A única coisa que me favorecia era ser branquinha, porque o resto era uma tragédia. Mas eu resolvi mudar as coisas (GONÇALVES; BRANCO, 2011).

A Mulher na Sociedade de Classes, obra escrita “entre o final de 1966 e início de 1967” (GONÇALVES, 2013, p. 12), foi subsidiada em grande parte pela leitura das obras clássicas da perspectiva adotada pela autora –marxismo- em outros idiomas, tais como inglês, francês e espanhol, pois à época não existiam ainda traduções brasileiras. O esforço da autora em

compreender e analisar fenômenos a partir deste campo teórico metodológico resultou na publicação desta obra, que continua sendo fundamental à construção de uma práxis feminista.

O fenômeno a que se debruçou foi nada mais nada menos que a situação das mulheres como um “efeito” da sociedade de classes. O ineditismo de sua obra consiste em que o objeto de investigação da autora partiu de pesquisas empíricas realizadas acerca da inserção de mulheres no setor têxtil, ganhou a dimensão de problemática geral a partir do método materialista dialético, considerou os contextos dos países capitalistas centrais e o nosso e ousou escrever sobre essa temática mesmo estando fora dos grandes centros que produziam teoria na época (GONÇALVES, 2013). Soma-se a isso o fato de que escreveu sua obra nos primeiros anos de ditadura militar no país, lançando-a ainda neste contexto, mesmo sendo mulher, mesmo sendo tachada de comunista.

Também pouco se sabia a respeito da condição da mulher brasileira. Afora pequenos textos descritivos e interessados em aspectos bem restritos do universo feminino, Saffioti encontrou apenas dois trabalhos: um sobre o magistério primário e outro sobre a mudança do papel ocupacional da mulher na cidade de São Paulo. Como a própria autora observa, o primeiro não examina a relação entre capitalismo e esta ocupação predominantemente feminina; o segundo se limita a uma cidade. Ambos permanecem num universo empírico restrito e não avançam teoricamente (ibidem, p. 13-14).

Nas décadas que se seguiram suas análises caminharam pelos diferentes aspectos da opressão capitalista e patriarcal, tais como o emprego doméstico e a violência e, justamente por isso, contribuíram para inspirar os movimentos de mulheres. É na junção entre feminismo e marxismo que encontramos seu pensamento²⁷. Saffioti permaneceu municiando gerações para buscar saídas para sua principal preocupação, que segue atual e que pode ser resumida em uma nota à segunda edição de *A mulher na sociedade de classes*: “até o momento, portanto, as vitórias feministas não extrapolaram os limites impostos pelo modo de produção capitalista” (GONÇALVES, 2013, p. 37).

²⁷ Ver: CARNEIRO, Tita; MANO, Maíra Kubík. Práxis Feminista: a presença de Heleieth Saffioti nos estudos e nas lutas no Brasil. Caderno CRH – Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia. V. 3 (2020).

3 Elementos da Formação Social Brasileira

*“todo dia algo tenta me matar e cai exausto
agonizando de joelhos
na minha frente*

*me acerta rente à vontade de continuar e ao medo de parar
e eu olho
para o ser estirado*

*lembrando que o seu cansaço
não vai fazê-lo desistir de amanhã tentar me matar de novo de novo amanheço e o vejo
na altura do espelho
de quem aponta e ri do meu cabelo
no olhar de quem esconde a bolsa
de quem me despedaça feito louça
OUÇA
mulheres como eu
tem olheiras abaixo das linhas dos olhos
pressa na sola do sapato
algumas têm filhos nos braços
e todas têm o mundo nas costas
entortam
envergam
por fora,
reta
por dentro sempre quebra*

*e quem pensa no peso que suporta as mãos das mulheres cor de madrugada? a constelação que mora
nos olhos das mulheres cor de madrugada
é a maior prova que são elas que não deixam o céu espatifar no chão”
(Bianca Chioma)*

Como identificar os sujeitos formadores das organizações comunitárias dos bairros na região metropolitana do Recife sem compreender o contexto micro como sendo repleto de elementos da nossa história enquanto tentativa de nação, a forma como o contingente de trabalhadoras e trabalhadores ocupou a periferia urbana e o mercado de trabalho, constituindo nosso jeito-povo-de-ser?

A intenção desse capítulo é estabelecer o diálogo entre pensadoras negras brasileiras, sendo elas Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, referências do pensamento negro brasileiro, que destacam o elemento da raça²⁸, tais como Abdias Nascimento e Clóvis

²⁸ Wagner Batista (2016, p. 119) denominou de “Produção Revisonária” este trabalho intelectual coletivo. “Portanto, entre os nomes, destacaria Abdias do Nascimento [1914-2011], Guerreiro Ramos [1915-1982], Clóvis

Moura, a pesquisadora Saffioti, que contribuiu no entendimento da posição das mulheres nos diferentes períodos históricos brasileiros e uma breve passagem por autores considerados clássicos do pensamento marxista na exposição deste tema comumente chamado de formação social brasileira, mais precisamente Florestan Fernandes e Octávio Ianni. Assim, pretendo elencar algumas características da nossa realidade brasileira que possam dar conta de dizer algo em relação às protagonistas dos grupos comunitários, no caso mulheres das periferias da região metropolitana do Recife, atravessadas pela racialização de seus corpos e histórias.

No estudo em questão, ao pesquisar sobre participação política das mulheres nos movimentos comunitários de bairros de alguma forma estive convocando dois outros temas: i) ausência/ineficiência das políticas sociais e do próprio Estado; ii) emprego informal/desemprego das mulheres. Apesar de não estar ao alcance do presente trabalho o debate sobre esses temas, não há como desconsiderá-los devido a sua importância na estruturação da sociedade brasileira.

Estes temas estão relacionados à evidência de que as mulheres são as principais lideranças nos espaços comunitários, nas periferias, nos bairros. Protagonizam estes movimentos por eles estarem situados no espaço da casa, família, do trabalho doméstico não-remunerado. Quais elementos da nossa formação social, histórica e econômica tangenciam a condição destas mulheres populares no cenário brasileiro, assim como o contexto de organização comunitária historicamente protagonizado pelas mulheres?

Na revisão bibliográfica sobre alguns aspectos da formação social brasileira dificuldades se apresentaram, dentre elas encontrar de forma sistematizada aspectos históricos conjugados a uma análise que considere as relações de classe, gênero e raça. Significa que apesar da pesquisa não ser sobre o papel do negro ou o lugar da mulher na sociedade de classes, como já figurou investigação de análise de importantes pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, busquei referencial bibliográfico que considerasse o aspecto histórico e que possibilitasse uma análise articulada entre as três dimensões estruturais citadas.

Três perspectivas principais foram encontradas: a primeira, dos autores clássicos brasileiros que consideram aspectos históricos, econômicos, sociais, mas que não necessariamente consideram as dimensões gênero e raça como sendo estruturais. Ao não

Moura [1925-2003], Eduardo de Oliveira e Oliveira [1924-1980], Lélia Gonzalez [1935-1994], Carlos Hasenbalg [1942-2014] e Beatriz Nascimento [1942-1995]. A fase estaria marcada pela revisão da historiografia nacional e pela elaboração de uma literatura marginal e de contestação da validade de um sistema epistêmico único. Nesse sentido, os temas, os objetos e os conceitos formariam um corpus denominado “Estudos das Relações Étnico-Raciais” (idem, *ibidem*).

considerarem tais dimensões, acabam por reproduzir a ideologia das classes dominantes acerca da manutenção das desigualdades de raça e gênero, em que o homem branco heterossexual ocidental é tido como sujeito universal; a segunda, que considera as dimensão de raça e gênero, mas a sua ênfase nestas duas dimensões por vezes pretere a compreensão da classe como se esta pudesse ser dispensável; e a terceira, leitura consubstancial ou interseccional que considera as relações sociais de gênero, raça e classe, mas não necessariamente se debruça sobre a história, estando mais detida à discussão epistemológica ou referida às experiências das mulheres em outros contextos.

A investigação sobre o lugar das mulheres populares no contexto urbano brasileiro, portanto negras, coloca o aspecto relacional como imediato. Ou seja, compreender a posição destas mulheres traz consigo a pergunta sobre a relação com os outros sujeitos históricos, as mulheres brancas, os homens negros e os homens brancos. Entretanto, o inverso não é verdadeiro. A maioria das investigações se dá acerca de explicar a condição dos homens brancos da classe dominante como se colocados enquanto sujeito universal fossem capazes de explicar com profundidade todos os fenômenos sociais. Enquanto, a intelectualidade orgânica da classe trabalhadora ao tentar desvelar as contradições da realidade social optou por entender o mundo a partir da visão dos de baixo, ainda assim referidos e identificados aos homens brancos da classe trabalhadora.

Assim, segue a tentativa em colocar representantes destes três modos de abordar a realidade social a dialogarem entre si, no sentido de me aproximar ao entendimento do que substancia o lugar que as mulheres protagonistas de organizações comunitárias nas capitais brasileiras exercem, de forma historicizada no contexto do caso brasileiro. Por óbvio a compreensão sobre estas personagens da história brasileira arrasta consigo o entendimento de muitos dos elementos que forjaram a nossa realidade.

3.1 Aspectos Históricos da Formação Social Brasileira

O Brasil surge como uma nação voltada para fora, uma espécie de empresa colonial baseada em três principais pilares – a grande propriedade (plantation), a monocultura e o trabalho escravo (PRADO, JR., 2008), confirmando o seu lugar no processo de acumulação primitiva do capital nos países centrais. O país é transformado em colônia e os povos indígenas originários que aqui viviam foram dizimados, assim como aqueles que foram traficados para este continente, foram escravizados no intuito de acumulação de riquezas destinadas aos países colonizadores.

Tornou-se hegemônica a tese de que o Brasil esteve inteiramente repleto de portugueses nos anos de colonização. Contudo, segundo Abdias Nascimento (2016, p. 119), em 1600 o Brasil “[...] tinha duas vezes mais africanos do que portugueses. Essa ‘sociedade como um todo’, onde as culturas africanas ‘marcariam’, aparentemente se constitui, exclusivamente, de portugueses, que no início da colonização formavam 1/6 da população total”. O poder econômico e ideológico sendo expresso na narrativa oficial sobre as condições de vida no período colonial.

De acordo com Clóvis Moura (1994, p. 39), há estimativas de que tenham entrado no Brasil por tráfico internacional, entre o século XVI e XIX, aproximadamente 10 milhões de africanos. Os dados oficiais, segundo o autor, apresentam a defasagem de números, sempre indicando um número aquém, devido a dois principais fatores: a ideologia do branqueamento que nunca quis admitir a existência de um Brasil negro e o contrabando dentro do tráfico, em que muitas pessoas não eram contabilizadas. “Em média, a ‘vida útil de um escravo’ era de sete a dez anos, isso sem considerar fugas, formação de quilombos, guerrilhas, suicídios, insurreições urbanas” (idem, ibidem). Muitos morriam antes mesmo de chegar em terras brasileiras.

De acordo com Beatriz Nascimento²⁹ (1974, p. 99), a população negra escravizada assim como a atual “[...] não só participou da formação social do Brasil com seu trabalho, com seu sofrimento, participou, também, da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes”. Mais do que força de trabalho, esteve entranhada na formação social brasileira, participando em um sentido complexo das relações sociais que aqui se desenrolavam. A tentativa de dominação se dava sobre seu corpo e existência. Desde o percurso transatlântico, o processo de colonização tentou extirpar a origem, história, cultura, conhecimento, ancestralidade vividos e construídos anteriormente por estes povos.

O número de homens traficados para o Brasil foi bem mais significativo que de mulheres. Eles eram preferidos para o trabalho nas lavouras e engenhos, enquanto as mulheres aos trabalhos domésticos dentro das casas. Clóvis Moura (2019, p. 98) afirma que durante os quase quatro séculos de escravidão no país, o escravizado negro esteve presente em todos os ofícios por mais diversos, sendo capaz de proporcionar o ócio da classe senhorial.

²⁹ Acerca da vasta contribuição desta autora, ver: Ratts, Alex. *Eu sou Atlântica – sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006; BATISTA, Wagner Vinhas. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, 2016.

Ao se referir ao contexto da escravidão na América do Norte, Angela Davis (2016) afirma que entre a população escravizada, havia a aproximação de igualdade entre mulheres e homens, no que se referia à exploração de seus corpos, vida, tempo e trabalho, assim como na capacidade de organização e resistência aos colonizadores. Fazendo-nos pensar que, naquele momento, a violência de homens sobre mulheres estava relacionada ao domínio econômico e político dos colonizadores sobre as mulheres negras escravizadas.

Vale repetir: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016, p. 35-36).

No Brasil colonial, a prática do estupro realizado pelos portugueses em relação às negras e indígenas está na origem de toda e qualquer construção sobre a identidade nacional assim como engendra hierarquias de raça e gênero em nossa sociedade. Gilliam *apud* Carneiro (2018, p. 153) caracteriza três situações que definem em grande medida a formação nacional no que se refere ao aspecto apresentado:

1. o papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitada;
2. a desigualdade entre homem e mulher é erotizada; e
3. a violência sexual contra as mulheres negras é romantizada.

Ainda sobre o lugar que as mulheres negras escravizadas ocuparam por séculos no período de colonização, Grada Kilomba resgata autoras afro-americanas que elaboraram sobre o quanto as funções de reprodução e sexualidade estiveram atreladas a estas sujeitas históricas.

Historicamente, mulheres *negras* têm tido essa função de serem corpos sexualizados e reprodutores de trabalhadoras/es (Collins, 2000; hooks, 1981; 1992); isto é, tem a função tanto de amantes como de mães. Durante a escravização, as mulheres *negras* foram sexualmente exploradas para criar filha/os. Em seu ensaio *Sexismo e a Experiência das Mulheres Negras Escravizadas*, bell hooks (1981) escreve sobre como em anúncios de venda de escravizada/os, mulheres africanas eram descritas por sua capacidade de procriação. Elas foram classificadas como ‘procriadoras de escravas/os, ‘mulheres em idade fértil’, dentro do ‘período de reprodução’, ou ‘velha demais para procriar’ (hooks, 1981, p. 39). Essas eram as categorias usadas para descrever mulheres *negras* (grifos da autora) (KILOMBA, 2019, p. 141).

Como resistência ao lugar de submissão a que os colonizadores queriam colocar a população escravizada, as mulheres negras estiveram “[...] organizadas contra a escravidão – as fugas, os motins, as rebeliões e a formação dos quilombos – demonstravam uma reação à dita docilidade-cordialidade-submissão dos negros e das mulheres escravas contra a família patriarcal branca” (PACHECO, 2013, p. 58). O protagonismo de homens, mas, sobretudo, de

mulheres negras esteve escondido atrás dos mitos oficiais construídos pelas elites dominantes daquela época (GONZALEZ, 1982). E a historiografia oficial construía modelos de família e sociabilidade que não condizia com a realidade das mulheres e homens escravizados.

Estes aspectos conjugados à violência, desumanização e alienação das riquezas que possuíam, assim como dos meios de produção e da terra, fundaram uma profunda segmentação e desigualdade que caracterizou todo o processo de colonização brasileira, no que se refere às relações de classe, raça e gênero estruturantes da sociedade brasileira e que se arrastam até os dias atuais.

A prática do estupro foi romantizada por autores estrangeiros e, também, por intelectuais brasileiros que falaciosamente utilizavam o termo de miscigenação como sendo produto de uma suposta pacífica vida amorosa entre mulheres negras escravizadas e indígenas e senhores brancos europeus. Esses autores não mencionam a violência, as relações de poder e sequer os estupros ao se referirem ao passado colonial brasileiro. Utilizam também o termo democracia racial para se referir a este encontro intercontinental vivenciado pelas mulheres e homens em seu primeiro território – o corpo – realizado à base de violência e desigualdades imbricadas e no caso das mulheres violência e humilhação de cunho sexual.

Outro mito correntemente utilizado para descrever o povo brasileiro é aquele que se refere à passividade imputada a nós, também falsamente utilizada para esconder as várias revoltas populares nestes séculos de exploração e subjugação a países de capitalismo central. Além das resistências nos atos cotidianos e na própria resistência em existir.

Segundo Lélia Gonzalez, o discurso oficial das elites brasileiras construiu o sentimento nacional a partir da “festejada democracia racial”, como se não existisse desigualdade social contra os negros no Brasil. Difundiu-se amplamente no Brasil a ideia de que aqui se vivia “[...] um paraíso ‘de’ e ‘para’ todas as raças, sobretudo se comparado com os Estados Unidos e com alguns países africanos que chegaram a ter leis de segregação racial, como o Zimbábue e a África do Sul” (RATTS e RIOS, 2010, p. 87). Nas poucas vezes em que se trazia para debate a questão do racismo, algumas delas estavam pautadas na forma como o racismo se expressava em outros países e não se detinha à análise do contexto brasileiro.

Beatriz Nascimento fez intensa crítica aos teóricos brasileiros que apelaram à tentativa de construção de uma ideologia nacional. Segundo a autora, expressavam teor preconceituoso tendo em vista que discutiam a problemática da população negra identificando-a com os negros norte-americanos ou africanos como se o processo de escravização e formação social do país não tivesse particularidades próprias. Em suas palavras, “essa importação de ‘ideologias’ é típica dos pensamentos da intelectualidade brasileira, a mais branca, a mais europeizada de todo

o chamado 3º Mundo”. Caracteriza a elite brasileira como sendo “a mais complexada”, “justamente por ser aquela que jamais se conformou em trazer no seu todo social elemento tão degradante, mas que por força das circunstâncias históricas foi o mais importante no seu processo de formação” (NASCIMENTO, 1974, p. 99).

Para a historiadora, o estudo da formação histórico-social do Brasil consiste em trabalhos referidos principalmente aos aspectos econômicos e políticos, enquanto as “teorias” que tentam desvendar aspectos ideológicos de nossa sociedade “limitam-se a adaptar conceitos importados de uma ciência social européia ou norte-americana, restringindo sua discussão a fechados círculos intelectuais ou mesas-de-bar em fim de noite”. Assim, a “ideologia nacional” é “considerada por determinados meios um estudo de luxo, na melhor das hipóteses, quando não é preconceituosamente confundida com aspectos subjetivos (o papel econômico é que é considerado objetivo) e vista como especulação desvirtuadora” (NASCIMENTO, 1974, p. 98).

Ainda nas palavras da autora,

entretanto, para o entendimento de nossa sociedade é necessário conhecer um elemento de suma importância na sua formação histórica. Este elemento, por não pertencer, em sua maioria, às camadas mais altas da população, tem um acesso minoritário àqueles círculos considerados cultos, o que o impede de participar de discussões consideradas esnobes (no Brasil é considerado “esnobismo” discutir ou interpretar os aspectos pluralísticos do nível ideológico da sua formação social (NASCIMENTO, 1974, p. 98).

Florestan Fernandes (2017, p. 30) ao se referir a existência dos mitos construídos sobre o processo de colonização na realidade brasileira, pondera que estes acabam por revelar aspectos íntimos daquilo que se propuseram a esconder. Sobre a suposição de democracia racial no Brasil eles surgem para tentar esconder que o processo de desagregação da produção escravista e sua ordem social não se fizeram em relação a toda a população brasileira. “Naqueles limites, não cabiam nem o escravo e o liberto, nem o ‘negro’ ou o ‘branco pobre’ como categorias sociais”. De tal maneira, referia-se a uma “[...] revolução das elites, pelas elites e para as elites; no plano racial, de uma revolução do BRANCO para o BRANCO, ainda que se tenha de entender essa noção em sentido ontológico e sociológico”(idem, ibidem).

O racismo, operando enquanto elemento ocultador da presença e importância da população negra na formação da sociedade brasileira. O apagamento deste elemento às análises acerca das relações sociais se mostra revelador de uma realidade profundamente marcada pela segmentação no que se refere às dimensões de raça e gênero. Em outras palavras, estruturada pela dominação de classe, racismo e sexismo.

Na sociedade colonial, as mulheres estiveram privadas do exercício de direito à propriedade, aliando à divisão populacional em castas à desigualdade entre os sexos. Esse “[...]”

rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira” (SAFFIOTI, 2013, p. 250-1). Este elemento somado à hostilidade recorrente entre as mulheres brancas das classes dominantes e as mulheres negras escravizadas devido os sucessivos episódios de violência sexual em que os esposos das primeiras cometiam contra as segundas mas que eram interpretados a partir do mito de que eram as mulheres negras que provocavam tais atos, constituiu uma arena de tensões entre mulheres brancas e negras, devido às diferenças no lugar estrutural que cada um desses grupos representava em relação aos homens das classes dominantes e, portanto à esfera da produção e economia. Neste caso, mulheres e homens brancos das elites dominantes se beneficiavam do racismo à brasileira³⁰.

A ideologia reserva à mulher negra o lugar da violência sexual e das relações extraconjugais. “Para as mulheres negras consideradas como destituídas destes atrativos reserva-se a condição de ‘burro de carga’: ‘Preta pra trabalhar, branca para casar e mulata pra fornicar’”. Esta definição evidencia a tradição cultural patriarcal colonial para as mulheres brasileiras, reservando para elas a desigualdade do estigma, da hierarquia entre elas na relação com os homens, introduzindo portanto contradições no que se refere às relações entre o grupo diverso de mulheres (CARNEIRO, 2018, p. 158). As mulheres negras e brancas foram mantidas afastadas das atividades referentes ao exercício de poder acerca de áreas como economia, política e mesmo a propriedade dos meios de produção. Tal situação significou uma barreira à conscientização destes problemas por parte da população feminina pertencente inclusive à elite dominante (SAFFIOTI, 2013) assim como às mulheres da classe trabalhadora e de suas franjas marginais.

A constituição da economia colonial brasileira fortaleceu o tipo de patrimonialismo patriarcal, em detrimento do patrimonialismo estamental. Diferente do feudalismo, que se apresenta como “[...] ‘caso limite’ da estrutura patrimonial no sentido da estereotipização e fixação das relações entre os senhores e os vassalos”, é possível afirmar que a “[...] estrutura patrimonialista de poder apresenta grau bastante elevado de compatibilidade com o desenvolvimento do capitalismo em suas primeiras etapas de constituição”) (SAFFIOTI, 2013, p. 232-233).

O patriarcalismo pode ser anacrônico mas contínuo vigente, dado que a sociedade nacional é uma coleção de épocas, regiões, oligarquias e elites, de par com setores sociais subalternos, remanescentes socioculturais de séculos de escravismo e reivindicações brutalmente combatidas ou esmagadas. Aí se situam os quilombos, as

³⁰ Recentemente Luedji Luna lançou uma música chamada “Ain’t I a woman?”, com o seguinte trecho “Eu sou a preta que tu come e não assume. E não é questão de ciúme, tampouco de fé. Por acaso eu não sou uma mulher?” A indagação que dá título à música se refere ao discurso da militante Sojourner Truth.

inconfidências, as revoltas, compreendendo Palmares, Farroupilha, Canudos, Contestado, Araguaia e outros movimentos de setores sociais subalternos no largo da cartografia e da história. Esse tem sido o ambiente e o fermento do coronelismo, caciquismo e patriarcalismo com os quais se argamassam as oligarquias. Sim, o patriarcalismo pode ser visto como um signo, símbolo e emblema de um estilo de mando e desmando, no qual se distinguem e confundem o público e o privado, o burocrático-legal e o tradicional, o carisma secularizado e a prepotência (IANNI, 2004, p. 46).

De acordo com Clóvis Moura [1959 (2014), p. 233], existia uma conjuntura que favorecia as lutas contra o governo, de modo que

os farrapos levantavam-se no Rio Grande do Sul (1835), em Pernambuco os escravos levantavam-se nas fazendas, assassinando feitores; no Pará, em 1833, os cabanos se revoltaram contra a prepotência imperial. Na época em que se verificaram as revoltas dos escravos baianos, no Leão do Norte já estavam sendo aglutinadas as forças que liderariam a Revolução Praieira. A Balaiada, no Maranhão, em 1838, será uma continuação desse estado geral de coisas. A situação era francamente favorável às insurreições e os escravos souberam aproveitá-la. As lutas ascenderiam a tal nível que o governo imperial, amedrontado e vendo o que significaria o aumento ininterrupto do número de escravos, proibiu, em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no país, extinguindo o tráfico.

Édison Carneiro ao estudar as formas de lutas dos escravos, caracteriza em três principais, sendo elas a revolta organizada, pela tomada do poder (levante dos negros malês na Bahia); a insurreição armada (balaiada no Maranhão); a fuga para o mato que originaram os quilombos (Palmares). Além destas, as guerrilhas e a participação dos escravos em movimentos que embora não fossem seus, com a sua presença adquiriram uma atuação diferenciada (MOURA, [1959] 2014, p. 165).

Em meio a esta sociedade escravocrata, colonial, patriarcal, com grande contingente de população traficada do continente africano, constroem-se alternativas de insurgência contra a dominação, tendo como maior exemplo de resistência das Américas a experiência do Quilombo de Palmares, na capitania de Pernambuco.

Em toda a história dos africanos no Novo Mundo nenhum acontecimento é tão excepcional quanto aquele que se registra no século XVI: a *República dos Palmares*, verdadeiro estado africano constituído no seio das florestas de Alagoas por rebeldes e fugitivos escravos. Desde 1630 até 1697, a chamada 'Troia Negra' resistiu a mais de 27 expedições militares enviadas por Portugal e pelos holandeses, até que finalmente foi destruída pela força mercenária comandada por um bandeirante. Palmares – cuja população, se calcula, chegou à casa das trinta mil pessoas entre homens, mulheres e crianças – possuía uma sociedade organizada com eficaz sistema de produção comunal e de trocas; sua organização defensiva, bem como a liderança política e militar, demonstraram notável capacidade. A longa duração de Palmares testemunha a seu favor e a dos seus líderes, o último deles tendo sido o rei Zumbi; representa a primeira e heroica manifestação de amor à liberdade em terras do Brasil. Mas, conforme já foi consignado por estudiosos da nossa realidade, Palmares significa principalmente o grito desesperado dos africanos contra a desintegração da sua cultura nas estranhas terras do Novo Mundo (ABDIAS NASCIMENTO, 2016, p. 72).

Em outro texto, Abdias Nascimento (1982), remonta que este estado africano resistiu um século inteiro, de 1596 a 1696, aos ataques portugueses, holandeses e brasileiros de extermínio. Clóvis Moura, Lélia González e Abdias Nascimento afirmaram a possibilidade de que a República de Palmares tenha sido a primeira tentativa de construção de nação desde que se iniciou o processo de colonização no país. Realizada pela população negra, teve toda uma organização própria de seus sistemas e modo de vida apartado da lógica colonial escravocrata que imperava no país.

Estas experiências contaram muitas vezes com o conhecimento militar direcionado ao objetivo de derrotar a ordem instituída pelos senhores. Muitos foram os planos de ataque, alguns surtiram mais efeitos que os outros, devido a intempéries que a população escravizada não avançava controlar. Alguns povos africanos que vieram para o Brasil, como aconteceu na Bahia em relação aos nagôs e haussás, eram guerreiros na África e aqui se organizaram e lutaram pela libertação de seu povo, no caso a população traficada/escravizada. Em Palmares, onde predominou o elemento banto, também foi encontrada grande capacidade militar e a construção de sistema de defesa do povo palmarino, a partir da arte da guerra (MOURA [1959 (2014, p. 387)]).

Beatriz Nascimento se questiona sobre o fato da população negra no Brasil nunca ser considerada como fazendo parte da história deste país, ou melhor, dos acontecimentos importantes vividos por aqui. A historiadora se debruça então a pesquisar sobre a posição da negra e do negro na formação social brasileira e se depara com a constatação de que a maioria dos estudos reforça uma cristalização da posição desta população na condição de escravizados. Esta tentativa de apagamento da condição de sujeito que viveu em liberdade, seja no tempo anterior ao tráfico negreiro e a desumanizante condição de escravidão, seja na subversão desta condição a partir das fugas, estratégias criativas de existência, formação de quilombos como forma societária de organização ou ainda no tempo em que a população negra se fez libertar. A agência exercida em todos os quatro séculos de escravização sendo constantemente ignorada, assim como as trajetórias e conhecimentos desses diferentes povos no período anterior ao processo de diáspora (CARNEIRO, 2020).

O papel ativo da população negra foi destacado por Clóvis Moura, quando afirma que a principal característica desse período é a luta do escravo contra o aparelho do Estado. Sendo possível perceber que este eixo, ao mesmo tempo que se apresenta contraditório e também decisório foi muitas vezes deixado de lado nas análises de sociólogos e historiadores sobre a formação brasileira. Considera que as análises políticas, sociais, econômicas e culturais destas lutas restituem a posição de “[...] agente social dinâmico, não por haver criado a *riqueza comum*,

mas exatamente pelo contrário: por haver criado mecanismos de resistência e negação ao tipo de sociedade na qual o criador dessa riqueza era alienado de todo o produto elaborado” (MOURA 2019, p. 45-46) (grifo do autor).

Assim, a perspectiva do sujeito negro escravizado enquanto responsável por produzir as riquezas comuns nos quatro séculos de escravidão existentes no contexto brasileiro, mas que ao mesmo passo lutava contra o tipo de sociedade que tentava dominar a sua própria existência, compreende a característica ativa, agente da população que resistiu à incorporação dos valores do seu próprio colonizador, pois que teria caído em um estado de total anomia. Construiu inúmeras formas de resistir e manter-se vivo, dentre elas, a fuga e/ou o agrupamento em torno de temas específicos. Clóvis Moura denomina como grupos específicos e enumera estes grupos organizados pelos negros escravos:

[...] a. de lazer; b. religiosos; c. sociais; d. econômicos; e. de resistência armada (militares); f. musicais; g. culturais; h. intercruzados. Esses grupos seriam representados por quilombos, clubes conspirativos, candomblés, batuques, irmandades religiosas, festas de reis do Congo, caixas de alforrias, *cantos*, grupos de capoeira [...] (MOURA, 2019, p. 143).

O autor afirma ainda que quando o tema da escravidão ou da população escravizada são pesquisadas, em geral tomam-se algum destes aspectos culturais e se debruçam a perquirir detalhes de forma isolada como se estas atividades existissem autonomamente à construção de um pensamento político de resistência no sentido de não deixar sucumbir a sua própria história, ancestralidade e práticas culturais. As pesquisas, geralmente realizadas de modo que a população negra esteja no lugar de objeto, atestam uma tendência a explorar de forma folclórica, aspectos considerados exóticos das relações sociais dos grupos negros. Além do que

em vez de pesquisarem e concluírem sobre fatos e processos mais relevantes da nossa *situação racial*, tomando o *social* como fundamental e o *cultural* como condicionado e decorrente, postura que os levaria inevitavelmente a investigar problemas como a marginalização do negro, o seu comportamento nas favelas, mocambos, cortiços e alagados; a situação dos grupos negros em relação às possibilidades de mobilidade social vertical massiva; as ideologias *brancas* e formas de barragem contra eles; sua situação diante da sociedade inclusiva a partir do fim da escravidão; o aproveitamento de traços culturais africanos como elementos funcionais para que o negro não caísse em estado de anomia total; os movimentos de fricção de diversos grupos negros pauperizados, que procuram abrir o leque das oportunidades na sociedade chamada branca; e outros assuntos relevantes, ficam adstritos a pesquisas e microanálises formais, de detalhes do seu mundo religioso, separado do contexto social em que eles se manifestaram e/ou manifestam (MOURA, 2019, p 146) (grifos do autor).

O vassalismo das elites brasileiras que sempre ocuparam o poder às ordens das elites dos países capitalistas centrais além de escancarar a sua debilidade em construir um projeto de nação para o Brasil, deixa a olhos nus a sua insistência em perpetuar a estrutura social segmentada e desigual e conservar a lógica colonial que intenciona desumanizar a população

negra. A política de genocídio executada pelas elites brasileiras se expressa no aniquilamento físico como também pela tentativa de apagamento da memória, do pensamento, da intelectualidade produzida por negras e negros. Quando mencionada, a população negra esteve atrelada a características folclóricas, culturais, atrativas para o consumo por parte dos estrangeiros, sempre referida a atividades que sobressaltem o corpo ou atividades servis.

Nas palavras de Beatriz Nascimento,

Eu vivia, e acho que todos nós pretos vivíamos dentro de uma sociedade dual e onde as situações mais importantes não eram, não são, não correspondem à nossa realidade. Nunca fazemos parte da história do Brasil, das coisas importantes que aconteceram no Brasil. Somos sempre os que contribuíram para cultura: a cozinha, a dança, o futebol (NASCIMENTO, 1977, p. 2).

Ao se referir a este estigma, Lélia Gonzalez afirma que

As imagens mais positivas vistas das pessoas negras são aquelas que representam os papéis sociais atribuídos pelo sistema: cantor e/ou compositor popular, jogador de futebol e 'mulata'. Em todas estas imagens há um elemento em comum: a pessoa negra é *um objeto de divertimento* (GONZALEZ apud HASENBALG, 1982, p. 107 (grifo do autor).

Estratégia de perpetuar a ideologia do negro na condição de objeto, estando sempre referido a um outro, neste caso considerado sujeito, que ateste a sua existência.

O modo de produção é formalmente alterado, mas a posição enquanto país de capitalismo dependente e subordinado aos interesses dos países de capitalismo central pressupõe e garante que características da sociedade escravocrata ainda se mantenham e convivam com o novo tipo de produção que surgia no contexto brasileiro. A economia segue a galope se desenvolvendo desigual e combinadamente, conjugando aspectos os mais arcaicos a tentativas mal sucedidas de imitação modernizante, seja na relação com países centrais ou entre as próprias regiões brasileiras.

De acordo com Célia de Azevedo, desde a data da abolição da escravatura, o negro, “[...] como que num passe de mágica, sai de cena, sendo substituído pelo imigrante europeu”. De forma simultânea, “[...] a esta troca de personagens históricos, introduzem-se novos temas, tais como desenvolvimento econômico industrial, urbanização e formação da classe operária brasileira com base numa população essencialmente estrangeira (AZEVEDO, 1987, p. 20).

A legislação abolicionista impõe a ideia de que terão as mesmas oportunidades os libertos, a população pobre de cor, os imigrantes europeus e, os grupos que teriam ganhos com isto forjam o pacto de não mais mencionar as temáticas da transição. Como se um sistema houvesse exaurido e outro nascido e entre ambos nada precisasse ser reorganizado em relação às já gritantes desigualdades sociais no interior da classe trabalhadora brasileira.

Contudo, particularidades da formação das classes sociais no contexto brasileiro fizeram com que a população de ex-escravizados não tenham sido integrados de forma linear ou automática ao que vem a se constituir o proletariado das cidades ou mesmo o camponês livre e assalariado agrícola. Não compuseram as novas classes que surgiam no período de transição da Abolição, no sentido assalariado ou de pequenos produtores rurais, assim como não estiveram em condições semelhantes a trabalhadores imigrantes de outros países que tiveram incentivo estatal para residir nas regiões Sul e Sudeste (MOURA, 2019, p. 93).

Os ideólogos das classes dominantes/colonizadores criaram o mito da democracia racial e da miscigenação (biológica) como se fosse um processo democrático (político/social) e a população negra em grande medida incorporou essa ideologia, como mecanismo de autodefesa e sobrevivência. No Censo de 1980 apareceram 136 cores autodeclaradas e, muitas delas tinham como pano de fundo a tentativa de branquear a cor negra. Esse processo de “racismo larvar” (MOURA, 2019) também se deu com a própria classe trabalhadora, que se formou no Brasil, incorporando e se beneficiando das desvantagens que o racismo lhes proporcionou.

A classe operária e camponesa que se formou no Brasil na passagem do sistema escravista para o capitalismo dependente era branca, de origem europeia e forjada pelas ideologias racistas da época, enquanto o negro manteve-se nas franjas marginais (MOURA, 2019, p. 91-94). Os mecanismos de marginalização que se deram empiricamente no período escravista, foram racionalizados no pós-abolição. Esta transição entre os modos de produção conjuga o processo de branqueamento e marginalização do negro.

Todo o racismo embutido na campanha abolicionista vem, então, à tona. Já não se trata mais de acabar com a escravidão, mas de enfatizar que os negros eram incapazes ou incapacitados para a nova etapa de desenvolvimento do país. Todos achavam que eles deviam ser substituídos pelo trabalhador branco, suas crenças deviam ser combatidas, pois não foram cristianizados suficientemente, enquanto o italiano, o alemão, o espanhol, o português, ou outras nacionalidades europeias, viriam trazer não apenas o seu trabalho, mas a cultura ocidental, ligada histórica e socialmente às nossas tradições latinas (MOURA, 2019, p. 110).

Os quase quatro séculos em que o modo de produção principal foi a escravidão foram marcados por incontáveis revoltas do povo negro, formação de quilombos e inumeráveis estratégias de resistência. Além das revoltas e resistência do povo negro, a exigência dos países de capitalismo central pela produção fabril como maior possibilidade de lucro conformou a formalização da abolição do regime de escravidão e a importação de milhares de trabalhadores da Europa para assumir o trabalho assalariado no Brasil. As elites brasileiras instauradas no poder assumiram o posicionamento de que o trabalho formalizado não deveria ser lugar para negra ou negro. Não houve uma divisão e distribuição de terras que beneficiassem a população

escravizada. Por parte das elites locais nenhuma tentativa de reparação histórica, deixando esta população jogada à própria sorte.

Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária ou dinâmica desse processo, ficando como borra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação” (MOURA, 1994, p. 103).

Fernanda Lima da Silva (2019, p. 38) resgata a origem de quatro cidades brasileiras caracterizadas pela historiografia como cidades negras: Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís. Seus pontos de encontro se referem ao fato de serem cidades portuárias e terem recebido contingentes significativos de população africana. As três primeiras se configuraram, até fins do século, como sendo as cidades mais importantes do país. “Politicamente pulsantes, ligadas às dinâmicas do tráfico internacional de escravizados e apinhadas de —gente de cor”. Ainda nas palavras desta autora,

A historiografia nos fala também de uma *onda negra* (AZEVEDO, 1989). O fenômeno assim descrito por Célia de Azevedo Marinho diz respeito à crescente de negros vindos do norte em direção ao sudeste, particularmente às zonas cafeeicultoras. O nordeste brasileiro, durante muitas décadas maior espaço de uso de mão-de-obra escravizada, em fins do século se tornara, ao revés, exportador. A proibição do tráfico transatlântico, existente desde 1831, de par com a derrocada da empresa canavieira e a crise econômica que se abatia sobre a região, tornou o tráfico interno uma atividade substancial. Uma das acepções de onda negra, então, diz respeito aos largos contingentes de negros escravizados vindos do norte para as províncias do eixo sul-sudeste. Numa verdadeira diáspora interna (SILVA, 2019, p. 38-39) (grifo da autora).

No século XVIII, as cifras anuais de importação de africanos traficados para Recife, Bahia e Rio eram de 5.000, 8.000 e 12.000, respectivamente (MOURA, 1994, p. 137). Entre os séculos XVI e XVII, praticamente todo o contingente que chegava era levado para a região Nordeste e Leste do Brasil, principalmente para a região açucareira. No período de auge desta atividade, a Holanda esteve quase que de forma monopolista controlando o tráfico na região. “Vieira afirmava, definindo essa situação de acordo com os interesses dos senhores de engenhos, ‘sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros’” (MOURA, 1994, p. 143).

Até o ano de 1850 o fluxo de africanos que entravam no Brasil era intenso, a vida das pessoas escravizadas era breve, pois morriam por diversas causas e a reposição feita constantemente. A proibição do tráfico cria a dinâmica de deslocamento de regiões do Nordeste para o Sudeste e Minas, instaurando o tráfico entre províncias e garantindo populações para trabalhar com a atividade do café (MOURA, 1994, p. 147).

De acordo com Moura (1994, p. 147), entre 1850 e 1864 houve a queda de 785.000 escravos na população brasileira. O autor elenca duas hipóteses: a continuidade das mortes sem reposição devido à lei que proibia o tráfico e epidemias tais como cólera, varíola ou febre amarela tenham atingido grande contingente desta população junto ao fato de que na Guerra do Paraguai foram dizimados de 80 a 100 mil escravizados enviados.

A migração do centro econômico e político do nordeste para o sudeste, nas palavras de Ianni (2004, p. 32),

Entre fins do século 19 e a primeira metade do 20, o centro da vida nacional deslocou-se do nordeste, simbolicamente Recife, para o centro-sul, simbolicamente São Paulo. A chamada Escola do Recife expressa bastante bem uma época de apogeu e crise do domínio do nordeste na fisionomia do Estado nacional. Em certa medida, a realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, em 1922, simboliza a emergência de outras inquietações e propostas, que passarão a predominar. Mas o deslocamento não é nem rápido nem drástico. Alguns escritos revelam dúvidas, ambiguidades, vacilações, falta de clareza. Foi complicado esse processo de deslocamento do centro da vida nacional, desde o nordeste até o centro-sul, simbolizado por Recife e São Paulo.

Reafirma a continuidade destas duas cidades como sendo “[...] as duas extremidades do caleidoscópio brasileiro, fundamentais para compreender-se a questão nacional” (IANNI, 2004, p. 196).

Sobre o principal expoente da escola do Recife, Denis Bernardes (2013, p. 39) constata que Gilberto Freyre representou a ideologia oligárquico-rural gerada pela classe dominante local em oposição ao pensamento burguês modernizante, que ascendia na região Sudeste. De tal modo, a região “[...] ainda é necessária ao processo de acumulação e de reprodução do capital e, portanto, a obra de Gilberto Freyre representava um momento organicamente necessário à dominação ideológico da classe capitalista, em formação no Brasil dos anos de 1930” (grifo do autor).

Prossegue,

Em suma, com Freyre, temos a questão nordestina, surgida e sugerida na segunda metade do século XIX, já estruturada e formulada concretamente como ponto de inflexão na construção da ideologia da classe dominante; também como ponto de contraste, como embrião da dualidade tradicional (leia-se, agricultura-Nordeste) e moderno (leia-se, indústria-Sudeste), como ponto de desvio da atenção dos reais problemas da população brasileira como um todo para um pretexto quase mórbido, consubstanciado na miséria nordestina (BERNARDES, 2013, p. 39) (grifo do autor).

Sobre esta transição para o “moderno” arrastando consigo o “arcaico”, destaca Florestan Fernandes, que não se estabeleceu uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização, assim como não havia acontecido anteriormente em relação a produção e exportação de produtos primários. O mercado capitalista moderno e o sistema de produção capitalista,

adaptaram-se às estruturas socioeconômicas de origem colonial e pré-capitalistas dependentes, para assim expandir e se consolidar. De modo que os novos surtos de rápido crescimento econômico renovaram e fortaleceram desigualdades econômicas, sociais e políticas incompatíveis com a ordenação em classe sociais. “Incapaz de provocar uma revolução urbana – como foi incapaz de produzir uma revolução agrícola – o capitalismo em questão faz com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e das cidades” (FERNANDES, 2009, p. 48-49).

A posição de país capitalista dependente e periférico fez com que o trabalho assalariado se estabelecesse conjuntamente à lógica colonial agravando as desigualdades sociais já existentes entre regiões, classes, raças, gêneros. Soma-se a isso as reformas estruturais que nunca foram concluídas.

A Lei de Terras (1850), não proporcionou à população remanescente da escravidão a divisão e distribuição das terras para que pudessem continuar a produzir riquezas, nesse caso riquezas para si e a sua sobrevivência. Optou-se por vender as terras, de modo a impossibilitar que a massa negra se tornasse proprietária, sequer ocupando o lugar de força secundária, tendo sido jogada à condição de franjas marginais. Esta política favorecia os imigrantes, que poderiam tornar-se pequenos proprietários.

O capitalismo desigual e combinado foi se transmutando a partir de suas novas necessidades e, com o tempo o sistema escravocrata foi se tornando menos rentável, ao passo que o capitalismo competitivo começou a hegemonizar a economia mundial. A burguesia “[...] que se inicia no segundo e último período do escravismo era uma burguesia auxiliar, condicionada, dependente, apêndice e colaboradora dos interesses dos compradores, vendedores ou investidores da Nova Metrópole: a Inglaterra” (MOURA, 1994, p. 47). Tornou-se, uma burguesia “subalterna, que desempenharia funções caudatárias, porém, jamais assumiria o seu papel social e político de transformadora de uma nova etapa histórica da nossa sociedade através de uma proposta de nova ordenação social” (ibidem).

O abolicionismo e a política imigrantista forjaram o surgimento de uma classe operária considerada pelas elites locais, apta a adaptar-se ao capitalismo monopolista que se expandia às periferias latino-americanas, a exemplo do caso brasileiro. As elites locais optaram por destinar dinheiro público para o financiamento da vinda e estadia de milhares de trabalhadores de países europeus. A figura do imigrante “[...] via-se localizado, inesperadamente, nas melhores e nas mais altas posições da estrutura do sistema ocupacional e econômico da sociedade brasileira ‘moderna’” (FERNANDES, 2006, p. 173).

É dentro desse contexto geral que se deve apreciar, sociologicamente, a transplantação, a assimilação e a ascensão social do imigrante. Em termos psicossociais e culturais, ele representa mais que uma ruptura com a tradição senhorial e com a dominação patrimonialista, apesar das acomodações que o levaram a compartilhar, de modos mais ou menos profundos, conforme as variações da situação de contato, interesses, valores e ideologias das elites nativas no poder. O imigrante introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o “cálculo econômico” e a “mentalidade racional com relação a fins” acabaram alcançando, pela primeira vez em nosso país, a consistência estrutural e funcional requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade. Isso é evidente em todas as comunidades que receberam colonização prolongada e intensa. Tais comunidades sofreram, quantitativa e qualitativamente, durante períodos mais ou menos longos, o que se poderia chamar de europeização do seu estilo de vida. Em consequência, o imigrante se converteu no centro de irradiação e de difusão de novas atitudes, de novos comportamentos e de novas aspirações sociais, alguns transplantados com sua herança sociocultural, outros forjados aqui, graças às adaptações econômicas indicadas ou efeitos integrativos da aculturação (FERNANDES, 2006, p. 169-170).

Assim, o capitalismo dependente e periférico brasileiro forjava as fileiras de operários, a partir da importação não apenas dos indivíduos europeus, mas da política branqueadora de assimilação da cultura europeia trazida juntamente a estes grupos de trabalhadores. Os imigrantes não ocuparam lugares vazios, o país não carecia de “força de trabalho”. Pelo contrário, diversas pesquisas apontam que aqui existiam milhões de trabalhadores egressos do trabalho escravo, contingentes libertos, trabalhadores de cor pobres que não foram incorporados ao mercado dinâmico que começava a se instalar na região sudeste brasileira. O aparato jurídico inspirado nas teorias racistas científicas instituía legalmente que todas as camadas existentes na potencial classe trabalhadora brasileira estavam em iguais condições de disputar os postos de trabalho. A política de branqueamento instaurada pelas elites locais preferiu a brancura civilizatória das nações que colonizaram o próprio país em que vivem e que funda franjas marginais de trabalhadoras e trabalhadores negros, pardos e pobres, egressos da dominação e exploração escravocrata. Fundava-se um lastro entre as “classes destituídas” (FERNANDES, 2006, p. 395) e as classes operárias brancas egressas da cultura colonizadora. Acontecia então “[...] a troca de um tipo de trabalhador por outro que era marginalizado antes de haver um plano de sua integração na nova fase de expansão (MOURA, 2019, p. 112).

“O imigrante, aqui e ali, impunha-se com maior ímpeto, como o agente de trabalho favorecido pelo curso da história, contribuindo fortemente para difundir as novas categorias do comportamento operário” (FERNANDES, 2006, p. 230). O elemento histórico de que as elites locais tenham trazido milhares de imigrantes para assumirem o trabalho assalariado, na condição de trabalhadores “livres” se impôs como uma forma do presente carregar o passado, de tal maneira que o imigrante perpetuasse a cultura do colonizador, a brancura e os modos civilizados dos operários de países europeus. Ou ainda, uma forma de fazer com que os

antagonismos sociais de classe, raça e gênero pudessem constituir o íterim da própria classe trabalhadora que se forjava na sociedade assalariada. Propuseram, financiaram, incentivaram uma classe obcecada pelas características dos países que haviam egressado, no entanto formavam o germe da classe assalariada imbuídos de valores culturais dos colonizadores destas mesmas classes. Infiltrava-se o modo de viver, os fatores extra-econômicos, aprofundava as desigualdades regionais e sociais no interior de uma plural classe trabalhadora, considerando que milhões de trabalhadores negros e negras passavam a integrar a periferia da indústria que dinamizava a economia.

Como vemos, se de um lado os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iriam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barganha social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. O negro e outras camadas não brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo (MOURA, 2019, p. 94).

Em sua obra *Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes (2006) sintetiza diferentes períodos históricos do capitalismo que forjaram a sociedade brasileira, da colônia ao imperialismo. Para ele, o momento em que o Estado Nacional mais se consolida é entre 1822 e 1964, denominada de Ordem Social Competitiva, substituta da Organização Social Escravocrata e Servil. Uma sequência de transformações feitas pelo alto, entre brancos, que nunca representou o projeto dos de baixo tampouco da população negra.

A propósito da história da revolução burguesa, pois, cabe alguma referência ao período monárquico: 1822-89. Nessa época, ocorreram alguns fatos notáveis, relativos a problemas tais como os seguintes: lutas de independência, revoltas e guerras populares, lutas separatistas, fugas e revoltas de escravos, primórdios da sociedade civil, cidadania, vida partidária, opinião pública e outros aspectos do processo histórico de formação do Estado nacional (IANNI, 2004, p. 214)

A independência, no caso brasileiro, diferente de outros países latino americanos se deu a partir da passiva (por parte do povo brasileiro) substituição dos poderes da metrópole para o governo. Na ausência de movimentos contestatórios populares e da participação das massas, o poder foi absorvido pelas classes altas da ex-colônia. A Independência foi realizada quase que a contra-gosto do povo, ocasionando o seu afastamento da participação na nova ordem política. “A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em seu conjunto” (PRADO JR., 1961, p. 49-50).

Este elemento é muito importante na formação histórica brasileira. Os momentos históricos decisivos, as rupturas e instaurações de novos modelos de produção e reprodução

não foram fruto de decisões do povo brasileiro. No entanto foram inumeráveis as revoltas populares nos séculos de colonização, de modo que a tentativa de construção popular de uma nação poderia ser encontrada mais por fora da ordem vigente do que enquanto participante da mesma. As revoltas no Nordeste, assim como em todo o território brasileiro expressavam um tipo insurgente de organização social.

Até onde se pode avançar, numa interpretação sociológica segura, é legítimo concluir-se que a falta de elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial, diante da emergência e da expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, gerou uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. Dessa acomodação resultou uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*) (FERNANDES, 2006, p. 209).

A abertura dos portos (1808), a independência política (1822), a formal extinção do tráfico de africanos (1850) foram elementos que contribuíram com a constituição do capitalismo no país. A transição da condição colonial em Estado nacional se conformou em grande medida pelas regras de comércio que beneficiaram a burguesia mercantil, fim da intermediação parasitária do monopólio do comércio português, desenvolvimento de uma burocracia estatal e receita de impostos própria do país.

As classes populares se constituíram como principal inimigo do Estado que se formava, à medida que este aliava-se primordialmente às nações capitalistas centrais. Estamos tratando de um Estado nacional sincrético, pois se utiliza da imagem de um Estado representativo, democrático e pluralista mas se constitui como expressão de uma oligarquia que se objetiva a partir de termos paternalistas tradicionais quanto em termos autoritários e modernos. O descompasso entre o desenvolvimento econômico e político ocasionou um processo de restauração burguesa que sugeria aspectos racionais e modernizantes no que se referia ao primeiro aspecto e no fortalecimento de medidas políticas, militares e policiais contra-revolucionárias. Conforma um Estado autocrático³¹ e oligárquico, preservando estruturas e funções democráticas, mas conserva o monopólio do poder econômico, social e político (FERNANDES, 2006).

Em nenhum dos diferentes modos de produção no contexto brasileiro, o desenvolvimento capitalista teve como características:

³¹ Sobre o caráter autocrático do estado brasileiro, ver: MARA, Eduardo. Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na Era Lula. (Tese) Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

1º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2º) a desagregação completa do *antigo regime* e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (FERNANDES, 2006, p. 262) (grifo do autor).

Nos países da periferia do sistema capitalista é corrente que as transformações aconteçam de forma passiva ou pelo alto, de modo a não arrastar atrás de si as massas camponesas e as/os trabalhadores urbanos. O Brasil teria passado, nos termos de Gramsci, por dois processos de revolução passiva, o primeiro compreendido no período entre 1930 e 1945 e o segundo de 1964 a 1980. As duas ditaduras representariam momentos de “restauração” necessária diante do crescimento de movimentos contestatórios (ainda que dispersos) e da adoção de um “subversivismo elementar” pelas classes exploradas diante do caráter elitista das mudanças (COUTINHO, 2003, p. 200-203). Como exemplo deste tipo de movimento podemos citar o programa de reformas apresentado pela Aliança Nacional Libertadora e o levante de 1935, que precede a instalação da ditadura Vargas e o crescimento do movimento pelas reformas de base que antecedeu o golpe de 1964.

Em face de um Executivo permeado de protagonistas políticos com elas comprometidos, as forças democráticas vinculadas mormente às classes subalternas mobilizaram-se febrilmente. Acumulando reservas desde o governo constitucional de Vargas, o campo democrático e popular articulava uma importante ação unitária no terreno sindical, politizando-o rapidamente, e colocava em questão –sob a nem sempre inequívoca bandeira das reformas de base- o eixo sobre o qual deslizara até então a história da sociedade brasileira: o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão (NETTO, 2015, p. 37).

Tratava-se de um processo em aberto, na medida em que combinava as pressões populares vindas ‘de baixo’ com operações pelo alto em que se abriu a possibilidade da construção de uma democracia real de massas e um caminho para a construção de uma sociedade socialista ou a restauração de um liberalismo elitista e excludente (COUTINHO, 2003, p. 217-218).

O conceito de revoluções pelo alto e a análise feita por Florestan Fernandes a respeito da constituição da autocracia burguesa no Brasil têm em alguma medida correspondência. O processo de transição ao capitalismo no Brasil analisado pelo autor reproduz em larga medida as características centrais de uma revolução pelo alto: exclusão das massas do processo revolucionário, alianças com as elites arcaicas, dependência externa e modernização conservadora (ibidem, p. 88). Destacamos que estas características fundadas no momento de transição, pelo fato de não ter havido uma ruptura protagonizada pela classe trabalhadora, se conservaram e fizeram-se presentes na sociedade contemporânea brasileira.

De acordo com Moraes (2014) o avanço da esquerda em 1961-1963 teve caráter apenas ideológico, não sendo o suficiente para evitar a derrota política de 1964. Apesar do espraiamento das ideias progressistas e revolucionárias, o grau de organização da classe trabalhadora e conjunto do povo não conseguiram evitar a virada da correlação de forças.

O avanço das lutas populares, de março a outubro de 1968, e o início da resistência armada à ditadura no primeiro semestre de 1968 tiveram no Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, um

novos salto em direção à centralização e militarização do aparelho de Estado, ao terrorismo policial e à tortura, marca a bancarrota da tática da 'abertura democrática', que se resolveu com a repressão mais selvagem contra o movimento popular e a resistência armada (MORAES, p. 100).

O histórico autoritarismo da elite brasileira e a submissão ao capital estrangeiro se reafirmam no golpe e anos de ditadura militar, aprofundando a desigualdade social, a violência, e agravando as condições de vida do povo brasileiro. A esta altura, o rápido processo de urbanização vai conformando as periferias a partir de contornos semelhantes ao que conhecemos hoje, pois ocorre de modo a colocar à margem do território das grandes cidades massas de trabalhadoras e trabalhadores, em sua maioria negras e negros. Mais uma vez a elite brasileira não conclui a realização de reformas básicas, que pudessem estruturar minimamente as condições de vida desta população.

Isso nos coloca, certamente, diante do *poder burguês* em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou impossível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo, o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva (FERNANDES, 2006, p. 346) (grifos do autor).

A conservação da lógica colonial que estrutura a sociedade brasileira supõe que quem vive à margem do centro econômico capitalista não precisa de condições tais como moradia, saneamento, água, escolarização, saúde. São construídas assim periferias que se estruturam de forma aglomerada, em que o desemprego continua sendo estruturante e que a única presença do Estado brasileiro segue sendo o plano de genocídio do povo negro.

Concordo com Florestan Fernandes (2006, p. 407) em que “Não existe uma linha pura e única de compreensão e descrição do Estado capitalista dependente e periférico. Produto da situação mais contraditória e anárquica que qualquer burguesia poderia viver, ele é uma composição sincrética e deve ser retido como tal”. Neste sentido, me detive a uma breve passagem por alguns destes elementos que forjaram historicamente a classe trabalhadora e seu confronto com o Estado, no contexto brasileiro.

3.2. Movimentos Populares no Contexto Brasileiro

O estudo deste tema aponta o desafio de que mesmo a experiência dos movimentos populares no contexto brasileiro estando imbricada a nossa formação política, econômica, social, em grande parte as teorias que tratam o tema dos movimentos sociais são formuladas em países capitalistas centrais e constantemente “aplicadas” a nossa realidade.

A produção de estudos brasileiros sobre o tema dos movimentos sociais, em geral, está imersa às teorias norte-americana e europeia. Tem sido consenso o entendimento de alguns autores e autoras brasileiros de que enquanto ao norte do mundo se constrói teoria, ao sul global temos nos empenhado a fazer estudos de caso. Ou seja, a refletir a nossa realidade material a partir de formulações teóricas extraídas de outros contextos sociais, econômicos, políticos e históricos.

Ammann (1991), por exemplo, coloca como justificativa do emprego destes conceitos teóricos estrangeiros a falta de enunciação teórica nacional consistente e afirma ainda os limites conceituais de um arcabouço formulado em nosso país. Apesar de não estar no escopo deste trabalho um resgate pormenorizado das teorias mencionadas dos contextos de países centrais, compreendo que os estudos brasileiros acerca do tema dos movimentos populares sofrem intensa influência destas teorias de destaque mundial. Inclusive, a teoria sociológica destaca e formula a partir do formato clássico dos movimentos sociais destes países. A forma de tentar apreender este fenômeno da realidade assim como o seu arsenal conceitual e metodológico no caso brasileiro estão impregnados da síntese de determinações concretas de outros contextos. Além disso, grande parte dos estudos realizados sobre o tema encontram-se na região sudeste, o que faz repercutir a relação entre centro e periferia, no próprio caso brasileiro.

De acordo com Gohn (1997, p. 119) na Europa pós 1960, podem ser agrupadas duas grandes linhas de abordagens dos movimentos sociais, são elas: 1) neomarxista e 2) culturalista-acionalista (Novos Movimentos Sociais). Dentro da segunda abordagem, destacaram-se três linhas: a) histórico-política de Claus Offe; b) psicossocial de Alberto Melucci; Laclau e Mouffe e c) acionalista de Alain Touraine.

Me deterei na abordagem consagrada como Novos Movimentos Sociais, pelo fato de que foi na América Latina, com destaque para o México e Brasil que esta teoria teve maior receptividade (GOHN, 1997) e também porque os movimentos de mulheres e feministas têm sido caracterizados a partir desta abordagem, o que de alguma maneira tangencia esta pesquisa.

Como a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas a das ideologias, atuando no campo da cultura, concluímos que a categoria da cultura foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização pelo

paradigma dos NMS. Ao longo dos anos, tal paradigma será influenciado ainda pela interpretação pós-estruturalista e pós-modernista de cultura, centrando suas atenções nos discursos como expressões de práticas culturais (GOHN, 1997, p. 122).

Este paradigma veio como uma negação da teoria social marxista, em que a dimensão macroestrutural é considerada como de grande importância no entendimento e análise da realidade, assim categorias como luta de classes, consciência de classe, Estado, dentre outras. A implicação resultante disto é a formulação de que o novo sujeito das lutas sociais seria um coletivo difuso, destituído de determinações centrais, em que a identidade coletiva é criada por grupos e não por estruturas sociais.

Maria da Glória Gohn resgata a afirmação de Melucci (1996) acerca de que o “novo” nos Movimentos Sociais é ainda uma questão em aberto.

Ainda segundo Foweraker uma das principais afirmações da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles são novos porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses; e porque não têm um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São de interesses difusos (GOHN, 1997, p. 124).

Destas teorias depreende-se a ideia de que as lutas e antagonismo entre as classes seriam coisas do passado. Como os movimentos feministas, negros e de diversidade sexual estiveram no seu auge na década de 80 e possuíam características diferenciadas no experienciar das lutas, foram rapidamente identificados como sendo novos movimentos sociais e atrelados a essa perspectiva. Assim, me pergunto se a participação das mulheres em experiências de organização popular no contexto brasileiro podem ser consideradas como expressões de “novos movimentos sociais”? Ou antes, a organização comunitária protagonizada pelas mulheres populares expressaram as características dos “clássicos” movimentos sociais? Tiveram caráter de classe? O seu sujeito político protagonista era difuso? O que objetivavam as suas reivindicações? Compreendo a limitação deste arcabouço teórico à análise da presente pesquisa, tendo em vista que se trata de organizações comunitárias locais.

De acordo com Gohn, podem ser destacadas duas correntes básicas de análise dos movimentos sociais decorrentes dos fundamentos teóricos dos clássicos marxistas: 1) movimentos sociais urbanos (M. Castells, J. Lojkin e J. Borja) e 2) movimento social dos trabalhadores (Hobsbawn, Thompson e Rudé) – historiadores ingleses.

Acerca das análises das lutas e movimentos populares urbanos realizados na América Latina nos anos 70 e início dos 80, a autora afirma que Gramsci foi quem conseguiu fazer análises mais elaboradas.

Entre os clássicos do marxismo, ele é o autor que faz a ponte possível para a compreensão da realidade: a articulação entre as análises estruturais e as conjunturais.

Ele resgatou a política e as conjunturas específicas, abrindo caminhos para se fugir das análises mecanicistas e deterministas da história (GOHN, 1997, p. 188).

Sobre a realidade brasileira foram feitos vários balanços dos estudos acerca dos movimentos sociais urbanos entre a década de 70 e 80, dentre os quais a autora destaca a ausência de

referenciais teóricos e o volume de descrições sem análises; a necessidade de construção de esquemas explicativos que abordassem as especificidades do processo histórico brasileiro e o conseqüente uso abusivo de esquemas teóricos pertencentes a outras realidades socioeconômicas e político-culturais; [...] (GONH, 1997, p. 274).

A presença dos movimentos sociais começou a permear a produção brasileira enquanto uma preocupação teórica, de modo a superar o caráter descritivo de publicações anteriores (GOHN, 1985).

Nesse sentido, a tese de Eder Sader (1988) trouxe valorosa contribuição ao avanço prático e teórico dos movimentos sociais à época em que foi publicada. A partir da pesquisa empírica de quatro organizações: clube de mães da periferia sul; sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo; oposição metalúrgica de São Paulo e as comissões de saúde da zona leste, chegou a importantes sínteses acerca da ebulição dos movimentos populares da época. Partiu da compreensão e valorização dos movimentos organizados sob o formato centralista, tais como sindicatos e partidos assim como da necessidade de serem considerados com a mesma importância os novos movimentos que estavam surgindo e que tinham outra caracterização.

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o 'novo sindicalismo' que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os 'novos movimentos de bairro', que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma 'nova sociabilidade' em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os 'novos movimentos sociais', que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade (ibidem, p. 35-36).

Outra contribuição da tese de Sader (1988, p. 144) foi que da análise da relação entre estes "velhos e novos" movimentos sociais, o autor sistematizou três principais matrizes discursivas, que ajudaram a compreender o fenômeno política e teoricamente. Sendo elas a matriz da teologia da libertação, que emergiu nas comunidades de base e tinha profundas raízes na cultura e religiosidade popular, assim como incidência e reconhecimento diretos na vida do povo; a matriz marxista, que naquele momento carecia deste tipo de base, devido às últimas derrotas sofridas por parte da esquerda no contexto de ditadura militar; e, por último a matriz sindicalista que não apresentava a substancial base da primeira matriz nem a consistência

teórica da segunda, seu raio tendo ficado portanto mais restrito a quem estava diretamente ligado aos conflitos trabalhistas. As análises a que Sader chegou continuam sendo referências no sentido de ampliar o horizonte comum entre organizações de tipos tão diferentes que tiveram fundamental importância no processo de resistência à ditadura, assim como sobre a diversidade das organizações a que acompanhou. Os relatos das militantes e dos militantes orgânicos adensam ainda mais o complexo diálogo entre os diferentes tipos de organizações que realizaram expressivas lutas no período destacado pelo autor.

Esta rápida discussão acerca do conceito de movimentos sociais tem como objetivo situar algumas das perspectivas que tiveram maior influência no contexto brasileiro, assim como delimitar que dentre a abordagem dada pelos autores brasileiros tornou-se comum a utilização do termo “movimentos sociais populares” ou “movimentos sociais urbanos” que se referiam à emergência destas experiências de luta nas capitais brasileiras na década de 70. Cabe ressaltar que a maioria destes autores, estiveram situados no sudeste, principalmente no estado de São Paulo³².

Guardadas as proporções da analogia, ao pensar no nordeste brasileiro, apesar de existirem muitas visões sobre esta região, visões construídas no próprio nordeste, visões construídos no sul/sudeste, visões forjadas de dentro pra fora, carregando consigo a estereotipia e preconceitos a que insistentemente as ideologias dominantes tentam querer fazer coincidir com a imagem do Nordeste. Bernardes (2013, p. 36) afirma que apesar de possuímos muito mais visões do nordeste brasileiro, não dispomos de aprofundadas ou coerentes análises de fenômenos importantes da vida urbana nesta região do país. “Na verdade, a maior parte da produção historiográfica sobre o Nordeste, seja localmente realizada ou não, pouco ultrapassa o nível da crônica ou, quando muito, se apegua, quase sempre inconscientemente, a um quadro analítico empiricista”.

Destaco que estas expressões servem como parâmetro histórico das lutas ocorridas no contexto brasileiro, tendo em vista que a atual pesquisa se refere a duas organizações comunitárias protagonizadas por mulheres em bairros de periferias de Recife e Olinda. Está colocado portanto o desafio de discutir a participação das mulheres nestas organizações populares, a partir do diálogo entre as experiências brasileiras nas décadas de 1970, no que concerne às expressões de movimentos comunitários. Dentre os inúmeros movimentos que despontaram no país no período indicado, destacarei a Teologia da Libertação, Clubes de Mães, Movimento do Custo de Vida; Movimento Feminino pela Anistia e Movimento de Lutas por

³² A exemplo de Kowarick (1987); Cardoso (1987); Sader (1988).

creches para um breve resgate, tendo como ponto comum o protagonismo das mulheres e a experiência comunitária. Neste último, destaco como ilustração a experiência na cidade de São Paulo e a relação desta campanha com os Congressos da Mulher Paulista realizados entre 1979 e 1981.

3.3. A Historicidade da Organização Política das Mulheres Populares no Contexto Brasileiro da Década de 1970

Diante dos elementos da formação social brasileira apresentados anteriormente, pretendo investigar a participação das mulheres nas organizações comunitárias e desenvolver a discussão referente ao seu protagonismo na condução destes processos, a construção qualitativa destas organizações populares, as dimensões de pauta reivindicatória; formato organizativo; a interface da relação pública e privada assim como os aspectos contraditórios das relações de gênero, classe e raça estruturantes da prática coletiva. Neste sentido, me debruçarei sobre algumas experiências brasileiras em que as mulheres populares foram protagonistas, seja em movimentos gerais quanto em campanhas auto-organizadas de mulheres, no entorno da década de 1970.

No intuito de me aproximar destas questões, ressoo a indagação feita por Saffioti (1987, p. 124) acerca de qual seria o “tipo de sociedade capaz de gerar feminismos enquanto movimentos sociais.” Observo que algumas das expressões massivas de organizações populares de mulheres na experiência brasileira se constituíram a partir do protagonismo das mulheres em movimentos mistos, em conjunto com movimentos de mulheres e movimentos feministas.

3.3.1. Teologia da Libertação, Clube de Mães e Movimento Custo de Vida

A Teologia da Libertação foi considerada a teologia da América Latina. Surgiu no final dos anos 1950, incluindo setores importantes da Igreja católica, movimentos religiosos leigos, pastorais populares e Comunidades Eclesiais de Base. No Brasil, foi influenciada inicialmente pelo humanismo francês, caracterizando-se como cristianismo radical, animando o trabalho de organização popular nas pastorais operárias, organizações políticas, movimento juvenil e universitário, bairros periféricos e comunidades de base. O principal fator de desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina e, talvez o seu ponto chave foi o encontro dos teólogos da libertação com o marxismo. A pobreza escancarava problemas de uma realidade de capitalismo dependente na América Latina a que a igreja isoladamente não conseguiu

solucionar. Este encontro proporcionou a emergência do maior opositor à ditadura civil-militar no Brasil (JUSTINO, 2017).

A Teologia da Libertação representou na América Latina, como no Brasil, solo fértil para a organização popular. Seu enraizamento junto ao povo e sua influência tiveram grande expressão. Em importante obra acerca da confluência entre a Teologia da Libertação, as comunidades de base e os clubes de mães no intenso momento de organização popular no Brasil, Frei Betto relata que

Na greve de 1978, enquanto os maridos iam para as fábricas cruzar os braços diante das máquinas, as esposas descansavam. À noite, os maridos dormiam e os clubes de mães trabalhavam, rodavam 350 mil boletins contendo informações sobre o andamento da greve. A partir das primeiras horas da manhã, esses boletins eram distribuídos à porta das fábricas, sobretudo daquelas que ainda não tinham aderido ao movimento. Uma mãe que faz essa experiência dá naturalmente um salto qualitativo muito maior do que aquelas que apenas ouvem discursos sobre as relações de produção ou a libertação (BETTO, 1981, p. 39).

As comunidades eclesiais de base (CEBs) se multiplicaram rapidamente, a priori na zona rural e em seguida alastraram-se pelas periferias das grandes capitais. Segundo Sader (1988, p. 156), em 1981 calculava-se 80 mil para todo o país, apesar da imprecisão dos números. A Teologia da Libertação foi muito forte no Nordeste assim como um dos seus principais expoentes e divulgadores, Dom Helder Câmara, que militou nas cidades de Recife e Olinda e expandiu a Teologia da Libertação no estado de Pernambuco.

A gênese dos Clubes de Mães e Movimento do Custo de Vida se dão basicamente neste contexto de expansão das Comunidades Eclesiais de Base, em que um movimento retroalimenta o outro.

Na história dos clubes de mães, o Movimento do Custo de Vida surge como se fosse um desdobramento natural. Quer dizer que, a partir do momento em que a liderança dos clubes de mães assume o Movimento do Custo de Vida, este torna-se a forma concreta de unificação e politização das atividades de base daquelas organizações. Por isso mesmo também o Movimento do Custo de Vida é impensável sem a referência aos clubes de mães, que lhe deram a vertebração básica (SADER, 1988, p. 212).

Ainda referenciada no texto de Sader (1988, p. 211), importante salientar o alcance que os Clubes de Mães tiveram naquele contexto:

O clube de mães não fala suficientemente sobre sua importância nesses bairros. Esta vinha da existência desses núcleos de mulheres que conheciam (ou começavam a conhecer) os labirintos da administração pública e se mostravam capazes de batalhar até conseguir as pequenas melhorias nesses bairros onde faltava tudo; que se reuniam e abriam um novo horizonte para a existência pública das donas de casas. Assim, um clube de 15 mulheres aparecia como referência para várias centenas ou até milhares de donas de casa, que a ele acorriam num ou noutro momento.

Monteiro (2015, p. 192), em sua dissertação de mestrado sobre a origem, composição e trajetória do Movimento Custo de Vida no intervalo compreendido entre os anos de 1973-1982

traz importantes considerações sobre este processo que surgiu no interior dos Clubes de Mães e até o ano de 1978 esteve sob a principal influência da igreja progressista, conduziu um conjunto de ações em São Paulo, denominado “Operação da Periferia”. A partir de 1979 se inicia um afastamento da igreja, o movimento começa a ser dirigido principalmente pelo PC do B, ocorre um distanciamento das bases e perde a musculatura que havia atingido alguns anos antes. Nessa transição o nome do movimento foi alterado para Movimento Contra a Carestia e o ano de 1981 evidencia a perda de capacidade do movimento (ibidem, p. 123).

Importante lembrar que os temas da fome e carestia mobilizam a população brasileira desde o início do século XX. Monteiro (2015, p. 43-44) resgata que entre 1913 e 1914 iniciaram “Comícios Contra a Carestia” no Rio de Janeiro e se estenderam para São Paulo e outras cidades brasileiras; na primeira metade do século XX, ocorreram as “Marchas da Fome”, organizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), na década de 1930; em 1950 aconteceram as “Passeatas da Panela Vazia”, no Rio de Janeiro e São Paulo e entre 1952 e 1953, tiveram a presença de 500.000 pessoas às ruas para reclamar os aumentos no custo de vida. Nesse período ocorreu também a “Greve dos 300 mil”; em 1954, deflagrou-se uma greve geral contra a carestia em todo o estado de São Paulo com a participação de 1.000.000 trabalhadores. Estas revoltas populares contra as altas dos preços de gêneros alimentícios da primeira metade da década de 1950 constituem, portanto, a tradição em que o Movimento Custo de Vida esteve inscrito³³.

De acordo com Sader (1988, p. 215) “A partir da invocação de valores familiares (são ‘mães em desespero’ preocupadas com suas famílias) e da mobilização dos aderentes através das conversas de casa em casa, o movimento vai tecendo uma ligação entre o mundo do cotidiano e o da política”.

3.3.2. Mulheres nas Lutas por Causas Comuns

As lutas protagonizadas por camadas populares nos anos de 1970 no Brasil se referiam prioritariamente a reivindicações da “defesa dos direitos mínimos de cidadania” (JACOBI, 1987, p. 24) e direitos que se situavam no contexto urbano de demandas em torno de “carências de meios de consumo coletivo” (ibidem, p. 20) assim como a “deterioração e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas” (ibidem, p. 21). Tiveram como principal objetivo uma forma mais democrática de “distribuição dos investimentos estatais

³³ Sobre movimentações acerca do combate à fome nas últimas décadas, ver: CARNEIRO, Tita. Quem inventou a fome são os que comem. Disponível em: [Coluna | Quem inventou a fome são os que | Brasil de Fato - Pernambuco \(brasildefatope.com.br\)](http://Coluna|Quem inventou a fome são os que | Brasil de Fato - Pernambuco (brasildefatope.com.br))

urbanos” (BLAY, 1988, p. 190) e estiveram ocupados em reivindicações relacionadas à saúde, luz, água, esgoto, escola, creche, transporte, habitação, terra (CARDOSO, 2008; VIEZZER, 1989). Estes movimentos populares decorreram da confluência de igrejas, partidos e movimentos de bairros e não se voltaram exatamente a pautas consideradas revolucionárias ou libertárias quando comparados aos “novos movimentos sociais” que despontavam nos países considerados centrais ao capitalismo (JACOBI, 1987).

No contexto brasileiro, militantes dos movimentos enraizados entre o final da década de 1960 e o início de 1980, sejam eles o Movimento Feminino pela Anistia, o Movimento pelo Custo de Vida e a Luta por Creches foram pioneiras e protagonistas deste efervescente momento.

São as mulheres que constituem a maioria dos que comparecem às reuniões e assembleias de favelados na luta por terra e moradia. Os movimentos de educação e saúde, a luta por creche, o movimento do custo de vida, são encampados pelas mulheres do setor popular urbano. [...] articulam-se inicialmente em torno de mobilizações que dizem respeito a necessidades vitais da sobrevivência e da criação dos filhos, antes de se articularem no plano ideológico (VIEZZER, 1989, p. 68).

Apesar de as mulheres terem protagonizado os principais movimentos populares daquele contexto, a sua presença foi registrada apenas nas lutas que tinham como pauta principal a situação direta de vida das mulheres (SOUZA-LOBO, 2011), a exemplo do Clube de Mães. Assim, mesmo quando construídos predominantemente por mulheres as organizações populares que reivindicavam as pautas/lutas comuns, tiveram o sujeito político invisibilizado, como indício de que as mulheres seriam notadas apenas ao levantar as bandeiras “femininas”. Ou que mesmo em maioria, estiveram subsumidas ao gênero masculino quando este esteve presente. A prática dos movimentos feministas brasileiros era distinta do feminismo europeu e norte-americano, pois estava interessado em promover um projeto ampliado de reforma social, que relacionava os direitos das mulheres a partir de organizações de setores populares (COSTA & SARDENBERG, 2008). Além disso, diante a conjugação da miséria social e repressão militar, assegurar a sobrevivência tomou a centralidade de boa parte das preocupações da classe trabalhadora de países considerados periféricos ao capitalismo (SAFFIOTI, 1987). Sobre o rebatimento da contundente expressão dos movimentos feministas dos países centrais no contexto brasileiro, Saffioti (1976) se posiciona:

a impressão que tenho é que o Movimento Feminista é também uma importação, porque, se fosse alguma coisa que estivesse brotando a partir das condições brasileiras mesmo, haveria na mulher modesta um outro tipo de reação. Elas não reagem, a pobreza anula toda e qualquer reivindicação de liberdade; para que a liberdade, se você não tem o que comer? O alimento passa a encher totalmente o horizonte da

criatura, ela não pensa noutra coisa, não se coloca o problema da libertação (SAFFIOTI, *apud* SINGER, 1981)³⁴.

A conjunção entre as reivindicações econômicas, sociais e políticas pode ser exemplificada na luta contra a ditadura, que era à época “mínimo denominador comum” (COSTA, 1970, p. 64) aglutinador de setores populares e médios combativos ao imperialismo e suas alianças com setores da burguesia brasileira. No período pós-luta armada o movimento de mulheres saiu na linha de frente, ou seja, “foi o primeiro que se organizou e pôs a cabeça para fora” na luta por “liberdades democráticas”³⁵ (*ibidem*, p. 68).

A visível presença das mulheres nos movimentos populares se deu a partir do lugar de mãe/esposa estabelecido pela tradicional divisão sexual do trabalho³⁶ (VIEZZER, 1989). Depreende-se daí o tensionamento entre a possibilidade de subversão dos papéis sociais pré-estabelecidos entre os sexos a partir da presença das mulheres nos movimentos sociais e políticos³⁷, que em si desestabilizam a dicotomia público/privado e questionam a conservação da hierárquica e opressora divisão sexual do trabalho (SOUZA-LOBO, 2011). Ainda porque naquele contexto “falar de creche, salário e custo de vida era considerado *subversão*” (TELES & LEITE, 2013, p. 41, destaque das autoras).

Muitas das experiências de luta contra o alto custo de vida, a luta por creches e pela anistia política estiveram articuladas a movimentos feministas e outros movimentos sociais com o objetivo de construção de um projeto democrático de sociedade.

A construção desse novo feminismo, já em andamento, leva em conta algumas questões que estão na base das propostas dos vários grupos de mulheres que, mesmo sem estar ainda articuladas, já fazem a composição do movimento feminista com base, conteúdo e direção populares, nos vários níveis e formas de atuação. Uma das tarefas prioritárias das mulheres que dão corpo a tais grupos e movimentos é o estabelecimento de um projeto político capaz de permitir a emergência do feminismo como um movimento social de impacto, ao lado de outros movimentos sociais aglutinadores da classe popular (VIEZZER, 1989, p. 125).

Na realidade brasileira foram realizadas campanhas pelo fim do alto custo de vida em diferentes momentos históricos. Como foram retomadas na década de 1970, optei por resgatar

³⁴ “A Questão Feminina em Debate” (entrevista), Cadernos do CEAS, nº 42, março-abril de 1976, Salvador, p. 48.

³⁵ Relato da militante Iara Prado.

³⁶ Ver HIRATA & KERGOAT. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

³⁷ Deste lugar de esposa-dona-de-casa-mãe, Viezzer (1989) apresenta exemplos de marchas massivas de mulheres populares que tiveram objetivo de enfrentar regimes autoritários, tais como Mães da Praça de Maio (Argentina), que inicialmente se reuniam para fazer trabalhos manuais e se converteram em um dos maiores pontos de resistência de regimes autoritários, chegando a reunir mais de meio milhão de pessoas.

estas iniciativas anteriores. Como exemplo da tentativa de construção de organizações de caráter nacional, a Federação de Mulheres Brasileira, no ano de 1949.

Na mesma época em que foi gestada a ideia de criação da FMB e de sua efetiva fundação, surgem, dos movimentos desenvolvidos pelas mulheres, outras associações. Com o fim da guerra, o movimento ganhou novo impulso, sobretudo nas grandes cidades, em virtude da crise de escassez de gêneros de primeira necessidade, de sua sonegação e venda a preços extorsivos. Organizando-se em comitês de bairro, elas denunciavam sonegadores, pressionando as autoridades no sentido de coibirem os abusos vigentes na ordem econômica. No então Distrito Federal, chegaram a mobilizar o aparato policial do Estado ao realizarem gigantesca passeata de protesto à revelia das autoridades policiais, que a haviam proibido. Não obstante a repressão policial, atingem a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e, conquistando o apoio unânime destes, deslocam-se, ao abrigo das imunidades parlamentares, para a Câmara dos Deputados, onde reafirmaram sua disposição de prosseguir no combate à carestia e às suas causas estruturais. Ao lado do trabalho desenvolvido pelos comitês de bairros, foi surgindo, em todo o país um vigoroso movimento pela anistia aos perseguidos políticos. No Rio de Janeiro, as mulheres fundaram, junto à União Nacional dos Estudantes, o Comitê das Mulheres pela Anistia, nele militando ativamente. Conquistada a anistia, aquele Comitê foi transformado em Comitê de Mulheres pela Democracia, que, tendo funcionado durante aproximadamente cinco anos, se dedicou à luta pelos direitos da mulher e pela ampliação de seus horizontes, realizando programas de natureza cultural, e fez a defesa da infância e da soberania nacional. O Comitê de Mulheres pela Democracia tinha seus esforços compensados na medida em que encontrava apoio no Instituto Feminino do Serviço Construtivo, presidido e liderado pela primeira presidente da FMB, e destinado a lutar pelo mesmo programa (SAFFIOTI, 2013, p. 386-7).

Estas campanhas foram construídas conjuntamente a organizações de mulheres dos setores populares, contando com um formato diversificado entre os estados brasileiros.

Da Convenção Feminina do Distrito Federal, que congregou grande número de mulheres filiadas ou não às organizações existentes, resultou a fundação da Associação Feminina do Distrito Federal. Esta associação chegou a congregar cerca de mil associadas, distribuídas por várias organizações de bairros do Rio de Janeiro. Destinada a lutar para a solução dos problemas específicos dos bairros, pela paz, contra a elevação do custo de vida, pelos direitos da mulher, pela defesa e proteção à infância, desenvolveu intensas campanhas nesse sentido. As filiais dos bairros reuniam-se semanalmente e indicavam uma representante para as reuniões semanais do órgão central, em que eram estudados em conjunto os problemas e traçadas as campanhas visando a sua solução. Aderiu muitas vezes a campanhas iniciadas em outras organizações, com elas somando forças em defesa do monopólio estatal do petróleo, da soberania nacional e da liberdade. O problema da carestia foi atacado em várias ocasiões pela Associação Feminina do Distrito Federal, por meio de palestras, mesas-redondas e por uma constante vigilância (ibidem, p. 387).

Estas iniciativas protagonizadas por mulheres dos setores populares com a finalidade de garantir condições básicas de vida me faz refletir sobre a pergunta de Saffioti (1987) a respeito de que tipo de sociedade é capaz de gerar feminismos enquanto movimentos sociais. No contexto histórico em questão, o caráter reivindicatório se expressou fortemente a partir do local de moradia a que as mulheres protagonizam a responsabilidade pelos familiares assim como a incidência nas políticas assistenciais e comunitárias.

De sua atuação sobressaiu a intensa campanha que promoveu contra a carestia de vida tanto nas ruas quanto em mesas-redondas com economistas e líderes sindicais e estudantis, em recintos fechados, nas estações de rádio e canais de televisão. Diversas vezes, mulheres filiadas à Liga Feminina foram ter ao plenário da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap) para protestar contra os altos preços dos gêneros alimentícios. Com a colaboração de economistas e técnicos do Ministério da Agricultura, a Liga realizou estudos visando a descobrir as causas dos preços extorsivos cobrados por artigos como leite, carne, cereais, produtos hortigranjeiros, denunciando publicamente, e com ampla cobertura da imprensa, suas descobertas. Com os resultados de seu estudo em mãos, liderou a organização do movimento contra a elevação do custo de vida, em outros estados, organizando uma caravana integrada por mais de 200 mulheres que, em Brasília, entregaram ao presidente João Goulart um memorial com 100 mil assinaturas, propondo medidas para o combate à alta do custo de vida (SAFFIOTI, 2013, p. 388-9).

O período destacado se refere ao momento de fechamento democrático no país, devido à ditadura militar. Assim, percebe-se o cruzamento de duas situações: por um lado, o direcionamento de partidos e movimentos de esquerda para o trabalho militante nos bairros. Os bairros como representação do “espaço possível para a sua sobrevivência política nos períodos de maior repressão” (JACOBI, 1989, p. 156). De outro lado, o protagonismo das mulheres nestes movimentos, por serem historicamente responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, no que tange à reprodução e conservação do novo capitalismo-patriarcado-racismo. O caráter racializado em que a composição das mulheres que vivem em bairros periféricos nos centros urbanos brasileiros, se refere às mulheres negras, assim como são as principais responsáveis pela organização de reivindicações para melhorias nas comunidades. Constituem, portanto, a porta de entrada para a organização comunitária e política nos bairros, tendo em vista que passam mais tempo em casa³⁸, portanto na comunidade em que vivem.

As mulheres brasileiras encampam fortemente as lutas referidas às reivindicações por água encanada, saúde, asfalto, esgoto, dentre outras. Sobre a experiência da luta por água encanada na cidade de São Paulo, Jacobi (1989, p. 109) afirma que “a brecha é utilizada pelas moradoras, que resolvem formar um conselho de mães, já que elas se consideram as melhores conhecedoras dos problemas de saúde do bairro”. Reiteramos que não se trata apenas de uma impressão pessoal, que elas se considerem conhecedoras, mas de um fato baseado na condição concreta da vida das mulheres populares que possibilita que sejam as que conhecem a realidade de seus bairros com maior profundidade e detalhamento, seja no que se refere às condições de saneamento básico, existência e funcionamento dos equipamentos públicos, relações pessoais

³⁸ Considerando que são a maioria que estão empregadas em atividades informais, trabalho a domicílio e desempregadas. Pelos dados do IBGE e de pesquisas feministas, o grupo social das mulheres em comparação com o grupo dos homens exercem menos horas de trabalho remunerado fora de casa. Em compensação, a profissão de empregada doméstica, realizada principalmente pelas mulheres negras que vivem em bairros periféricos não têm uma regulação rígida sobre a jornada de trabalho, muitas vezes sendo estendida por longas horas.

e cotidiano das famílias residentes no bairro. Ainda sobre a luta pela água encanada na cidade de São Paulo, “Com a formação do conselho, do qual participam somente mulheres, houve melhoras substanciais nos serviços de saúde, conforme o depoimento de uma conselheira” (ibidem, p. 109). Algumas das estratégias utilizadas à época foram a coleta de abaixo-assinados de 14 bairros e a criação de um conselho, em que foram eleitos “[...] 313 conselheiros, que são principalmente mães e donas de casa” (ibidem, 111).

A transposição um tanto mecânica das categorias de análise construídas no exterior embaçou o olhar sobre nossa realidade. Assim, os movimentos populares no Brasil, como no conjunto da América Latina, trouxeram à cena política, de forma majoritária, a participação das mulheres. Enquanto na Europa esta presença se fez em torno das questões de gênero, na América Latina o movimento feminista foi importante, mas circunscrito a grupos específicos, mais intelectualizados. O maior contingente de participação de mulheres foi nos movimentos populares, como demandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como demandatárias de direitos de igualdade entre os sexos. Foram elas que lutaram por creches, transportes, saúde etc. elas participaram, e participam, dos mutirões para a construção da casa própria como mão-de-obra e como gerenciadoras dos processos. E a participação das mulheres nos movimentos populares tanto urbanos como rurais, é um tema ainda pouco estudado (GOHN, 1997, p. 293).

Estas movimentações protagonizadas pelas mulheres ou movimentos de mulheres fizeram parte da construção de uma experiência brasileira de feminismo popular: a luta das mulheres populares nas organizações comunitárias por sobrevivência de suas famílias e comunidades, assim como as suas próprias. Então, ao voltar à pergunta de Saffioti acerca de quais sociedades seriam capazes de gerar feminismos enquanto movimentos sociais, é possível pensar que houveram contundentes expressões do feminismo popular no contexto brasileiro como latino-americano. Contudo, o caráter das organizações comunitárias de bairros e dos movimentos sociais é que talvez não sejam considerados da mesma forma. Deste modo, muitas vezes as análises apresentam de forma cindida as organizações comunitárias protagonizadas por mulheres e as expressões de feminismo popular.

3.3.3. Movimento de Luta por Creches (1979-1981)

Dentre as campanhas citadas no início do texto, tais como o movimento feminista pela anistia, contra a carestia e a luta por creches, este último foi o que teve maior desdobramento político e significou a expressão de pauta aglutinadora, no que se referiu aos movimentos feministas, no final dos anos de 1970 (TELES, 2003) no contexto do estado de São Paulo. Por duas principais razões: organizava as mulheres a partir de sua real consciência política naquele momento, ou seja, a partir de seu cotidiano nas relações familiares; assim como foi uma pauta capaz de mobilizar as mulheres nessa constante tensão entre a condição de emprego-e-

desemprego de modo a ter sido mote organizativo das “donas-de-casa”³⁹, a partir de movimentos de bairros e também de mulheres que encontravam-se sindicalizadas ou ao menos empregadas no mercado de trabalho.

A luta por creches concretizou naquele momento um movimento massivo de mulheres que teve ganhos concretos a partir de sua movimentação tática. Arriscaria dizer que as mulheres das camadas populares urbanas encontravam-se construindo possibilidades de construção de “um feminismo de conteúdo, base e direção populares” (VIEZZER, 1989, p. 11), em que havia uma fecunda aproximação entre os movimentos de mulheres e feministas por meio de atuação conjunta.

As expressivas movimentações reais de mulheres no período indicado se deram a partir do seu lugar tradicional na família, a partir da reivindicação por creches, aumento de salários e o fim da carestia do custo de vida. E, também a partir da tentativa de conciliação entre a inserção no mercado de trabalho, a falta de políticas sociais básicas que desonerassem as mulheres do trabalho doméstico e de cuidados e, portanto, as estratégias utilizadas para desenvolver ambas as atividades. Assim, as movimentações das organizações de mulheres populares expressavam os anseios das mulheres em sua realidade concreta de principal responsável pela reprodução da vida cotidiana, mediante o trabalho doméstico e de cuidados e, muitas vezes a partir da sua identificação com o lugar de “dona-de-casa”, de modo a ser comum o limite geográfico e também ideológico do próprio bairro e as questões relacionadas à própria casa.

O movimento de Luta por Creches surgiu como bandeira unitária no que se referia às reivindicações do I Congresso da Mulher Paulista. Ocorreu no ano de 1979, organizado por mulheres de uma variedade de organizações, tais como Associação das Donas-de-Casa, Departamento Feminino da Casa de Cultura de Guarulhos, Clube de Mães, Movimento do Custo de Vida, Oposição Sindical da SABESP/CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), Serviço de Orientação Familiar, equipes dos jornais Nós Mulheres e Brasil Mulher. O Congresso iniciou com a participação de 900 mulheres e encerrou-se no dia 08 de março atingindo mais de 2.000 mulheres.

O Movimento de Luta por Creches teve como vitórias concretas a criação da primeira rede municipal de creches no Brasil, em que na cidade de São Paulo o número de creches aumentou de 04 para 134⁴⁰; a introdução de um dispositivo na Constituição paulista que

³⁹ As mulheres “donas-de-casa”, em geral, têm acesso a poucos espaços de socialização e escasso tempo para que possa “incorporar-se à atividade econômica e pública em geral” (RANDALL, 1982, p.63). De modo que “[...] consideramos necessário elevar o debate sobre a família a um nível político, porque ela é uma instituição básica para a manutenção ou a transformação de nossa formação social e das relações de produção” (*ibidem*, p. 253).

⁴⁰ De acordo com Gohn (1985) o número de creches diretas passou de 4 em 1979 para 196 em 1983.

garantia o direito a creches para os filhos (até 07 anos) de funcionárias públicas; a capacidade permanente de mobilização e o enfrentamento à ordem da exploração capitalista em que no dia 1º de maio as mulheres lançaram um manifesto que denunciava as condições do trabalho feminino e reivindicavam a criação de creches nos locais de trabalho e nos bairros (TELES, 2003).

Em 1980, o II Congresso da Mulher Paulista reuniu 4 mil mulheres e foi marcado pelo tensionamento entre as “feministas” e as “políticas”⁴¹, assim como pela disputa entre partidos pela direção do movimento. “A disputa da hegemonia do movimento pelas diversas forças políticas presentes, os partidos políticos legais (PMDB e PT) e os clandestinos (PCdoB, PCB e MR-8) gerou os conflitos” (ibidem, p. 121), de tal modo que não foi possível traçar deliberações unitárias.

A partir dos enfrentamentos vivenciados no II Congresso, ainda no ano de 1980 as “feministas” organizaram o Encontro de Valinhos, com apenas 150 mulheres e a discussão redirecionada em torno de duas pautas: combate à violência doméstica e a autonomia da mulher em decidir o número de filhos. Deste ano em diante surgiram diversas entidades de mulheres, grupos de reflexão, SOS’s⁴² de combate à violência. Ao que parece, estas pautas surgiam mais influenciadas pelo incentivo da ONU acerca da década da mulher (1975-1985) e da crescente “profissionalização” das feministas na atuação institucional do que pelas prioridades colocadas pelas mulheres populares naquele momento histórico. Podemos dizer que houve uma estratificação da unidade que vinha sendo construída. O III Congresso ocorreu no ano de 1981, desmembrado em dois Congressos diferentes na mesma data, sem impacto ou expressividade. Daí em diante, houve a fragmentação dos movimentos de mulheres e feministas que anteriormente estiveram coesos na reivindicação de luta por creches no estado de São Paulo.

Considero importante extrair consequências deste intenso momento do movimento de mulheres no contexto brasileiro. Esta rápida dissolução da unidade se deu devido a três principais motivos: 1) a falta de manejo tático dos partidos políticos de esquerda em sua relação com os movimentos auto-organizados de mulheres, de modo que a sua atuação foi contrária à construção de um feminismo protagonizado pelas trabalhadoras; 2) desconsiderou-se a mediação possível entre a consciência política destas mulheres populares, no que se referia aos diferenciados formatos destas organizações políticas; 3) a influência do sectarismo das

⁴¹ À época essa terminologia explicitava o histórico embate entre as “feministas” que se auto-organizavam e as “políticas” organizadas também em movimentos sociais mistos, sindicatos e/ou partidos políticos.

⁴² São Paulo, Rio de Janeiro e Recife foram as primeiras capitais no Brasil a implementarem estas entidades de denúncia à violência contra às mulheres.

“feministas” em não aceitar a existência de relação entre partidos políticos e movimentos de mulheres.

A cisão ocorrida a partir deste erro tático expressa que a pauta política que à época e contexto se mostrava capaz de aglutinar diferentes camadas de mulheres populares – no caso a luta por creches – foi escamoteada pelos partidos políticos de esquerda por não ser considerada associada à luta de classes, assim como pelas “feministas” por ter sido considerada pouco libertária. Vale destacar que a militância das mulheres em organizações políticas, tais como os partidos, parece de fundamental importância assim como a auto-organização das mulheres em movimentos feministas. Contudo, no exemplo mencionado não se conseguiu chegar a uma mediação necessária que possibilitasse o avanço do movimento de luta por creches.

De uma pauta real e condizente à realidade concreta das mulheres passou-se a atuação de tipo “panfletária de ideias revolucionárias”, em que as dirigentes dos movimentos feministas colocaram como pautas as reivindicações que vinham sendo espalhadas nos contextos europeu e norte-americano assim como estimuladas pelos organismos internacionais que começavam a trazer à tona a questão das mulheres. Em meu entendimento, este empuxo a seguir a tendência que hegemonizava nos países capitalistas centrais pode ter sido acompanhado pelos setores médios, mas as camadas populares ansiavam a possibilidade concreta de vitórias políticas que provocassem ganhos econômicos. Este desdobramento de grupos “feministas” inspirados no feminismo radical⁴³ não obteve conquistas reais, por não terem pautas concretas, nem expressão social capaz de gerar correlação de forças suficiente para tal.

Difundiu-se uma percepção de que os movimentos de mulheres estariam relacionados às reivindicações populares ao passo que os movimentos feministas se aproximariam dos “movimentos de classe média”, em que as pautas destes estariam em torno de questões socioculturais, tais como sexualidade, aborto e violência, enquanto os primeiros estariam relacionados às reivindicações socioeconômicas (SOUZA-LOBO, 2011). Apesar da dificuldade na ação unitária e a fragmentação em diferentes grupos e reivindicações, esta falsa dicotomia foi difundida e estimulada a partir das classes dominantes no período da ditadura militar com o intuito de enfraquecer a relação entre movimento social de mulheres e movimentos feministas, o que atrapalhou o fortalecimento de expressões de feminismos populares no contexto brasileiro. Contudo, a sua expansão ultrapassou o limite das organizações conservadoras e contaminou os partidos, sindicatos e movimentos revolucionários que

⁴³ Nos EUA (1967-1973) o princípio do horizontalismo se mostrou tão incisivo ao ponto de que militantes recém-chegadas às organizações expulsaram fundadoras de alguns grupos o que oportunizou a auto-destruição. Ver ALVAREZ, Ana Míquel. Los feminismos através de la historia. Mujeres en red. El periódico feminista. 2011.

passaram a ser refratários à construção do feminismo por acreditar que a única possibilidade deste movimento estaria resumida à atuação do feminismo liberal.

Importante destacar que a pauta de luta por creches tornou-se aglutinadora devido o contexto de que camadas de mulheres no sudeste e, em São Paulo haviam sido convocadas a ocupar postos no mercado de trabalho formal. Assim, além de ser uma necessidade para o exercício do trabalho assalariado, as condições empregatícias possibilitavam que organizassem reivindicações em torno deste direito.

Souza-Lobo (2011, p. 226-7) sintetiza três importantes momentos dos movimentos e práticas feministas no Brasil: 1) fusão com as lutas pela redemocratização, marcado pela heterogeneidade de movimentos que tinham o Estado como inimigo comum; 2) 1980-1982: reorganização partidária, redução das práticas autônomas, ênfase das mulheres em partidos; 3) após 1982: criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher e do Conselho Nacional, neste momento houve uma contundente polarização entre as que se propuseram ocupar os espaços governamentais e as que insistiram na atuação no movimento social. A segunda metade da década de 1980 e a década de 1990 foram marcadas pela institucionalização dos movimentos feministas, mediante a profissionalização em organizações não-governamentais⁴⁴ (PINTO, 2003).

Feministas negras, tais como Lélia Gonzalez (2018, p. 274) argumentam que o “Movimento Feminista ou de Mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente *‘se esquece’* da questão racial, como já dissemos, anteriormente. E esse tipo de ato falho, a nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas” (GONZALEZ, 1981 e 1982-b). Sobre a condição das mulheres na década de 1970, Gonzalez (2018, p. 269) resgata e dialoga com um trecho de Rose Marie Muraro publicado à época,

A primeira metade da década foi o auge do ‘milagre brasileiro’. (...) A força de trabalho feminina dobra de 1970 para 1976. Mais interessante ainda: em 1969 havia cem mil mulheres na universidade para duzentos mil homens. Em 1975 este número tinha subido para cerca de quinhentas mil mulheres (para quinhentos e oito mil homens), passando a proporção de 1: :2, em 69, para 1: :1 em 75. O número de mulheres na universidade havia quintuplicado em cinco anos! Vemos aí como se conjugam, então, os fatores econômicos reforçando os comportamentais e vice-versa. Isto pode explicar, ao menos em partes, em que nestes primeiros cinco anos da década, mesmo sem haver movimento organizado, tenha surgido interesse tão agudo para o problema da mulher. Foi nesses cinco anos, mesmo que se processou a maior transformação da condição da mulher na história do nosso País” (Muraro, 1983:14. Grifos da autora). E, num outro contexto, lemos: “Em definitivo, as mulheres não só tendem a conseguir uma melhor distribuição na estrutura ocupacional, como também abandonam os setores da atividade que absorvem a força de trabalho menos qualificada e pior remunerada, para ingressar em proporções crescentes na indústria

⁴⁴ Ver ALVAREZ, Sonia. Feminismos Latinoamericanos. *Revistas Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, 1998.

e nos serviços modernos” (HASENBALG e VALLE SILVA, 1984:40. Grifos da autora).

Lélia (2018, p. 270) afirma que esta análise não reflete a condição das mulheres negras à época. E prossegue:

Por isso mesmo, o texto de abertura desta segunda parte do nosso trabalho (Muraro, 1983) é bastante sintomático: se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favoreceram a mulher, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela grande excluída da modernização conservadora imposta pelos donos do poder do Brasil pós-64: a mulher negra. É por aí que se entende, por exemplo, uma das contradições do movimento de mulheres no Brasil. Apesar de suas reivindicações e de suas conquistas, ele acaba por reproduzir aquilo que Hasenbalg (1982:105) sintetizou com felicidade: *“No registro que o Brasil tem de si mesmo, o negro tende à condição de invisibilidade⁴⁵”* (GONZALEZ, 2018, p. 272) (Grifos da autora).

A autora resgata que em alguns momentos, as mulheres negras optaram por organizarem-se no movimento negro, movimento de favelas ou outras frentes gerais por sentirem-se engajadas nas lutas travadas por estes. E, as que estavam organizadas no movimento de mulheres tensionavam no sentido de uma prática antirracista. Gonzalez (2018, p. 366) argumenta que as mulheres amefricanas⁴⁶ de países latino-americanos e também do Brasil, que tiveram as suas vidas marcadas pela diáspora, pelo fluxo transatlântico, herdaram de suas sociedades características de um agir coletivo, em que estas mulheres negras “[...] do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria. E, carregam a tradição de sustentarem, proverem as comunidades” (ibidem, p. 376).

⁴⁵ Não está no escopo desta pesquisa a historicização do Movimento Negro no contexto brasileiro. Para tal aproximação, indicamos a tese de doutorado de Flavia Mateus Rios, intitulada “Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado”, defendida na USP, em 2014.

⁴⁶ “M. D. Magno tem um texto que impressionou a gente, exatamente porque ele discute isso. Duvida da latinidade brasileira afirmando que este barato chamado Brasil nada mais é do que uma América Africana, ou seja, uma América Ladina. Prá quem saca de crioulo, o texto aponta prá uma mina de ouro que a boçalidade europeizante faz tudo prá esconder, prá tirar de cena” (GONZALEZ, 2018, p. 205).

4. Organização Popular na Região Metropolitana do Recife/PE

“Era o morro, a marginalidade, a miséria periférica e não vista pelo centro deliberante durante todo o ano, que vinha ocupar a área branca decisória e a dominava simbolicamente, ocupava os seus espaços e impunha a sua presença. Todos aqueles que olhavam o negro do morro como desordeiro, viam-no organizado; os que o tinham como analfabeto e ignorante, ouviam e aceitavam os seus samba-enredo. Finalmente, ele, através da organização que lhe custara sacrifício, dinheiro, tempo e paciência, dominava a metrópole. Por outro lado, as instituições ou órgãos que o oprimiam e/ou perseguiram no morro agora estavam ao seu serviço; a mesma polícia que prendia abria alas para que a escola desfilasse [...] Tinha o poder simbólico da cidade durante quatro dias”
(Clóvis Moura)

Diante os aspectos destacados da formação social brasileira, assim como de alguns processos de organização na década de 1970, neste capítulo a intenção é apresentar os grupos pesquisados de forma a contextualizá-los a partir dos bairros em que estes estão localizados, nas cidades de Olinda e Recife. Farei assim uma breve passagem por alguns dos elementos que fizeram parte do processo de formação social de ambas as cidades, as semelhanças e singularidades em relação ao processo histórico brasileiro, assim como um panorama do desenrolar do século XX, o processo de urbanização destas importantes cidades a partir do interesse na construção de organizações populares. O destaque será dado aos bairros em que se encontram os grupos pesquisados, no sentido de historicizar as lutas nestes territórios.

Em seguida, mapas da Região Metropolitana do Recife, da cidade do Recife e suas Regiões Políticas Administrativas e do bairro de Brasília Teimosa. Posteriormente, imagens que localizam Olinda na RMR assim como o bairro de Peixinhos.

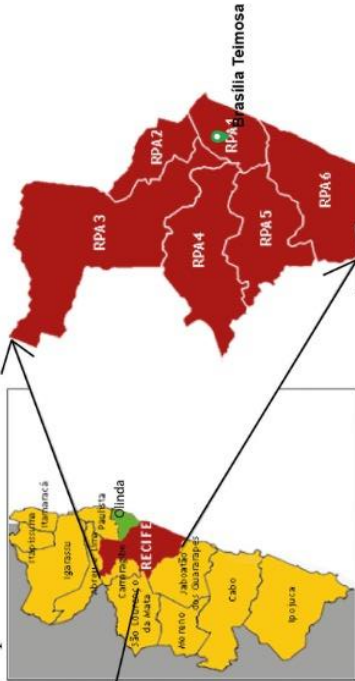
Brasília Teimosa

Mapa 01

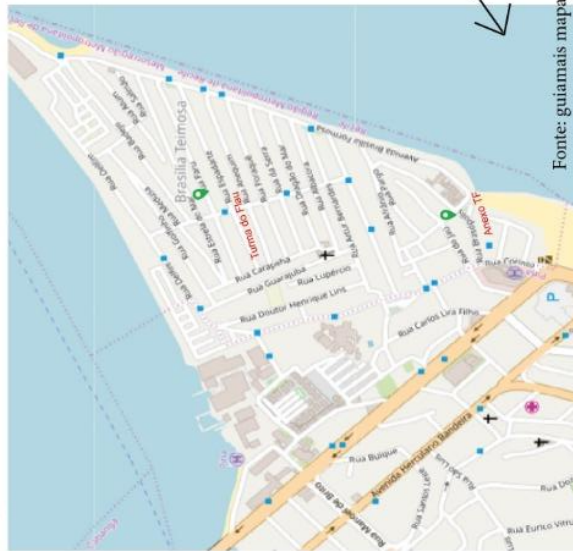


Localização da RMR, Recife e RPA's. Fonte: La historia con mapas.

Mapa 02



Localização da RMR, Recife e RPA's. Fonte: La historia con mapas.



Fonte: guiamais mapas

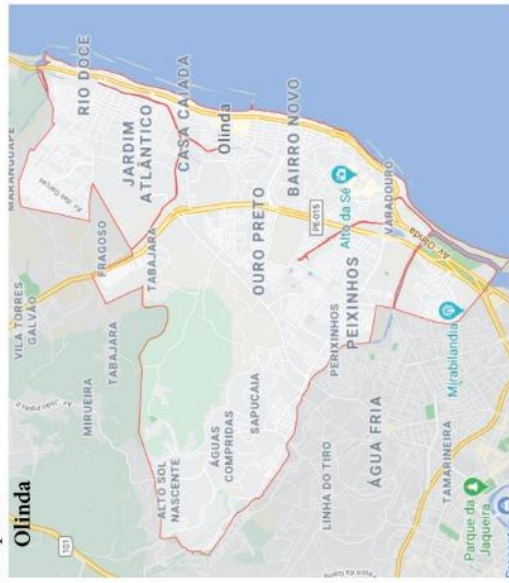
Peixinhos

Mapa 04



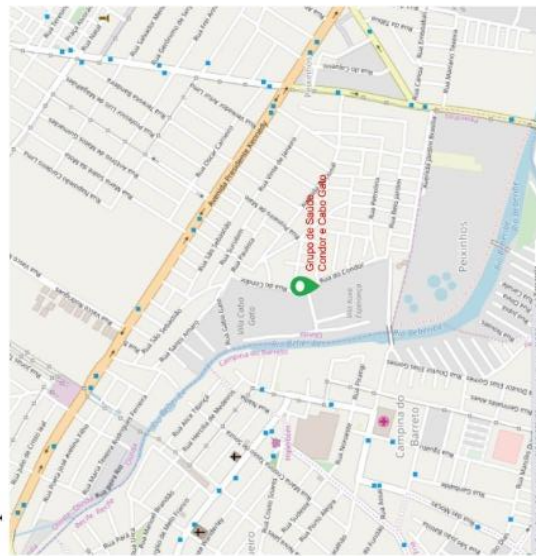
Localização da RMR, Recife e RPA's. Fonte: La historia con mapas.

Mapa 05



Google maps

Mapa 06



Fonte: guiamais mapas

4.1. Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato/Peixinhos-Olinda

A estimativa de população para o município de Olinda é de 392.482 mil habitantes (IBGE, 2017), para o ano de 2019, sendo a terceira maior cidade de Pernambuco, dividida em 32 bairros e uma zona rural. A taxa de densidade demográfica é de 9.122,11 habitantes por quilômetros quadrados, sendo a maior do estado e a quinta maior do Brasil. Dos seus 43,55km² de extensão territorial, 9,73 km² fazem parte da ZEPEC (Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística), com 1,89km² da ZEPEC 1 (Sítio Histórico) e 7,84km² do entorno do Sítio Histórico. A sua área urbanizada é de 36,73km², o que corresponde a 98% do município, e 6,82% de área rural, o que caracteriza a cidade como urbana.

O bairro de Peixinhos fica na região de divisa com a cidade de Recife, sendo uma parte pertencente a esta e a maior parte pertencente a Olinda. Apresenta alto índice de densidade demográfica, sendo que de acordo com dados do IBGE (2000) havia 40.428 mil (contabilizando o somatório dos habitantes de Recife e Olinda) e se caracterizava como o segundo bairro mais populoso do município de Olinda, antecedido por Rio Doce.

Carrega fatos históricos curiosos, forjando uma particular história da classe trabalhadora local. Sediou o maior matadouro da América Latina inaugurado em 1919 logo em seguida ao surgimento do Curtume Santa Maria, em 1918. Ambos provocaram intenso fluxo migratório de trabalhadores de todo o estado de Pernambuco e também da Paraíba. Em grande medida, o bairro cresceu em torno destes dois empreendimentos, fazendo com que as pessoas que vinham trabalhar nestes lugares procurassem um lugar próximo para morar, assim como os moradores procuravam emprego junto a estas duas grandes obras.

De acordo com Campos (1991) a primeira fábrica de açúcar em Pernambuco, o engenho Nossa Senhora da Ajuda, esteve situada em área que atualmente se considera o bairro de Peixinhos.

O primeiro engenho no Brasil foi fundado em 1542, pelo fidalgo Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário Duarte Coelho Pereira, chamava-se de Nossa Senhora da Ajuda, denominado vulgarmente de Engenho Velho de Beberibe, situado à meia légua, do Varadouro para cima, à margem esquerda do Rio Beberibe, onde atualmente encontra-se a indústria de fertilizantes Fósforita S/A, no bairro de Peixinhos (município de Olinda) (CABRAL, 2012, p. 174).

Contudo, Melo (1978, p. 83) informa que “O primeiro engenho teria sido o de nome Salvador, pertencente ao donatário e localizado na várzea do Beberibe, a uma légua de Olinda. E que o segundo teria sido o Nossa Senhora da Ajuda, nas proximidades de Olinda, e veio a chamar-se Forno da Cal”. Ainda nas palavras do autor,

aos nossos propósitos interessa destacar que em fins do século dezessete eram pouco expressivos os espaços colonizados além dos limites ocidentais da Zona da Mata e eram correspondentemente pouco significativas as áreas desbravadas para outros tipos de uso da terra além do canavieiro. Portanto, a essa época, a área de influência recifense situava-se praticamente toda na faixa úmida do Nordeste Oriental. E não foi de modo rápido ou fácil que essa faixa se incorporou. No primeiro século, em que pesassem os esforços de Duarte Coelho, só na década de 1540 os engenhos começaram a aparecer. Os primeiros surgiram na planície do Recife, aproveitando as várzeas do Capibaribe, mas no meio da década subsequente ainda não era tranquilo o domínio dos colonizadores nessa área. Com o tempo, entretanto, a colonização canvieira foi ampliando os seus domínios, orientando-se pelas linhas principais da rede hidrográfica. Em 1584 eram 66 os engenhos e no fim do século havia-se transposto a marca da primeira centena (ibidem).

Ainda de acordo com Melo (1978, p. 62),

entre os aglomerados periféricos, a cidade de Olinda possuía de há muito uma situação especial. Tinha sido a capital e a cidade matriz de que o Recife foi filho. Com o desenvolvimento do Recife, tornou-se este o centro mais importante. Invertida a relação de dependência, passou Olinda a possuir, como funções principais, a residencial e a educacional, ao lado da de veraneio. Mas uma certa integração e uma certa continuidade em relação ao Recife jamais deixaram de existir. Em fins do século passado, evidenciava-se o papel de satélite residencial de Olinda pelo fato de dirigir-se exatamente para ali uma das ferrovias urbanas (de maxambombas) que ligavam Recife ao seus subúrbios. A integração Recife-Olinda é, portanto, bem anterior aos fatos que marcam o início do processo de metropolização de que as duas cidades iriam participar.

A feira livre inaugurada no ano de 1949 foi considerada a maior da região metropolitana do Recife até o final da década de 1990. Esta parte constitui o núcleo primitivo do bairro e está localizado na RPA2 (zona norte do Recife), em que os empreendimentos históricos forjaram o bairro e as demais áreas pertencem ao município de Olinda. O grupo pesquisado se localiza na parte do bairro pertencente ao município de Olinda, no entanto margeia esta região do núcleo primitivo do bairro, atendendo à população das comunidades do Condor e Cabo Gato.

O bairro de Peixinhos carrega este nome devido situar-se junto ao rio Beberibe, na divisa entre as cidades de Recife e Olinda. Grande parte da população vivia da pesca daqueles “peixinhos” que ninguém sabia o nome. Esta atividade foi sendo interrompida devido ao fato que ambos os empreendimentos anteriormente citados expeliam sangue, restos de animais, materiais químicos de modo a fazer desaparecer os peixes e ao longo dos anos constituir um lugar repleto de poluição, configurando praticamente a extinção do rio.

Na década de 1950, foi inaugurada a Fábrica Fosforita, que também contribuiu com o aumento do fluxo de trabalhadores procurando emprego, assim como agravou bastante os malefícios da poluição, que já era grande devido à queima dos ossos de gado e crescimento desorganizado da população do bairro. Na década de 1950, nas terras que pertenciam à Usina Catende, foi construída a Fábrica Fosforita, pois possuía barro com muito fosfato, tendo se

destacado como sendo uma das maiores fontes de fosfato do mundo. Na década seguinte a fábrica foi fechada, gerando contingentes de pessoas desempregadas e com dificuldades de moradia e condições básicas de sobrevivência. Na década de 1970 o Matadouro Municipal de Peixinhos fechou suas portas (PAULA, 2009).

Essas mudanças drásticas no contexto do bairro de Peixinhos ocasionaram um grande aumento no índice de violência, tráfico de drogas, prostituição, dentre outras situações ligadas à vulnerabilidade social. O canal do rio, além de um reservatório de resíduos e poluição, se tornou, também, um local onde os corpos de muitos jovens assassinados pela polícia foram jogados entre a década de 1990 e os anos 2000. O sangue que jorrava do abate do gado, a água podre da curtição do couro, a água que saía do tratamento do barro, além da fábrica de papel do bairro de Dois Unidos que também despejava os dejetos no Rio Beberibe (PAULA, 2009) foram alguns dos fatores que contribuíram para a deterioração da parte do rio que margeava o bairro.

O surgimento de muitas favelas e a alta densidade demográfica do bairro em muito tem a ver com o impacto da entrada e saída destes três grandes empreendimentos que existiram em Peixinhos: Matadouro, Curtume e Fábrica Fosforita. Além da população que trabalhou nos engenhos que existiram nas proximidades e que com o fechamento destes possivelmente tenham permanecido residindo pelas redondezas.

A distância entre o Curtume e o Matadouro era de 20 metros, o que equivalia a distância de uma rua. E, justamente essa distância diferenciava o fato de que o Curtume pertencia à cidade de Olinda e o Matadouro à cidade de Recife. Desta geografia decorre o fato de que no futuro, o Matadouro ao se tornar um prédio público, ficaria à mercê das gestões das prefeituras dos dois municípios, em que ambas se isentavam da responsabilidade com o local.

Apesar de toda a importância que esta região desempenhou não apenas na história e economia do estado de Pernambuco, mas ainda na história e economia nacionais, não significou por parte da gestão pública a garantia de condições básicas de saneamento, saúde e moradia. Estes empreendimentos de grande porte fixaram-se no bairro, exauriram o que esteve ao seu alcance, em relação aos recursos naturais assim como força de trabalho encontrados. Assim, este aspecto contraditório que se refere ao período de funcionamento destas grandes empresas, que por um lado ofertou muitas vagas de emprego e por outro contribuiu com a deterioração dos recursos naturais do território, tem repercussões até os dias atuais. Além do mais, a saída destas grandes obras causou um desequilíbrio no bairro, no sentido de que a chegada de grande número de pessoas em busca de trabalho, tornou-se anos depois uma massa de pessoas

desempregadas vivendo em uma região periférica com precárias condições de saneamento básico.

A organização popular nas décadas de 70 e 80 aconteceu de maneira muito intensa em Peixinhos. Padres vinculados à Teologia da Libertação e com o apoio de Dom Helder Câmara promoveram processos de educação popular refletindo acerca da melhoria das condições de vida do povo, instigavam lutas por moradia, saneamento básico e água a partir de uma pedagogia libertadora e com base na leitura do Evangelho e discussão do bem comum. Estes encontros desencadearam grupos organizados em muitas áreas de Peixinhos: Vila da COHAB, Vila Popular, Sítio dos Arcos (Jardim Brasil), no loteamento Tamandaré, Fosforita, Cabo Gato. Nesta época surgiam também os conselhos de moradores, associações de bairros e o movimento de Encontro de Irmãos, animado pela teologia da libertação que teve bastante influência neste processo de educação e organização popular.

O Grupo de Evangelização da COHAB foi de fundamental importância em muitos processos de mobilização popular do bairro, participou da luta contra o transbordo do lixo que depositava em Peixinhos todo o lixo hospitalar da região metropolitana de Recife; da luta para conseguir água para a Rua do Condor; das reconstruções da Ponte da Amizade, assim como iniciaram o debate sobre a saúde da população do bairro a partir das plantas medicinais. Segundo dona Zuleide de Paula (2009, p. 61), autora do primeiro livro sobre o bairro de Peixinhos, fundadora do Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças, Acorda Povo, colaboradora do Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato e organizadora de vários outros grupos do bairro, “Em Peixinhos, os moradores se organizavam na alegria, na tristeza, na cultura, no trabalho e no lazer”⁴⁷.

As lutas concretas e as suas vitórias (em especial a luta contra o lixo) fez com que se aproveitasse o envolvimento das pessoas e se criassem outros grupos. O Centro Dom Hélder Câmara já existia e surgiu a necessidade de um grupo que se especializasse na área da saúde, tendo em vista que muitas epidemias de doenças já haviam acometido os moradores do bairro, tais como filariose, erisipela, pneumonia, dentre outras. Nesse contexto, surge o Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato, fruto da cooperação entre padres e comunidade ligada à teologia da libertação que realizaram diversas lutas no bairro obtendo vitórias concretas.

A vitória se deu com a organização e a ajuda de muitas entidades e pessoas, tais como: ASPAM; CREA; Etapas: Centro Josué de Castro; Sindicato dos Metalúrgicos; FASE;

⁴⁷ O artigo “Dona Zuleide de Paula: Uma Griot/Orgânica, uma espécie de Marc Bloch Olindense, uma Annales da História de seu bairro”, de Alexandre Alberto Santos de Oliveira (L’Omi L’Odò) resgata um pouco da história desta importante lutadora do povo.

prefeituras do Recife e de Olinda; partidos políticos; associações de moradores do Ibura⁴⁸, Morro da Conceição, Maria Estevão, Dois Unidos, Pina, Abreu e Lima, Caetés, Jardim Brasil I e II; FEACA – Federação das Associações e Conselhos de Moradores de Triângulo, Azeitona, Salgadinho e Vila Santa Maria; CCP; Posseiros de Ouro Preto; Encontro de Irmãos; grupos São Jorge, Evangelização, Dom Bosco, Tamandaré, Conselho Paroquial, Comissões de Luta; e muitos outros (PAULA, 2009, p. 69).

Em Peixinhos, Cabo Gato se constituiu a maior ocupação, tanto em extensão (9 ha), como em números de moradias (406 famílias), assim como foi o ponto aglutinador de um forte movimento de luta por moradia, originando a Comunidade Chão de Estrelas na cidade de Recife, em que as famílias se deslocaram do primeiro para o segundo mediante muita luta e organização popular (CABRAL, 2012).

A chegada de contingentes de pessoas de vários lugares para residir no local, assim como o fato de ser o segundo bairro mais populoso do município de Olinda, configuraram um cenário cultural riquíssimo. Na década de 1970 iniciou-se a luta para que o prédio aonde funcionava o matadouro não fosse destruído. Diversos grupos de artistas e militantes refundaram o espaço abandonado do antigo Matadouro em um lugar chamado Nascedouro de Peixinhos e que foi palco de intensas movimentações culturais, culminando no surgimento de diversos grupos e atividades ligadas à música, dança, poesia.

A resistência cultural é uma característica muito forte do bairro e em grande medida se expressa através da música percussiva. O primeiro grupo de percussão surgiu em 1989, Lamento Negro, com a preocupação de engajar os adolescentes e evidenciar no cenário musical elementos da nossa ancestralidade negra. O grupo influenciou Chico Science e Nação Zumbi na composição de suas músicas, a partir do contato com Gilmar Bola Oito e Toca Ogã, percussionistas de Peixinhos que compunham os dois grupos. O bairro se constituiu à época como sendo um dos centros irradiadores da efervescência do movimento mangubeat.

Em 1999, vários grupos musicais criaram o Movimento Cultural Boca do Lixo com o objetivo de incorporar outras organizações populares e reivindicar pautas ligadas à cultura, como por exemplo a construção de uma biblioteca pública no bairro. Artistas de vários outros bairros se deslocaram, incorporando-se a este movimento. A confluência das lutas dos moradores proporcionou que o prédio do Matadouro, rebatizado de Nascedouro tenha sido reformado, inaugurado, passando a funcionar o Centro Tecnológico de Cultura Digital, Biblioteca Municipal, cursos e salas disponíveis para ensaios de grupos de dança e teatro locais.

⁴⁸ Sobre as lutas dos movimentos populares no bairro do Ibura entre as décadas de 1970 e 1980 consultar a referência: Pinto, Emanuelle Chaves. A mulher como sujeito da cidade: uma história de vida nas lutas pelo viver e produzir o urbano no Ibura / Emanuelle Chaves Pinto. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.

Além do mangubeat, o bairro é rico em diversos grupos de maracatu, coco, orquestras de frevo, grupos de Guerreiro (já extintos), bandas de rock, pagode, samba, brega, grupos de dança⁴⁹, teatro.

O bairro tem o histórico de intensa mobilização cultural associada à mobilização política, expressas na quantidade de grupos/projetos fundados na comunidade, tais como a Associação Atlética dos Peixinhos, Grupo de Teatro Ítalo-Norte, Associação de Moradores da Vila da COHAB dos Peixinhos, Escola Comunitária Nova Esperança, Sociedade Beneficente, Centro Cultural de Peixinhos, Movimento Cultural Boca do Lixo, Centro Dom Helder Câmara, Grupo São Jorge, Associação da Vila das Mulheres Pedreiras, Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças, Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato, Mães da Saudade, assim como núcleos de movimentos nacionais que funcionam no bairro, sejam eles núcleos de movimentos de moradia e diversos outros movimentos sociais, assim como células de partidos políticos.

O grupo escolhido para refletir o processo de protagonismo das mulheres na dinâmica de organização comunitária foi o Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato (GSCCG), que tem suas raízes no início da década de 80, numa luta contra o transbordo do lixo, em que se alcançou a vitória concreta de impedir a instalação de um lixão que incorporaria o lixo hospitalar de toda a região metropolitana do Recife, transbordando no bairro de Peixinhos/Olinda. As fundadoras do grupo participavam do movimento popular do bairro mobilizando lutas e conquistas concretas que foram alcançadas, tais como o calçamento de ruas e estancamento de epidemias. Também, através da luta e de uma ocupação, o local aonde seria o transbordo de lixo transformou-se em um conjunto habitacional. (QUEIROZ et al, 2003).

A gênese do grupo se refere ao Movimento de Evangelização de Irmãos (MEEI), surgido em 1968 e que articulava as forças populares entre os bairros de Recife e Olinda, através da condução de Dom Helder Câmara na Arquidiocese dos dois municípios. Desde o início do GSCCG o principal canal de articulação dos trabalhos nas comunidades era a Igreja Católica, no caso em questão a Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda de Peixinhos. Foi criado um conselho que envolvia moradores das comunidades que compunham o bairro. As reuniões se construía a partir de problemas do cotidiano do povo e todos eram estimulados a propor ações

⁴⁹ “No Nascedouro de Peixinhos, em Olinda, funciona um quilombo urbano responsável por promover a transformação social em comunidades através da cultura negra. Com 25 anos, o Balé Afro Majê Molê, que significa ‘crianças que brilham’ na língua africana iorubá, é o fôlego de muitos jovens e crianças e a escola de grandes profissionais. Os tradicionais encontros aos sábados vão muito além da dança e fortalecem os laços de respeito e amor ao coletivo. É justamente nesse elo que os participantes encontram, com a arte, o caminho para romper barreiras”. Matéria disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2019/11/maje-mole-quilombo-urbano-na-comunidade-de-peixinhos.html>

que pudessem vir a melhorar a vida comum, valorizando as potencialidades de cada um, o resgate da auto-estima, mesmo que isso parecesse algo mínimo (QUEIROZ et al, 2003).

A década de 70 e 80 foi de intenso trabalho da Teologia da Libertação por meio das CEBs junto ao meio popular. Amplos debates e formação de consciência política e coletiva. Então, mesmo no período da ditadura esta igreja progressista foi um dos aliados do povo no enfrentamento à miséria e perseguição de experiências democráticas. O ano de 1992 marcou o desmonte oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife, em que aposentaram compulsoriamente Dom Hélder Câmara e assumiu o Dom José Cardoso. No livro “Tecendo Fios de Cidadania”⁵⁰ (QUEIROZ, 2003, p. 93), Dona Carla, uma das fundadoras do grupo explica como se deu esse processo:

eles conseguiram separar as pessoas. Não só a Paróquia de Peixinhos, não só as de Olinda, mas o Grande Recife eles conseguiram desmontar. A maioria do movimento popular caiu por causa de Dom José. [...] O que dá para entender é o método de trabalho deles: a igreja hoje aqui só quer que a gente vá lá e reze, cante e volte para casa. Não quer que a gente conscientize as pessoas. Não quer que as pessoas sejam livres, quer que sejam burras mesmo, que continuem burras e cegas para a realidade.

O grupo que se constituía então no contexto da “Luta do Lixo” em 1983, teve a expansão e trabalho realizado conjuntamente à igreja até esse momento. Daí em diante precisou seguir com as suas próprias pernas e assim o fez. Composto por seis mulheres e um homem reconheceram a necessidade do grupo ter seu próprio jeito de trabalhar, sua própria sede, dinâmica e atividades. O grupo percebe então a carência do bairro em relação à condição de saúde, devido ao descaso com o saneamento básico e serviços de políticas públicas, além do uso exacerbado de remédios com efeitos colaterais danosos à saúde do povo. Iniciam pesquisas de porta em porta perguntando aos moradores sobre as suas condições de saúde e o que acham dos mecanismos de atendimento à saúde no bairro e iniciam um trabalho a partir do uso das plantas medicinais.

Começa a se especializar, participar de cursos e se profissionalizar diante o desafio de realizar atendimento à população do bairro, aprende a manipular remédios, auferir pressão, estuda como prevenir e reduzir os malefícios da diabetes, hipertensão e várias outras doenças. Realizou algumas pesquisas dentro do bairro, no porta a porta, com o intuito de se aproximar

⁵⁰ O livro consiste na sistematização do trabalho do grupo até a data em que foi publicado. As fundadoras Lindacilva Alves da Silva (Dona Carla), Aurelina Barbosa da Conceição (Nenzinha), Beliza Barbosa da Silva, Eliane de Araújo Cavalcante (Donana), Maria do Carmo Silva (Santinha), Elenilda Martins Ferreira (Nida) e José Heriberto Ferreira da Silva Filho (Beto) escreveram juntamente ao professor Raimundo Nonato Queiroz. Eles afirmam que “Este trabalho que agora chega em suas mãos é resultado de um mutirão, de uma produção coletiva, Constitui o resumo de um processo de reflexão iniciado em março de 1999, elaborado pelo Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato – GSCCG sobre a sua prática ao longo de uma história dos seus 20 anos”.

da percepção dos moradores sobre as condições dos equipamentos de atenção básica existentes no bairro.

O contínuo processo formativo do grupo em relação à saúde e a consistente prática no espaço do bairro fez com que o grupo tenha se tornado referência no estado de Pernambuco em relação ao uso das plantas fitoterápicas e medicinais, assim como ampliado sua participação nos mecanismos de controle social, tais como conselho, associação de moradores e em 1997 lançou a proposta de criação de uma federação de entidades do bairro de Peixinhos que já surgiu com a presença de 11 entidades, chegando a contar com a participação de 27, segundo a entrevistada 3.

O método utilizado pelo grupo pode ser compreendido pela explicação de Donana, uma das organizadoras do grupo,

partimos sempre dos problemas da vida. A situação de um desempregado, a filha que está grávida sem ter sido orientada que engravidou por desconhecimento do corpo, os conflitos que há dentro de casa. A partir da pressão arterial alterada nós entramos na própria realidade da vida, no próprio funcionamento do sistema em que vivemos. Sempre a partir da vida [...] A gente quer ser mesmo instrumento de mobilização e de orientação pois elas sentem-se à vontade, com confiança de trazer para cá essas questões (QUEIROZ, 2003, p. 60-61).

Durante os anos de 70 e 80 o funcionamento do grupo foi impulsionado por recursos advindos de financiamento internacional. A crescente retirada destes recursos pela cooperação internacional, assim como, o enfraquecimento das igrejas progressistas e suas ações populares, como as CEBs, a idade avançada das fundadoras do grupo, a dificuldade de formação de novas lideranças, fizeram com que a rotina do grupo tenha se alterado e as atividades de mobilização comunitária tenham ficado suspensas por alguns anos. Contudo, a produção e comercialização dos fitoterápicos, chás, xaropes, sabonetes nunca foi interrompida.

4.2. Turma do Flau/Brasília Teimosa-Recife

Recife e Pernambuco estiveram entre as três cidades/capitanias mais importantes política e economicamente até o fim do século XIX, em que nas primeiras décadas do século XX transformou-se a região sudeste. Dentre a alta taxa de africanos traficados, Pernambuco recebeu em torno de 960.000 pessoas, número inferior apenas ao Rio de Janeiro, que situava a Corte e Bahia, antiga sede do governo colonial (COSTA, 2013, p. 42).

Recife se tornou “a terceira capital do Império onde as diferentes marcas e falas dos africanos eram preponderantes. Até a primeira metade do século XIX, as pessoas da África

eram maioria entre os escravizados na cidade e a manutenção do sistema escravista se dava pelas constantes importações, sobretudo entre as décadas de 1830-40” (COSTA, 2013, p. 30).

Dentre os países africanos que realizavam o tráfico de pessoas, o estado de Pernambuco ficava mais próximo a Angola, que se caracterizou como sendo a sua maior região fornecedora cuja travessia se dava em aproximadamente 30 dias. Trajeto bastante comum entre o final de 1820 e início de 1830 (ibidem, p. 46-47). De acordo com Costa (2013, p. 50) no ano de 1842, em Pernambuco, 498.526 habitantes eram livres e libertos, enquanto 146.398 eram pessoas escravizadas. A maioria destas estava nas áreas de grandes plantações.

“No Recife, habitou gente do reino de Cassange, em Angola; indivíduos embarcados no golfo do Benin, como os nagôs e savalus; provenientes da área Angola/Congo, como os ambundos, ovimbundos e bacongos” (ibidem, p. 30). A memória das experiências anteriores à travessia atlântica, conjugadas às condições territoriais do estado de Pernambuco provocaram reinvenções, de modo que o elemento negro e a cultura africana constituíram aspectos fundamentais da cultura pernambucana.

De acordo com Bernardes (2013, p. 147), enquanto cidade portuária, durante muito tempo o ritmo vivido esteve determinado às ligações oceânicas. “Produtos, ideias, valores, instituições vieram e continuam a vir do além-mar como do além-mar vieram componentes étnico-culturais fundamentais”. Para o autor, é daí que surge a original “[...] recriação – conflituosa – de suas vinculações com uma cultura externa de mistura com a estruturação sociopolítica de seu próprio espaço”. Afirma que a riqueza cultural da cidade advém em grande medida desta se constituir em uma província oceânica.

O Quilombo do Catucá, conhecido também como Malunguinho, por ter sido o nome de sua principal liderança, esteve situado na zona da mata norte, onde hoje estão localizadas as cidades de Goiana, Igarassu, Abreu e Lima, Paulista e Olinda. Caracteriza-se como a maior experiência de resistência quilombola oitocentista em que estiveram juntos escravizados de engenho, quilombolas, população liberta, população livre. Como ficava muito próximo à área urbana, mantinham relações com negros da cidade de Recife. De forma mais organizada e combativa, sua duração foi de aproximadamente 1817 a 1830, resistindo a muitas tentativas provinciais.

Situando o quilombo do Catucá no tempo e espaço percebe-se uma clara vinculação entre sua história e a história política da província como um todo. Não é possível entender a existência de negros rebeldes atacando os arredores do Recife sem referência às divisões políticas das elites em 1817, 1821-22, 1824, 1831; ou ainda à Cabanada (1832-1835) que obrigou o governo provincial a concentrar todo o seu aparato repressivo no outro lado da província, na fronteira com Alagoas. Assim, o quilombo seguia a lógica da guerra de guerrilhas, crescendo nos momentos de divisão das elites e murchando quando esta estava unida. Utilizava as divisões do adversário

em seu benefício e tinha na cooperação da população rural e urbana despojada o fundamento da sua existência como foco de resistência. Os aliados indiretos dos malunguinhos foram os cabanos - “gente das matas” do outro lado da província – e o que uma autoridade chamava da “ínfima plebe” do Recife (CARVALHO, 2010, p. 182).

Apesar de impreciso por diversas razões⁵¹, em geral uma imprecisão para menos, o censo de 1872 contabilizava 116.667 habitantes na cidade de Recife, em que as freguesias mais povoadas eram Boa Vista (20.888 hab.), Bairro de São José (17.297 hab.), Santo Antônio (15.910 hab.), Jaboatão (12.007 hab.) e Afogados (11.755 hab.) (COSTA, 2013, p. 35). O censo indicava 21.359 pessoas de cor preta, sendo 1.859 de origem africana (ibidem, p. 37).

No núcleo urbano central (Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista) residiam 63.084 pessoas, das quais 89% eram livres. Assim como residiam quase 80% dos africanos libertos e se concentravam metade da população que ainda se encontrava na condição de escravizada. Os indivíduos do sexo masculino representavam 57% dos libertos e 52% dos cativos (ibidem, p. 37)

A cidade do Recife surgiu no período conhecido pela centralidade da cultura da cana de açúcar no estado de Pernambuco, caracterizando o caráter rural de sua origem. O espaço urbano no Recife se coloca desde o início como sendo uma questão a ser resolvida (LIMA, 2005). Esta autora denomina Recife como “A Cidade Autoconstruída”, devido o forte histórico de autoconstrução como uma estratégia amplamente utilizada pela população na tentativa de acesso à moradia.

Muitos fatores fizeram com que ocorresse um largo adensamento populacional ao longo do século XIX, principalmente nos bairros centrais. Um destes motivos foi a emigração rural, decorrente das crises econômicas que atingiram as produções de açúcar e algodão, provocando o êxodo proveniente em larga medida da zona da Mata.

Os períodos de estiagens, sobretudo as secas que assolaram o Nordeste entre 1825 e 1828 (a —Grande Seca) e de 1844 a 1846, não deixaram alternativa para as pessoas que rumavam para a —cidade grande. A seca da década de 1840 levou os habitantes das áreas rurais a migrarem em busca de água e de comida no Recife. Por outro lado, a falência dos lavradores, os assassinatos, as partilhas de terra mal feitas, as tensões nos engenhos e toda forma de violência política que tomava conta do interior

⁵¹ É difícil dizer com exatidão quantas pessoas habitavam a cidade do Recife no século XIX, pois os dados eram imprecisos. Dependia-se dos párocos, que omitiam informações sobre a quantidade real de moradores, receosos de que suas paróquias fossem subdivididas. Proprietários de escravos se negavam a dizer o número exato de seus cativos para não arcar com impostos, sobretudo depois da lei nº 59, de 8 de outubro de 1833. Famílias não revelavam quantos membros havia em casa, especialmente aquelas cujos rebentos masculinos teriam que prestar serviços militares ou recrutamento na Guarda Nacional. Além disso, as mudanças políticas, favorecendo este ou aquele partido no poder, incidiam sobre os tentáculos urbanos, provocando o surgimento ou a incorporação de novas freguesias. Por essas e outras razões, as fontes estatísticas são frágeis para se conhecer a cidade e seus habitantes. Os censos da época nos dão apenas uma ideia geral da quantidade e da distribuição das pessoas na capital de Pernambuco (COSTA, 2013, p. 31).

lançavam mais gente nas estradas rumo à cidade, notadamente depois de 1850 (COSTA, 2013, p. 36).

A transição para o século XX é marcada pela intensa urbanização do Recife, a sua população cresce de 26 mil para 200 mil habitantes e ocorre um processo de expulsão das classes populares das áreas de regiões centrais, em razão da valorização econômica de tais lugares. Expulsa-se os mocambeiros, para áreas de morro, as quais também já estavam sendo ocupadas pela população migrante das áreas rurais do Estado (LIMA, 2005). No final dos anos 1930, a cidade, cujo quadro social era composto pelo desemprego e pobreza de 1/6 da sua população, contabilizava mais de 45 mil unidades de mocambos⁵² (ETAPAS, 1989).

Bernardes (2013, p. 15) define o surgimento da cidade do Recife como sendo uma “povoação portuária, estreitamente ligada à economia rural voltada para o mercado externo”. A grande extensão de terras de engenho, o vínculo com a economia rural fez com que características tais como a estrutura agrária e sua correspondente organização social, concentração de renda e de poder se conservassem no espaço urbano. Continua,

afirmamos de saída que a história da cidade, aqui mais do que noutros espaços urbanos, é condicionada também pela retaguarda rural e pela sua função portuária. A agricultura açucareira, sobretudo, mas não exclusivamente, e a infraestrutura necessária às atividades de importação e de exportação constituem os seus principais determinantes. Ao nível concreto do espaço urbano, uma primeira constatação se impõe: a cidade – e, ainda hoje, traços dessa realidade podem ser observados, embora em vias de desaparecimento – viveu largamente mediada por um ambiente. São os canaviais, os engenhos e usinas avançando até os limites urbanos e, dentro destes, a existência ainda de propriedades que apresentam características mais rurais do que propriamente urbanas (ibidem, p. 36).

Nos primeiros séculos de colonização pernambucana, a paisagem rural se compunha basicamente de alguns elementos principais, destacados por Bitoun (2000, p. 44), como sendo

o engenho constituído pelo conjunto formado pela fábrica de açúcar, a casa grande, a capela, a senzala, os canaviais, outros cultivos e matas; os sítios, pequenas unidades familiares produtoras de cultura de subsistência e de fruteiras; os passos, na confluência dos rios, principais vias de escoamento do açúcar até a segunda metade do século XIX, eram pequenos aglomerados de armazéns; o quarto elemento presente na paisagem rural era o povoado, onde moravam os homens livres que trabalhavam nos engenhos da vizinhança.

A colonização no estado de Pernambuco caracterizou-se pela predominância na região mais próxima ao Recife. Sobre este aspecto, Melo (1978, p. 82) destaca que

⁵² De acordo com Beatriz Nascimento (2018, p. 214) “Os termos mocambo e quilombo são vocábulos de origem quimbundo. O desconhecimento do verdadeiro significado dos mesmos pelas autoridades portuguesas, fizeram dos dois sinônimos. Por outro lado, o receio destas autoridades frente ao recrudescimento dos núcleos de população negra, livre do domínio colonial, depois das guerras no Nordeste, no século XVII, obrigou as mesmas a definir o objetivo de sua repressão como sendo *‘toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles’*” (grifos da autora).

tendo-se em vista que a exportação de produtos tropicais como o açúcar correspondia ao objetivo fundamental e central do empreendimento colonizador e tendo-se em consideração, por um lado, as vantagens aí proporcionadas pela atividade dos engenhos e, por outro lado, a impropriedade das condições dos espaços a oeste para esse tipo de atividade, bem se pode compreender porque os colonizadores por muito tempo interessaram-se muito menos em dilatar seus domínios pelo interior e muito mais em ficar na zona úmida, plantando cana, fundando engenhos e exportando açúcar. Durante praticamente dois séculos, até fins do século dezessete, esse interesse foi decisivo tanto no caso dos espaços povoados e explorados a partir de Olinda-Recife como nos da expansão colonizadora de Salvador, que constituiu a sua primeira área de influência nas terras boas de açúcar do aludido Recôncavo da Bahia de Todos os Santos.

Este contexto sediou o que ficou conhecido como ciclos de insurreições pernambucanas, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador (1824) e a Revolução Praieira (1848). Assim como diversas revoltas da população traficada e/ou escravizada.

A geografia da cidade está marcada pela presença de diversos cursos d'água e pelo Oceano Atlântico, de modo que a parte sólida foi moldada a partir da parte líquida, principalmente no que se refere a região central da cidade. O elemento líquido, sob formato de pântanos e mangues, possibilitou a abertura de ruas e a ampliação do espaço sólido na área urbana. De acordo com Halley (2010, p. 96) “[...] o estabelecimento dos antigos engenhos canavieiros nas margens do Capibaribe e Beberibe permitiram a formação dos núcleos pioneiros de ocupação na parte continental do Recife”. O contorno que a cidade foi ganhando em muito esteve influenciado por estes núcleos originários.

Nesta área deltaica, mais especificamente nos bairros do Recife e Santo Antônio, iniciou-se a expansão da cidade entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII. Constituiu-se originalmente de um conjunto de estreitas ilhas e camboas, resultantes das ações de depósito, trazidos pelos rios e pelas correntes marítimas e do aterro de manguezais, em diversos momentos da história. A ocupação, restrita a uma pequena povoação, era conduzida por marinheiros, carregadores e pescadores, morando na extremidade meridional do antigo cordão litorâneo, ou restinga, projetado a partir de Olinda. Até a chegada dos holandeses (1630), a pequena vila de mareantes dependia da vizinha Olinda – local de moradia da aristocracia açucareira (HALLEY, 2010, p. 100).

Para Bernardes (2013, p. 65), o perfil geográfico é algo importante na história da cidade, não apenas pela “[...] presença da água e a luta constante contra ela, ou até mesmo a sua utilização como meio para sobrevivência de parte da população”, fato que se mostra “pitoresco – e até mesmo grotesco” quando referem-se a Recife como sendo a “Veneza Brasileira”. O caráter econômico e social desta situação expressam-se nos diferentes usos destes afluentes na região central da cidade, tendo em vista que as classes médias e altas utilizam para passeios de ferryboat, canoagem, lazer cotidiano, enquanto muitas famílias provenientes de favelas no centro da cidade, ou mesmo moradores de rua, assim como pessoas que se deslocam dos subúrbios para realizar a pesca de crustáceos, principalmente quando a

maré está seca, sobrevivem destas atividades. O centro da cidade do Recife que circunda o rio Capibaribe, exemplifica um aspecto de profunda desigualdade social que em muitos momentos tenta camuflar-se. Crianças, jovens, adultos e idosos disputam o metro quadrado que parcela das “classes destituídas” (FERNANDES, 2006, p. 395) utilizam para dormir, se alimentar, banhar-se, viver.

De acordo com Bernardes (2013, p. 65), em épocas mais remotas caracterizaram-se pela frequência dos mangues e alagados, assim como o próprio Rio Capibaribe

como via de comunicação urbana e, até como sítio de banhos, mesmo para as famílias mais abastadas – a ambiguidade do Recife representa todo um ciclo da história social da cidade, onde os mangues ofereciam, no próprio núcleo urbano, a possibilidade de sobrevivência à população não absorvida pelo mercado (sic) formal de força de trabalho.

Dos mangues e alagados, grande parte da população encontrava alimento para consumo próprio e comercialização, construíam barracos e mocambos.

Assim, a ligação entre Recife e Olinda ocorreu mediante diversos aspectos relacionados à geografia de ambas as cidades. Bernardes (2013, p. 19) destaca que “Varadouros e manguezais da planície do Recife incorporavam-se, assim, ao uso dos habitantes de Olinda, fornecendo-lhes lenha e dando-lhes pontos de apoio na utilização dos rios para as comunicações que iam necessariamente sendo estabelecidas entre a Vila, o Povo e as terras de lavoura”. Além do que os mangues forneciam os meios de sobrevivência para considerável parte da população, que neles encontrava grande quantidade de crustáceos.

Bernardes (2013, p. 21) indica que “Um dos primeiros problemas enfrentados pela população do Recife foi o abastecimento d’água. Esta tinha de ser buscada em Olinda, no Varadouro, servindo para tal fim as então potáveis águas do Beberibe”. Esta atividade, em grande medida, era realizada por escravos, que o faziam mediante o uso de canoas e, “Possivelmente garantiu também alguma oportunidade de ganho para livres pobres” (idem, *ibidem*).

De acordo com Carvalho (2010, p. 26-27),

no começo do século XVIII, um “mascate” – daqueles que odiava Olinda e amava mais que tudo o Recife – já reconhecia que a água do Recife só servia mesmo para limpar as casas. Para se conseguir água potável no Capibaribe, era preciso entrar rio a dentro por vários quilômetros. Isso não acontecia com o rio Beberibe que, na maior parte do tempo, era protegido do mar pelo istmo que ligava Recife a Olinda, e mais ao sul por um “varadouro” de pedra, separando a água doce da salobra. Durante muito tempo, a melhor água que se tinha em Recife vinha de lá. Era por ali que os navios se abasteciam no século XVI, como bem observou Gabriel Soares de Sousa. O dique natural do Varadouro seria artificialmente melhorado por sucessivos governadores, formando-se um lago coberto de plantas, no qual havia muitos peixes também. Perto dali: o porto das canoas que iam e vinham do Recife.

E prossegue,

ali eram abastecidas as “canoas d’água” que vinham do Recife. A volta era mais fácil do que a ida. Dependendo da maré, não era nem preciso remar muito, só dirigir a embarcação, e seguir a correnteza em direção a foz. Mas o aumento da população ribeirinha foi naturalmente turvando a água do rio Beberibe, que já chegava no Varadouro sem o sabor ideal. No começo do século dezenove eram muitas as queixas sobre isso. A água boa foi ficando cada vez mais longe. Não era somente a sujeira no dique que estragava a água. A lavagem de roupas tinha o mesmo efeito. Era na povoação de Beberibe, onde se lavava a maior parte das roupas da cidade. Muitas dessas lavadeiras eram inclusive escravas. Estavam onipresentes nos anúncios dos jornais na primeira metade do século passado, quando tanto poderiam trabalhar para uma só casa, como viver do ganho. As que sabiam passar bem e engomar eram valorizadas por isso (CARVALHO, 2010, p. 27).

O fluxo dos principais rios influenciou as cinco principais direções em que os bairros da cidade do Recife foram se construindo. As propriedades açucareiras existentes ao lado dos importantes cursos d’água (Capibaribe, Beberibe, Tejipió, Jiquiá, Jordão e Pina) conformaram arrabaldes e a partir da criação das principais vias de transporte foram transformando-se no que conhecemos por bairros.

Os cinco iniciais sentidos de expansão urbana resultantes dos caminhos de circulação terrestre e dos condicionantes históricos e topo-hidrográficos da planície projetaram a origem das 6 Regiões Político-Administrativas (RPA’s), em que se encontra dividida atualmente a cidade do Recife. A partir do Decreto Lei 16.213/97 estipula-se a divisão de 94 bairros, agrupados em 6 regiões político-administrativas cada qual nomeada e definida por coordenadas geográficas e por números: RPA1 - Centro (11 bairros), RPA2 - Norte (18 bairros), RPA3 - Noroeste (29 bairros), RPA4 - Oeste (12 bairros), RPA5 - Sudoeste (16 bairros) e RPA6 - Sul (08 bairros) (HALLEY, 2010, p. 99).

Cada uma destas regiões se desenvolveu de forma particular, devido a algumas características citadas anteriormente. Nesse estudo, vamos priorizar o detalhamento acerca da zona norte, devido ao fato que o núcleo primitivo do bairro de Peixinhos está localizado nesta parte da cidade de Recife, em situação limítrofe com a cidade de Olinda; e da zona sul por conta da localização do bairro de Brasília Teimosa. Bairros em que estão localizados os grupos a que se dedica esta tese.

Em torno do rio Beberibe se erigiu a irmandade de Nossa Senhora da Boa Hora, em 1787 no bairro que leva o nome do rio. Esta congregação era composta de homens pretos, livres ou escravos (COSTA, 1983). Brandão (1988) localiza a existência desta congregação como sendo marcada pelo sincretismo religioso da época pois desde o século XVII os bairros que circundam o rio Beberibe (RPA2) estiveram marcados pela presença da pobreza, da população negra e por situar algumas das mais antigas casas de Xangôs no Recife. Esta concentração de xangôs ficou conhecido à época como “Catimbolândia” e se referiam aos terreiros existentes

entre os bairros de Água Fria, Arruda, Fundão, Campo Grande, Beberibe e Casa Amarela, no período entre as décadas de 1920 e 1940 (HALLEY, 2010).

A área urbana e a cartografia cultural de Recife estiveram construídas, em grande medida, pela reinvenção de identidades africanas. De acordo com Costa (2013, p. 52-53),

o golfo do Benin – antiga Costa da Mina – abrange atualmente o leste de Gana, Togo, as cidades de Porto Novo e Uidá no Benin e a parte ocidental da Nigéria. Constituiu importante área no fornecimento de cativos no século XVIII, depois de Angola/Congo, de onde foram embarcados grupos humanos que em Pernambuco foram identificados como nagô, savalu, calabar. Para Artur Ramos e Waldemar Valente, as trocas culturais entre os povos deste território influenciaram de forma decisiva o complexo religioso dos xangôs no Recife.

Ainda para Costa (2013), na transição entre o período escravista e o pós-abolição, a questão da moradia materializava uma efetiva conquista em relação à autonomia tendo em vista que para os recém libertos a economia da família estava vinculada ao espaço da moradia, aonde eram feitos os produtos a serem comercializados. Por essa razão, grande número de libertos ganharam a vida assim, vendendo o que se produzia no lugar onde residiam. De acordo com Costa (2013, p. 70), “O bairro e a casa foram elementos que integraram os projetos de liberdade de homens e mulheres negros, por meio da criação de espaços próprios na dimensão urbana. Por esta razão, constituíram também uma memória relevante na ordenação do cotidiano na diáspora”.

O espaço da residência, a vida familiar e as relações vivenciadas no cotidiano imediato, conformaram os bairros, as comunidades. Nas palavras de Costa (2013, p. 71),

por outro lado, o bairro era a parcela da área citadina na qual os indivíduos exerciam domínio sobre o ambiente social que os cercava. Diante do conjunto da cidade – atravessado por códigos que o usuário não assumia, porém, assimilava para poder viver, em face dos desníveis sociais da área urbana –, os africanos passavam a criar para si alguns lugares, dentro do bairro, não só para habitar, mas também para trabalhar, desenvolver práticas culturais, religiosas, festivas. Isto significa que foi nos bairros que relações de amizade, irmandades, práticas religiosas, arranjos de trabalho, ou seja, as instituições negras foram produzidas.

Moura ([1988] 2019) discute acerca da importância que os grupos específicos tiveram nas relações sociais da população negra, seja no período do modo de produção escravista quanto no século seguinte. Estes grupos permitiram a reinvenção do povo negro, assim como a sua inserção social de modo a resistirem à política de branqueamento. Constituem espaços da maior importância à conservação da memória, trocas de aprendizados de ofícios aprendidos em suas nações originais, construção de pensamento e possibilidade de autopreservação e existência.

Por um lado, a necessidade de auto-organização para sobreviver objetiva e subjetivamente, por outro um estado que além de não ter criado condição alguma de transição

entre a posição social de escravizado para liberto, colocou suas instituições como mecanismos de repressão e tentativa de branqueamento da cidade. A modernização vinha acompanhada da proibição dos grupos auto-organizados negros se encontrarem, execução de prisões, assassinatos daqueles que não se apassivaram diante às injustiças sociais.

No entanto, em 1856, a polícia passou a impedir as apresentações do folguedo na praça, considerando ser uma medida de profilaxia para a bebedeira, que induzia a desordens logo depois das apresentações. No ano de 1868, uma nova tentativa de desarticular a cidade negra foi empreendida. O maracatu dos africanos que se reunia no cais do Capibaribe foi deslocado para o Gasômetro, nas proximidades da Casa de Detenção. Segundo o chefe de polícia João Antônio de Araújo Freitas Henriques, o lugar por ele indicado era despovoado e por isto mais apropriado para aquelas reuniões. Essas ações policiais, que faziam parte da política de modernização da cidade, não só eram excludentes, como também tinham viés racista. As elites políticas, todavia, almejavam, através das proibições e desarticulações das expressões culturais negras, a eliminação do elemento africano da paisagem urbana (COSTA, 2013, p. 82-83).

Recife se caracteriza, portanto, por grandes confrontos em suas divisas e agravos nas condições de vida de seu povo. No ano de 1938, representava a cidade com a maior densidade demográfica do país.

O Censo de 1913 registrava a presença de 43% de mocambos no total de domicílios, em que 35,5% se localizavam em aglomerados. Para Bitoun (2000), a falta de condições básicas de acesso ao solo e moradia se mostram estruturantes da cidade de Recife. Em 1938, havia 45.581 mocambos em que viviam 164.387 pessoas. Em 1950, das 104.804 moradias: 30.319 possuíam água encanada; 52.958 instalações elétricas e 56.365 aparelhos sanitários. A densidade demográfica e as precárias condições de saneamento básico são características que permanecem atuais na história da cidade (CAVALCANTI, 2017).

De acordo com Melo (1978, p. 70),

em 1939, segundo censo especial então realizado, elevava-se a 45.521 o número de mocambos. Naquela época, construíam-se, em média, 2,6 casas desse tipo por dia enquanto a média diária de construção de alvenaria e taipa, em 1938, não passou de 1,43. Elevava-se a 165.000 pessoas o contingente humano dos mocambos em uma população que um ano depois, em 1940, exprimia-se por 308,1 mil habitantes. Embora, na época, um relativamente pequeno número de mocambos fosse construído também fora dos mangues, esses dados fornecem idéia sobre a relevância da contribuição das áreas alagadas que esse tipo de vivenda ia incorporando ao espaço urbano recifense. Ao mesmo tempo indicam a proporção em que o mocambo participava do total das moradias recifenses. Admitindo-se que os 308 mil habitantes de 1940 ocupassem 62.000 moradias, verifica-se como era elevada a participação relativa das habitações pobres: cerca de 73%.

A política de modernização do Recife teve como um de seus principais focos a expulsão dos mocambos das regiões centrais que ocorreu a partir da década de 1930 e se consolidou em 1950. “Com efeito, à medida que as habitações de taipa, de folhas de flandres, iam sendo

demolidas do centro do Recife, paradoxalmente outras iam sendo construídas na periferia, seguindo, assim, o deslocamento da população pobre, que continuava a migrar para o subúrbio” (COSTA, 2009, p. 58).

Importante observar que o núcleo originário de povoamento e posterior colonização na cidade do Recife se deu em torno dos bairros do Recife, São José, Boa Vista. Nos séculos em que imperou o modo de produção e reprodução escravistas e no imediato período posterior ao fim do tráfico africano, camadas das classes abastadas, assim como dos escravos libertos, em grande medida continuaram ocupando a região central do Recife. De forma mais contundente a expulsão destas famílias tornou-se uma política reivindicada e legítima a partir da década de 1950, ao que a insígnia da modernização e industrialização operavam a justificativa do afastamento das classes destituídas deste pedaço da cidade. Consolida-se um projeto em que as camadas populares deveriam margear a grande Recife, ocupando os bairros mais distantes, com pouco ou nenhum saneamento básico, assim como as cidades circundantes.

Assim, a implantação urbana se fez em função da atividade exportadora, posteriormente acrescida de suas funções administrativas e dos serviços. O episódio da invasão holandesa – ao qual está ligado o primeiro grande surto de crescimento urbano – não escapa a esta determinação; antes, é sua expressão. É significativo que a palavra Recife, ainda hoje, designe, em sentido estrito, o núcleo urbano constituído pelo porto, sua infraestrutura e os seus serviços ali estabelecidos, incluindo a tradicional “zona” portuária de prostituição. Até recentemente, pelo menos até os fins da década de 1960, além dos escritórios das companhias de navegação, das casas exportadoras e importadoras, dos armazéns da sede da Associação Comercial, era também ali que se localizavam as casas de câmbio, as agências bancárias da cidade, tanto de bancos locais quanto nacionais e estrangeiros (BERNARDES, 2013, p. 57) (grifo do autor).

A população que morava no entorno deste importante núcleo econômico originário foi expulsa. “Expulsos dos alagados, favelizando-se, o mocambo passou a localizar-se na periferia da cidade e mesmo na periferia da planície do Recife. A área onde mais se encontra atualmente é a do cordão de morros, ladeiras e córregos situados no interflúvio do Capibaribe com o Beberibe” (MELO, 1978, p. 74).

O alto índice de densidade demográfica apresentou-se como importante justificativa à legitimação desta política segregadora. Vejamos,

o crescimento demográfico acelerado ia, porém prosseguir após o meado do século. De 1950 para 1960, o acréscimo foi de 272, 5 mil habitantes, passando o total a 797,2 mil. E de 1960 para 1970 houve um incremento de 263,5 mil fazendo o total ultrapassar a casa de um milhão (1.060, 7 mil). Observa-se que a diminuição do ritmo de aumento na década mais recente (33% em 1960/70) contra 52% em 1950/60), em vez de denotar arrefecimento do processo de concentração, já está associada ao fenômeno de concentração, revelando indícios de um começo de saturação do município núcleo, compensado por índices maiores de aumento em municípios periféricos como examinaremos oportunamente. De qualquer modo o elevado crescimento populacional havido no município do Recife haveria de acarretar uma expansão correspondente no espaço urbano e de produzir modificações substanciais

na configuração desse espaço e na própria estrutura de um modo geral (MELO, 1978, p. 71).

Prossegue o autor,

em 1970 a cidade do Recife ultrapassou a marca de um milhão de habitantes (1.060 mil). Naquele ano a sua região metropolitana possuía uma população urbana de 1.629 mil pessoas. Era a RM brasileira que populacionalmente se colocava em terceiro lugar no país. Um terceiro lugar situado à longa distância da primeira e segunda colocações, pertencentes à RM de São Paulo (7.837 mil habitantes urbanos) e à do Rio de Janeiro (6.847 mil), porém não muito acima da RM de Belo Horizonte, situada em quarto lugar (1.505 mil) e da de Porto Alegre (1.346 mil), porém expressivamente acima da de Salvador, que se classificava em sexto lugar (1.067 mil). As outras três regiões metropolitanas – a de Fortaleza, a de Curitiba e a de Belém do Pará – possuíam, cada uma, menos de um milhão de habitantes: 864 mil, 647 mil e 606 mil, respectivamente (MELO, 1978, p. 25).

Não é possível separar dois elementos constituintes do processo de formação social, político, econômico da cidade do Recife. São eles, o elevadíssimo índice demográfico e a autoconstrução das moradias, por parte da população que se instalava na cidade. Ambos aspectos conformam um tipo de vida urbana marcada pelo formato dos aglomerados ou aglomerações, fato que somado a quase ausente política de saneamento básico⁵³, constitui regiões em que as epidemias, pandemias, mortes evitáveis em regiões em que vivem as classes médias e altas, se tornam *modus operandi* de vida das camadas populares.

De acordo com Melo (1978, p. 204),

das 326.094 residências existentes na Região Metropolitana do Recife registradas pelo Censo Demográfico de 1970, uma parcela de 95.945, ou quase 30%, era de mocambos ou, na tipologia do Censo, de domicílios classificados como “rústicos” por se localizarem “em prédios nos quais predominavam paredes e cobertura de taipa, sapé, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e piso de terra batida”. Conforme assinala o plano de desenvolvimento referido, o número de habitações dessa categoria nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte não chegava a 10,0% do total. Também é bom lembrar que, no caso particular do município do Recife, o censo especial realizado em 1938 registrava um contingente de 165 mil moradores de mocambos em uma população total que, dois anos depois, em 1940, era de 348 mil habitantes.

Sobre a população crescente no Recife, Melo (1978, p. 150) compila alguns dados sobre a sua composição.

Segundo os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em 1961, os não naturais do município do Recife (compreendidos em uma das duas amostragens realizadas) abrangiam, então, uma parcela correspondente a 60%. Nessa parcela de não naturais ou imigrantes, era muito pouco significativo o segmento correspondente a nascidos no estrangeiro: apenas 0,6%. Mas os procedentes de outros

⁵³ “No tocante a saneamento básico, consignemos que apenas 52,1% das moradias do espaço metropolitano possuíam ligações domiciliares da rede geral de água ou fonte própria de abastecimento e que, no caso do município núcleo e de Olinda, a proporção é da ordem dos 64%” (MELO, 1978, p. 204).

Estados somavam 23,0%, dominando nessa categoria os paraibanos (subsegmento de 47%), os alagoanos (subsegmento de 20%), os norte-riograndenses (subsegmento de 9%) e os cearenses (subsegmento de 6%). A maior categoria era a procedente da Zona da Mata do próprio Estado, representando perto da metade dos não naturais: 44,8%. O Agreste pernambucano vinha em segundo lugar, com 29%. E a participação sertaneja no número dos não naturais era apenas de 2,6%.

A afirmação de que o Recife, em alguma medida, expressa características semelhantes à caracterização do nordeste brasileiro é comum entre os pesquisadores Mário Melo e Denis Bernardes. Nas palavras do primeiro,

[...] não constituirá certamente exagero de linguagem ou força de expressão dizer que, no Recife Metropolitano, se manifestam e se refletem de forma concentrada, os problemas cruciais do subdesenvolvimento nordestino e que o equacionamento e a solução dessa problemática, do mesmo modo que a do Nordeste, continuam a representar um desafio ainda não enfrentado de modo satisfatoriamente eficaz. (MELO, 1978, p. 225-226).

Enquanto para o segundo,

o Recife tem, pois a sua história largamente confundida com a história da economia agroexportadora implantada no Nordeste. Como já afirmamos, não cabe aqui examinar todas as vicissitudes dessa longa história, mesmo porque já traçamos acima o seu pano de fundo. Entretanto, é necessário sempre o referenciamento ao quadro geral e, nesse sentido, a história da cidade é, em larga medida, a história do seu porto (BERNARDES, 2013, p. 57).

A organização popular na cidade do Recife motivada por problemáticas relacionadas à moradia é recorrente e histórica. De acordo com documento da Etapas (1989) há registro da existência de organizações que tinham como motivo de sua existência as condições de moradia na cidade do Recife como, por exemplo, a Liga dos Proprietários da Vila São Miguel que desde o ano de 1929 se organizava no bairro de Afogados. Neste período surgiram várias organizações com intuito de impedir despejo dos mocambeiros, assim como com objetivo de garantir a posse dos terrenos ocupados. No final dos anos 1940, existia a Sociedade Mista Largo do Viveiro (Bairro de Afogados), a Sociedade Mista 30 de Setembro (Bairro da Mustardinha) e a Sociedade dos Proprietários do Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios.

Marcante também é a intensidade da organização popular local. Em 1963 foi criada a Federação das Associações de Bairros do Estado de Pernambuco (FABEP), entre os anos de 1978 e 1982 surgiram dezenas de associações, ao ponto que em 1985 a Região Metropolitana do Recife já contava com 151 associações de bairro. Destacamos que 75% de quem participava destas organizações eram mulheres.

Entre 1979 e 1985, a cidade do Recife será marcada por maior mobilização e resistência dos movimentos contra a política do governo local. Até o ano de 1986 foram criadas cerca de

80% das entidades de bairros existentes (ETAPAS, 1989). Decorrente dessas pressões/reivindicações, por outro lado, também, a prefeitura estimulou a criação de entidades formais nos bairros onde não existiam assim como entidades paralelas, objetivando conhecer melhor a área e controlar possíveis expressões de protesto das periferias.

As organizações surgiram motivadas por grupos anteriormente organizados tais como os Comitês Populares e Democráticos de Bairros. Estes comitês eram impulsionados pelo Partido Comunista, recém-saído da ilegalidade. A pauta política em discussão abarcava tanto a problemática mais genérica da propriedade do solo, como reivindicações cotidianas, a exemplo do calçamento das ruas (ETAPAS, 1989).

Criou-se naquele período a “Frente do Recife”, união de diferentes partidos que naquele época mostravam-se comprometidos com pautas sociais: Partido Socialista Brasileiro - PSB, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Comunista do Brasil - PCB. A coligação era fortemente apoiada pelos movimentos populares e também por alguns membros da União Democrática Nacional - UDN, partido de direita (ETAPAS, 1989).

No período entre 1946 e 1964 a política partidária no Recife esteve sob o domínio de três partidos: a UDN (União Democrática Nacional) que representava a grande burguesia açucareira e usineira; o PSD (Partido Social Democrático) proveniente do Estado Novo, e que representava a tradicional camada de produtores de cana que não eram usineiros; os coronéis do agreste e sertão das oligarquias algodojeiras-pecuaristas e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) constituído por operários, intelectuais, estudantes e alguns trabalhadores rurais. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) do corporativismo trabalhista de Vargas teve pouca expressividade no operariado pernambucano (FERNANDES, 2004).

Entre 1964 até 1985, Recife foi administrada pelos prefeitos biônicos do período da ditadura militar, nomeados pelo governador que por sua vez haviam sido nomeados pelos generais. Entre os anos de 1964 a 1978, uma das ênfases dadas por esse projeto político foi a modernização da cidade com execução de grandes construções, viadutos, avenidas e, mais uma vez, a expulsão das classes populares das áreas centrais e nobres. Bernardes (2013, p. 94-95) recorda uma notícia veiculada pelo Diário Oficial, em que se afirmava que a inauguração do Viaduto das Cinco Pontas “quase faz surdo-mudo falar de emoção” e que a prefeitura necessitou derrubar todo e qualquer “imóvel que entrava o progresso”. Assim, a construção da Av. Agamenon Magalhães, em apenas uma de suas fases, significou a demolição de 109 mocambos.

O fechamento democrático instaurado pelo golpe militar de 1964 foi responsável por perseguir, invadir e destruir os documentos de muitas das associações de bairros. Em 1965, Dom Helder Câmara e a Igreja Progressista do Movimento de Teologia da Libertação

incentivaram a reorganização popular a partir da “Operação Esperança Urbana no Recife”. Em 1969 inspirados também nas lições do Movimento de Cultura Popular idealizado por Paulo Freire, gestou-se o movimento Encontro de Irmãos, que percorria as periferias da Região Metropolitana do Recife estimulando a consciência crítica às injustiças sociais através do jeito de fazer educação popular e a dinâmica do ver, julgar e agir. Durante o período de repressão militar e tentativa de silenciamento da política, as organizações populares de bairros no Recife se mostraram centros fecundos de debates e enfrentamentos dos problemas cotidianos das comunidades, caracterizando-se como espaços possíveis de se exercer o diálogo e a democracia dentro do regime de exceção.

O processo de integração do mercado nacional, a partir da década de 1950 e de forma mais acentuada desde os anos 1970, fez com que indústrias do setor têxtil, bens de consumo não-duráveis, calçados, chapéus, guarda-chuvas, cigarros e charutos, doces, bebidas, biscoitos e massas, velas, cerâmicas, móveis, dentre outras, necessitassem se transformar, sendo que algumas delas não resistiram (BERNARDES, 2013, p. 141). Ainda de acordo com Bernardes (2013), a existência dessa indústria marcou a formação socioespacial da cidade:

até os anos 60, o Recife ainda podia ser caracterizado como uma cidade de forte população operária, especialmente localizada nos bairros onde existia(m) fábrica(s) de chaminé(s). Daí porque a representação política local, a partir do fim do Estado Novo, quando volta a funcionar a vida partidária – incluindo a breve legalidade do PCB -, está fortemente marcada por uma representação socioespacial. Diversos vereadores são exemplo – mas são também representantes de categorias sociais de trabalhadores, ou dos trabalhadores em geral. A “poeira” do Recife, não era então formada por uma população desarticulada ou tão somente por um lumpemproletariado (idem, ibidem).

Estas informações importam para que possamos conhecer aspectos gerais da formação social do Recife. No entanto, a camada pesquisada nesta tese –mulheres moradoras das periferias da RMR– estão referidas a outro pedaço da classe trabalhadora. Compõem, portanto, as fileiras de “autônomos” que não foram incorporados ao mercado formal de trabalho e que vivem às margens da cidade do Recife.

Dentro do aspecto segmentado do mercado de trabalho brasileiro e da desigual repartição dos territórios nos centros urbanos brasileiros, as camadas aqui pesquisadas não ocuparam postos nas indústrias citadas. Antes ainda, muitas destas se mostraram como concorrentes, tendo em vista que boa parte da população que reside nas periferias da cidade do Recife e região metropolitana compartilham da condição de desempenhar ofícios por conta própria e vender os produtos produzidos no interior de suas casas, por eles mesmos. Esta situação foi realidade para camadas de mulheres e homens saídos do modo de produção e

reprodução escravista. Assim, estas camadas estiveram produzindo e vendendo seus próprios produtos e serviços e em décadas posteriores ocuparam parcela do setor terciário.

A organização popular na cidade de Recife engendrou lutas de enfrentamento à miséria e alcançou vitórias concretas a partir de mobilização nos bairros, impactando a vida cotidiana dos moradores como, por exemplo, a construção de casas de alvenaria nas vilas do bairro de Brasília Teimosa; a conquista por água encanada; energia; creches; criação de escolas; postos de saúde características em diversos bairros. Ou ainda, a luta contra o muro da vergonha que cercava uma praça pública no Ibura; a luta pela padaria comunitária em Chão de Estrelas; por escadarias nos morros de Casa Amarela por causa dos acidentes nas barreiras durante o período de chuvas; construção da ponte da Amizade, na divisa entre Recife e Olinda; denúncias de casos de violência contra as mulheres a partir dos apitaços no Córrego do Euclides; impedimento de transbordos de lixos nos bairros de Ibura e Peixinhos; redução do preço da carne devido ao boicote de donas-de-casa de vários bairros durante a campanha contra o alto custo de vida. Inúmeras as resistências cotidianas e conquistas a partir do povo organizado nos bairros onde viviam. Contudo, existe muito pouca sistematização sobre estes importantes acontecimentos.

De acordo com Bernardes (2013, p. 100) houve “verdadeira febre de obras, algumas no centro tradicional do Recife, outras contemplando alguns subúrbios, como a construção de escadarias, outras, anunciadas, mas não executadas”. Alguns dos exemplos foram “o caso da Praça Machado de Assis, prevista entre a Rua da Imperatriz e Conde da Boa Vista e, da (sic) mais de uma vez desejada, urbanização de Brasília Teimosa, ou ainda, da urbanização do Morro da Conceição”. Muitas das reivindicações populares se tornaram promessas não concretizadas por parte do estado, mas realizadas pelas próprias mãos da população dos bairros em questão.

Adentrando a realidade do bairro de Brasília Teimosa, que assim se denomina devido o episódio da viagem de cinco pescadores que no ano de 1955 foram ao encontro de Juscelino Kubitschek no Rio de Janeiro. Foram 35 dias de viagem de jangada, com o objetivo de conseguir a permanência do lugar ocupado que à época se chamava Areal Novo do Pina. No mesmo ano de 1957, em que Brasília passaria a ser a capital do país, aconteceu uma forte seca no Nordeste, o que provocou o êxodo de um número considerável de pessoas do interior do estado de Pernambuco para a cidade de Recife. A ocupação do Areal Novo se constituiu como a primeira ocupação urbana do país e desde o seu início sofreu perseguição policial de modo que todas as noites os moradores construíam os seus barracos e pela manhã eram derrubados pela polícia, passando a se chamar Brasília Teimosa (SOUZA, 2007; SILVA, 2017).

O bairro abrigava 3200 habitações precárias e era considerado pela administração da prefeitura como “uma área problema”. Um dos projetos da URB - Recife pretendia a construção

de um moderno centro de convenções, com hotelaria, áreas de lazer, calçadão, restaurantes e habitações destinadas às classes média e alta. Esse projeto se chamou “Revolução do Manguê” e demonstrava abertamente o desconforto com a presença das classes populares que lá viviam. Bernardes destaca matéria veiculada na revista *A Construção, Norte e Nordeste*, em que arquiteto e presidente do LAB argumenta

agora, não seria a feia estética do passado a ser atacada: “De acordo com outro projeto, também praticamente pronto, os 3.200 casebres de Brasília Teimosa e o panorama de miséria, promiscuidade e prostituição que são as características atuais dessa área-problema da cidade cederão lugar a um moderno Centro de Convenções e de hotelaria nobre do Recife, dotado de vários equipamentos culturais e esportivos⁵⁴” (Bernardes, 2013, p. 104).

Muitos foram os bairros impactados pelo afã urbanizador na cidade do Recife, contudo “A mais importante expressão das mudanças ocorridas no período, quanto ao lugar das questões sociais na gestão municipal e quanto aos novos métodos de ação, está representada nas ações e promessas feitas em duas áreas-símbolo da cidade: Brasília Teimosa e Coque” (BERNARDES, 2013, p. 118). Ainda na revista *A Construção, Norte e Nordeste*, no ano de 1974, exaltou-se a importância do referido projeto de urbanização afirmando que “A urbanização da infecta ilha terá por outro lado repercussões sobre áreas vizinhas igualmente deterioradas, como os Coelhos e o Coque, que constituem, em conjunto, uma mancha negra a dois passos do centro do Recife” (BERNARDES, 2013, p. 105).

Se Recife constituiu-se como a terceira cidade mais africanizada, sendo portanto a terceira cidade mais negra do Brasil, nos séculos de tráfico e colonização que envolveram as trocas mediante o oceano atlântico e a estrutura de cidade portuária, os bairros de Brasília Teimosa e Coque representaram e representam (pois resistiram e resistem)⁵⁵ “manchas negras” nas áreas nobres do Recife, seja por estarem em regiões centrais, seja por localizarem-se na orla marítima.

O bairro de Brasília Teimosa, em questão, além de situar-se entre a orla marítima e o rio Capibaribe, está a um passo (via rio) do Recife antigo, área turística, visitada recorrentemente, assim como onde se localizam os órgãos públicos de maior relevância. Além disso, situa-se ao lado do maior bairro da cidade do Recife, Boa Viagem. Este é o bairro com maior número de

⁵⁴ De acordo com Bernardes (2013, p. 105), estes projetos de urbanização estiveram inspirados em projetos feitos em São Paulo, no Projeto Leste, durante a administração Miguel Colassuono.

⁵⁵ Ricardo Brindeiro, morador e lutador pela Brasília Teimosa, criou uma música que se tornou hino das lutas do bairro. O refrão diz assim: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira. Onde é que eu vou morar? Se, derrubam o meu barraco é de lascas Ainda mais com quatro filhos onde é que eu vou morar? Cuidado com o tubarão, Que quer por qualquer tostão Tirar a gente, mas ninguém vai sair não. Vamos lutar com união, Brasília é nossa, ninguém vai botar a mão”.

moradores assim como de maior poder aquisitivo e mais alta circulação econômica. Há quem diga que Brasília Teimosa é a pedra no sapato da classe média alta recifense, que não pode descansar a sua vista em paz.

A resistência popular em continuar morando no bairro de Brasília Teimosa, haja visto as inúmeras tentativas de expulsão, destruição das casas de taipa e o processo de criminalização da organização dos moradores, contou com a fundamental presença da Igreja Católica progressista. Naquele momento, destacou-se a Congregação dos Oblatos de Maria Imaculada e o padre Jaime

[...] através do evangelho de Jesus Cristo, encorajou a formação de grupos de jovens, apoiou a estruturação da irmandade dos Vicentinos, ajudou na criação do Conselho de Moradores, animando os comunitários a lutar por melhores condições de moradia, contra a repressão do regime militar e as investidas do estado para expulsar a população (SILVA, 2017, p. 25).

O Conselho de Moradores surgiu em 1966, em torno das reivindicações relacionadas ao direito à água, energia elétrica, saneamento básico, transporte e principalmente as ameaças à expulsão da população. Contava com a expressiva participação dos moradores, de modo que cada rua tinha um representante que levava as reivindicações para o Conselho.

Em 1979, a população do bairro criou o Projeto Teimosinho, no momento em que a prefeitura do Recife propunha a retirada e desocupação do bairro, a partir da URB - Recife. O Conselho rejeitou a proposta e a partir de uma comissão de planejamento, juntamente o Centro de Pesquisa e Ação Social elaboraram outra proposta a partir das reivindicações da comunidade. O Projeto Teimosinho foi o primeiro projeto de urbanização do Brasil, discutido e elaborado pelos movimentos sociais, aprovado e financiado pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, através de um programa chamado PRO-MORADIA e executado pela Prefeitura do Recife. Os resultados conquistados foram: pavimentação de ruas e becos, saneamento, água, energia elétrica, iluminação pública, transporte, construção de vilas, escola, creche, posto de saúde e a permanência da população, a partir da transformação de toda a área do bairro em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS (ibidem, p. 26).

O grupo aqui pesquisado, Turma do Flau, surgiu em 1982, inspirado pela Teologia da Libertação e foi impulsionada pela irmã Aurieta, com o objetivo de educar pelo trabalho os jovens que circulavam nas ruas do bairro. O início do trabalho foi produzir e comercializar picolés, ou como eram também conhecidos no bairro, “flaus”. Até hoje, o grupo realiza trabalho de enfrentamento à vulnerabilidade e desigualdade social, a partir da educação popular, valorizando o acompanhamento familiar, oficinas de dança, maracatu, formação cidadã e cristã. A partir do trabalho realizado com as crianças e adolescentes, a equipe formada

predominantemente por mulheres, acompanha também as mães e avós, pois são quem frequentam as reuniões de família e atividades promovidas pelo grupo. De acordo com a Entrevistada 5,

então, muita coisa que aconteceu no bairro e que hoje a gente tá aqui por uma luta que a gente sabe que não foi só minha, mas foi de muitas mulheres também. Durante esse período também eu trabalhei durante 83, começamos também o trabalho na Ilha de Deus, naquela época era Ilha sem Deus, e o FLAU foi fundado em 82. Então lá foi um trabalho muito profundo, muito bom e foi exatamente com marisqueiras, que era pescadeiras naquela época, e foi exatamente na época que Jarbas era governo, o prefeito que era meio popular, eleito pelo povo, popular, e nós conseguimos tomar a ponte que hoje existe na Ilha de Deus, a ponte Vitória das Mulheres, que foi exatamente só com mulheres.

O trabalho realizado pela Turma do Flau tem como foco as crianças e adolescentes, e as principais mediadoras são as mulheres, mães destes jovens. Existindo assim, momentos de diálogos entre as organizadoras do grupo e as familiares sobre diversos temas que atravessam as vidas cotidianas destas famílias.

5 Reprodução e Resistência: Experiências de Vida das Mulheres em Organizações Comunitárias

Ou como um retorno a qualquer coisa de liberdade. A qualquer coisa que liberta. A qualquer coisa que ensina. A qualquer coisa que faz aprender e amar.

5.1. Mulheres nos bairros: ontem e hoje

Os dois grupos que acompanhei são protagonizados por mulheres em organizações comunitárias nos bairros. Percebi na história destes que a participação das mulheres e construção das pautas de reivindicação se referiram a alcançar melhores condições de saúde, segurança, moradia, acesso à cultura, políticas para a juventude, expressaram o quanto as mulheres populares das periferias urbanas são os principais sujeitos responsáveis pela reprodução da vida, trabalho doméstico e de cuidados assim como pela melhoria de suas comunidades.

A pesquisa tem como objetivo além do resgate da memória destes grupos comunitários históricos da região metropolitana do Recife, o desafio de construir um pouco de entendimento acerca da relação entre a participação das mulheres em organizações comunitárias de bairros locais, a partir da discussão em três principais eixos que pareceram preciosos. São eles: a) o tempo e o cotidiano da vida destas mulheres; b) as relações de gênero, raça e classe na construção dos grupos e com o movimento de mulheres e feministas; c) as possibilidades de reprodução e resistência a partir das experiências de vida das mulheres em organizações comunitárias.

As falas das entrevistadas, organizadoras e fundadoras dos grupos seguem em diálogo com as análises sobre a participação das mulheres nas organizações comunitárias, nas cidades, na organização do mundo. Segue a sequência em que foram feitas as entrevistas: 1) Entrevistada 1 (09/05/2019), 2) Entrevistada 2 (23/05/2019), 3) Entrevistada 3 (24/05/2019), 4) Entrevistada 4 (24/05/2019). Estas são militantes do Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato. As entrevistadas 5) Entrevistada 5 (25/05/2019), 6) Entrevistada 6 (25/05/2019) e 7) Entrevistada 7 (10/09/2019) organizam a Turma do Flau. As entrevistas foram realizadas nas sedes dos grupos, nas residências das mulheres e no local de trabalho remunerado.

5.1.1. Tempo e Cotidiano da Vida das Mulheres

Autores da tradição da teoria crítica sociológica definem cotidiano como sendo marcado ao mesmo tempo por um tempo histórico e pelo tempo do dia-a-dia, em que relacionam-se as necessidades, tensões do sujeito genérico homem juntamente às necessidades, processos mais amplos do mundo em que este está inserido (LEFEBVRE, 1991; MARTINS, 2008; HELLER, 1989).

De acordo com Heller (1989, p. 20), “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”. De modo que todo grande e reconhecido fato histórico “[...] torna-se particular e histórico precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade” (HELLER, 1989, p. 20). A autora insiste que não existe nenhuma “muralha chinesa” que impeça o intercâmbio entre atividade cotidiana e não cotidiana, existindo “infinitos de transição” (ibidem, p. 33). Assim, ações da vida cotidiana muitas vezes só apresentam efeitos a posteriori, o que faz com que aparentem ser desimportantes quando acontecem.

Nos estudos brasileiros acerca dos novos movimentos sociais a tese de Sader tornou-se um divisor de águas na hora de interpretar a ação dos movimentos populares no Brasil, pois anteriormente a ela as pesquisas científicas quando se referiam à vida cotidiana o faziam por intermédio da expressão de uma caricatura: um tempo repetitivo, desinteressante, em que nada importante aconteceria. O autor traz a dimensão dialética da contradição entre o que se repete e o que se cria nesse tempo do dia-a-dia e influencia a análise de pesquisas posteriores.

A referência ao cotidiano enquanto instância de resistência contrasta com os registros que apresentavam (e o apresentam) como manifestação de conformismo, da vida repetida, da reiteração não crítica de uma opressão silenciosa... Mas o cotidiano não pode ser pensado como um lugar mítico onde, em sua pureza, os pobres se apresentam como são, libertos de ideologias estranhas. Melhor vê-lo em sua ambiguidade de ‘conformismo e resistência’, expresso na ‘consciência fragmentada’ da cultura popular” (SADER, 1988, p. 141).

Ajudou a construir uma visão menos dicotômica sobre o que é considerado como assunto importante relacionado à dimensão pública contraposto ao comum, à “besteira” do dia-a-dia. Destacou que uma ideia original pode surgir de um fato corriqueiro ou de uma conversa despreziosa. Assim como partiu de uma argumentação desmistificadora de que o que vem do povo é indubitavelmente mágico ou incrível. Relacionou os relevantes aspectos da memória, história, ciência e que estas dimensões, de alguma forma, estão presentes na vida cotidiana.

A teoria social feminista também vem formulando sobre esta temática. Betânia Ávila (2009, p. 153) constrói uma crítica a que concordo. Consiste em que mesmo quando autores

afirmam “[...] que é sobre a vida das mulheres que pesa a cotidianidade” não necessariamente isso terá consequência no desenvolvimento da sua teoria, tendo em vista que se apenas as relações de produção forem consideradas como determinantes da totalidade da vida social, “[...] apenas uma subjetividade prevalece na abordagem sobre o vivido da vida cotidiana, que é a subjetividade masculina. A experiência das mulheres se torna uma exterioridade, no sentido de que só aparece como questão periférica na análise da realidade social”. O estudo do cotidiano estaria restrito portanto à dinâmica dos sujeitos masculinos, contudo elevados à estatura de elementos gerais, universais.

Significa que mesmo teóricos críticos da sociologia ao instituírem o conceito de cotidiano, atribuíram significado com a cabeça fincada no homem enquanto ser genérico e particular e desconsideraram a riqueza da vida social quando considerada as relações de reprodução e produção e, por conseguinte a dimensão sexuada das relações sociais. A teoria e movimento feministas introduziram segundo Souza-Lobo um jeito diferenciado de compreensão do mundo mesmo dentro do pensamento e organização das esquerdas. Elementos tais como

[...] a ausência de uma distinção ordenada entre o que era político, o que era reflexão e o que era pessoal. Essa constante dissolução da divisão tradicional do trabalho político, dissolução das fronteiras entre o pessoal, o político, o teórico e a prática, tornou-se o principal desafio do movimento das mulheres daí em diante: uma exigência de recriação continuada de suas práticas (SOUZA-LOBO, 1991, p. 214).

Assim, a elaboração teórica dos conceitos revisitados no primeiro capítulo, sejam eles a divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo, o novelo patriarcado, racismo e capitalismo têm servido como uma lente para entender a realidade social em sua totalidade assim como têm possibilitado uma maior aproximação do entendimento das mulheres enquanto sujeitos ativos, em um movimento dialético de existência e transformação do mundo.

Na revisão bibliográfica de pesquisas acerca de bairros da região metropolitana do Recife, nas mais diversas áreas, tais como geografia, história, sociologia, arquitetura, grande parte dos trabalhos encontrados, mesmo quando são utilizados conceitos tais como cotidiano o sentido orientado à análise é feito a partir da posição do grupo social dos homens como único sujeito possível no mundo. Aquela antiga fórmula “de homem pra homem” em que praticamente aparecem apenas referências teóricas masculinas, a linguagem sempre no masculino e a cartografia do bairro e da cidade pensada entre espaços usufruídos em geral pelos homens, tais como a quadra de futebol, os botecos e o espaço do bairro como sendo o lugar-momento de lazer assim como a casa como sendo o lugar-momento de descanso.

Então, a reafirmação da lógica de que o sujeito masculino sai do bairro pela manhã em direção ao local de emprego (em geral distante do bairro periférico em que o sujeito mora) e retorna no final do dia. Inclusive, comum o uso de conceitos como “tempo livre” ou “tempo de lazer” ao se referir ao retorno do sujeito masculino ao seu local de moradia: bairro-casa. Além de desconsiderarem a existência do sujeito político mulheres, não refletem, criticam ou analisam a divisão sexual e racial do trabalho assim como a divisão sexual e racial do espaço geográfico.

Importante destacar que as pesquisas encontradas realizadas por mulheres referem-se a um tempo histórico recente, dissertações ou teses publicados na última década. Contudo, livros considerados referências sobre o processo de formação da cidade de Recife, assim como sobre os processos de modernização e urbanização encontrados, em sua maioria foram escritos por autores homens.

Existe uma quantidade significativa de pesquisas e dados que demonstram que a relação das mulheres populares com as suas comunidades é atravessada por uma outra lógica e os elementos que compõem o seu cotidiano são forjados muito a partir do engajamento em trazer melhorias à qualidade de vida do lugar em que moram. Em casa e na relação com a vizinhança as mulheres organizam um jeito possível de resistir à miséria, à ausência de comida, à falta de equipamentos sociais básicos, ao descaso do Estado, o cuidado com os filhos, à violência doméstica, a informalidade do trabalho, o desemprego. Laços formados entre mulheres oportunizam uma vida com melhor qualidade para as suas famílias assim como para a população do bairro⁵⁶.

Teóricas feministas têm se debruçado sobre a importância da dimensão da vida cotidiana das mulheres e considerado em suas pesquisas este conceito, como é o caso de Ávila (2009) e outras pesquisadoras.

[...] é justamente contra a idéia de uma cotidianidade a-histórica que a teoria social feminista tem formulado sua crítica à naturalização dos mecanismos de reprodução da dominação patriarcal que fazem parte dos processos de socialização no cotidiano (ÁVILA, 2009, p. 155).

A autora considera as relações de produção e reprodução e adensa a noção de vida cotidiana.

⁵⁶ Patricia Hill Collins ([1990] 2019) faz o pioneiro debate acerca da relação das mulheres afro-americanas em suas comunidades, com as outras mulheres, entre gerações familiares e vizinhança. Ver: COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2019. Pensamento Feminista Negro.

Para Martins (2008, p. 349), a vida cotidiana e vida privada não são noções equivalentes. “Um cotidiano restrito à vida privada no âmbito doméstico é uma privação do acesso à heterogeneidade que caracteriza a vida cotidiana e, sobretudo, uma privação aos outros espaços de constituição do sujeito, como os espaços da participação política.” Assim, a vida cotidiana das mulheres nos bairros populares está engendrada entre as relações mais imediatas no convívio familiar dentro de casa, entre familiares que também vivem no bairro, em outras casas, ruas ou áreas e com a população do bairro seja no ir e vir de levar as crianças na escola, as atividades na igreja, acompanhar parentes na unidade de saúde, realizar compras no mercadinho, executar serviços oferecidos por elas, dentre outras atribuições.

Em um dos encontros com os grupos fizemos um exercício de cartografia do dia a dia das mulheres nos bairros, o percurso que faziam diariamente, na semana, por onde passavam. Apareceram instituições comuns entre ambos, tais como a igreja, escola que os filhos estudam, postos de saúde e o tempo dividido entre o grupo e a casa. À medida que recortavam o mapa do bairro, refletiam as suas experiências e o tempo que destinavam a cada uma dessas atividades.

O cotidiano como sendo o momento de vida das mulheres e homens em que eles não se encontram diretamente reproduzindo o capital, aquele momento em que sua mais-valia não está sendo explicitamente extraída. Vale salientar que para os trabalhadores com vínculo formal e condições estipuladas de jornada de trabalho essa delimitação parece mais evidente, enquanto quem sobrevive de atividades informais o limite entre uma atividade e outra se mostra mais tênue. A partir de dados da pesquisa realizada por Recamán (2004) acerca dos tempos entre o trabalho doméstico e trabalho remunerado, Bezerra (2014, p. 110) analisa que a média de tempo gasto com trabalho doméstico pelas mulheres que compõem a PEA é de “35h 48m; enquanto para as que não compõem é de 43h 42m. As mulheres que estão empregadas no mercado formal gastam 27h e aquelas que estão em empregos informais: 35h24m.” Em relação às mulheres desempregadas o número médio se eleva para 51 horas com o trabalho da reprodução social da família.

De tal modo que,

a média da soma entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico foi de 66 horas para as que estão na PEA formal e 65 horas para a PEA informal. Assim, as mulheres ocupadas em condição formal trabalham 9 horas a mais do que as que estão empregadas no mercado informal, enquanto estas dispõem 8 horas a mais no trabalho doméstico, de modo que somadas as duas jornadas, a diferença se mostrou de apenas 1 hora a mais para as mulheres que estão no mercado formal. O trabalho doméstico tem sido uma constante na vida das mulheres, equiparando as jornadas totais de trabalhadoras formais e informais (BEZERRA, 2014, p. 110-111).

As fundadoras dos grupos pesquisados, Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato e Turma do Flau, indicam caminhos percorridos por elas em suas vidas cotidianas ao organizarem-se comunitariamente. Em suas palavras, alteraram o lugar que ocupavam de “Tudo isso sem sair de casa, pois tinha de assumir minhas responsabilidades de mãe e mulher” (QUEIROZ, 2003, p. 73), “Eu era um objeto só para lavar roupa, cuidar de menino e cozinhar feijão” (ibidem, p. 76) para uma posição em que “[...] fui começando a conhecer o verdadeiro papel da mulher na comunidade” (ibidem, p. 81), a compreensão da “[...] necessidade de mudança e de viver como gente” (ibidem, p. 75).

A argumentação destas três fundadoras do GSCCG, Entrevistada 1, Entrevistada 3 e fundadora do grupo (que não foi entrevistada nesta pesquisa) direcionam o entendimento de que a sua inserção e permanência no grupo comunitário transformou as suas próprias vidas. Habitadas à vida cotidiana de uma mulher comum em seu bairro popular/comunidade permeada pela dinâmica da vida doméstica, atividades remuneradas ou identificadas à vida de dona-de-casa, incluíram a vontade de fazer mais por si e por um coletivo que as extrapolasse.

A necessidade de conhecer mais, ampliar os seus horizontes no sentido humanitário e político e a vontade em querer conscientizar o povo da sua comunidade acerca de seus próprios aprendizados as fez alterar a vida de muitas pessoas assim como as suas próprias vidas. O tempo cotidiano sendo redimensionado a partir do tempo que antes era dedicado prioritariamente às atividades domésticas de seu ambiente familiar e agora compartilhado em atividades comunitárias.

Tais deslocamentos objetivos e subjetivos estão constituídos simultaneamente de pedaços da vida individual de cada uma destas mulheres, em que a Entrevistada 3 ao contar como fez esse giro na sua vida, apresenta uma síntese da imbricação entre o político e o pessoal, o geral e o particular,

[...] eu não tinha conhecimento, não sabia o que era organização popular, não sabia nada, e aí minha sogra ela era inserida dentro da Igreja Católica, e eu tinha minha sogra como minha segunda mãe. E aí ela levou uma menina lá pra minha casa chamada Maria Ildecê, que a gente carinhosamente chamava de Dê, ela nesse tempo ela era freira e estava em Peixinhos fazendo uma pesquisa sócio econômica na comunidade. Minha sogra levou ela na minha casa pra fazer essa pesquisa, minha casa era de tábuas, era atrás da casa da minha sogra e eu a recebi na minha casa. Após essa visita nós não nos separamos mais, nós somos muito amigas até hoje e foi aí que começou toda essa questão do meu envolvimento com a comunidade.

Uma visita casual foi o elemento suficiente que a curiosidade aguçada da Entrevistada 3 precisou para dar um passo que aos poucos transformou a sua vida. Outro ponto que chama atenção é que nos relatos das mulheres das organizações comunitárias se repete o fato de que uma outra mulher a convida para alguma atividade e, ambas já eram ou se tornam muito amigas,

algumas delas falaram em laços inseparáveis, onde uma está, a outra também está. As relações pessoais, familiares, íntimas são muito importantes no início e permanência das mulheres nas organizações populares de bairro. Contudo, é possível refletir que esta condição simultânea, em que se está imersa nas relações familiares mas também está se movimentando na dinâmica da comunidade e fora dela caracteriza muitas vezes formas diferenciadas de sociabilidade em que a divisão social do trabalho pode ser significada de outra forma, tendo em vista a construção do trabalho coletivo realizado pelas mulheres. Possível pensar que as mesmas atividades realizadas no interior da relação patriarcal que estrutura a maioria das relações matrimoniais/conjugais quando realizadas na dinâmica coletiva dos grupos comunitários assumem outro caráter e aspecto valorativo. Esta ideia remete à imagem de uma mulher puxando a outra e ambas se movendo e alterando a estrutura. Ou como diz Collins (2019, p. 364) “erguer-nos [umas às outras] enquanto subimos”.

Com a Entrevistada 7, aconteceu de forma semelhante,

no meu caso, eu acho que se Zeza não tivesse me insistido pra eu ir, eu tava naquela vida de tá em casa, lavando, passando, cozinhando, como eu sempre fazia antes. E a partir do momento que ela me chamou, eu vi que tinha potencial, não só pra ficar em casa, mas pra tá ali no dia a dia discutindo coisa que eu me interessava, então pra mim foi muito importante, eu acho que sim [...] Eu acho que se eu não escutasse aquela vozinha “vamos ali pra uma reunião? Vamos lá? Só ver, só escuta, se não quiser não precisa ir mais”, mas eu fui, me interessei, né? [...] De viajar, “vá, pode ir, lá a gente te ajuda. *Vá, vá atrás das mulheres que a gente lá te ajuda*” (grifo nosso).

As falas das entrevistadas trazem a importância das relações afetivas com outras mulheres, relações de confiança que as fizeram aceitar convites em participar de coletivos a que não conheciam e sequer faziam ideia de como funcionavam. No tempo que passei acompanhando estes grupos senti isso de forma intensa entre o grupo mais amplo, ou seja, além deste núcleo fundador que orbita entre 4 a 7 mulheres, os grupos mobilizados por estas de 20 a 30 mulheres demonstram muita confiança no trabalho realizado pelas organizadoras. A relação é permeada por proximidade, por conhecerem os detalhes das vidas umas das outras e a solidariedade permeia as trocas naquilo que parecem detalhes invisíveis mas que são fundamentais na construção da identidade, subjetividade, sobrevivência e materialização da vida destas mulheres.

Entendo que este “Vá, vá atrás das mulheres que a gente lá te ajuda” é uma expressão concreta do quanto as mulheres quando se propõem a viver segundo princípios de coletividade e confiança umas com as outras, conseguem chegar muito mais longe. Neste caso, por exemplo, foi uma das irmãs religiosas que teve tal atitude com uma das organizadoras, o que apesar de estas não se autodefinirem como feministas, em meu entendimento representa um princípio

prático de construção de rede de apoio entre as mulheres. Creio que o fato de estarem fortalecendo o processo de autonomia das mulheres em relação a sua própria autodeterminação no mundo assim como estar fortalecendo a solidariedade entre as mulheres parece de extrema importância, considerando o quanto a desigualdade em relação à gênero, raça e classe é gritante na região metropolitana do Recife.

Em relação a minha participação nas dinâmicas dos grupos percebi a mesma relação de confiança e afeto, mesmo eu não sendo moradora de nenhum dos dois bairros e a minha presença ser recente no cotidiano dos dois grupos, a sensação de pertencimento se deu de forma muito verdadeira e em um tempo que se desenrolava muito rápido. O tempo da vida cotidiana, que pulsa, acontece, um tempo urgente.

Em Peixinhos, por exemplo, entre o primeiro e segundo encontro (quinze dias de intervalo), no dia 19 de novembro de 2017, o filho de uma das fundadoras do grupo faleceu, causando extrema tristeza no grupo, pois ele era um dos pilares da família assim como importante liderança do bairro. Marco Axé, filho de Dona Carla, grande educador social, fundador e partícipe de vários projetos percussivos que trabalhavam com crianças e adolescentes, a exemplo da Nação Mulambo, percussionista renomado conhecido nacional e internacionalmente por ter sido parte da efervescência do movimento cultural forjado no bairro. Em um curto período de meses faleceram mais três pessoas da família de Dona Carla, assim como uma das fundadoras do grupo, que já não participava por questão de saúde, Nida. Considerada família pelas organizadoras do grupo, sendo irmã de Donana, também liderança do grupo. Rapidamente, eu já me sentia parte daquele lugar e da família que aquelas mulheres formavam entre si, assim como com os seus familiares. O sentimento de pertença vinha da abertura oferecida para que eu conhecesse as histórias de suas vidas, de suas famílias, de seus antepassados. Aceitei o convite a que eu pertencesse a estas histórias que estávamos construindo e a tecer outras tantas que naquele momento ainda nem sabíamos.

A vida cotidiana se apresenta na organização comunitária de forma bastante complexa, nem sempre sendo possível identificar de forma evidente se determinado assunto poderia ser considerado mais referido à vida privada ou pública. Talvez, a vivência comunitária em si extrapole a dicotomia privado-público pois que pela estrutura aglomerada dos bairros periféricos, ausência de condições básicas e pelas necessidades de sobrevivência a experiência de partilha entre a vizinhança ocorre de forma diária, corriqueira. Exemplo dessa proximidade

pode ser vista na afirmação de Beliza⁵⁷, “Além disso nós temos que enxergar não somente a nossa casa mas a casa que é o bairro” (QUEIROZ, 2003, p. 50).

O argumento de Beliza me fez refletir algumas noções. O bairro como porta alargada entre elas e o mundo exterior à casa e, conseqüentemente ao próprio bairro. Percebi à análise das entrevistas que as militantes que se tornaram orgânicas nos grupos comunitários extrapolaram a sua participação social ao limite do bairro. Os seus relatos demonstram a realização de intercâmbios com outros bairros, participação em redes comunitárias, assim como em outros grupos, a realização de viagens interestaduais e algumas delas já viajaram para outros países a partir de atividades da organização comunitária que participam. Muitas delas sentiram o impulso em iniciar/retomar os estudos e ampliaram a sua visão de mundo, a partir do bairro como porta alargada da sua própria casa.

[...] eu já participava de outras atividades em outros grupos, em outros bairros, em outros estados, né? Eu gosto de participar das políticas sociais. Gosto, já participei, participo ainda, né, de movimento de luta pela moradia [...] Gosto de fazer coisa que eu vejo ação, não gosto de ficar sentada em um grupo não, gosto de ir pra rua, de militar na frente de bala de borracha, bomba de gás, gosto de lutar. Já participei das lutas das Margaridas, já fui pra Brasília, fui muitas vezes pra Brasília também lutar por moradia (Entrevistada 2, GSCCG).

Percebi a partir da prática das organizadoras dos grupos, assim como nos relatos sobre o seu cotidiano, que o trabalho doméstico não é mais um empecilho para que deixem de participar de atividades fora de casa. A divisão sexual do trabalho ainda estrutura a sociedade, assim como a divisão racial e social do trabalho, contudo estas mulheres inventaram formas para conciliar ambas as atividades, seja dividindo com esposos, filhas, netas e até mesmo divorciando-se. Alterações na vida cotidiana que fizeram diferença em como elas estão posicionadas diante às macroestruturas. Possivelmente, a experiência nas organizações comunitárias possibilitou a ressignificação do seu lugar frente a esta divisão do trabalho assim como ressignificaram a própria atividade, que ganhou caráter de atividade coletiva, construída a partir de interesses comuns. Assim como o protagonismo em atividades consideradas públicas e, portanto, valorizadas e a experiência de se enxergar enquanto sujeitas políticas coletivas possibilitaram uma subversão na divisão sexual do trabalho na vida cotidiana destas mulheres.

Tudo isso foi a partir daquele grupo lá no miolo da comunidade de Peixinhos. Peixinhos um bairro discriminado, Peixinhos um bairro esquecido pelo poder público municipal, Peixinhos um bairro também que tem muita riqueza cultural, e foi ali, nesse miolo de Peixinhos onde eu me vi enquanto pessoa, cidadã e mulher responsável pela minha família, responsável por mim, e também pelo bairro e município, e aí fui caminhando pra questão nacional, da 1ª, 2ª, 3ª Conferência Nacional de Políticas para a Mulher, eu estava lá construindo os debates, levando propostas, dando minhas

⁵⁷ As identidades reveladas se referem aos depoimentos que constam no livro sobre o GSCCG, em que os depoimentos aparecem com os nomes próprios autorizadas pelas autoras/fundadoras do grupo.

opiniões, aprovando leis, leis que hoje são excelência para as mulheres, eu estava lá. Então são questões assim que o grupo de saúde, foi a partir dele, né, desse espaço comunitário que estava lá no bairro (Entrevistada 3, GSCCG).

O lugar de moradia tem bastante importância no processo de organização das mulheres populares, assim como o incentivo de outra mulher que convidou, levou, insistiu pela presença de sua companheira.

Então eu comecei no FLAU fazendo faxina no FLAU, lavando, toda sexta-feira tem uma faxina, e como ela não ia pagar em dinheiro me dava uma cesta básica na época, cada sexta uma mãe ia lavava o prédio, educadores e ela dava cesta básica. Era o suporte na época que eu tinha. Quando eu me formei no curso... a gente teve o curso e foi também no Josué de Castro, a gente teve oportunidade de viajar pra outro país, a gente fez muita conferência aqui em Recife, amigas do grupo foram pro Canadá, foram pra Cuba, foram pra vários outros países, e eu comecei a ver o mundo aí [...] “porque você não volta a estudar pra ser a minha estagiária?”, aí eu fui “tá bom, irmã. Então eu vou”. Aí fui, me inscrevi no EJA, na época, pra terminar, tinha parado segundo ano do segundo grau, fiz EJA um ano e meio, aí eu fiz segundo e terceiro ano. Nesse um ano e meio eu fiquei como estagiária do FLAU, aí eu comecei a dar reforço escolar no FLAU, e lá a gente tinha reuniões, tinha que ir pra reunião do Grito dos Excluídos, tinha alguma coisa que a gente tinha que tá discutindo pra... que a gente ia pra esses seminários e repassava depois pra diretoria e pros outros educadores o que a gente tinha visto lá no seminários.” (Entrevistada 7, Turma do Flau).

A escolha em refletir acerca das organizações comunitárias protagonizadas por mulheres nos bairros colocou uma questão conceitual e política. Na revisão bibliográfica feita inicialmente sobre a temática de forma geral, a maior parte dos trabalhos encontrados e dos autores/conceitos citados estava referido aos “movimentos sociais urbanos”. Seja nas pesquisas sobre a década de 1970 ou sobre manifestações contemporâneas, o termo “urbano” em geral é reivindicado. Mesmo “movimentos populares” pareciam se referir a algo “incontestavelmente público”, algo em que não se tem dúvida de quão político é.

Assim, optei por analisar organizações comunitárias protagonizadas por mulheres. Escolhi tratar o fenômeno por esse nome. E entendi que não se trata apenas de nomenclaturas diferentes, mas ainda a análise é de que o primeiro conceito tende a construir a ideia de que estes movimentos acontecem na dimensão estritamente política/pública, tendo como modelo os movimentos sindicais ou partidários, que tiveram grande expressividade no Brasil da década de 1980. Considerando que as sujeitas pesquisadas se referem às protagonistas em organizações comunitárias, se partisse deste conceito/modelo estaria tentando achatar a realidade para fazer-caber a minha investigação. O achatamento seria em vão, pois as experiências pesquisadas não caberiam na dicotomia pública/privada que este exemplo suscita, quando consideradas as relações de gênero, raça e classe.

A organização comunitária de mulheres é tecida da imbricação, tensionamento e, muitas vezes, coabitação das dimensões pública-privada no que poderia ser condensado como vida

cotidiana. Chamar as organizações comunitárias que se desenvolvem em bairros e são protagonizadas pelas mulheres de “movimentos sociais urbanos” como se estivesse atribuindo um maior caráter social ou oferecendo mais importância, no meu entendimento se mostra como expressão da conservação da divisão sexual do trabalho na dimensão teórica e política da produção de conhecimento assim como na luta política. Estaria reproduzindo uma lógica de hierarquia no interior de organizações contestatórias da ordem ou subsumindo a história e dinâmica das primeiras às segundas.

Os grupos pesquisados iniciam a sua organização prioritariamente a partir do espaço do bairro/comunidade e não é “mais” ou “menos” político, social ou urbano por esta razão. No caso dos grupos pesquisados, assim como em tantos outros exemplos de grupos comunitários protagonizados por mulheres no contexto brasileiro, surgiram da articulação com outros grupos de caráter mais geral, ligados à teologia da libertação, teve a sua atuação permeada pelo diálogo com grupos culturais, movimentos de luta por moradia, dentre uma infinidade de outras articulações que proporcionaram a inserção destas mulheres em espaços mais amplos que os bairros que foram a sua porta de saída da casa como lugar possível e porta de entrada numa vida cotidiana mais complexa e arraigada por elementos mais diversos. Organizações políticas que lidam com a condensação das contradições sociais das cidades, da esfera do bairro e das relações familiares.

Patricia Hill Collins, ao falar sobre a realidade das mulheres afro-americanas argumenta que

[...] essas instituições comunitárias negras têm importância vital para o desenvolvimento de estratégias de resistência. Num contexto de segregação racial profundamente arraigada, que persistiu mesmo durante a década de 1960, a grande maioria das mulheres negras estadunidenses não tinha acesso a outras formas de organização política (COLLINS, 2019, p. 186).

No ínterim deste debate, tornou-se recorrente a afirmação de Ammann (1991, p. 17) de que os coletivos que não expressam com todas as letras o seu caráter contestatório frente ao Estado, não poderiam ser considerados movimentos sociais. Assim, grupos de jovens que praticam esporte; clubes de mães que aprendem a costurar; pessoas analfabetas que aprendem a ler; obras; assistenciais ou filantrópicas que se ocupam com populações carentes; agricultores que buscam melhorar suas técnicas agrícolas seriam consideradas entidades de promoção e não de protesto. A minha análise sobre as organizações populares no contexto brasileiro e as suas expressões manifestas nos bairros e mesmo as pautas que perpassam a vida cotidiana quando expressas no contexto urbano mais central é de que não parece possível de serem compreendidas de maneira dicotômica.

Por já haver um consolidado arcabouço teórico que caracteriza os movimentos sociais de um jeito em que não reconheço os grupos aqui pesquisados, optei por utilizar um outro modo de compreender tais organizações, ancoradas na teoria social feminista. As experiências históricas de países latino-americanos assim como o contexto brasileiro demonstram que muitas vezes as dimensões de busca de melhorias e o caráter contestatário estiveram articuladas, o ganho imediato, o protesto, o caráter de subversão atrelado a instituições que historicamente teriam caráter conservador. Quando nos referimos às experiências organizativas de mulheres populares ainda mais. Uma riqueza de elementos e formatos estão presentes e a matemática exclusivista sobre a constituição dos movimentos subversivos ou conservadores não caracteriza este tipo de organização, que a meu ver apresenta uma maior complexidade.

De acordo com Souza-Lobo (1991, p. 223),

[...] a própria reconstituição dos movimentos mostra em que medida a emergência da demanda supõe a formulação coletiva da demanda – que já não é mais uma reivindicação imediata e isolada, mas passa pela construção da noção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político.

Em meu entendimento, a emergência deste sujeito político e a sua legitimação constituem parte significativa das lutas populares no caso brasileiro. Além do que “A prática coletiva emerge da vida privada e a fala guarda a informalidade da conversa. Nesse território a fala das mulheres encontra legitimação” (ibidem, p. 224).

A tensão existente entre a vida doméstica – política constituindo a vida cotidiana destas mulheres é oriunda da constituição das relações sociais na sociedade capitalista racista patriarcal que vivemos mas não é produto de um estica-e-puxa teórico que tente encaixar estas lutadoras de organizações comunitárias em formatos organizados a partir da posição masculina e branca na divisão sexual e racial do trabalho na realidade capitalista periférica. Assim como não é sinônimo de mais “valoroso” ou “digno” aqueles movimentos que se caracterizam como urbanos ou públicos no sentido dicotômico, ao abarcar apenas o “sujeito trabalhador homem branco”, tantas vezes da região sul/sudeste, moldado na experiência do sujeito organizado em partido político, movimento sindical ou apenas o operário. Este “proletário clássico” importado do contexto europeu, que, tinha alguns direitos assegurados, vem extinguindo-se na realidade brasileira desde o golpe parlamentar em 2016 tendo em vista as constantes reformas trabalhistas aprovadas e o aprofundamento da retirada de direitos sociais no governo Bolsonaro.

Souza-Lobo considera que

as novas práticas são, portanto, de um lado, novas formas de organização social e implicam um tratamento particular e próprio da relação entre vida privada e vida

pública. As mulheres nos movimentos populares estavam colocadas no limite dessa relação. Para elas a privacidade confundia-se com as necessidades de ordem social e a formação de novos espaços permitia práticas que articulam as várias esferas da experiência cotidiana (BLONDET, 1984 apud SOUZA-LOBO, 1991, p. 225).

O resgate de Araújo (et al, 1993, p. 39) me leva a refletir sobre o protagonismo das mulheres nas lutas da comunidade de Cabo Gato/Peixinhos assim como sobre o silêncio que envolve a constatação de que uma passeata protagonizada por mulheres seja facilmente mencionada como uma genérica manifestação.

Outra tática para forçar o governo a tomar decisões mais próximas das reivindicações dos moradores foi a realização de uma passeata em 1980, que saiu do Conselho de Moradores de Cabo Gato indo até o Palácio do Governo (Campo das Princesas – Recife), como conta dona Maria Galega: ‘aí fizemos uma passeata com 230 mulheres e 3 homens, com as panelas na mão, vassouras velhas e crianças.’ [...] Pra gente sair nessa passeata, a gente lutou muito, por mais de dois meses, não foi dizer assim que anunciou a passeata e saísse com ela não. Porque um se organizava, outro se organizava, um dizia: Eu não vou, porque eu tenho medo, eu não vou porque eu vou trabalhar [...] pra poder a gente fazer essa passeata foi embora dois meses, mas saímos (idem, p. 94).

Possivelmente esta ação deve ter sido divulgada pela mídia como se os sujeitos protagonistas fossem o ser humano genérico masculino. Porém, sabemos que se foram 230 mulheres da comunidade de Cabo Gato, se referem principalmente à mulheres negras moradoras e construtoras deste território, que se organizaram durante meses, para saírem às ruas reivindicando melhores condições de vida para elas e as famílias de sua comunidade. E, certamente a dificuldade no tempo para conseguirem uma data possível que aglutinasse tantas mulheres tem relação com o fato de que estas mulheres continuam sendo as principais à ocupação de atividades informais e parciais, assim como as principais a realizarem o trabalho doméstico e de cuidados. Atividades desprotegidas do ponto de vista de direitos sociais e/ou sindicais e o esforço em conciliar as atividades remuneradas e não-remuneradas além da militância política.

Concordo com Gohn (1985, p. 46) acerca de que os movimentos se expressam “através de um conjunto de práticas sociais nas quais os conflitos, as contradições e os antagonismos existentes na sociedade constituem o móvel básico das ações desenvolvidas.” De modo que expressam “a consciência possível da classe que representa.” Compreendo que a organização comunitária de mulheres está permeada de contradições a nível de relação entre os grupos e o Estado (destinatário, adversário, aliado), entre as integrantes e suas relações com a população moradora da comunidade, assim como entre as mesmas e suas relações familiares. Historicamente, a organização comunitária das mulheres no contexto brasileiro está permeada pelos antagonismos em relação às dimensões de gênero, raça, classe.

O depoimento de uma militante histórica das lutas do bairro do Ibura, encontrada no trabalho de Emanuelle Pinto (2011, p. 59) expressa o que para nós pode ser considerado exemplo da complexidade deste tipo de organização popular:

[...] porque naquela época era difícil mulher ser ouvida e marcar a audiência e a COMPESA não vinha nas comunidades. Audiência com a Prefeitura, COMPESA, com quem fosse! Era difícil. E o que a gente fazia? Sempre levava um padre com a gente, que era pra poder ele marcar as audiências. Porque se fosse mulher que marcasse não era atendida (Informação verbal).

Como estratégia para serem atendidas as suas reivindicações buscavam apoio na posição influente do padre (figura masculina e patriarcal) para conseguirem agendar reuniões e ter o direito a reivindicar as melhorias para o bairro, que a elas não era creditada. Daí emergirem uma série de tensionamentos neste aspecto patriarcal do chefe religioso que muitas vezes cumpriu o papel de coordenar os clubes de mães, as Cebes, sugerindo a indagação sobre a possibilidade de tais organizações conterem algum germe de feminismo ou apenas reproduzirem características destas instituições (igreja, estado, família) conservadoras. Situações que poderiam parecer ambivalentes mas que demonstram táticas assertivas para se chegar nos objetivos estratégicos.

Outro aspecto intrigante deste tipo de organização se refere a capacidade de reivindicar, construindo o que se almejava com as próprias mãos. Segue outro relato da mesma militante do Clube de Mães do Ibura da pesquisa citada anteriormente:

quando o curso estava acontecendo, no decorrer do curso, a gente, uma vez por semana, parava o curso, fazia uma reflexão, lia o evangelho. Entendeu? Para poder conquistar o povo para a luta. Botou alfabetização pra adultos. E aí não tinha dono, como não tem até hoje. [...] Depois de 8 anos que tava com alfabetização, a gente descobriu de que não era o nosso papel, a gente tava fazendo o papel do Governo e da Prefeitura. Aí a gente passou dois anos para conscientizar as mães, fazer essa reflexão com eles. Depois de dois anos, *a gente conseguiu parar a alfabetização e lutar pelo uma escola.* [...] Não tinha nenhuma escola municipal aqui (Informação verbal) (PINTO, 2011, p. 59, grifo nosso).

Este depoimento parece elucidativo da tensa relação entre as organizações comunitárias e o papel do Estado. Como muitas vezes as mulheres populares além de reivindicarem melhorias construíram seus próprios bairros, casas, calçaram ruas, alfabetizaram a população, realizaram exames e tratamentos de saúde, dentre várias outras ações de benefícios para a comunidade a que são muito mais que moradoras, construtoras deste espaço e sociabilidade.

5.1.2. Relações de Gênero, Raça e Classe na Construção do Grupo e com o Movimento de Mulheres e Feministas

A pergunta inicial que fiz na presente pesquisa, assim como objetivos e hipóteses “não contavam” com a emergência da dimensão racial, ou melhor a “pressupunham” na referência às mulheres populares. No entanto, a literatura percorrida à tentativa de afirmação da tese me fez chegar a algumas outras perguntas. Aliás, estavam pressupostos no conceito do nó construído por Saffioti acerca do racismo-patriarcado-capitalismo, em que a autora afirma como estruturais as três dimensões, contudo não desenvolve suficientemente a análise a partir da dimensão racial, quanto o faz em relação às outras duas dimensões. Assim como não estava evidenciado no conceito de divisão sexual do trabalho de Hirata e Kergoat. A análise do campo destacou a divisão racial do trabalho e do território, muito bem definidos por Lélia Gonzalez, assim como às noções de diáspora africana, organização dos quilombos, a partir de Beatriz Nascimento, epistemicídio através da obra de Sueli Carneiro, o papel das Ialodês, pela tese de Jurema Werneck. O desafio colocado portanto na construção do diálogo entre as perspectivas do feminismo popular, materialista, negro.

No percurso da escrita novas perguntas se colocaram: minha pesquisa tem como foco a experiência das mulheres negras? Ou a investigação acerca da organização de mulheres populares? E fui percebendo que mesmo que nem todas as mulheres entrevistadas assim como nem todas as que vivem nos bairros periféricos a que pesquisei sejam negras (e não o são), é possível afirmar que elas estão no lugar social destinado às mulheres negras e homens negros na região metropolitana de Recife: a margem, a marginalização e a marginalidade. Ou seja, na divisão racial do espaço geográfico estão no lugar em que vive a maioria da população negra. A constante tensão entre se mover em território demarcado por tantos agentes, sendo as mulheres também uma dessas agentes, faz com que as mulheres estejam se movendo e as suas comunidades movam-se conjuntamente. Aqui, nesta tese, o que estou interessada em discutir é como as mulheres movem as suas comunidades e se movem. De que jeito? E que percurso foi feito por estas mulheres desde a sua inserção e permanência nos grupos a que fundam e organizam, portanto ao longo do início da década de 1980, até os dias atuais? Nestas três décadas o que mudou na sociedade? Nas periferias da RMR? Na vida e trajetória das fundadoras e organizadoras dos dois grupos comunitários pesquisados? E na vida das mulheres do bairro?

Primeiramente é importante destacar que as fundadoras continuam organizando os grupos, o que chama atenção, tendo em vista que é muito comum observarmos a descontinuidade da trajetória das mulheres na organização política (fora do bairro) assim como

no trabalho (fora do bairro). Afirmando que a comunidade, a família e a busca de transformação social e melhorias fazem com que estas mulheres não desistam da organização política. E o bairro aparece como lugar possível de fazer caber mais de três décadas de organicidade, obviamente entre espaçamentos, idas e vindas, neste movimento dinâmico em relação à própria vida e lugar de moradia. No caso da RMR, que foi a terceira cidade do Brasil mais africanizada, portanto mais negra, isso está muito relacionado ao contexto de diáspora africana. A transmissão oral, o importante lugar da música em toda e qualquer atividade e a continuidade enquanto sobreviventes de uma história que tentou apagá-las. A cartografia percorrida e o percurso pela cidade, saídas e permanências, realocações, ocupações e autoconstrução de lugares para viver, muitas vezes de forma autônoma, tantas outras conquistadas a partir de lutas pelo espaço urbano.

Dito isto, neste tópico, proponho discutir os atravessamentos das relações de gênero, raça e classe na construção dos grupos pesquisados assim como a percepção das integrantes sobre os movimentos de mulheres e feministas e a relação destes com as organizações comunitárias.

Em relação a participação em movimentos comunitários e movimentos de mulheres e/ou feministas, todas as entrevistadas (07) demonstraram boa receptividade e afirmaram que os dois devem caminhar juntos, as mulheres devem lutar pelas reivindicações gerais, assim como as pautas referentes a direitos iguais, ao direito a uma vida sem violência devem ser lutas encampadas por todos. Argumentaram, entretanto que para alcançar tal objetivo se faz necessário que sejam dados passos que construam a possibilidade real desse tipo de movimentação.

É, eu acho que as pautas gerais mobilizam mais. Pra mobilizarmos somente a pauta das mulheres terá que ser um processo de construção e é um processo lento. Quando você traz pra pauta do dia a questão da água, por exemplo, isso mobiliza muito. Porque é algo sentido ali, é algo palpável, né, digamos assim, que as pessoas sentem necessidade. Quando você fala da luta das mulheres de uma forma específica, isso não atrai muito porque todo mundo tem na cabeça que mulher é igual a homem, que homem é igual a mulher, sabe, e por que não faz grupo de homem também? Essa é a primeira pergunta. Então isso tem que ser uma coisa que pode perpassar por dentro dessas temáticas mais gerais de uma forma muito, sabe, muito cuidadosa, digamos até, e penetrando devagarinho até se ter uma consciência que é necessário. Então, acho que os temas mais gerais são os temas que agrega mais, isso agrega não só a comunidade, isso agrega as organizações sociais que tem 'em torno', se o grupo de saúde puxar uma luta né, um tema pra uma luta que seja geral e convocar outras organizações pra tá perto na discussão, as organizações chegam, mas se o grupo puxar uma discussão sobre feminismo o grupo de trabalho com crianças e adolescentes não chega junto, o grupo que trabalha com a cultura não chega junto, fica só no miolinho do grupo. Então ou teríamos que ter os grupos que pensam em ampliar as discussões do feminismo na comunidade, deveriam ou poderiam agregar em outros temas maiores, pra introduzir o feminismo por dentro dessa discussão (Entrevistada 3, GSCCG).

A fala de todas as entrevistadas traz muito o sentido da prática, da ação. Demonstraram entusiasmo com os movimentos de mulheres e feministas, assim como concordância com as lutas feministas, contudo apresentam que é preciso ter uma mediação ao introduzir as temáticas feministas, principalmente nos temas considerados polêmicos. Partem de um exemplo em que elas discordaram de como foi abordada a questão da divisão sexual do trabalho em determinado momento de reunião na comunidade, há algumas décadas, em que grupos feministas estiveram assessorando o GSCCG.

Lembro, porque era assim, “a mulher não tem que lavar a roupa do homem, a mulher não tem que fazer um café pra ele, a mulher não tem que fazer aquilo, a mulher tem...”. Então, já um tipo de dando ordem, já era um tipo de opressão também. [...] Aí nesses questionamentos eu ficava meia cabreira, “oh”, porque chegava muito pra ditar, “não pode isso, não pode aquilo”, como não pode? Sem uma reflexão mais ampla, como é que eu faço, como é que faz, desde quando tu acha que isso, que aquilo, deixa as pessoas aos poucos ir refletindo, e afastava as pessoas, afastava as pessoas (Entrevistada 1, GSCCG).

A entrevistada demonstra indignação sobre a forma que agentes externas à comunidade, cheguem na reunião do grupo “explicando” como –elas mesmas– as mulheres populares devem viver. Esta forma relatada pelas entrevistadas parece reproduzir aquele velho esquema do feminismo, quando é trazido de um contexto na tentativa de encaixá-lo em outro. Em meu entendimento os conceitos analíticos da teoria/movimento feminista devem servir para que possamos compreender o funcionamento da sociedade, seus mecanismos, ajude a interpretar os fenômenos sociais. Obviamente, esta mesma teoria serve para analisar relações interpessoais, sejam elas relacionadas a nós mesmas ou a terceiros. No entanto, não compreendo que se trate de um manual de instruções para “um agir feminista”.

O incômodo relatado pela fundadora me pareceu devido à imposição de que nenhuma mulher deveria lavar a roupa do marido, como uma regra. Esta atitude foi considerada autoritária e as mulheres sentiram o ímpeto de afastarem-se. Penso que lavar a roupa do marido pode ter significados inteiramente diferentes para as militantes que participaram deste debate. Pode ter diferenciados sentidos, caso a experiência de classe, raça, sexualidade sejam diferentes entre as mulheres de ambos os grupos. Possível imaginar por sua narrativa, que poderia ter sido um tema trabalhado na discussão, para o exercício do diálogo, possíveis entendimentos e discordâncias. Poderia ter soado como uma análise por parte da integrante do GSCCG de que o feminismo não tem a ver com a vida dela e que, portanto, ela não deveria dar atenção a esse tipo de coisa. Contudo, pelo fato dela ter uma trajetória de vida e militância que perpassava o feminismo continuou tendo afinidade com este movimento.

O que é que tem eu que a minha amiga gosta de lavar a roupa do marido dela? “ah, não tem que lavar, quem tem que lavar é ele”, não, se ela gosta de fazer, ela deve fazer

as coisas pro marido dela. Eu não quero mandar na vida de ninguém, eu só quero só a amizade da minha companheira [...] Eu acho que dá pra juntar as duas coisas. Eu nunca consegui separar as coisas. Mulher feminista tem que ser prum lado, e movimento social tem que ser por outro, não, pra mim dá pra encaixar as duas coisas, porque eu acho que os problemas não é só da gente não, nem os dela é só delas não. É a mesma coisa, eu acredito que seja (Entrevistada 2, GSCCG).

Dentre as várias diferenciações entre estes movimentos em relação a temas ligados às relações familiares/conjugais, ao papel das mulheres na comunidade, ao trabalho doméstico não remunerado e remunerado, destaco a mediação feita por Jurema Werneck. Em sua tese de doutorado, escreve sobre o papel das Ialodês no território musical da cultura popular. É bastante elucidativo do ponto de vista de que a capacidade e o alcance das atividades realizadas pelas mulheres negras na cultura ancestral africana possibilitavam às mulheres negras importante papel no interior de suas comunidades. Foi bastante reconhecido o seu papel de interlocutoras, negociantes, mediadoras.

Ou seja, para além das afirmações de liderança e ação política das mulheres negras, Ialodê afirma também sua presença nas coisas mundanas, porém não domésticas. A rua, o mercado e a cidade são seus espaços, territórios do protagonismo feminino. Espaços estes que o patriarcado buscava vedar às mulheres, confinando-as à esfera doméstica apenas. As histórias citadas acima destacam também a ação insubmissa das mulheres para resguardar o poder e a liderança diante do avanço do patriarcado (WERNECK, 2007, p. 69).

Em texto anterior, a autora afirma que,

[...] Ialodê era, entre os iorubas, a representante das mulheres, uma líder comunitária que tinha como função zelar para que os interesses das mulheres e de toda comunidade fossem atendidos. Nos dias de hoje, outras mulheres possuem esta mesma tarefa. Somos quem zela pela comunidade, pela família, pelas crianças, quem cuida dos doentes. Refazer trajetórias éticas significa também buscar a auto-proteção, a proteção de nossas crianças e de toda a comunidade. Herdamos o axé de ser o que somos. E o legado que deixaremos para o futuro é fundamentalmente uma decisão nossa (WERNECK, 2000 apud CARNEIRO, 2005, p. 321).

Assim, pela cultura ancestral o papel das Ialodês e das mulheres negras em sustentar, manter, prover as suas comunidades é um papel importante, valorizado e imprescindível à continuação do território e das gerações mais novas. É um lugar reconhecido e prestigiado, função de grande importância. Representante das demandas comunitárias, portanto das mulheres que vivem e constroem as comunidades. Decorre daí a possibilidade de uma análise racializada assim como que compreenda a divisão entre as classes sociais no sentido de que a divisão sexual do trabalho e a relação com o espaço público e mercado de trabalho apresenta diferentes marcadores e, portanto distintas experiências.

A sagacidade das mulheres populares, como sendo requisito necessário quando se tem que aprender rápido a executar diversas tarefas, em que errar pode significar colocar em risco à própria existência e dos seus. Desde o cálculo pra fazer caber a alimentação pra toda família,

muitas vezes com salários reduzidos, a logística de limpeza da casa, roupas, familiares, preparação dos alimentos com água na torneira uma vez na semana, conciliar que os filhos estudem, trabalhem e zelar para que não sejam assassinados por milícias, além do jogo de cintura entre as atividades remuneradas, organização comunitária, sociabilidade, tempo para lazer. Este tipo de saber não é reconhecido na sociedade em que vivemos.

Em nossa formação social brasileira, a presença massiva das mulheres negras se deu a partir de sua escravização e conseqüentemente da gradual e secular degradação de sua posição social. Estiveram como personagens que participavam ativamente da sociabilidade na vida doméstica das famílias das classes dominantes, a exemplo do histórico papel das amas-de-leite, mulheres escravizadas de ganho, que realizavam o trabalho da amamentação, cuidado dos filhos dos senhores, o trabalho doméstico de reprodução da vida, assim como a coação sexual realizada pelos mesmos senhores ou seus filhos. Assim como estiveram igualmente presentes na vida pública, escravizadas do eito, trabalhando nas lavouras ou vendendo produtos nas ruas das cidades⁵⁸, contribuindo para a economia do país.

As reflexões da Entrevistada 1 e Entrevistada 2 acerca de suas críticas em relação à postura de um grupo que veio de fora querer imprimir um jeito a ser seguido pelas mulheres da comunidade remeteram também ao debate feito por Sonia Alvarez, Moema Viezzer e outras feministas latino-americanas diante o fato histórico de que nestes países, o movimento social feminista se construiu de um jeito próprio, conformado por elementos, tais como a repressão autoritária do Estado e a miséria. As lutas com expressiva participação das mulheres estiveram entre os debates nas comunidades eclesiais de base, clubes de mães, enfrentamento ao alto custo de vida, movimento por anistia, por creches, nos movimentos de saúde e moradia. Estas questões que atingem de imediato a vida das mulheres e suas famílias parecem continuar sendo temas aglutinadores nos meios populares, principalmente devido ao fato de que o estado brasileiro nunca concretizou reformas estruturais que alterassem a vida do povo, de modo a muitas vezes serem coincidentes reivindicações do contexto atual aquelas que mobilizaram amplas camadas na década de 1970.

Assim, o conflito instaurado entre o grupo feminista que “veio de fora” assessorar o GSCCG parece expressar a forma como o movimento feminista chegou ao contexto brasileiro.

⁵⁸ “Esta posição estratégica e seu grau de influência foi assinalada pelos pesquisadores Micol Seigel e Tiago de Melo Gomes, em seu artigo “Sabina das Laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930”. Neste artigo, a figura central é uma mulher negra liberta e vendedora de laranjas, Sabina, que trabalhava à frente da Faculdade de Medicina, instituição nacional de grande prestígio, localizada na parte central do Rio de Janeiro” (WERNECK, 2007, p. 60).

Ou seja, fosse pela condição de autonomia ou pela posição de dona-de-casa tentou-se adaptar à realidade brasileira formas de vida típicas de países de capitalismo central, no período considerado de bem estar social. Contudo, a realidade no nordeste e, especificamente, na região periférica da cidade do Recife está permeada e protagonizada por camadas de mulheres da classe trabalhadora em que o histórico de serem os pilares, as bases das comunidades são afirmativas que se mantêm verdadeiras. Este papel é positivado. Assim, que sentido teria esse de um grupo de mulheres de “fora do bairro” chegar e apontar o que deveria ou não ser feito, se o grupo de moradoras do bairro de Peixinhos está há décadas e mais décadas construindo um jeito possível de viver as suas dores e alegrias?

Este último relato da Entrevistada 2 demonstra um conteúdo de aproximação com o feminismo, mas também uma diferenciação. Quando ela argumenta “[...] porque eu acho que os problemas não é só da gente não, nem os dela é só delas não”, parece existir uma percepção de que é legítimo que lutem juntas mas que são dois grupos diferentes. Além disso, o depoimento da Entrevistada 1, liderança imersa no trabalho junto às mulheres populares, parece indicar um passo-a-passo que pode ser materializado a quem quer realizar o trabalho de debate ideológico. Parece indicar uma metodologia para tal aproximação e potencial aprofundamento para um trabalho mais longo e permanente no dia-a-dia na comunidade.

Assim, os conceitos de divisão sexual do trabalho e o novo capitalismo-racismo-patriarcado são importantes e diria necessários para o entendimento das relações sociais, considerando que estas estruturas ainda estão vigentes. Avalio que seja um desafio a partir destas chaves de análise que ajudam a compreender a realidade, mobilizarmos situações que positivem o agir das mulheres populares e das mulheres negras. Ou seja, para além da constatação da dominação sobre o sujeito coletivo mulheres e da necessidade de superação desta opressão, que práticas nas relações cotidianas contribuem e ampliam a sua agência?

Considero um desafio que diferentes áreas de discussão se proponham a questionar seus próprios mecanismos de conservação destas estruturas. Existe uma considerável literatura que aborda o racismo e seus mecanismos de silenciamento e que pouco é encontrada nos debates que não estão delimitados pela análise das relações raciais ou estudos sobre raça.

O que pensa a intelectualidade branca deste país, mesmo quando se julga propensa à transformação radical de nossa sociedade? Como achar possível conhecer de forma profunda a nossa formação social ignorando não apenas o fundamental personagem da população negra tanto quanto o pungente pensamento negro brasileiro? Quando intelectuais clássicas do porte de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento serão consideradas autoras que explicam a realidade brasileira? Quando serão consideradas, pela intelectualidade branca, imprescindíveis ao

entendimento do mundo e das relações sociais de forma ampla? Ou quando enterraremos o mito da democracia racial dentro de nós mesmos e das organizações que se reivindicam à esquerda? Admitindo, portanto, que nenhuma mudança radical e profunda acontecerá efetivamente em nosso país, enquanto desconsiderarmos de nossas análises a realidade de mais da metade da população brasileira, na tentativa de denegar o seu passado e o seu futuro. No Brasil do ano de dois mil e vinte e um, ser considerado um clássico ainda é privilégio da intelectualidade masculina branca, com algumas mulheres brancas ocupando estas brechas da história e uma brutal ofensiva que tenta silenciar sobre a agência das mulheres negras. Não obstante, ainda haver o sexismo entre os intelectuais negros que pouco consideram o pensamento das mulheres negras à construção de suas próprias teorias, assim como não recorrem às intelectuais brancas, tendo como principais interlocutores o pensamento branco masculino, seja para criticá-lo ou reforçá-lo.

De acordo com Maysa Carvalhal,

o racismo é uma racionalidade que atua política, econômica e subjetivamente na estruturação das relações sociais, seja na violência estrutural do projeto genocida de Estado que promove uma política penal de extermínio da juventude negra, seja nos deslocamentos forçados desde as rotas do Atlântico, seja na subalternização econômica pós-falsa-abolição, seja na negação de pertencimento, de humanidade, no apagamento subjetivo e cultural dos povos em diáspora (NOVAIS, 2020, p. 177).

Prossegue a autora, em diálogo com Achille Mbembe (2017) “Entendendo que o racismo é uma ferramenta dotada de materialidade e historicidade”, apreende-se atualmente que “a história do racismo é a história do capitalismo, uma história de submissão dos corpos, objetificação dos seres como coisa/ mercadoria e esse argumento endossou carnificinas como a escravidão, a colonização e o apartheid” (NOVAIS, 2020, p. 177).

Neste sentido, conceitos tais como o de Ialodês, trabalhado por Werneck (2007), Autodefinição, Intelectuais Negras teorizado por Collins (2019) e outros conceitos que resgatam a histórica agência das mulheres negras, parecem fortemente impulsionadores e incentivadores de práticas que se oponham ao fortalecimento das desigualdades de raça, classe e gênero. No sentido ideológico quanto político.

Os argumentos das entrevistadas me fez refletir acerca do que bell hooks (2019, p. 39) discute sobre as feministas brancas acreditarem que vão trazer “‘a’ análise e ‘o’ programa de libertação” para as mulheres negras. Apesar da autora estar se referindo ao contexto norte-americano e à tensão existente entre os dois grupos citados, considero possível fazer um paralelo à realidade brasileira.

Considero importante o diálogo entre a chave analítica da divisão sexual do trabalho que investiga as relações entre os grupos sociais de mulheres e homens conjuntamente às chaves de análise construídas por pensadoras feministas negras, que partem em geral do entendimento da diáspora africana e, portanto de uma cultura e história anterior a atual e buscam compreender o lugar das mulheres dentro do território como dentro do grupo a que elas são “vigas” de sustentação, ou seja, as comunidades onde moram. Reiteram e legitimam este lugar como sendo historicamente de valorização das mulheres, de respeito e legitimidade. Segundo Audre Lorde (2019, p. 46) “O lugar de poder da mulher dentro de cada uma de nós não é claro nem superficial; é escuro, é antigo e é profundo”.

Ainda em diálogo com os ensinamentos de bell hooks, quando ela afirma que

Não entendem nem podem sequer imaginar que as mulheres negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situação de opressão, geralmente tomam consciência das políticas patriarcais através de sua própria experiência, desenvolvendo também, por isso, estratégias de resistência (ainda que sem uma base organizada e firme) (hooks, 2019, p. 39).

A consciência da opressão sendo gerada pela realidade concreta assim como as suas formas de contestação sendo também construídas a partir do possível dentro da particularidade das situações de vida de cada uma.

Assim, se coloca como questão para a investigação o fato de que se para as teorias pós-estruturalistas ou pós-modernas o discurso fundaria a realidade, percebo que no contexto brasileiro o sujeito político mulheres tem sido o elemento gerador de ações coletivas e existência concreta, assim como a experiência coletiva das donas de casa e/ou mães⁵⁹ em movimento nas organizações populares. O sujeito político coletivo mulheres na realidade dos movimentos populares brasileiros, em que a despeito de seu protagonismo enquanto grupo de mulheres nem sempre se autopercebe a partir desta análise.

Souza-Lobo (1991, p. 235) em contundente crítica afirma que

As mulheres só são incorporadas à sua organização e, portanto, a uma relação com o Estado, porque são (potencialmente) mães. A história lhes atribui, sempre porque mães, um lugar importante na luta de libertação nacional, contribuindo fortemente para tornar impensável um posicionamento outro das mulheres que, caso contrário, arriscariam pôr em perigo a noção fundamental de incompletude.

Antes da questão acerca da existência de um feminismo sem mulheres, seria possível indagar sobre a ação coletiva das mulheres brasileiras sem necessariamente estar aportada ao entendimento teórico do feminismo. E, casos em que é justamente este elemento simbólico o

⁵⁹ A quantidade de grupos de mães organizadas na luta por justiça social, a partir de terem tido seus filhos assassinados pelas milícias é expressiva. Os protestos são constantes e em muitas regiões do país, acontecem principalmente nas comunidades e bairros periféricos.

catalisador das mobilizações. Arrisco afirmar que, na experiência brasileira, o fundamento teórico clássico não cumpriu efeito de elemento organizador de extensas camadas de mulheres da classe trabalhadora, assim as mulheres protagonizaram diversas lutas massivas, independente de identificarem-se com esta caracterização.

Quando se caracterizam como feministas, como foi o caso da maioria das entrevistadas, definem feminismo a partir de sua própria prática feminista e do grupo de mulheres de sua convivência.

No tempo em que estive acompanhando os dois grupos percebi que para elas não havia essa dicotomia entre “pautas feministas” e “pautas econômicas” como se fossem coisas diferentes e mesmo afirmavam que a luta deveria ser uma só, a luta das mulheres pelo fim das injustiças deveria ser de todos e não apenas dos movimentos feministas.

Assim, ao afirmar a hipótese de que a particularidade da formação social brasileira possibilita que a centralidade e permanência das mulheres nas lutas sociais aconteça especialmente a partir das organizações que compõem a vida cotidiana e os territórios e referem-se a pautas que perpassem a possibilidade real de alcançar vitórias concretas que serão usufruídas no tempo presente-cotidiano das mulheres, junto a suas famílias e comunidades coloca em tensão duas perspectivas.

As correntes feministas, mesmo quando não se configuram enquanto hegemônicas, como é o caso do feminismo marxista, socialista ou materialista tendo em vista que a sua existência insurge contra os feminismos hegemônicos nos países em que foram construídos, a meu ver precisam dialogar com elementos próprios das regiões em que estão sendo incorporadas. Ainda assim, mesmo se colocando em contraposição às posições hegemônicas no que se refere às relações sociais de classe, raça e gênero estão construídas a partir de marcos teóricos de seus próprios contextos ocidentais e especificamente das formações econômicas, históricas e políticas dos territórios/países em que foram formuladas. No caso do movimento teórico e político feminista refere-se aos países europeus e norte-americanos. Estes partem do lugar negativado, porque desvalorizado, do trabalho e atividades das mulheres enquanto mães ou lideranças de movimentos que de alguma forma estejam identificados ao “tradicional” (para a divisão sexual do trabalho do sistema capitalista) lugar social das mulheres. Daí decorrem algumas questões. Se estiverem apartados das dimensões de raça e classe, estes conceitos não alcançam a realidade das mulheres negras e indígenas, portanto, populares dos países latino-americanos e mesmo do contexto brasileiro.

Os feminismos latino-americanos, feminismos africanos, feminismos negros, feminismos populares estão tentando se construir a partir do reconhecimento da história

ancestral africana, das experiências transatlânticas, das culturas populares daí provenientes, do reconhecimento do importante papel das Ialodês (no caso das mulheres negras). Reconhecem a importância destas lideranças como grande referência à vida coletiva de suas comunidades, de seus povos. Partem do entendimento da possibilidade de um lugar positivado em relação a estas mulheres e apostam na mobilização a partir de temas comunitários. Ao resgatarmos a história da mobilização das mulheres no contexto brasileiro, nos encontraremos com exemplos de guerreiras (que eram também mães) e organizavam quilombos, as mulheres mães que se organizaram nas campanhas do alto custo de vida, as mães da periferia que tiveram seus jovens filhos assassinados pelo Estado e lutam por justiça social⁶⁰.

No contexto brasileiro e, possivelmente nos países latino-americanos que experienciaram o processo de colonização, as mulheres se mobilizaram a partir do seu lugar nas comunidades em que não são apenas anônimas partícipes, antes ainda são construtoras, vigas-mestras. As mulheres negras podem parecer invisíveis nas funções mais desvalorizadas social e monetariamente nos centros urbanos, contudo não passam despercebidas em suas comunidades. Nestas, o seu papel é importante e reconhecido⁶¹.

Se faz importante o diálogo entre estas perspectivas na construção de um feminismo materialista popular, que seja efetivamente antirracista e construído a partir de nossos próprios parâmetros e referências do contexto brasileiro. Considerando as organizações comunitárias, movimentos negros e outras organizações sociais.

Outro ponto destacado foi lançado a partir da fala de uma das missionárias, em que ela questiona “se eu me casasse eu seria limitada talvez a um número de filho e um marido, né? Não sei. Mas hoje eu participo assim com muita liberdade, todas as vezes na minha vida que eu chegasse a ser jovem de novo eu seria novamente religiosa, freira.” (Entrevistada 5, Turma do Flau). A questão que chamou atenção se refere à diferença entre os relatos das entrevistadas que já foram casadas. Associado à ausência de vida conjugal, as missionárias relataram uma

⁶⁰ Em relação à violência contra a população negra, Maíra Brito (2020, p. 148) compila e discute alguns dados: “Todos os anos, documentos como Mapa da Violência e Atlas da Violência comprovam que o extermínio da juventude negra é a principal frente do genocídio da população negra. O Atlas da Violência 2019 mostrou que, entre os anos de 2007 e 2017, foram registrados 618 mil homicídios (IPEA; FBSP, 2019). Desse total, 91% das vítimas são homens e 55,0% dos homicídios dos homens (41,7% das mulheres) acontece na faixa etária entre 15 e 29 anos (Ibidem). Quando observado o padrão de vitimização de acordo com raça/cor, encontram-se 73,1% de homens negros e 63,4% de mulheres negras como vítimas desses homicídios (Ibid.). O Brasil segue enterrando jovens-homens-negros com uma eficiência impressionante, entretanto, infelizmente, também tem aplicado sua política de morte com muita eficácia a outros grupos, como mulheres e crianças.”

⁶¹ Aqui poderia ser feito um debate acerca das diferentes formas a que o pensamento feminista negro e o feminismo materialista compreendem a expressão do sujeito político mulheres e seus desdobramentos, a exemplo das lutas em que as mulheres reivindicam a partir de seu lugar de mães, esposas, etc. A pertença a um coletivo, no caso a comunidade, família ou qualquer outro é discutida de diferenciadas maneiras por estas duas perspectivas teóricas. Fica como questão para uma próxima pesquisa.

total disponibilidade para o trabalho comunitário, sem impedimento quanto a horários, finais de semana. O sentimento do grupo como uma grande família, mas sem a presença do “chefe” de família e suas hierarquias.

Ambas se dedicam aos estudos, visitam com frequência famílias do bairro, participam de inúmeras atividades relacionadas às organizações de que fazem parte, assim como se fazem presentes em diversos fóruns da RMR. A ausência de tempo ou exposição à violência direcionadas a elas no ambiente doméstico também é um dado diferenciado, tendo em vista a posição que Recife ocupa no ranking nacional. Sobre episódios de violência, os relatos foram sempre em terceira pessoa, ora se referindo à violência doméstica que acometem mulheres do bairro, ora a violência policial sobre os jovens ou entre grupos rivais entre si.

Assim, esse aspecto do antagonismo nas relações sociais de sexo para elas não apareceu com a mesma intensidade que observei nos relatos das militantes do GSCCG em que a vida conjugal/doméstica estava preenchida por esse tensionamento. As relações sociais de modo geral estão compostas por este conflito no sentido de que o patriarcado é um dos pilares da estrutura da nossa sociedade, contudo a dimensão conjugal esteve recorrentemente exemplificada pelo grupo maior de moradoras mobilizadas pelas missionárias. Quando uma começava a se ausentar consecutivas vezes, logo as participantes presentes afirmavam que deveria ser algum problema com o marido. Este aparecia como a primeira justificativa da ausência das mulheres nas reuniões comunitárias. Algumas retornavam depois de semanas, outras mesmo sob telefonemas e visitas não voltaram à participação no grupo. Como a heteronormatividade⁶² é hegemônica na realidade brasileira, a figura do marido apareceu repetidas vezes como um empecilho ao crescimento político, à autodefinição pessoal assim como à identificação enquanto sujeita política, a outras mulheres da comunidade. O que não significa dizer que estas mulheres não desejem estar casadas, mas que percebem a ambivalência do exercício da vida conjugal em suas próprias vidas e de suas vizinhas ou familiares.

A convivência com ambos os grupos, GSCCG e TF apresentou o dado de que mesmo que as militantes vivam no mesmo bairro que as participantes menos orgânicas, o que traz por um lado um contexto social semelhante no sentido da dificuldade em acessar direitos básicos fundamentais relacionados ao território, tais como saneamento básico, saúde, educação, emprego, dentre outros, a consciência que as integrantes têm possibilitam que suas vidas se pautem de forma diferenciada. A dimensão e a resolução dos conflitos aparecem de forma

⁶² Sobre o tema, ver: Oliveira, Luana Farias de. Imposição hétero, interdição lésbica: a heterossexualização de mulheres. Universidade Federal da Bahia, 2020.

mediada à questões da vida política e coletiva. E, mesmo certas situações relatadas ficaram em seus passados, como elas mesmas disseram, no sentido de que hoje conseguem ter uma autonomia maior no sentido de decidir em que valores as relações que estabelecem devem estar pautadas assim como em encerrar relações que ultrapassem o limite do que consideram saudável para si.

O objetivo desta pesquisa indicou o sujeito donas de casa como sendo de importante consideração em nosso contexto brasileiro. Como entender a existência deste sujeito considerando a experiência concreta brasileira, tendo em vista que o surgimento deste sujeito político quanto sujeito a ser pesquisado em geral é associado aos países capitalistas centrais no período de bem estar social.

No entanto, a maioria das entrevistadas, assim como as sujeitas protagonistas da organizações comunitárias nos expressivos momentos de movimentação popular, levam à direção de que as mulheres pobres das periferias nas capitais brasileiras não só assim se identificam, como foram o sujeito a circundar o contexto das comunidades eclesiais de base, movimentos contra a carestia, luta por creches, por anistia, pela saúde e outros direitos básicos. Todas as principais campanhas mobilizadoras de amplas camadas populares, contaram com o protagonismo das mulheres destas camadas. Por razões anteriormente mencionadas, tais como conhecer minuciosamente o lugar, ter interesse em transformá-lo e condições objetivas de estar a maior parte do tempo no bairro, muitas das protagonistas das organizações comunitárias se caracterizam como donas-de-casa.

Importante destacar que ao falar de donas de casa me refiro aquelas “donas de casa do bairro” mencionadas na introdução deste texto e não às donas de casa caracterizadas na célebre obra de Betty Friedan e sua precursora “Mística Feminina”. A importante crítica de bell hooks (2019, p. 28) acerca de que esta autora “fez de seu drama e do drama das mulheres brancas como ela o sinônimo da condição de todas as mulheres da América” nos faz ter certeza de que as donas de casa oriundas do período de bem estar social norte-americano em nada se assemelharam a figura das donas de casa no contexto brasileiro da década de 1970, momento em que emergiram enquanto sujeitos políticos coletivos em que elas mesmas foram precursoras em grande parte das amplas campanhas contra a fome e carestia.

Tal situação põe a refletir que por um lado tivemos as bandeiras clássicas do feminismo de combate à violência contra as mulheres, superação da divisão sexual capitalista do trabalho, direitos sexuais e reprodutivos, autonomia de um tempo e um corpo todo seu; por outro percebemos que as expressivas campanhas que mobilizaram as mulheres da classe trabalhadora no contexto brasileiro não necessariamente seguem no mesmo rumo destas primeiras

reivindicações. Ou ainda, uma relação ambivalente e por vezes tensa em que as mulheres fizeram a opção de dedicar seu tempo e energia na luta por reivindicações referentes à melhoria da sua comunidade, o que a partir de seus argumentos nas entrevistas parece significar uma ampliação da família nuclear destas mulheres e, em alguns casos, o ponto de fuga de relações opressoras dentro do restrito ambiente da casa.

A organização comunitária no espaço do bairro como sendo o elemento a catalisar a necessidade de ampliar os horizontes, de subverter de alguma forma a lógica da divisão sexual do trabalho, de alterar sua posição de sujeito quando alcança os debates públicos. Sair do lugar de “objeto de cozinhar feijão” para protagonista na luta por direitos políticos e comunitários. O feminismo destas lutadoras não se caracteriza como um feminismo “radical” no sentido em que ficou conhecido estes termos nos países de capitalismo central. A convivência nos grupos mostrou que a moral como norteadora de um feminismo que requer exclusivismo do tipo “se você fizer tal coisa, você é menos feminista” não é considerado importante no desenrolar de suas vidas. Nenzinha, uma das fundadoras do grupo, ajuda a desenvolver este argumento,

em 1993 me separei do marido e fiquei com meus três filhos. O grupo me ajudou muito a organizar a minha vida, a me ver como mãe, mulher, a valorizar-me e valorizar minha família. Sair da vida doméstica não é livrar-se da casa e dos filhos, é sim socializar, dar responsabilidades, mostrar direitos e deveres dentro da família e entender deveres e direitos da comunidade e da sociedade (QUEIROZ, 2003, p. 77).

A atividade de organização comunitária destas mulheres lhes permite ser mulher, mãe, lutadora, feminista e tantas outras definições lhes parecerem viáveis. Inclusive, para elas não aparece enquanto uma relação contraditória assumir a linha de frente dos movimentos nos bairros e conciliar a vida familiar e a atividade política. Ao contrário, ambas dimensões entrelaçadas as constituem como sujeitas portadoras de grande complexidade.

Talvez o tempo e energia gastos com as necessidades comunitárias e expectativa de transformação dos lugares em que vivem, signifiquem no contexto latino-americano de repressão militar, neoliberalismo, ausência de políticas sociais satisfatórias, aproximar as mulheres assim como o conjunto da classe de uma condição de emancipação de todo um povo. A noção de coletivo, a solidariedade, como sendo de fundamental importância na constituição da consciência das desigualdades de classe, raça e sexo e nas tentativas de superá-las.

Por que não é possível chamar uma destas mulheres de feminista? Penso que as matrizes feminismo negro, feminismo materialista e feminismo popular podem se encontrar em diversos pontos, mesmo que partam de lugares diferentes. No contexto brasileiro, mais do que em outros países da América Latina que reivindicam o leito histórico do feminismo popular mas que em grande medida sua população é composta de brancos e indígenas, assim como nos EUA em que

a presença das mulheres negras nas lutas por justiça social é bastante forte, penso que ao analisar o caso brasileiro estas “chaves de análise” confluem em direção aos sujeitos ativos transformadores mulheres populares, mulheres negras. Em muitas vezes mais do que se intercambiam, se referem às mesmas mulheres, tendo em vista que ser popular no Brasil é ser negra ou estar alocada neste lugar, no sentido simbólico, geográfico, mercado de trabalho e nos dados socioeconômicos.

Angela Figueiredo reafirma que

é importante destacar algumas mudanças de enfoque nos estudos sobre as “relações raciais” empreendidos a partir do final dos anos 1970, sobretudo a partir dos estudos realizados por Carlos Hasenbalg (1979), que demonstravam as desigualdades no acesso à educação e nos desníveis de renda entre negros e brancos, aliados às denúncias empreendidas pelo então recém-formado Movimento Negro Unificado (MNU) sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil. O final dos anos 1970 e toda a década de 1980 são determinantes por revelar o esforço empreendido pelos movimentos sociais negros de um lado e de outro a abordagem de pesquisadores como Hasenbalg (1979) que se empenharam em demonstrar que independente da auto-classificação da cor e da diluição de categorias polares como aquelas existentes nos Estados Unidos, os não-brancos, categoria utilizada por Hasenbalg, estavam em condições inferior e diametralmente oposta aos brancos nos indicadores de educação, renda e escolaridade (FIGUEIREDO, 2015, p. 156).

Assim como na música popular e, especificamente no samba, nas favelas, bairros das periferias das cidades brasileiras e principalmente nas cidades remanescentes negras “o que é negro e o que é popular se misturam [...] permitindo afirmar que é no território do popular que as manifestações negras se colocam” (WERNECK, 2003, p. 105).

Mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as praticas (sic) sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM, a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. Mas o que efetivamente encontramos são as praticas (sic) de exclusão e dominação racista que tratamos na primeira sessão deste trabalho. Somos invisíveis nas três vertentes do MM; inclusive naquela em que a nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas, e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial só confirmam a regra geral). Um exemplo ilustrativo: duas famílias pobres – uma negra e outra branca – cuja renda mensal é de 180 dólares (que corresponde a três salários-mínimos atualmente no Brasil); a desigualdade se faz evidente no fato de que a taxa da atividade da família negra é maior que a branca (Oliveira, Porcaro e Araújo). Por aí se explica a nossa escassa presença nas outras duas vertentes (GONZALEZ, 2018, p. 316-317).

Esta tensão expressa entre MM, MF e MN é parte de um antagonismo social presente na sociedade brasileira irrestritamente. Sobre a questão da democracia por exemplo, sobre a efetividade deste sistema para as camadas sociais brasileiras, Lélia Gonzalez comenta que

[...] certos temas não são contemplados devidamente com relação à proposta de democratização do país, que – a meu ver – não é redemocratizado, mas é de democratização, porque para nós negros, para nós índios, para nós mulheres jamais

houve democracia neste país. Então, não me venham falar de redemocratização, porque para nós nunca houve (GONZALEZ, 2018, p. 238-239).

O que significa ser uma mulher popular no Brasil? Certamente, estamos falando em sua maioria de mulheres que vivem nas periferias urbanas. Quem são? O “popular” poderia ser substituído por mulheres negras? Esconde estas mulheres? Abrange mais mulheres? Expande a condição das mulheres negras para as mulheres brancas pobres que vivem nas mesmas periferias? As periferias se constituem no mesmo contexto para ambos os grupos de mulheres? Estas são algumas perguntas. Poderiam ser também deslocadas para a pergunta sobre a possibilidade de experiências de feminismos populares no contexto urbano brasileiro. E em Recife que significou a terceira cidade mais africanizada no período colonial, sendo portanto a terceira cidade remanescente mais negra. Seria possível falar de feminismo popular na região metropolitana do Recife sem estar necessariamente falando sobre a vida de mulheres negras? Suas estratégias, cultura e agência?

Maíra Brito afirma que

de acordo com João Vargas (2017), ser negro implica em ser excluído de algumas esferas, entre elas, a da cidadania e até mesmo da humanidade (p. 92). Ser negro é ser socialmente morto: [...] Pessoas negras, inseridas em contextos de morte social são descartáveis e são objetos de violência gratuita independentemente do que fazem. O mundo da política, da sociedade civil, do estado-império, é um mundo cuja lógica depende da morte negra, social e física. A pessoa negra, por definição, morre violentamente sem causa. “Amarildo desapareceu a caminho de casa.” Ou “Cláudia estava indo comprar pão e foi morta pela polícia.” E outros tantos casos. Previsíveis em sua imprevisibilidade. Imprevisíveis em sua previsibilidade. Todos paradigmáticos: emblemáticos da lógica social antinegra, do mundo antinegro (VARGAS, 2017, p. 99 apud BRITO, 2020, p. 151-152).

Acredito estar mais do que na hora de realizarmos o esforço em articular a nível teórico e de prática política os feminismos de matrizes negra, materialista, popular, haja visto que a formação social brasileira, tendo o elemento negro como o mais importante, nos faz afirmar que qualquer expressão popular no Brasil, é uma expressão negra. A cultura, a religião, o feminismo. Assim, enfrentar a tensão histórica entre o movimento feminista e o movimento negro tem sido uma tarefa realizada por grandes intelectuais e intérpretes da realidade brasileira e latino-americana, contudo em nosso entendimento deve ser uma tarefa de todos aqueles que não querem botar gente preta, mulher, favelada na máquina de moer gente neste país em que quem condensar estas características é desafiado pela morte todos os dias.

Uma coisa que sempre me fez seguir em frente – e não é coragem nem valentia, a menos que coragem ou valentia sejam feitas disso – é a percepção de que sou vulnerável de muitas maneiras, e não é algo que eu possa evitar; não me tornarei ainda mais vulnerável colocando as armas do silêncio nas mãos dos meus inimigos (LORDE, 2019, p. 122).

5.1.3. Reprodução e Resistência: Experiências de Vida das Mulheres em Organizações Comunitárias

O bairro, enquanto território, resguarda importante história acerca dos anteriores séculos de nossa formação social brasileira assim como do específico de cada região, Estado, cidade. Os bairros considerados periféricos, carregam consigo marcas importantes de resistências e permanências do processo de colonização no contexto brasileiro e na posterior distribuição das camadas de trabalhadoras e trabalhadores egressos do sistema escravista, assim como imigrantes de outros países, classe trabalhadora branca pobre. Estes estratos ocupam diferenciadamente a geografia das cidades.

Em acordo com Lélia Gonzalez,

relembremos que, no caso brasileiro, pode-se caracterizar a coexistência de três processos distintos de acumulação, sob a hegemonia daquele referente ao capitalismo monopolista. Um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica a população negra, isto é, à sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos. Em outras palavras, maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido, nas regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa. Poder-se ia, a partir dessa constatação, afirmar que o racismo não passaria de um arcaísmo cuja persistência histórica, mais dia menos dia, acabaria por se esfacelar diante das exigências da sociedade capitalista moderna. Mas, como já vimos na introdução, os problemas relacionados à integração do sistema impõem padrões específicos de integração social (NUM, J., 1978, p. 128). É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente. Em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico), ela se configura como exército industrial de reserva (GONZALEZ, 2018, p. 65).

Jurema Werneck afirma

importante destacar que pesquisas desenvolvidas por autoras como Lélia González e Helena Theodoro permitem afirmar que, no caso brasileiro, grande parte das ações de produção de identidade e enraizamento da população negra, bem como de tradução cultural, está vinculada à ação das mulheres. Diz Helena Theodoro: A mulher negra foi, na escravidão e nos primeiros tempos de liberdade, a viga mestra da família e da comunidade negras. Neste período inicial de liberdade, as mulheres foram forçadas a arcar com o sustento moral e com a subsistência dos demais. (Theodoro, 1996, p. 34 apud WERNECK, 2007, p. 8).

Prosseguindo com a autora,

na perspectiva das mulheres negras, a audição, a transmissão oral, a recriação e a atualização de conteúdos têm sido prática reiterada ao longo dos séculos de existência diaspórica. É através dos processos de transmissão e aprendizagem oral – ou fundamentalmente corporal – que as mulheres vão reorganizar territórios culturais

para si e seu grupo, em diálogo com as tradições e com as necessidades apresentadas pela geografia, ou seja, pelas condições sociais e políticas adversas, marcadas pelo racismo, pelo sexismo e pela violência, do lado de cá do Atlântico. Nesta perspectiva, a música, ao reafirmar a vinculação entre voz e corpo, ao reportar-se a um passado africano de liberdade e prazer, ao recolocar as dimensões do sagrado para além das esferas da cristianidade ocidental, etc, oferecerá possibilidades ilimitadas de expressão e aglutinação (WERNECK, 2007, p. 29-30).

O processo de desenvolvimento desigual e combinado na periferia brasileira ao longo do século XX, aprofundou a segmentação e as desigualdades sociais do período de abolição do regime escravista no país. As populações libertas encontraram dificuldade em engajar-se na dinâmica formal do mercado de trabalho e como consequência o seu acesso a direitos sociais básicos e cidadania foram severamente cerceados. Por mais que as mulheres negras sejam basilares da transmissão da cultura e vida em suas comunidades, assim como personagens principais na reprodução social da vida, o aprofundamento da divisão sexual e racial do trabalho nesta sociedade de classes oferece ao trabalho executado pelas mulheres a caracterização simbólica e a remuneração monetária de um trabalho que aparenta não ter valor, seguindo a lógica capitalista de que não merece ser valorizado e perpetuando o lugar de subordinação às mulheres e, de forma mais exacerbada às mulheres negras.

O fato do trabalho das mulheres não ser valorizado nem a partir do status social tampouco monetariamente, algumas vezes implica que as mulheres “façam a opção” de não realizarem atividades remuneradas fora de casa, quando são casadas por exemplo e o salário do esposo supostamente sustentaria a família. Nos encontros com os grupos pesquisados percebi que as mulheres mobilizadas e algumas vezes as próprias fundadoras expressavam momentos em que as suas vidas estiveram muito vinculadas ao ambiente interno da casa e a uma restrita vida familiar. Apesar de para as mulheres que não estavam orgânicas nas organizações comunitárias os relatos aparecerem como uma realidade no tempo presente, para as fundadoras estas histórias se referiam ao seu passado.

De acordo com dados do IBGE (2018), 64% da população desempregada é negra e 47% de quem vive da informalidade. Para cada R\$1000 recebidos por homens brancos, foram pagos R\$758 para mulheres brancas, R\$561 para homens pretos e R\$444 para mulheres negras (CAETANO, 2019). A partir de dados da Unicef (2017), 29 milhões de brasileiros não usufruem de saneamento básico e 6,2 milhões não têm acesso a água potável. A maioria dessa população é negra (RAMOS, 2020). Segundo dados do Instituto Trata Brasil, a cidade do Recife coleta apenas 36,4% do esgoto produzido e figura entre as 19 capitais do país com níveis de tratamento de esgoto abaixo dos 50%. Os dados contidos no Plano Municipal de Saúde do

Recife (2014-2017), apontam, por sua vez, que em 55% dos domicílios o esgotamento é realizado por meio da rede geral de esgoto ou pluvial (FERREIRA, 2017, p. 163-164).

De acordo com dados do IBGE⁶³ (2016),

No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência.

Sobre a ocupação em tempo parcial, que diversas pesquisas sociológicas e feministas já identificaram que significa salários também parciais, a região nordeste está acima da média brasileira. Nesta região encontra-se: 28,3% da população neste tipo de ocupação, sendo destes 22,3% homens e 36,9% mulheres. Considerando também a dimensão racial, no Brasil 17,8% da população branca encontra-se ocupada nestas atividades, sendo 11,9% homens e 25% mulheres. Enquanto a população negra encontra-se 22,3%, sendo composta de 16% de homens e 31,3% de mulheres.

O território do bairro se mostrou como um aliado nesta mediação da vida cotidiana. Além de se constituir como a porta de saída imediata de dentro de casa, se apresenta para as mulheres como brecha de fugas cotidianas. Então, a tensão entre subverter o que está dado, a vida repetida e normatizada se coloca neste ínterim entre o dentro e fora de casa. A Entrevistada 3, uma das organizadoras do grupo, conheceu o mesmo através da visita de uma companheira do grupo em sua casa, relata como conseguiu ultrapassar as barreiras do sair de casa⁶⁴ e driblar o trabalho doméstico como sendo a sua atividade prioritária:

[...] eu saía de casa escondido pra ir pra mesma rua onde eu morava, aí imagine se eu tivesse que pegar, me deslocar com transporte pra outro lugar mais longe? Não seria possível. Eu digo que o Grupo de Saúde ele foi minha libertação enquanto mulher, enquanto pessoa, enquanto ser humano, ele oportunizou as pessoas, me oportunizou, oportunizou também outras pessoas do bairro a conviver dentro do grupo, mas também a seu auto crescimento. Com certeza não seria possível se fosse fora porque eu tinha uma atribuição em casa muito grande e eu não teria como ir buscar, né, outro conhecimento fora, e eu digo mais eu estudei, eu casei com 17 anos e quando eu casei meu marido falou “ou casar ou estudar”, “depois que casar não estuda mais”, e eu optei por casar, parei de estudar. Após a entrada no grupo de saúde, e aí eu fui me desenvolvendo né, nos conhecimentos, participando escondido do marido e ia pras reuniões à tarde, e é... após minha participação no grupo de saúde, quando eu comecei a ter conhecimento de mim, do meu corpo, da minha potencialidade enquanto cidadã,

⁶³ Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 05/11/20.

⁶⁴ A tese de Mirla Cisne (2013) aponta o “sair de casa” como sendo uma das condições que torna possível a construção e prática de uma consciência feminista.

enquanto mulher e enquanto ser humano, o que eu poderia promover pra mim mesma, pra minha vida eu digo assim que foi a liberdade que o grupo me ensinou, ou se não me ensinou pelo menos motivou e me deu o prazer de conhecer.

Ela relata que no intervalo em que o marido ia trabalhar no turno da tarde, ela “fugia” pra reunião do grupo de saúde. Alguns anos depois de construir o GSCCG e a se construir como ser político e social ela se divorciou do marido e foi “viver em liberdade”, como ela mesma diz. A organização no espaço do bairro possibilita a conciliação entre fazer o trabalho comunitário sem que sejam exigidas grandes alterações na rotina da casa. O tempo que as mulheres perderiam ao se deslocar (espera do ônibus e engarrafamento) é usado na manutenção da vida. Em geral as mulheres continuam a cuidar do trabalho doméstico sozinhas ou com a ajuda de outras mulheres da família (mães, filhas) e sem alterar o orçamento familiar, tendo em vista que não precisam pagar passagens se deslocando ao local das reuniões e conseguem fazer as refeições em casa, e coletivamente no espaço do grupo. Em relação a atividades externas, tendem a aparecer à proporção do envolvimento das mulheres, devido a demanda de intercâmbio com outros grupos e viagens. No entanto, a consciência das mulheres já está também em um grau mais amadurecido para equacionarem estes possíveis conflitos.

Pelos relatos percebi que, em alguma medida, as fundadoras destas organizações comunitárias chegaram a algum tipo de denominador comum para conseguirem se manter orgânicas ao longo dessas mais de três décadas de existência dos grupos, seja a exigência da reorganização do trabalho doméstico e de cuidados ou a partir do fim da relação conjugal, quando esta se apresentava como um empecilho. Vale salientar que duas das entrevistadas são missionárias, então é importante refletir como nestes casos a ausência de vida conjugal (comumente heteronormativa) baseada na divisão sexual do trabalho do sistema capitalista, por si só conjuga uma vida cotidiana com tempo para si ou para o trabalho comunitário. No caso destas militantes a dedicação às questões do bairro tomam grande parte do tempo da vida cotidiana. Segundo a Entrevistada 5, “A vida de freira está inteiramente colocada ao trabalho comunitário, visitas as famílias, acompanhamento das crianças e jovens”. Por mais que se possa confundir este tipo de acompanhamento por se tratar de uma forma de assistir às famílias, não está atrelado à conjugalidade, antes ainda vale lembrar que as entrevistadas fizeram esta opção de vida, o que caracteriza tal atividade como sendo o seu trabalho político e militante.

A pesquisa *Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente*, organizada por Ávila e Ferreira (2014), que teve a coleta de dados realizada no ano de 2012, mediante a parceria entre o Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão chegou a dados acerca do trabalho remunerado e doméstico das mulheres na última década análogos aos encontrados pela pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e*

privado: uma década de mudanças na opinião pública: houve um decréscimo da média (39h45m para 27 horas/semanais) gastas pelas mulheres com o trabalho doméstico (BEZERRA, p. 111, 2014)⁶⁵. Contudo, independente se estão empregadas formal ou informalmente, desempregadas ou aposentadas continuaram a serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados. Desde o golpe institucional sofrido pela presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016 e o retrocesso de todo um conjunto de políticas públicas voltadas ao combate às desigualdades de raça, gênero e classe, além da retirada de direitos previdenciários, trabalhistas, dentre outros, os indicadores sociais de vida da classe trabalhadora vêm piorando drasticamente⁶⁶.

Outro dado encontrado a partir da pesquisa se referiu a que entre as mulheres solteiras e viúvas ou separadas, a principal ajuda na realização do trabalho doméstico é das mães (60% entre as solteiras e viúvas e 70% entre as separadas). A ajuda para cuidar das crianças, segundo as mulheres, parte: 36% dos homens, 11% ajuda profissional, 5% de alguma instituição e 64% apontam que a ajuda vem de outras mulheres (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Nesta amostra de 800 mulheres de algumas capitais brasileiras, todas exercem algum tipo de atividade remunerada e uma das estratégias de conciliação entre o emprego e o trabalho doméstico se mostrou a divisão do trabalho entre as mulheres de três gerações da família (avó-mãe-filha).

Assim, as estratégias construídas entre as mulheres populares indicam uma forma de resistência para que consigam conciliar as atividades remuneradas, a prática militante e o trabalho doméstico e de cuidados. No caso das mulheres organizadas em grupos comunitários se trata de um passo além: elas estão posicionadas como sendo estas “vigas” da comunidade, dão sustentação e base para a continuidade de suas famílias assim como da comunidade em que vivem.

Uma outra estratégia de resistência coletiva se refere à forma como estas mulheres driblaram os dados da escassez de emprego e profissão no mercado de trabalho, encontrando no próprio grupo alternativas de se profissionalizar e especializar. Construíram saberes sobre determinadas áreas e temas, tornando-se inclusive referências no Estado e nacionalmente. Todas afirmaram ter uma profissão: educadora social, manipuladora de plantas medicinais, assistente social, missionária. Outras resgataram a mudança de atividade profissional: “era cabeleireira e sou educadora social há 30 anos” ou “era auxiliar em serviços gerais e hoje sou

⁶⁵ Com o desmonte das políticas sociais no governo Bolsonaro, desemprego, pandemia do Covid-19 estes números tiveram uma alteração significativa, no sentido de agravamento das condições de vida das mulheres e de toda a população.

⁶⁶ Várias pesquisas demonstram que com a retirada de direitos sociais, o fechamento de escolas e creches, o desemprego de grande parte da população, no atual contexto de pandemia aumentou enormemente a quantidade de horas que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico e de cuidados.

educadora há 09 anos”, indicando uma alteração na forma como elas se vêem em relação à dimensão profissional. Podemos afirmar que as relações no grupo perpassaram as dimensões familiar, cotidiana, profissional e política.

O depoimento de uma das entrevistadas acerca do que o grupo significou em sua vida:

Eu quero dizer que o Grupo de Saúde pra mim foi um espelho de vida, de cidadania, foi um instrumento, e é um instrumento de luta, de saberes populares, saberes empíricos, é um instrumento que se coloca pra sociedade como algo importante, principalmente para comunidade de Peixinhos e que eu sou muito grata, muito grata. O que eu estudei na faculdade ela não me garantiu 80% do meu saber empírico, do meu conhecimento, da minha comunidade, ela foi apenas um instrumento pra mim profissionalizar como assistente social, pra me dá um canudinho pra dizer que eu sou Assistente Social, mas minha vivência, o meu conhecimento, a minha sabedoria veio da minha comunidade, veio da minha convivência, veio do grupo de saúde, do Centro Nordestino de Cultura Popular, veio dos outros grupos dentro da comunidade de Peixinhos onde eu estava discutindo políticas públicas e garantias de direitos, né, e em respeito aos direitos humanos (Entrevistada 3, GSCCG).

O GSCCG realizou uma pesquisa no bairro de Peixinhos no ano de 1994 em que apenas 1% das pessoas pesquisadas tinha carteira assinada, o restante fazia bico ou estava desocupada. Em 2001, realizaram uma nova pesquisa, dessa vez entrevistaram moradores de 500 domicílios, em que 432 destas entrevistadas foram mulheres. As autoras e autor do livro “Tecendo Fios de Cidadania” (QUEIROZ et al, 2003) apontam como justificativa o fato de que o horário em que mais realizaram entrevistas foi no turno da tarde, em que em geral os homens saem para trabalhar. Nesta última pesquisa não foi atualizada a porcentagem de pessoas com emprego formal, contudo sabe-se que a informalidade é uma marca forte de nosso mercado de trabalho mesmo quando tivemos o período considerado de pleno emprego nos governos petistas. Na realidade atual do governo Bolsonaro, com a aprovação de reformas trabalhistas tem se tornado cada vez mais difícil conseguir a formalização do emprego e garantia de direitos.

Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carlos Hasenbalg se colocam a refletir acerca do fato de que a ascensão da população negra historicamente tem ocorrido de forma individual. Ao longo das décadas do século XX por exemplo, em que aconteceram períodos galopantes de inserção e mobilidade de mulheres de setores médios no mercado profissional, por exemplo, não houve algo parecido em relação à população negra. Assim, estas estratégias comunitárias de construção de melhores condições sociais e econômicas de uma vida melhor, parecem uma alternativa muito importante, pois pelo que colhi das experiências de vida das entrevistadas, além da organização comunitária ter transformado as suas próprias vidas, este alcance das mudanças atingiu a vida da comunidade.

Percebi assim uma complexidade de dimensões relacionadas à organização nos grupos comunitários, sendo elas i. a capacitação técnica e profissionalização; ii. a construção de

habilidades humanas e relacionais; iii. o resgate da importância da autoestima e da compreensão da vida coletiva; iv. os engendramentos afetivos e familiares como sendo base da continuação de existência destes grupos. Estes aspectos estariam mais relacionados a uma certa mobilidade da esfera individual, mas que a partir da agência dos indivíduos ocasionou mudanças coletivas. Somados a estes podemos citar as melhorias de vida no próprio bairro, que atinge de forma coletiva a população residente do lugar.

A temática racial não entrou como elemento investigativo nas entrevistas semi-estruturadas por motivos que hoje entendo como sendo do efeito do epistemicídio. Ou seja, apesar de que todas as relações sociais são racializadas, nem sempre estamos dispostos a considerar tal dimensão em nossas análises da realidade. O tema sobre as relações raciais não esteve presente nas entrevistas, não apareceu nas discussões realizadas, não surgiu como uma temática relevante a ser discutida e priorizada, nem por mim nem pelas participantes durante o ano que estive acompanhando a dinâmica dos grupos. Assim, me acomodei a discutir sobre a “situação das mulheres” e o seu protagonismo nas experiências de organização comunitária. Contudo, no tempo *a posteriori*, foi possível perceber os elementos da horta comunitária e a produção de chás, xaropes, as rezas feitas por uma das fundadoras que também todas afirmavam a cura como certa, a música que estava presente em todos os encontros, o fato de que uma das fundadoras já foi mãe-de-santo e hoje se define como católica mas que carrega, e toda a família, uma sabedoria ancestral muito forte. O cuidado em melhorar as suas comunidades, as vidas de seus filhos e familiares demonstram um povo que resiste. Algumas delas não nasceram no bairro de Peixinhos mas escolheram como sendo o lugar a que vivem e dedicam sua energia para que seja sempre um bom lugar para se morar. Criaram raízes que se multiplicam, crescem, geram frutos.

Sueli Carneiro afirma que

Como já referido brevemente ao descrever a violência inerente ao processo colonial, Sousa Santos desvenda dois de seus elementos fundamentais: o genocídio e o epistemicídio. Para Sousa Santos, “o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).” (Santos, 1995, p. 328 apud CARNEIRO, 2005, 96).

Assim, nesta pesquisa, o debate acerca das relações raciais e dos efeitos do racismo não apareceu *a priori* por motivos do próprio limite da minha experiência enquanto mulher e pesquisadora não-negra e que apesar de me reivindicar antirracista não trazia em minha prática o enfrentamento ao racismo. Contudo, o racismo também se expressa pela omissão: pelo não-reconhecimento da intelectualidade e pensamento produzidos por negras e negros, pela denegação dos conceitos construídos a partir destes autores, pela recusa em utilizar conceitos e categorias que caminham no sentido da destruição de mitos racistas e sobre a própria recusa em rever os seus próprios privilégios raciais.

Ainda sobre as alternativas de resistências dos grupos de mulheres pesquisados aparece como conteúdo das entrevistas algumas dificuldades em relação à atual conjuntura. Segundo a Entrevistada 5 (TF) “Falta tudo, a gente vive de doações, os projetos não são aprovados, o desafio a cada dia cresce mais, mas não é por isso que a gente vai deixar de trabalhar não.” A Entrevistada 6 (TF) comenta que

[...] boa parte do povo não conseguiu aprender, se apropriar e se posicionar contra todas essas demandas ruins que tem aí, então hoje a gente não tem mais uma Brasília Teimosa lutando politicamente correta como antes, antes nós tínhamos. A ação da igreja católica, a ação do Conselho de Moradores, hoje nós não temos Conselho de Moradores mais atuante politicamente como antes, então tudo isso interfere pra que isso desmorone, pra que haja esse retrocesso infelizmente.

Fazendo uma reflexão acerca de como a organização popular se deu no tempo da Teologia da Libertação, em que se estimulava a formação de consciência crítica “dos de baixo” nos bairros da região metropolitana do Recife e o atual cenário político, a Entrevistada 4 afirma que durante o período das últimas eleições “[...] ele não podia dizer ‘não vote em Bolsonaro’, eu sei disso, mas ele podia como os outros padres dar dicas, né, que a igreja que Dom Helder deixou foi essa, tem que dar dicas pros seus fiéis, assim mais ou menos de uma maneira discreta mandava sua mensagem, né? [...] Quer dizer, nosso país perdeu a identidade.”

Concordo com a síntese de Betânia Ávila, em que

Faz parte da ideologia dominante tratar o cotidiano como uma dimensão restritiva e naturalizada. Dessa forma, a ação transformadora está sempre em outro lugar, distante do acesso das pessoas comuns que transitam pelos espaços nos quais se produz e reproduz a vida do dia-a-dia. É nesse sentido que a análise sobre o uso do tempo do trabalho doméstico se mostrou válida para analisar os limites da fronteira entre exploração/dominação e resistência; para compreender gestos ou ações realizados no cotidiano e aparentemente insignificantes, que podem, no entanto, representar um esforço a fim de superar a alienação e os bloqueios sociais para a construção do sujeito individual e coletivo e para a contestação explícita nos processos coletivos de mudança e transformação social (ÁVILA, 2009, p. 386).

A história das mulheres entrevistadas, que em muito se mistura à história dos grupos a que fundaram e construíram e à comunidade que também são construtoras e alicerces, muito

além do que apenas moradoras, leva a afirmar que o espaço da vida cotidiana é certamente um lugar de embates entre a conservação das coisas como estão e o estalo de começar a nadar contra a maré. Os relatos de todas as entrevistadas indicam uma rota de fuga do tradicional papel atribuído às mulheres, segundo a divisão sexual do trabalho capitalista, no sentido da hierarquia e submissão ao elemento masculino. E, em grande medida a rota de fuga está relacionada a sua inserção, participação e permanência nas organizações comunitárias dos bairros em que vivem. Por mais que as mulheres populares sempre tenham estado nas ruas, trabalhando e tirando o seu sustento, esse despertar do “quero conhecer melhor”, quero descobrir o que é isso que essas mulheres fazem aí” (Entrevistada 3, GSCCG), possibilitaram o deslocamento objetivo e subjetivo das entrevistadas, a partir da organização coletiva.

Mesmo dentre as entrevistadas, esse empuxo à restrição da vida doméstica aconteceu, assim como as mulheres dos bairros mobilizadas por elas. Nos debates estas situações apareciam, mesmo tratando-se em grande parte de mulheres negras, o que nos faz refletir que as mulheres negras moradoras do bairro como um todo também tiveram esse imperativo colocado em suas vidas. Muitas se identificam nesse lugar de “esposa de fulano”, “mãe de sicrano” e afirmam que não trabalham, pois a referência de trabalho é o emprego remunerado realizado fora de casa. Vale salientar que nas organizações que acompanham crianças e adolescentes, também na TF é comum que a identificação seja feita a partir dos seus filhos, que são os beneficiários diretos da organização. Então, é assim que são convocadas: são as mães e se encontram movidas por demandas relacionadas a esta esfera.

Algo que faz as mulheres saírem do lugar de “objeto de cozinhar feijão” para um lugar em que sentem valorizadas, capazes de construir política, construir falas em espaços públicos, viajar para seminários, ocupar posições que na maioria das vezes eram impedidas dentro da configuração familiar no espaço privado da casa. Representa também uma resistência, o importante lugar da memória, das experiências presenciadas ou escutadas pela tradição oral e repassadas no tempo da vida cotidiana, um saber vivido e interpretado comum entre as mulheres e encontrado no livro escrito por dona Zuleide sobre o bairro de Peixinhos,

Ao escrever este livro, eu tinha várias intenções. Mesmo achando, no início, que era um sonho impossível, sempre passava para o papel as palavras que jorravam de minha mente. Palavras apressadas, como se tivessem que correr para não perder sua inspiração. Uma das coisas que me guiavam era a recordação dos momentos que me marcaram e a lembrança do por que elas aconteceram (PAULA, 2009, orelha do livro).

O lugar do bairro, a vida cotidiana e a construção de movimentos culturais da importância do manguebeat, nações de maracatu, grupos de coco, acorda povo, blocos

carnavalescos, poesia, música, ciência, construção de conhecimentos dos mais diversos, exercício do pensamento crítico, da atividade política, da criatividade, da possibilidade de criar coisas grandiosas, coisas novas.

Foi possível reconhecer que ao ingressar nestes grupos comunitários e neles formarem-se humana e politicamente, a prática destas mulheres subverteu a lógica dicotômica entre espaços privados versus públicos, no sentido em que ao estender a dimensão familiar nuclear para a comunidade como um todo, assim elas permearam o ocorrido na “privacidade de suas casas” com elementos políticos assim como circularam de forma mais ampla pela comunidade, a conhecer e serem conhecidas por boa parte dos moradores do bairro e referenciadas como sujeitas aptas a resolverem os problemas comuns. É verdade que as mulheres populares que vivem em comunidades periféricas estão em contato e realizam intercâmbio com as famílias vizinhas por diversas questões, afinidade, parentesco, necessidade. Então, mesmo as que não estão “organizadas” em grupos comunitários, estão organizadas na feitura e dinâmica de suas vidas cotidianas. Obviamente, a organização coletiva política nos grupos intensifica a formação de uma consciência comum engajada em promover a melhoria para a população do bairro como um todo mas é importante perceber que existem muitas formas de expressão e intervenção social⁶⁷.

A estrutura das comunidades permite uma restrita privacidade, tendo em vista o formato de aglomeração de casas muito pequenas e com pouquíssimo espaço entre elas. Contudo, a ideologia dominante da família nuclear e monogâmica heterossexual, hoje em dia muito reforçada pelas igrejas neopentecostais, encoraja a manutenção de toda a violência e hierarquia que estrutura a divisão sexual do trabalho e a manutenção das relações sociais de sexo baseadas na manutenção do patriarcado. Assim, o estímulo é dado no sentido da subserviência das mulheres aos seus esposos e que dentro de casa quem manda é o homem e ninguém pode interferir, reforçando também a violência doméstica e calando sobre os casos de feminicídio. Estas religiões questionam também o modo de vida proposto pelas religiões de matrizes afro, combatendo tudo que está relacionado ao elemento negro, a sua ancestralidade, memória, sabedoria, modos coletivos de vida. Reforçam, portanto, o racismo. Ao serem entusiastas da prosperidade econômica individual, reforçam a estrutura desigual das classes sociais no sistema

⁶⁷ Lélia Gonzalez (2018, p. 433-434, grifos da autora) afirma “Contudo, o estímulo ao branqueamento não pode concretizar-se totalmente por causa da ação de organizações negras, como o Ilê Aiyê da Bahia, “*pioneiras no sentido de demonstrarem que cultura é política com ‘P’ maiúsculo, na medida em que da maneira mais didática e prazerosa, fazem com que nossa etnia tome consciência do seu papel de sujeito de sua própria história e de sua importância na construção não só deste país, como na de muitos outros das Américas*”.

capitalista. Não é à toa o reforço destas instituições neopentecostais exatamente onde predomina a herança de resistência do povo negro, ou seja, nas favelas, reminiscências dos quilombos. As eleições presidenciais no ano de 2018 tiveram como carro-chefe as fake news relacionadas aos tema da sexualidade, travando debates ideológicos que achávamos estarem superados desde a década de 1970, mas o agravamento das condições de vida e o recrudescimento do conservadorismo na América Latina e no mundo também está sendo sentido aqui.

Todas as entrevistadas afirmaram participar de várias organizações para além do bairro: se a construção “nas pontas de rua” (Entrevistada 2, GSCCG), a organização do grupo no próprio bairro foi a porta de entrada destas mulheres na organização política, elas seguiram ampliando a sua participação em articulações mais gerais, a nível estadual, nacional e internacional.

Lélia Gonzalez reflete sobre a relação entre a consciência que muitas vezes submetida à ideologia dominante nos faz esquecer nossa história, quem somos e a memória que aparece como aquela parte que lembra de detalhes esquecidos e, que por se constituírem como algo pessoal podem escorregar lembrando por exemplo de detalhes que não existiram, portanto criando uma narrativa com aspectos da realidade objetiva quanto das aspirações subjetivas. Assim como possibilita o resgate ancestral de uma história que tentou ser massacrada, e forçada a ser esquecida, como é o caso das histórias de resistência do povo negro – em diáspora – que vivenciaram regimes escravistas nos países a que foram levados.

Nas palavras da autora,

Por isso, *a gente* vai trabalhar com duas noções que ajudarão *a sacar* o que *a gente* pretende caracterizar. *A gente tá* falando das noções de consciência e de memória. Como consciência *a gente* entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória *a gente* considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência que exclui o que memória inclui. *Daí*, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu *jogo de cintura*; por isso, ela fala através das *mancadas* do discurso da consciência. O que *a gente* saca que a consciência faz tudo *pra* nossa história ser esquecida, *tirada de cena*, e apela *pra* tudo nesse sentido. Só que isso *tá* aí... e fala (grifos da autora) (GONZALEZ, 1983, p. 226-7).

Um outro elemento de resistência das mulheres dos grupos comunitários refere-se ao próprio fato de terem feito a escolha de organizarem-se. De acordo com Moura, (2019, p. 153) “Numa sociedade em que os elementos detentores do poder se julgam brancos e defendem um processo de branqueamento progressivo e ilusório, o negro só poderá sobreviver social e culturalmente, sem se marginalizar por completo, agrupando-se como fez durante o tempo em

que existiu a escravidão, para defender a sua condição humana”. Prossegue o autor “Mesmo sem perspectiva de uma mudança radical na sociedade, esses grupos específicos são, consciente ou inconscientemente, polos de resistência à marginalização do negro e de camadas proletarizadas a ele ligadas” (MOURA, 2019, p. 157)

Além de concordar com a formulação acima, penso haver certa similaridade com as organizações comunitárias organizadas pelas mulheres nas periferias urbanas. Necessariamente podem não ter compromissos radicais de mudança da sociedade, pode ser que o tenham e não o saibam e pode ser que o tenham. Contudo, agrupar-se neste caso constitui tentativa de resistir à marginalização, assim como se referem a reconhecer-se, ao coletivizar-se, enxergarem-se em suas semelhantes ao pertencerem a grupos nos quais se vêem e identificam, se reconhecem sujeitas ativas políticas. Encontram um lugar aonde podem se expressar e ser valorizadas. Além disso, o peso da sobrevivência econômica e dos processos subjetivos decorrentes das dificuldades da vida é dividido quando se está em grupo.

Esta postura hierarquizante talvez tenha influído para que os negros do universo *não letrado* se refugiassem ou se reordenassem em organizações, grupos ou segmentos de reivindicações populares nos quais o problema racial e as consequentes posturas de reivindicação étnica não fossem colocadas em primeiro plano, mas de salário, habitação, educação, segurança e transportes, objetivos que sendo sociais e econômicos são, por força do peneiramento imposto ao negro, também raciais, mas para eles, não são assim diretamente traduzidos (MOURA, 1994, p. 227) (grifo do autor).

Importante para fazer o paralelo entre movimentos feministas, movimentos negros e da classe trabalhadora. Ao não criar identidade política ou simbólica optaram por ser organizarem em movimentos populares com caráter de reivindicação geral e econômica, os movimentos de reivindicação dos anos 70, por exemplo. População pobre das periferias urbanas, em sua maioria mulheres e negros que ao lutar por pautas gerais, econômicas, políticas estavam atestando a racialidade e a gentrificação da pobreza no contexto brasileiro assim como a permanência das mulheres negras na base da pirâmide social e principais responsáveis pela vida reprodutiva. As mães da periferia que hoje lutam na busca por justiça social e para que outros jovens não sejam assassinados por serem negros estão no enfrentamento a uma estrutura arraigada e profundamente difícil no contexto brasileiro.

Essa não-tradução de “pautas específicas” antirracistas, feministas e/ou revolucionárias faz pensar que em uma sociedade como a brasileira – quase 400 anos de escravização – os movimentos populares são necessariamente gentrificados e racializados e atravessados pela classe social – massas marginais urbanas das periferias. Massas destituídas, despossuídas, marginalizadas. “Acreditamos que somente uma posição dialética em relação ao problema

poderá unir esses dois níveis da questão (raça e classe) e com isto surgir uma posição dinâmico/radical capaz de unificar os universos - negro letrado e marginal” (MOURA, 1994, p. 231). Uma posição dialética que considera as três dimensões, no caso gênero, raça e classe.

É necessário enfrentar a segmentação dentro da própria classe trabalhadora, ou entre os grupos “mulheres”, “negros” a distância da classe social (média, baixa, marginalizados) que se concretiza em diferentes níveis de escolaridade, salário, assim como as diferenciações regionais. Possibilitam uma heterogeneidade dentro da classe trabalhadora brasileira, que também carrega o racismo e sexismo dentro de si e de suas relações e o desejo de ascender individualmente. Carlos Hasenbalg destaca a importância da consciência e vontade de que se realize uma mobilidade vertical em massa.

A visão segundo a qual o racismo só gera ganhos materiais para a classe capitalista e perdas para todos os trabalhadores subestima os benefícios econômicos e não econômicos acumulados ao longo do tempo por uma parcela significativa da população branca pelo simples confinamento do negro às posições inferiores da hierarquia social. De fato, o resultado das práticas racistas de seleção social é o acesso preferencial dos brancos às posições de classe que comportam maior remuneração, prestígio e autoridade (HASENBALG, 1982, p. 80).

Importante refletir sobre a literatura que traz o fato de que a luta dos negros no Brasil se caracterizou sempre por uma luta realizada apenas por este sujeito coletivo. Não houve um movimento contundente por parte da classe trabalhadora para enfrentar o racismo e todas as sequelas dos 400 anos de escravidão. De forma semelhante, as lutas das mulheres sempre foram reivindicadas, construídas e levadas apenas pelo grupo social e político das mulheres. Importante refletirmos que a segmentação de sexo e raça no Brasil deveria ser enfrentada por toda a classe trabalhadora, numa tentativa de diminuir a segmentação no interior de si mesma e, conseqüentemente enfrentar as classes dominantes de forma mais coesa, menos dividida.

O que autores como Beatriz Nascimento, Paul Gilroy, Stuart Hall e Jurema Werneck fazem, cada um a seu modo, é pôr a nu os problemas de concepções estáticas de identidade e propôr um olhar historicizado. A identidade deixa de ser um lugar de uniformidade e determinação para ser multiplicidade possível a partir de diferentes repertórios cuja —síntese é formulada e reformulada nos movimentos da diáspora africana. Eventos traumáticos do passado, mesmo naquilo em que repercutem e se atualizam, não constituem um lugar único e fixo. O devir ocupa o lugar destes —cativeiros do tempo: como sujeitos que compartilham história e repertórios culturais semelhantes transformam a si e àquilo que os cerca. A identidade, nesse sentido, deixa de ser aprisionamento e se torna possibilidade. (SILVA, 2019, p. 31)

A resistência das mulheres fundadoras dos grupos e dos grupos sociais a que representam dá-se a partir de várias frentes de combate. Através da cultura popular, das associações carnavalescas, do exercício das religiões de matrizes africanas, a partir da participação em organizações que buscam a transformação e justiça social, nos movimentos

pela saúde pública e gratuita. “Eu acho que eu tenho uma visão que chamam de comunista, né? Porque nós aprendemos lá atrás ser um por todos, todos por um, e a primeira frase era “pobre evangelizando pobre”, isso já abrange tudo.” (Entrevistada 4, GSCCG).

A conclusão a que chega a Entrevistada 4 (GSCCG) se assemelha a de Sader, em que

a noção de libertação, tal como aparece nas falas pastorais, pode ser talvez mais bem compreendida se a compararmos com a noção de *revolução* dos discursos socialistas e comunistas. Referidas à realidade social, as duas noções ocupam o mesmo lugar nas respectivas matrizes discursivas. Elas indicam um acontecimento totalizante que subverte e refunda a vida social a partir de ideais de justiça movidos pelo povo em ação. No que carregam de projeção de um recomeço radical, em que o ‘mundo é posto de ponta-cabeça’, uma e outra têm características míticas (SADER, 1988, p. 164, grifo do autor).

No período de fechamento democrático e cerco político, os partidos e movimentos de esquerda direcionaram o trabalho militante para os bairros, tendo em vista possibilidades táticas de trabalho de base a partir do vínculo e entrosamento junto às associações populares nos bairros. Os bairros como representação do “espaço possível para a sua sobrevivência política nos períodos de maior repressão” (JACOBI, 1989, p. 156). É possível dizer que uma reordenação das instituições brancas da classe trabalhadora organizada em direção aos grupos específicos ou instituições negras nas favelas e comunidades. O que foi produzido a partir daí?

De outro lado, o protagonismo das mulheres nestes movimentos, por serem historicamente responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados e pelas benfeitorias dos seus territórios, no que tange à tensão entre reprodução e subversão do novo capitalismo-patriarcado-racismo. Mulheres experienciando a ambivalência entre serem as principais responsáveis pela vida familiar e doméstica assim como serem as interlocutoras às reivindicações dos bairros ao Estado, mediante o papel fundamental que ocupam nas organizações ligadas à vida comunitária.

As mobilizações em torno destes temas cotidianos expressam o quanto para estas mulheres as condições da vida familiar são consideradas prioridade e, portanto, mobilizadoras no que se refere à organização comunitária, podendo ser consideradas como uma mediação no percurso de formação de consciência política. Assim, o acompanhamento dos grupos populares no bairro de Peixinhos/Olinda e de Brasília Teimosa/Recife evidencia que o processo de organização nestes bairros faz parte do leito do efervescente processo de organização dos movimentos populares com a expressiva participação das mulheres na década de 1970 e 1980 no contexto brasileiro, em que a organização das “donas-de-casa” foi intensa em torno de diversas campanhas que atingiam a vida imediata da população e que o principal cenário deste tipo de lutas foram os bairros. Organização que se dá a partir da história de cada território e do

lugar que as mulheres ocupam nas comunidades, considerando que a maioria delas são negras. Iniciativas que resistem às dificuldades por quase quatro décadas e seguem mobilizando mulheres na atual conjuntura.

Afirmo, portanto, que estas experiências de organização comunitária protagonizadas por mulheres se constituem, dentre outras caracterizações, como expressões de um feminismo popular possível às margens das condições de capitalismo central. Constituem, além do mais, parte da tentativa de fazer com que funcionem as políticas públicas e os equipamentos estatais. Quantas horas, dias, anos inteiros foram e continuam sendo gastos pelas mulheres para que o mínimo das políticas de saúde, saneamento básico, alimentação, lazer, cultura, educação dos seus filhos e familiares sejam garantidos? Quanto tempo de trabalho não remunerado nestas e em outras tarefas consideradas como privadas de cuidados e trabalho doméstico foram realizados pelas mulheres para a mínima sobrevivência familiar e de sua comunidade?

Qual a margem possível na ambivalência entre as políticas sociais que deveriam ser oferecidas pelo estado e o lugar destas mulheres populares na gestão desta ausência, considerando que a sobrevivência está em jogo? Se não existem as condições mínimas para a sua existência e de seus familiares quem as criaria? As experiências históricas têm demonstrado que em grande medida têm sido as mulheres as responsáveis pela reprodução social da vida humana. De acordo com Audre Lorde (2019, p. 170) “Quatrocentos anos de sobrevivência como uma espécie ameaçada ensinaram à maioria de nós que, se pretendemos viver, temos que aprender rápido”.

bell hooks (2019, p. 39) quando afirma que “Minha consciência da luta feminista foi estimulada por circunstâncias sociais” certamente representa grande parcela das mulheres afro-americanas, latino-americanas, negras, populares pertencentes à classe trabalhadora, assim como a sua fala é elucidativa da maneira como as entrevistadas desta pesquisa teceram considerações acerca da sua visão do movimentos feminista, de mulheres e outros movimentos sociais.

O feminismo enquanto “um processo de luta e de disputa social que se expressa na prática cotidiana e em um projeto de futuro; uma prática social e política fundada na perspectiva de construção de uma igualdade efetiva e global das relações sociais [...]” (GODINHO, 2008, p. 17). Ao mesmo tempo, “defendemos uma visão de feminismo, de movimento social, profundamente vinculada à realidade do conjunto das mulheres [...] diretamente vinculados às questões concretas vividas pelas mulheres em seu cotidiano e engajados na proposta de transformação global da vida das mulheres” (ibidem, p. 18).

Só é possível transformar a vida das mulheres se nos propusermos transformar o mundo. A partir desta relação dialética resistimos nas diversas trincheiras de luta: no interior das universidades, nos sindicatos, partidos políticos, nas associações de bairros, nos grupos culturais, nas lutas das mulheres populares por direitos, nos movimentos negros, nas lutas pelo fim do extermínio da juventude negra. O feminismo enquanto ação coletiva que visa à libertação das mulheres a partir de um feminismo combativo, materialista, antirracista e popular. Ao mesmo tempo que institui o sujeito político, coletivo, filosófico e histórico mulheres e que reconhece a diversidade das condições das mulheres no contexto brasileiro. Que a unidade não suprima a diversidade, mas antes a compreenda e respeite as suas variadas expressões.

Nós, povo brasileiro, temos planos. Planos de libertação. E eles insistem em seguir guiando os nossos passos. Seguimos acreditando e forjando os nossos valores a partir da sabedoria ancestral, da intelectualidade forjada do lado de cá, povo brasileiro, da riqueza de nossa cultura, da nossa capacidade em solidarizar com o que dói e falta ao outro, a nossa coragem em não sucumbir. Contra o nosso apagamento enquanto povo e de nossa história, continua de fundamental importância o insistente resgate de nossa memória, importante que relembremos uns aos outros as nossas histórias, como chegamos até aqui. Como disse Lélia Gonzalez, a memória como esse lugar de inscrições que restitui histórias que não foram escritas, que emerge, que tem astúcia e jogo de cintura.

6 Considerações Finais

*“Minha mãe me pôs no mundo como se
esculpisse em mármore uma mensagem furiosa”
(Audre Lorde)*

A indagação inicial acerca de como se organizam as mulheres em grupos comunitários na região metropolitana do Recife me lançou à compreensão de que estes são compostos por sujeitos, territórios, formas organizativas remanescentes e anteriores de resistência. Em outras palavras, a população moradora das periferias urbanas carrega formas coletivas de organizar-se que reinventam e também conservam características históricas do processo de formação social.

Em comparação a outros tipos de organização popular, que não são construídas no local do bairro, percebi que neste a longevidade e a permanência se mostraram evidentes, assim como o expressivo e orgânico protagonismo das mulheres. O sentimento de pertença, identificação e fortes relações afetivas e de confiança. A alegria em estar associadas, organizadas. A coexistência do processo de formação de consciência crítica, as demandas da vida cotidiana, relações familiares e reivindicações políticas como sendo uma expressiva forma organizativa das mulheres populares dos bairros periféricos. Historicamente, tem sido uma recorrente forma de organização destas mulheres no contexto brasileiro.

Pois bem, a análise que partia dos conceitos analíticos da teoria social feminista de base materialista, tais como a divisão sexual do trabalho e o novo racismo-patriarcado-capitalismo foi se ampliando no meio do caminho e tendo como interlocução pensadoras feministas negras e referências no debate racial, no intuito de construção de uma teoria feminista popular com horizonte de transformação. Teoria engajada à prática assim como engendrada no contexto social, econômico e político brasileiro.

A análise do campo, proporcionou uma releitura das chaves analíticas iniciais e busquei me aproximar deste formato organizativo das mulheres populares nas organizações comunitárias tendo em vista as dimensões de raça, classe e gênero. Assim, o percurso realizado foi o de tentar perquirir como esta imbricação das desigualdades provenientes do capitalismo-racismo-patriarcado se expressavam na experiência das mulheres populares, que diante a divisão sexual e racial do trabalho e do espaço geográfico, representam o grupo social das mulheres negras, em organizações comunitárias de bairros periféricos da região metropolitana do Recife.

Informada da majoritária presença das mulheres negras nos territórios periféricos, portanto, no grupo a que as mulheres das organizações comunitárias representavam, mesmo quando estas não eram negras. Assim como da insistente característica de que os grupos comunitários não estavam pautados por dinâmicas, reivindicações, lógicas em que as lutas trariam benefícios apenas para o grupo social das mulheres, tampouco benefícios individuais para cada uma dessas mulheres. Pelo contrário, estas dimensões citadas estavam inteiramente remetidas às melhorias para toda a população do bairro, para a infraestrutura da comunidade e as mulheres se colocavam como mais um dos grupos beneficiários das vitórias concretas quando estas passassem a existir.

A tese em questão se lançou portanto à tentativa de contribuir com a construção de uma perspectiva teórica e política materialista do feminismo popular, que no contexto brasileiro precisa ser necessariamente construído com a presença e contribuição das mulheres negras assim como precisa ser antirracista no sentido de uma efetiva prática condizente a esta insígnia.

Considerando como uma tarefa histórica desta geração de feministas populares, me pus a tentar compreender como a particularidade da formação social brasileira e da região metropolitana do Recife caracterizam a centralidade e permanência das mulheres populares nas lutas sociais principalmente a partir das organizações que compõem a vida cotidiana e os territórios e referem-se a pautas que perpassam a possibilidade real de alcançar vitórias concretas que serão usufruídas no tempo presente-cotidiano das mulheres, junto a suas famílias e comunidade. Este tipo de organização como uma das expressões do feminismo popular no contexto urbano brasileiro, que carrega o tempo da utopia de um mundo mais justo coabitando com a urgência do que é inadiável, garantir a própria vida e de seus familiares. Marcadamente territorializado.

Assim, o que aparecia como uma dicotomia no início da pesquisa, entre jovens feministas e donas de casa, ao longo do acompanhamento destes grupos se apresentou como uma rica experiência de formação de consciência política associada a formas de geração de renda, entre diferentes gerações de mulheres. O intercâmbio entre militantes feministas da MMM e os grupos de bairros protagonizados pelas mulheres expressou a capacidade que uma articulação como estas possui, o enraizamento e concretude de suas reivindicações assim como a possibilidade de diálogo intergeracional. O espaço do bairro como sendo um lugar em que as mulheres estão fortemente organizadas, sob as mais diversas motivações. E, sobretudo, a possibilidade de vitórias cotidianas, concretas para as comunidades que vivem e constroem.

Diante o atual contexto de agravamento de vida da população brasileira e, do índice de mais de 500.000 pessoas mortas pela crise sanitária do Covid-19 (em que a esmagadora maioria

se refere à população negra moradora das periferias brasileiras), afora as outras maneiras de deixar viver e deixar morrer por parte do Estado brasileiro, não há mais como corroborar com instrumentos teóricos e políticos que não estejam com as suas armas apontadas para o sucumbimento do racismo e da necropolítica instaurada em nosso país. É fundamental incidir sobre instituições políticas, estruturas formais de conhecimento a que se pretendem progressistas ou afeitas à transformação social, no sentido de que revejam e recoloquem as suas prioridades neste contexto político.

Classe social no contexto brasileiro está informada por raça e gênero. Não existe possibilidade de transformação social profunda se as mulheres e população negra não acessam alguma mobilidade vertical em massa, enquanto grupo, neste país. É fundamental que possamos enfrentar conjuntamente as desigualdades sociais de gênero, raça e classe e exigir que o Estado cumpra seu papel de garantidor de políticas sociais, tais como o direito a uma renda básica permanente, alimentação, trabalho, saúde, educação, vacina, assim como políticas de reparação histórica. Nesta conjuntura, significam formas de sobrevivência, frente ao genocídio em forma de bala, fome e vírus.

Referências Bibliográficas

ALBARRACÍN, Jesús. O trabalho doméstico e a lei do valor. (1988) In: O trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias. Orgs.: FARIA, Nalu e Nobre, MIRIAM. São Paulo, SOF- SempreViva Organização Feminista: 1999.

ALVAREZ, Sonia. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. Revista Feminismos Vol. 2 N. 1 Jan-Abr 2014. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br

AMMANN, Safira Bezerra. Movimento popular de bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, Ricardo. A era das rebeliões. Palestra proferida em 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dwwcibOqSFo>.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da Reestruturação Produtiva. Artigo apresentado no XV Internacional Congresso n Women´s Health Issues. São Paulo. 2004.

ARAÚJO, Maria do Socorro Santos de Souza, CUNHA, Maria Magnólia Leal da e MUSSER, Rosimar dos Santos. Chão de Estrelas: o brilho das histórias de luta de um povo – uma experiência da organização comunitária na região metropolitana do Recife. 1993. Monografia (Especialização em Associativismo) UFRPE: Universidade de SHERBROOK – IRECUS – Canadá, Recife.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista Outubro, n. 23, 1º semestre de 2015.

ÁVILA, Maria Betânia. Divisão Sexual do Trabalho e Trabalho Doméstico. Edições SOS Corpo: Recife, 2009.

_____. Nas veredas do feminismo materialista. In: Teorias em movimento: reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul = Teorías em movimiento: reflexiones feministas en la Articulación Feminista Marcosur. / Organização [de] Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira. – Recife: Sos Corpo, 2018.

Azevedo, Celia Maria Marinho de Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX / Celia Maria Marinho de Azeredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATISTA, Wagner Vinhas. Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, 2016.

BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo: Brasiliense, 4ª ed., 1981.

BARRETT, Michèle. As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. Estudos Feministas N/ 1 e 2, 1999.

BERNARDES, Denis. Recife, o caranguejo e o viaduto. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

BEZERRA, Elaine. A revolução será feminista, ou não será! In: Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.) -1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

BEZERRA, Carneiro Ítala. Particularidades do trabalho feminino: um debate entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho (Dissertação). UFPB, 2014.

BITOUN, Jan. Territórios do diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil). Revista de Geografia. Recife, v. 16, n. 2, p. 41- 54, dez/jan. 2000.

BLAY, Eva. Participação das mulheres na redemocratização. In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília, Editora UNB, 1988.

BRANDÃO, Maria do Carmo. A localização dos Xangôs na cidade do Recife. In: Revista Clio – Série História do Nordeste da UFPE. Recife, n. 11, p. 117-135, 1988.

BRITO, Maíra de Deus. “O sonho acabou”: o extermínio e a negação do futuro para a juventude negra brasileira. In:Rebelião / FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira (organizadoras) - Brasília: Brado Negro, Nirema, 2020.

CABRAL, Augusto Antônio Campelo. Reassentamentos de moradias populares: controle social, justiça social-territorial ou produção do espaço de cidadania (1980 a 2012). O Caso da Comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE (Brasil). UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. Tese de Doutorado. Recife, 2012.

CAETANO, Bruna. Disponível: IBGE: 64% dos desempregados são negros e informalidade alcança 47%. [IBGE: 64% dos desempregados são negros e | Direitos Humanos \(brasildefato.com.br\)](https://brasildefato.com.br). Acesso em: 20/11/19.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

CAMPOS, Hernani Löebler. A Bacia Hidrográfica do Beberibe: um enfoque ambiental. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: Escritos de uma vida. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CARNEIRO, Tita. Elementos da formação das periferias no contexto brasileiro. *Jornal Brasil de Fato de Pernambuco*. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/07/08/qual-a-contribuicao-negra-para-a-formacao-social-do-brasil>

CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade – Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. *Lutas e resistências dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife (1955-1988)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional. Recife, 2017.

CIRIZA, Alejandra. *Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria(s) e política(s) sob o capitalismo global*. En publicação: *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. Atilio A. Boron, 1ª ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

CISNE, Mirla. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

_____. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2019. *Pensamento Feminista Negro*.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos*. 2. Ed. Recife: FUNDARPE, 1983. v. 1, 4 e 6.

COSTA, Albertina. *É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação*. *Cad. Pesq.* São Paulo, (63-69), 1988.

COSTA, Ana Alice Alcântara. “O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. *Revista Gênero*. v.5, n.2 p.9-35. 1º Sem 2005. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>

_____; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *Introdução*. In: *Feminismo, Ciência e Tecnologia/ Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, Coleção Bahianas 8, 2002*.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. *O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Valéria Gomes. *Trajetórias Negras - Os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. História, 2013.

_____. *É do Dendê! História e memórias urbanas da Nação Xambá no Recife (1950-1992)*. São Paulo: Annablume, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Mulheres, cultura e política; tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA *et al* (orgs). *Um debate Crítico a partir do Feminismo: Reestruturação Produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo: CUT, 2004.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena. *et al* (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEVREUX, Anne-Marie. A Teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set/dez., 2005.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ETAPAS. O movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a Prefeitura entre 1955 e 1989. 2.ed. Recife: Etapas, 1989.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Gestão municipal e participação social no Brasil: a trajetória de Recife e Salvador (1986 – 2000). São Paulo: Annablume, 2004.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2009.

_____. Significado do protesto negro. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERREIRA *et al*. O patriarcado desvendado – teorias de três feministas materialistas. Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SosCorpo, 2014.

GODINHO, Tatau. Feminismo, prática política e luta social. In: O feminismo é uma prática : reflexões com mulheres jovens do PT / organizadores Fernanda Papa e Flavio Jorge. – São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2008.

GONÇALVES, Renata. Apresentação. O Pioneirismo de A Mulher na Sociedade de Classes. In: A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____; BRANCO, Carolina. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. Dossiê Feminismo e marxismo Um ano sem Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.70-81, 2o sem. 2011. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/01/06-Renata-Gon%C3%A7alves-e-Carolina-Branco.pdf>

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A força da periferia- a luta das mulheres por creches em São Paulo. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

_____. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. Edições Loyola, 2ª Edição, São Paulo, 1997.

GONZÁLEZ, Ana Isabel. As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres. 1ª Edição Editora Expressão Popular SOF – Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo-2010.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômico. In: MADEL, Luz. (org.). O lugar da Mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, V.1, 1982, (Coleção Tendências).

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, v.2, 1983a, p. 223-44

_____. Por um feminismo afro-latinoamericano. In: Mujeres, crisis e movimiento: America Latina e Caribe. Isis International, v. IX, jun 1988, Santiago, Chile.p.133-141.

_____. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 1ª edição.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org.: RIOS, Flavia, LIMA, Márcia. 1ªed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 27-99.

HALLEY, Bruno Maia. De chapéu do sol a Água Fria : numa trama de enredos, a construção da identidade de um bairro na cidade do Recife. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Pós –Graduação em Geografia, 2010.

HASENBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade. In: Gonzalez, Lélia e Hasenbalg, Carlos. Lugar de negro. Editora Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro, 1982.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Reestruturação Produtiva, Cidadania e Gênero. In: COSTA et all (orgs). *Um debate Crítico a partir do Feminismo: Reestruturação Produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo: CUT, 2004.

_____; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

hooks, bell. Teoria feminista : da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras negras).

_____. E eu não sou uma mulher? : mulheres negras e feminismo. Tradução: Bhuvi Libanio. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Dicionário Crítico do Feminismo. HIRATA, H. *et al* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos Estudos, Cebrap, n.86, mar. 2010.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação - episódios de racismo cotidiano. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

IANNI, Octavio. Pensamento Social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/olinda/panorama>. Acesso em: 05/11/20.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 05/11/20.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível: [Olinda \(PE\) | Cidades e Estados | IBGE](#) Acesso em 01/06/20.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível: [Olinda em Dados - Prefeitura de Olinda, Mais Conquistas para Todos | Prefeitura de Olinda, Mais Conquistas para Todos - Site Oficial da Prefeitura de Olinda | Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, www.olinda.pe.gov.br](#). Acesso em: 01/06/20

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. BIB, Rio de Janeiro, 23, PP. 18-34, 1987.

_____. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde São Paulo: 1974-84. São Paulo: Cortez, 1989.

JUSTINO, Aline Aparecida. Teologia da Libertação e marxismo: religião e lutas emancipatórias. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

LAMOUREX, Diane. Público/Privado. In: Dicionário Crítico do Feminismo. HIRATA, H. *et al* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

- LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Rose Maria. Cortês. de. A cidade autoconstruída. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- LORDE, Audre. Irmã Outsider. Ensaios e Conferências. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MACEDO, Márcia. Feminismo e Pós-modernidade: como discutir essa relação? Revista Gênero, mulheres e feminismos / Alinne Bonneti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (org.). - Salvador : EDUFBA : NEIM, 2011. (Coleção Bahianas; 14).
- MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a02v13n3.pdf>>.
- MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. 2a. edição Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MATHIEU. Nicole-Claude. Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceitualização da relação entre sexo e gênero. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 175-222.
- MONTEIRO, Thiago Nunes. Como pode um povo vivo viver nesta carestia?: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MORAES, João Quartim. A natureza de classe do Estado brasileiro. In: PINHEIRO, Milton. Ditadura: o que resta da transição. 1ª ed.- São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORAES, Livia e Esquenazi, Arellys. Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo. In: Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.) -1. ed. -Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.
- MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Negro. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- _____. Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas. 5ªed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2014.
- _____. Sociologia do Negro Brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras negras).
- NASCIMENTO, Abdias, O genocídio do negro brasileiro – Processo de um Racismo Mascarado. 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.
- _____. O Negro Revoltado, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª. Ed., 1982a.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e Racismo. Publicado originalmente em: Revista de Cultura Vozes. 68 (7), pp. 65-68, Petrópolis, 1974. In: Ratts, Alex. Eu sou Atlântica – sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006.

_____. O Quilombo e a historiografia In: Quinzena do Negro, 1977, São Paulo. (mimeo).

_____. Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018, 1ª edição.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

NOGUEIRA, Cláudia, Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. Revista AURORA, ano IV, número 6. 2010.

NOVAIS, Maysa Carvalhal Dos Reis. Novas leis, velhos cativeiros: Pacote Anticrime e a otimização dos métodos penais de genocídio do negro brasileiro. In: Rebelião / FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira (organizadoras) - Brasília: Brado Negro, Nirema, 2020.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulher negra: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PAULA, Zuleide. Peixinhos: um rio por onde navegam um povo e suas histórias. Recife: MAGIS, 2009.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PINTO, Emanuelle Chaves. A mulher como sujeito da cidade: uma história de vida nas lutas pelo viver e produzir o urbano no Ibura / Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, p. 263 a 274, jul/dez. 2008.

PRADO JR. Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 1961

QUEIROZ, Raimundo Nonato (org) et all. Tecendo fios de cidadania. João Pessoa: Idéia, 2003.

RANDALL, Margaret. As mulheres... da Nicarágua. Estamos todas despertas. 1ª edição Set. Global Editora. 1982.

RAMOS, Paulo. Rede Brasil Atual. No país cerca de 29 milhões não usufruem de saneamento básico e 6,2 milhões não têm água potável. E em sua maioria são negros. Disponível: [Coronavírus expõe o racismo ambiental: negros são o corpo que o Estado secou - Geledés \(geledes.org.br\)](http://geledes.org.br). Acesso em: 01/06/20

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos do Brasil Negro/coordenada por Vera Lúcia Benedito).

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: Movimentos sociais na transição democrática. Org. Emir Sader- São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: Uma Questão de Gênero. COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (organizadoras). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; 1992.

_____. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.115-136.

_____. Gênero, Patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaio/ Ciências Sociais/ FLACSO –Brasil – junho/2009.

_____. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: Feminismo, Ciência e Tecnologia/ Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, Coleção Bahianas 8, 2002.

_____. “Caleidoscópio de gênero”: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p56, 2015.

SCAVONE, Lucila. Prefácio à Edição Brasileira. In: Dicionário Crítico do Feminismo. HIRATA, H. *et al* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica? Revista Educação e Realidade, v. 15, n.2, jul/dez 1990, traduzido da versão em francês.

SILVA, Oswaldo Pereira. Histórias da Brasília Teimosa: Centro Educacional profissionalizante do Flau, 2017 (Projeto Brincantes das Artes, 2).

SILVA, Fernanda Lima da. Dançar em praça de guerra: precariedade e liberdade na cidade negra (Recife, 1870-1888). Universidade de Brasília. Mestrado em Direito. 2019.

SINGER, Paul. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius (orgs.). O feminino e o feminismo. In: O Povo em Movimento. São Paulo: Petrópolis Editora Vozes Ltda. em co-edição com CEBRAP, 1981.

SORJ, Bila. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade. In: Uma Questão de Gênero. COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (organizadoras). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; 1992.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2011.

SOUZA, Camila. Teimosa Senhora – Histórias do Areal Novo à Brasília Teimosa atual. Uninassau. Recife, 2017.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos, armas. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 101-174.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Braziliense, 2003.

_____; LEITE, Rosalina. Da guerrilha à imprensa feminista- a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013 (Coleção Entregêneros).

TONET, Ivo. Método Científico: uma abordagem ontológica. 1ª edição. Instituto Lukács: São Paulo, 2013.

TRAT, Josette. “Movimentos Sociais”. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VIEZZER, Moema. O problema não está na mulher. São Paulo: Cortez, 1989.

WERNECK, Jurema Pinto. O Samba segundo as Ialodês: Mulheres negras e a cultura midiática. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2007.

ANEXO 01

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA “Reprodução e Resistência na Vida Cotidiana: Uma análise a partir das Experiências de Mulheres em Grupos Comunitárias nos Bairros de Peixinhos/Olinda e Brasília Teimosa/Recife”

1. PERFIL

Nome: _____

Apelido: _____ Nome fantasia: _____

Identidade de gênero/orientação sexual _____

Data de nascimento: ___/___/_____ Idade: ____ anos

Naturalidade: _____

Cor/Raça/Etnia: _____ Religião: _____

Estado civil: () Solteira () Casada () União estável () Viúva () Divorciada () Outro:

Filhos: () Sim () Não

Trabalha: () Sim () Não

Profissão: _____

Tempo de Exercício da Profissão: _____

Tipo de Vínculo:

Renda Mensal:

Recebe algum benefício, aposentadoria ou pensão? () Não () Sim. Qual?

Moradia: () Própria () Cedida () Alugada () Financiada

Participa ou já participou de algum movimento social? () Sim () Não

Quais? _____

Participa/ou das atividades de algum partido político? () Sim () Não

Qual? _____

2. A MULHER E O COTIDIANO;

- Me fale quais são as atividades que você realiza; como é o seu dia-a-dia; o que você faz?

- Quanto tempo da semana você está envolvida em atividades ligadas a casa e a família? Quais são as suas responsabilidades? Quanto tempo você está imersa em outro tipo de atividade? Quais são as suas atividades?

- A organização que você faz parte é construída no lugar aonde você mora. Como é isso? Como você vê isso?

3. TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO;

- Me conte como você iniciou a sua trajetória política, em que ano e aonde, como você se percebe nisso?
- Me conte a história do grupo que você está organizada (GSCCG e TF) desde o surgimento aos dias atuais. Como surgiu? O que se mantém? O que mudou? Como você percebe isso? Qual a composição do grupo?
- Que tarefas você já desenvolveu no grupo? Quais desenvolve hoje?

4. APROXIMAÇÃO COM O FEMINISMO;

- Como você entende o feminismo? O que você conhece? Já participou?
- Que lutas, bandeiras, pautas conhece? O que acha delas?
- No seu bairro já teve mobilização popular em torno dessas reivindicações? O seu grupo já fez parte desse tipo de mobilização?
- Que importância você acha que tem o feminismo? Qual a importância que você acha que o feminismo tem para as mulheres que estão organizadas no grupo que você participa?